



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA- PPGG
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

HINCKLEY WENDELL DO NASCIMENTO MENDES

**A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS EM ALAGOAS E A FORMAÇÃO DOS
MERCADOS DE MACEIÓ E ARAPIRACA**

**MACEIÓ-AL
2020**

HINCKLEY WENDELL DO NASCIMENTO MENDES

**A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS EM ALAGOAS E A FORMAÇÃO DOS
MERCADOS DE MACEIÓ E ARAPIRACA**

Dissertação de Mestrado apresentada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do grau de mestre em geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Marta da Silveira Luedemann

Maceió-AL
2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4– 1767

M538i Mendes, Hinckley Wendell do Nascimento.

A indústria de alimentos em Alagoas e a formação dos mercados de Maceió e Arapiraca / Hinckley Wendell do Nascimento Mendes. – 2020. 257 f. : il. color.

Orientadora: Marta da Silveira Luedemann.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 210-220.

Apêndices: f. 222-244

Anexos: f. 246-257.

1. Alimentos - Indústria. 2. Mercados - Projetos e construção - Maceió - Arapiraca. I. Título.

CDU: 911:32(813.5)

MENDES, Hinckley Wendell do Nascimento.

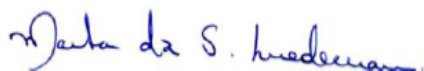
Título da dissertação: A indústria de alimentos em Alagoas e a formação dos mercados de Maceió e Arapiraca

Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alagoas, como obtenção para o título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 17/04/2020

PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA – PPGG/UFAL

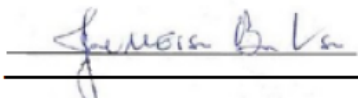
Maceió, 17 de abril de 2020.



Profa. Dra. Marta da Silveira Luedemann – Presidente



Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo – Titular Interno



Prof. Dr. José Messias Bastos – Titular Externo

Dedico este trabalho aos pesquisadores das universidades brasileiras, que através de suas pesquisas contribuem com o desenvolvimento do nosso País.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento de todo o trabalho ocorre graças aos auxílios, sejam eles, financeiros, profissionais e até mesmo afetivos, e no trabalho científico, os auxílios no desenvolvimento da pesquisa, não é diferente. Por esta razão, início este trabalho agradecendo as pessoas e instituições públicas e privadas, que exerceram papéis fundamentais para a realização da presente pesquisa.

Em primeiro lugar, agradeço à Deus, que me faz acreditar que a fé se encontra na vida. Agradeço aos meus pais, pois sei que sem eles a possibilidade de chegar aqui, seria muito menor. Por isso, antes de qualquer coisa, posso afirmar que o seu Mendes e a dona Maura são os responsáveis por todos os progressos de minha vida, incluindo a aprovação deste trabalho.

Agradeço especialmente a minha noiva, Julyanne Florentino, companheira de todas as horas, dos sorrisos, dos choros e dois dias que juntos compartilhávamos nossas esperanças. Obrigado por ser responsável pelos momentos mais intensos da minha vida atualmente. Também quero agradecer por ser meu braço forte no desenvolvimento desta dissertação, através de sua ajuda conseguimos fazer pesquisas de campo e tabulação de dados importantes para análise. Desculpa pelas minhas ausências e até mesmo os estresses causados pelas incontáveis noites sem dormir. Te agradeço por tudo e espero que possamos continuar sonhando juntos e entendendo que parte de toda jornada é um fim que sempre recomeça. Te amo!

Agradeço aos meus tios que ajudaram a participar de eventos e sempre deram muita força: Tia Inha, Tio Josias, e em especial a Tia Anny, pessoa que sempre me inspirou e me deu forças para seguir estudando. Quero agradecer de coração, as pessoas que se tornaram peças importantes na minha jornada em Maceió: Aldeane (Sogra), Eleide (Voinha), a Tia Rita e a Anny (Cunhada), muito obrigado por todo apoio, carinho e alegria que vocês proporcionaram. Vocês foram braço forte desde o dia que cheguei aqui e são verdadeiras amigas, fazem parte do que eu chamo de família. Agradeço também, ao seu Claudio, meu Sogro, que além de ter sido um grande amigo, contribuiu com a pesquisa tirando parte do seu tempo para me oferecer caronas até as empresas analisadas neste trabalho.

Agradeço ao curso de Pós-Graduação em Geografia da UFAL, através dos professores, em especial aos que fiz amizade: Alfredo Carvalho, Sávio Corrêa, Khleyton, Melchior e Luciane Marisco. Agradeço ao Washington, pelas contribuições sempre muito prestativas. A turma de mestrado 2018, em especial os que tive uma relação de amizade: Laís, Kedyne, Robson, Leandro e Roberto, além da Cristiane Silva, que mesmo sendo de uma turma anterior,

me deu a oportunidade de tornar seu amigo. Também quero agradecer ao Jardel pela amizade e auxílio na construção de dados e dos mapas deste trabalho.

Quero agradecer ao Laboratório de Estudos Socioespaciais do Nordeste, através das leituras que auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa e nas contribuições para pensar a Geografia no Brasil e no Mundo. Agradeço em especial aos amigos Arthur, Nadson, Dário e Bruno que me ajudaram tanto nos assuntos acadêmicos, quanto nas informações sobre Maceió e Alagoas.

Agradeço à Professora Dra. Marta Luedemann, que ajudou nesta pesquisa e teve paciência em relação as minhas limitações. Sem seu auxílio não seria possível construir esta pesquisa e contribuir com os estudos acerca do tema. Além disso, ao longo desses dois anos tive a felicidade de construir uma boa amizade, que foi fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

Agradeço as empresas do setor de alimentos: Camarão, Coringa, D'licia, Pajuçara, Popular, Sarandi e Valedourado e seus representantes que nos ofereceram informações sobre o perfil das respectivas firmas através de entrevistas e questionários. Também agradeço a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas e Associação Comercial de Maceió, que nos forneceram dados quantitativos sobre o setor de fabricação de alimentos em Alagoas.

Por fim, agradeço à Capes pela concessão de bolsas que permitiram o desenvolvimento desta pesquisa e as políticas públicas iniciadas pelo Estado brasileiro em 2003, pois graças a elas, a classe trabalhadora passou a ocupar com mais frequência as universidades do Brasil.

“Não tenho vocação para a política e não quero ser político. Quero apenas colaborar com as políticas públicas e com políticos que merecem meu respeito.”

Aziz Ab'Sáber, 1992.

RESUMO

A presente pesquisa disserta a respeito da Indústria de Alimentos em Alagoas analisando sua gênese a partir de 1850, evolução durante o século XX e seu contexto atualmente. Busca-se compreender o crescimento das firmas no setor, levando em consideração o papel do Estado, o crescimento urbano e a acumulação do(s) proprietário(s). A partir de uma contextualização geral da indústria de alimentos, analisa-se geograficamente as principais fábricas de alimentos do estado com atuação no mercado regional e nacional. A dissertação pretende contribuir com estudos acerca da geografia econômica de Alagoas. À vista disso, ancora-se teoricamente na Acumulação primitiva (MARX, 1982); nas Combinações Geográficas (CHOLLEY, 1964a;1964b); na formação socioespacial (SANTOS, 1977;2008a); Dualidades básicas da economia brasileira (RANGEL, 1981); e por fim, para ter elementos de compreensão sobre o perfil indústria de alimentos em Alagoas, aproveita-se a teoria dos Circuitos da economia urbana (SANTOS, 2008b). A obtenção de dados ocorreu por meio de pesquisas bibliográficas nas bibliotecas físicas (UFAL e UNEAL) e virtuais (UFAL,UFPE e USP); sites governamentais e não governamentais (IBGE[Sidra], IPEA, Econodata e PNUD); coleta de dados primários e secundários sobre a gênese e contexto atual da indústria de alimentos, na Associação Comercial de Maceió e na Federação das Indústrias do Estado de Alagoas; coleta de dados em redes de supermercados alagoanos, para verificação de preços e concorrências; e através de entrevistas semiestruturadas com representantes das fábricas de alimentos. Isto posto, a pesquisa compete sobre o papel que as transformações socioespaciais exerceram na diversificação de alimentos industrializados voltados ao mercado regional e como incidiu na economia alagoana, bem como mercado de trabalho e consumidor.

Palavras-Chaves: Alagoas. Indústria de Alimentos. Formação de Mercado. Maceió. Arapiraca.

ABSTRACT

The present research dissertates about the Food Industry in Alagoas analyzing its genesis from 1850, evolution during the 20th century and its context today. It seeks to understand the growth of firms in the sector, taking into account the role of the State, urban growth and the accumulation of the owner (s). From a general contextualization of the food industry, the main food factories in the state with operations in the regional and national markets are geographically analyzed. The dissertation intends to contribute with studies about the economic geography of Alagoas. In view of this, it is theoretically anchored in the primitive accumulation (MARX, 1982); in Geographical Combinations (CHOLLEY, 1964a; 1964b); in socio-spatial training (SANTOS, 1977; 2008a); Basic dualities of the Brazilian economy (RANGEL, 1981); and finally, to have elements of understanding about the food industry profile in Alagoas, the theory of Circuits of the urban economy is used (SANTOS, 2008b). Data were obtained through bibliographic searches in the physical (UFAL and UNEAL) and virtual libraries (UFAL, UFPE and USP); governmental and non-governmental websites (IBGE [Sidra], IPEA, Econodata and UNDP); collection of primary and secondary data on the genesis and current context of the food industry, at the Commercial Association of Maceió and at the Federation of Industries of the State of Alagoas; data collection in supermarket chains in Alagoas, to check prices and competitions; and through semi-structured interviews with representatives of the food factories. That said, the research competes on the role that socio-spatial transformations played in the diversification of industrialized foods aimed at the regional market and how it affected the economy of Alagoas, as well as the labor and consumer market.

Keywords: Alagoas. Food industry. Market Formation. Maceió. Arapiraca.

LISTA DE FIGURA

Figura 1-Organograma geral das fábricas de alimentos.....	25
Figura 2-Mapa dos primeiros núcleos de povoamento de Alagoas.....	44
Figura 3-Mapa das sesmarias e, Alagoas - 1600 a 1630	45
Figura 4-Mapa esquemático da estruturação viária de Maceió	57
Figura 5-Mapa das principais rodovias em 1962	68
Figura 6-Crescimento do IDHM-Renda no Brasil de 1991 a 2010	119
Figura 7-Fábrica de Biscoitos D'licia em Penedo.....	170
Figura 8-Planta da unidade de produção da D'licia	171
Figura 9-Produção de biscoitos D'licia	172
Figura 10-Localização da Cooperativa Pindorama	174
Figura 11-Vista área do complexo industrial do Grupo Coringa em Arapiraca-AL.....	178
Figura 12-Vista área do complexo industrial do Grupo Coringa em Luís Eduardo Magalhães	179
Figura 13-Unidade produtiva da Indústria Pajuçara	183
Figura 14-Área de produção da fábrica Pajuçara	184
Figura 15-Unidade produtiva da Indústria Camarão em 2015	187
Figura 16-Área de produção da Indústria Camarão	187
Figura 17-Construção da fábrica de cerveja DeLaCruz	188
Figura 18-Indústria Alimentícia Popular, em Arapiraca (AL)	192
Figura 19-Vista aérea da Indústria Alimentícia Popular em Limoeiro de Anadia -AL	194
Figura 20-Área de produção do lanchinho e goiabinha	195
Figura 21-Unidade Produtiva da Valedourado em Palmeira dos Índios-AL.....	197
Figura 22-Empresa Valedourado em Itapetinga - BA.....	198
Figura 23-Moinho Motrisa em Maceió-AL.....	201
Figura 24-Inauguração da Unidade de Murici-AL.....	202

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Evolução populacional de Maceió (1872 a 1931)	55
Gráfico 2-Evolução populacional de Maceió (1940 a 1980)	57
Gráfico 3-Evolução da População Urbana e Rural de Maceió	59
Gráfico 4-Crescimento percentual da população urbana de Alagoas, Maceió e Arapiraca	71
Gráfico 5-Fábricas de alimentos entre 1966 e 1984 em Alagoas.....	94
Gráfico 6-Fábricas de alimentos e bebidas registradas entre 1990 e 1999	102
Gráfico 7-Fábricas de alimentos e bebidas de Alagoas entre 2000 e 2007	107
Gráfico 8-Fábricas de alimentos entre 2007 e 2017	107
Gráfico 9-Crescimento da população urbana de Alagoas em relação a rural (1980 a 2010)	114
Gráfico 10-Crescimento da população urbana dos dez municípios alagoanos entre 1970 e 2010	116
Gráfico 11-Renda per capita dos estados brasileiros em 2010	120
Gráfico 12-Dez maiores rendas per capita (R\$) de Alagoas em 2010	121
Gráfico 13-Unidades locais da Indústria de Transformação de Alagoas em 2017	124
Gráfico 14-Fábricas de alimentos em Alagoas por pessoal ocupado, em 2018	132
Gráfico 15-Empregados nas fábricas de alimentos de Alagoas por pessoal ocupado, em 2018	133

LISTA DE MAPAS

Mapa 1-Mesorregiões de Alagoas.....	47
Mapa 2-Mapa de localização de Maceió	53
Mapa 3-Localização de Arapiraca.....	67
Mapa 4-Distribuição das fábricas de alimentos em Alagoas pela diversificação dos produtos	140
Mapa 5-Destinos dos produtos Coringa	180

LISTA QUADRO

Quadro 1-Pesquisas de Campo realizadas.....	26
Quadro 2-Estrutura básica dos polos da dualidade brasileira.....	36
Quadro 3-Ciclos de longa duração	37
Quadro 4-Estrutura das dualidades Brasileiras	38
Quadro 5-Síntese das principais cidades regionais na construção do Agreste e Sertão	62
Quadro 6-Período da análise temporal	75
Quadro 7-Fábricas de alimentos entre 1850-1888.....	77
Quadro 8-Fábricas registradas em Alagoas em 1902	84
Quadro 9-Indústria de Alimentos em 1929/1931	88
Quadro 10-Indústria de alimentos (1960/1979)	96
Quadro 11-Indústria de Alimentos 1980/1989	99
Quadro 12-Indústria de alimentos de 1990/1999.....	103
Quadro 13-Indústria de Alimentos registradas de 2000 a 2017	109
Quadro 14-Evolução dos dez maiores IDHM de Alagoas entre 1991 e 2010	122
Quadro 15-Indústria de Alimentos Registradas em 2018	125
Quadro 16-Pessoal ocupado na indústria de transformação de Alagoas em 2017.....	131
Quadro 17-Distribuição das fábricas de acordo com as mesorregiões de Alagoas (2018)	134
Quadro 18-Distribuição das unidades industriais de acordo com a matriz de insumo (2014)	136
Quadro 19-Fábricas alagoanas nas redes de supermercados localizados em Maceió	144
Quadro 20-Dados das empresas, produtos e preços nas redes de supermercados de Maceió	146
Quadro 21-Fonte das informações coletadas	161
Quadro 22-Dados sobre fábricas de alimentos alagoanas com base no Econodata	162
Quadro 23-Informações do Moinho Motrisa/Maceió-AL	202
Quadro 24-Fabricação de Produtos alimentícios C-10	224
Quadro 25-Trabalhos acadêmicos sobre a indústria de alimentos em Alagoas	229
Quadro 26-Panificações de Alagoas	232

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-População urbana e rural de Arapiraca, Penedo e Palmeira dos Índios	70
Tabela 2-População total: Brasil, Nordeste e Alagoas (1872)	79
Tabela 3-População de Alagoas em 1902 ^[1]	82
Tabela 4-População de Alagoas em 1931	86
Tabela 5-Crescimento da População Urbana: Brasil, Nordeste e Alagoas (1970/1980).....	93
Tabela 6-Crescimento demográfico do Brasil, Nordeste e Alagoas de 1980 a 2010 (em mil)	113
Tabela 7-População total e urbana dos dez maiores municípios de Alagoas em 2010	115
Tabela 8-PIB dos estados Nordestinos em 2003 e 2016, em mil reais.....	117
Tabela 9-Os 10 maiores PIBs municipais de Alagoas em 2016 (em mil reais)	118

LISTA DE SIGLA

ACM – Associação Comercial de Maceió

BNB – Banco do Nordeste

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CODEAL - Comissão de Desenvolvimento Econômico de Alagoas

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

CPR – Companhia Progresso Rural

ENAE – Encontro Alagoano de Estudantes de Geografia

FIEA- Federação das Indústrias do Estado de Alagoas

FES – Formação Econômica e Social

IAA – Instituto do Açúcar do Alcool

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

INCOFORT – Industria e Comercio de Fumos Extra Forte

ILPISA - Indústria de Laticínios Palmeira dos Índios S.A

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

LENE – Laboratório de Estudos Socioespaciais do Nordeste

MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

PAM – Produção Agrícola Municipal

PEA – População Economicamente Ativa

PIA – Produção Industrial Anual

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas Para o desenvolvimento

PNAD – Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio

PRODESIN - Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas

SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas

SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

SEPLAND – Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico de Alagoas

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SINDAÇÚCAR – Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Alagoas

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNEAL – Universidade Estadual de Alagoas

USP – Universidade Federal de São Paulo

VHP – Very High Polarization (Polarização muito alta)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	APRESENTAÇÃO	19
1.2	CARACTERIZAÇÃO GERAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	23
1.3	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	26
1.3.1	Acumulação primitiva.....	27
1.3.2	Combinações Geográficas.....	31
1.3.3	Formação Socioespacial.....	33
1.3.4	Dualidades básicas da economia brasileira.....	36
1.3.5	Circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos.....	40
2	CAPÍTULO I - FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ALAGOAS E A FORMAÇÃO DE MERCADOS EM MACEIÓ E ARAPIRACA	43
2.1	A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE ALAGOAS E AS DUAS FORMAÇÕES SOCIAIS DISTINTAS	43
2.2	FORMAÇÃO SOCIAL DE ALAGOAS	46
2.3	AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE ALAGOAS A PARTIR DE 1930	49
2.4	FORMAÇÃO DE MERCADO EM MACEIÓ	52
2.5	FORMAÇÃO DE MERCADO EM ARAPIRACA.....	60
2.5.1	Transformações socioespaciais no Agreste alagoano	60
2.5.2	Arapiraca “capital” do Agreste Alagoano	65
3	CAPÍTULO II: A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS EM ALAGOAS	74
3.1	ANÁLISE TEMPORAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS EM ALAGOAS	74
3.1.1	Indústria de alimentos alagoana na primeira dualidade	76
3.1.2	Indústria de alimentos alagoana na segunda dualidade	80
3.1.3	Indústria de Alimentos alagoana na terceira dualidade	85
3.1.4	Indústria de Alimentos alagoana durante a quarta dualidade	98
3.1.5	Indústria de alimentos em 1990 e o avanço do neoliberalismo	101
3.1.6	Indústria de alimentos alagoana a partir dos anos 2000	105
3.2	CONTEXTO ATUAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS EM ALAGOAS.....	112
3.2.1	Crescimento da população urbana e aumento da renda entre 1980 a 2010.....	112
3.2.2	Identificação das fábricas de alimentos em Alagoas	123
3.2.3	A indústria de alimentos a partir da localização da Matriz de Insumos.....	135
3.2.4	Atuação das fábricas alagoanas de alimentos nas redes de supermercados	142

4	CAPÍTULO III: AS FÁBRICAS DE ALIMENTOS ALAGOANAS E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA	160
4.1	DADOS SOBRE ÀS FÁBRICAS DE ALIMENTOS NÃO ENTREVISTADAS.....	161
4.2	ANÁLISE DE DADOS COLETADOS EM ENTREVISTAS COM EMPRESAS ALAGOANAS.....	169
4.2.1	Bolachas e Biscoitos D'licia EPP.....	170
4.2.2	Cooperativa Pindorama.....	174
4.2.3	Indústrias Reunidas Coringa LTDA	177
4.2.4	Indústria Pajuçara LTDA	182
4.2.5	IVC Alimentos LTDA (Indústria Camarão).....	185
4.2.6	Indústria Alimentícia Popular LTDA	190
4.2.7	Indústria de Laticínios Valedourado.....	196
4.2.8	Moinho de Trigo Indígena S.A - Motrisa	200
4.3	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS DE ALAGOAS E SAÍDA DO CIRCUITO INFERIOR PARA O SUPERIOR.....	203
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
	REFERÊNCIAS	212
	APÊNDICES.....	223
	ANEXOS	247

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

O Presente trabalho resulta da necessidade de compreender a partir da geografia econômica, a indústria de alimentos em Alagoas, setor importante para o consumo populacional e com capacidade de atuação no mercado. Isto posto, sob orientação da Profa. Dra. Marta da Silveira Luedemann, a temática foi desenvolvida pensando na diversidade de fábricas de alimentos de capital local e com caráter local/regional, que, nos últimos trinta anos, vêm aumentando a sua atuação no mercado de Alagoas e outros estados do Nordeste.

Esta pesquisa se baseou na classificação nacional de atividades econômicas (IBGE, 2006), cuja indústria de alimentos está descrita na seção “Indústria de Transformação (C)”. Conforme o IBGE (2006, p. 100), o setor de fabricação de alimentos faz parte da divisão denominada: “Fábrica de Produtos Alimentícios (C-10)”, que compreende “o processamento e transformação de produtos de agricultura, pecuária e pesca em alimentos para uso humano e animal”. A divisão possui nove grupos que estão organizados em classes e subclasses (Ver APÊNDICE 1, p. 224).

Para realização deste trabalho, identifica-se as firmas pertencentes a seção da indústria de transformação (C) da referida divisão, “fábrica de produtos alimentícios (C-10)”, que estão registradas na Federação das Indústrias do Estado Alagoas (FIEA). Porém, entre as seções pertencentes a divisão C-10, não foram identificadas na FIEA, empresas que atuam nos seguintes grupos: abate e fabricação de produtos de carne (C-10.2); e fabricação do pescado e fabricação de produtos do pescado (C-10.3). O grupo “fabricação e refino de açúcar (C-10.7) faz parte da divisão, mas como a maior parte da produção de açúcar no estado, não tem como foco principal o consumo humano¹, este não interessa a análise, serão apenas identificados e quantificados; abre-se exceção para três empresas: Caeté, Coruripe e Cooperativa Pindorama,

¹ Fabricação e refino de açúcar (C-10.7): O açúcar é o principal produto de exportação do estado de Alagoas, e na classificação do CNAE/IBGE (2006) também se encontra dentro da divisão das fábricas de alimentos, mas embora faça parte, a produção de açúcar destinado ao consumo humano, não é prioridade. De acordo com dados do MDIC (2019), as exportações do açúcar de cana bruto representaram 65% em 2017 e 57% em 2018, sendo que o açúcar destinado à exportação, é o VHP (polarização muito alta), possuindo elevada produtividade para atender o mercado externo. Segundo os dados do Sindaçucar (2018) a produção de açúcar na safra 2017/2018 nas regiões Norte/Nordeste foram de 1.071,433 toneladas somando o açúcar VHP e Cristal, este último destinado ao consumo interno representou apenas 18% em toda região, incluindo o Estado de Alagoas. Contudo, mesmo que a produção de açúcar faça parte da indústria de alimentos, o mercado interno não é o seu foco principal, mas sim a exportação do VHP. Além do mais, os 18% do açúcar cristal destinado ao consumo humano, destina-se as fábricas que compram este açúcar como matéria-prima para outras produções no setor de bebidas, alimentos industrializados ou venda direta no atacado e varejo.

pois são as únicas que atuam no mercado interno com produção e comercialização de açúcar para o consumo humano.

Ainda sobre grupos que não serão analisados, encontra-se a classe de fabricação de produtos de panificação (C-10.91-1). Neste caso, as padarias se encontram em grande quantidade na categoria de fábricas e atendem ao mercado estritamente local, sendo identificado apenas o somatório total das firmas (Ver APÊNDICE 3, p.232). Isso ocorre devido ao grande leque de empresas que são classificadas pelo IBGE (2006) dentro da divisão, “fabricação de produtos alimentícios (C-10)”, mas atuam apenas em escala local.

No caso de Alagoas, as principais empresas pertencentes a divisão (C-10), possuem caráter local-regional e ganharam notoriedade pelos investimentos em tecnologias e ampliação da participação no mercado. A incorporação de novas tecnologias, leva ao crescimento em escala e em diversificação dos produtos da indústria de alimentos. Considerando a importância desse segmento industrial e da sua modernização, cabe a reflexão sobre o processo que move a cadeia de produção e a compreensão do papel da indústria de alimentos na economia de Alagoas.

A temática é relevante para a geografia econômica, pois trata-se de um setor econômico importante na participação do mercado, com cadeias de produção ligada direta ou indiretamente a agropecuária. Também estabelece relações com outros municípios e regiões, a montante e a jusante da cadeia de produção. Além do mercado e da constituição das cadeias produtivas, a participação do Estado na política econômica direcionada a sociedade ou ao setor, bem como os fatores locais, são elementos de análise da geografia econômica que não foram dispensados na presente pesquisa.

Verificou-se que são poucas as pesquisas acadêmicas desenvolvidas em Alagoas sobre a temática (Ver APÊNDICE 2, p.229). No total, foram contabilizados 19 trabalhos acadêmicos, incluindo, dissertações nas áreas de Nutrição, Engenharia Química e Ciências Agrárias e Ciências Políticas, uma tese na área de Ciências Sociais, um livro de Economia e monografias nas áreas de administração e contabilidade. Embora os trabalhos citados relatem sobre a indústria de alimentos, suas análises não são geográficas, havendo apenas estudos a respeito da história, organização administrativa e comercial e da produção de produtos específicos das empresas. Elementos importantes para análise, mas que não respondem a total compreensão sobre a indústria de alimentos.

A respeito da Geografia, os trabalhos acadêmicos desenvolvidos, citam de forma geral a indústria de transformação em Alagoas e em determinados municípios, mas não dissertam sobre o tema em questão, a exemplo dos trabalhos de Firmino (2016) e Morais (2012). A

exceção, é o artigo apresentado no ENAEG (2018), por Medeiros e Silva (2018), que abordam especificamente a dinâmica das fábricas alimentícias de iniciativa local em Arapiraca. Considera-se como contribuição para a pesquisa, trabalhos que versam sobre um grupo específico da indústria de alimentos, como é o caso de Vasconcelos Jr. (2017), que trabalha a organização socioespacial da bacia leiteira do semiárido alagoano, no entanto, é analisado unicamente a cadeia produtiva do setor de laticínios do semiárido (Agreste e Sertão) de Alagoas.

Pensando os poucos trabalhos desenvolvidos e a relevância da indústria de alimentos na economia alagoana, a realização desta dissertação justifica-se pela necessidade de oferecer aos estudos de geografia econômica de Alagoas, uma análise das características dessa indústria de alimentos local/regional, bem como a gênese, a evolução e o contexto atual. Nestes termos, objetivo deste trabalho consiste em analisar a indústria de alimentos em Alagoas na concepção da geografia econômica, destacando a relevância de empresas que estão atuando no mercado regional a partir do crescimento via escala e escopo. De maneira específica, propõe-se analisar historicamente a gênese e evolução da indústria de alimentos em Alagoas; identificar e analisar como a formação de mercado, em Maceió e Arapiraca, contribuíram com crescimento das firmas de fabricação de alimentos; verificar a constituição das políticas econômicas e setoriais; e por fim, analisar as formas de organização atual das empresas de fabricação de alimentos que nos últimos anos vêm ampliando suas participações no mercado regional.

Os processos históricos, socioeconômicos e geográficos foram fatores que viabilizaram o crescimento das firmas e possibilitaram reações positivas do empresariado². Entre os elementos que contribuíram com o crescimento, cita-se a evolução urbana de Alagoas, sobretudo das principais cidades do estado, Maceió e Arapiraca, que foram coadjuvantes na formação de mercados consumidores para a indústria de alimentos. Entretanto, não é apenas a

² Para conceituar o empresário da indústria de alimentos em Alagoas, recorremos a Mamigonian (1965) que explica o processo de formação de empresários industriais na cidade de Blumenau-SC. De acordo com o autor, esses empresários começaram muito modestamente, “sendo que os empresários são, no início, a única força de trabalho, pois juntam apenas o suficiente para começar” (p. 403). “Na medida em que as indústrias cresceram, elas tentaram melhorias, e, portanto, procuraram maior quantidade de mão de obra especializada, ao mesmo tempo que formavam *in loco* novos operários especializados” (p. 404). No caso das fábricas de alimentos alagoanas entrevistada, elas cresceram em um processo semelhante ao que houve em Blumenau-SC, pois em geral, os empresários iniciaram suas atividades em uma pequena produção de manufaturas (alimentos, bebidas, fumos, , entre outros.), explorando sua própria força de trabalho e da família, acumulando o suficiente para realizar investimentos para aumentar e melhorar a produtividade e a organização da empresa. Assim, passou a contratar mais pessoas, incorporar maquinarias bem modestas no processo de produção, e logo depois, ganhando mercado, aumentou e diversificou a produção. Os empresários da indústria de alimentos alagoana, são, em geral, antigos agricultores ou comerciantes, que se beneficiaram nos períodos em que houve crescimento do mercado urbano, principalmente a partir da década de 1950, com as ações do governo federal, incentivos do governo estadual aos setores industriais (polo cloroquímico, indústria de massas e de coco e o setor de laticínios) e mais recentemente, com as políticas sociais implementadas a partir de 2003.

capacidade do empresariado frente às condições gerais do mercado e o crescimento urbano que demarcam as fases de superação e ampliação das empresas; o Estado tem papel preponderante através dos mecanismos de incentivos. Por esta razão, as políticas de Estado nas esferas (nacional, regional, estadual e municipal) evocam também sua apreciação frente ao tema.

Partindo dessas observações e dos objetivos proposto por esta pesquisa, os capítulos destinam-se a compreender a indústria de alimentos no estado. No primeiro capítulo, discute-se a formação socioespacial (SANTOS, 2008a), para compreender a gênese, a evolução e o contexto atual da sociedade alagoana, no qual a indústria de alimentos está inserida. Deste modo, busca-se apresentar quais os processos contribuíram para evolução urbana do Estado de Alagoas, bem como a formação do mercado urbano nas cidades de Maceió e Arapiraca, que se tornaram fundamentais para o crescimento da indústria de alimentos no estado.

No segundo capítulo, analisa-se os processos e transformações socioespaciais que incentivaram a formação da indústria de alimentos em Alagoas, sua distribuição geográfica nas mesorregiões Leste, Agreste e Sertão e as combinações geográficas que resultaram no crescimento de empresas desse setor. Os dados trabalhados neste capítulo, foram organizados em mapas, quadros e tabelas e coletados nos seguintes locais: Associação Comercial de Maceió (ACM), identificando as primeiras fábricas de alimentos em Alagoas; Federação das indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), para identificar empresas registradas, grupos de fabricação no qual pertencem, localização (município), número de funcionários por firma e data de abertura. Além disso, houve coleta de dados em oito redes de supermercados de Maceió, para mostrar a atuação das empresas alagoanas analisando preços, concorrência e quais as empresas predominantes em cada uma das redes.

No terceiro capítulo, será apresentado a análise das fábricas de alimentos registradas na FIEA, que estavam presentes nas redes de supermercados de Maceió e que atuam no circuito superior ou superior marginal da economia como uma indústria urbana moderna. A compreensão dos circuitos da economia (SANTOS, 2008b), auxilia no propósito de revelar condições concretas das empresas, desde as suas formações, investigando a classe social da qual emergiram os proprietários, sua condição no circuito inferior e meios para ascender ao circuito superior. A análise baseia-se nas informações levantadas por meio de entrevistas com representantes das principais firmas do setor de alimentos.

Partindo das contribuições teórico-metodológicas, aponta-se a história, a cadeia de produção, a estrutura, a atuação, a concorrência e os benefícios e desafios encontrados para permanência das fábricas de alimentos no estado de Alagoas.

1.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

“A industrialização de produtos destinados ao abastecimento passa a se caracterizar como o recurso tecnológico capaz de reduzir as variações sazonais e contribuir para uma regularidade da oferta de alimentos” (DESCONHECIDO, 1974, p. 78). Em escala mundial, o surgimento da indústria de alimentos ocorreu durante I Revolução Industrial, beneficiando-se dos recursos mecânicos e técnicos disponíveis, para ampliar as necessidades de suprimento alimentar da população. Segundo Castro (1972), no Brasil, a gênese da fabricação de alimentos, tem seu marco a partir da de 1850. Ela está ligada a duas formas de fabricação: uma mais rústica, que ocorreu nas fazendas e em algumas casas urbanas; e outra mais moderna para as condições da época.

As manufaturas de “subsistência” representam a primeira forma de fabricação, elas eram feitas, principalmente, por escravos, donas de casa ou alguns artesãos; essas atendiam principalmente o complexo rural ou um mercado urbano estrito a vilas e cidades próximas. A segunda, mais moderna, foi a “indústria de beneficiamento de bens primários”, que estava diretamente ligada ao complexo rural e seu destino era prioritariamente o mercado externo, a exemplo: “fabricação de açúcar, o preparo (rudimentar) do couro, a obtenção do charque, entre outros.”. À medida que cresciam os núcleos urbanos e o comércio inter-regional, parte desses bens beneficiados, destinavam-se ao mercado interno (CASTRO, 1972, p. 103-104).

Com o fim do tráfico de escravos e elevação dos custos com mão de obra, houve introdução de novos processos técnicos, fazendo com que as oficinas³ exercessem papel importante na criação de mecanismos que facilitaram as etapas de produção. A inserção da energia a vapor e transportes terrestres (ferrovias e estradas que faziam ligação até os pontais de trilho ou portos das cidades litorâneas) facilitou o escoamento da produção e fortaleceu o “comércio inter-regional de manufaturas”. Por outro lado, a formação de mercado consumidor e a construção de novos estabelecimentos manufatureiros, distanciou a indústria da agricultura e aprofundou a divisão do trabalho, sendo distribuídas por todo o país, nesse caso, “onde houvesse centros urbanos, aí tenderiam a despontar estabelecimentos têxteis, fábricas de produtos alimentares, bebidas, entre outros.” (CASTRO, 1972, p. 105 e 106).

Ao observar essas condições pode-se dizer que a formação da indústria de alimentos no Brasil, está relacionada em sua gênese com agricultura e seu desenvolvimento com a construção de infraestruturas que, possibilitaram o crescimento do mercado interno local e regional.

³ O uso de equipamentos relativamente complexos exigia que as indústrias de beneficiamento se fizessem acompanhar de oficinas mecânicas. (CASTRO, 1972, p. 104)

Segundo Espindola (1996, p. 13), “o ritmo da produção deste ramo industrial relaciona-se à expansão do mercado interno e ao grau de competitividade de seus produtos no mercado externo”. A partir de 1930, com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, houve o crescimento da população urbana, que atuava na construção dos núcleos (vilas e cidades mais modernas), expansão do mercado interno e expansão dos produtos para o mercado externo. Deste modo, para o autor, o desenvolvimento da indústria de alimentos está relacionado com o crescimento populacional, incentivo estatal e modernização, com adoção de novas tecnologias, sendo mais forte a presença dessa indústria no Centro-Sul do Brasil.

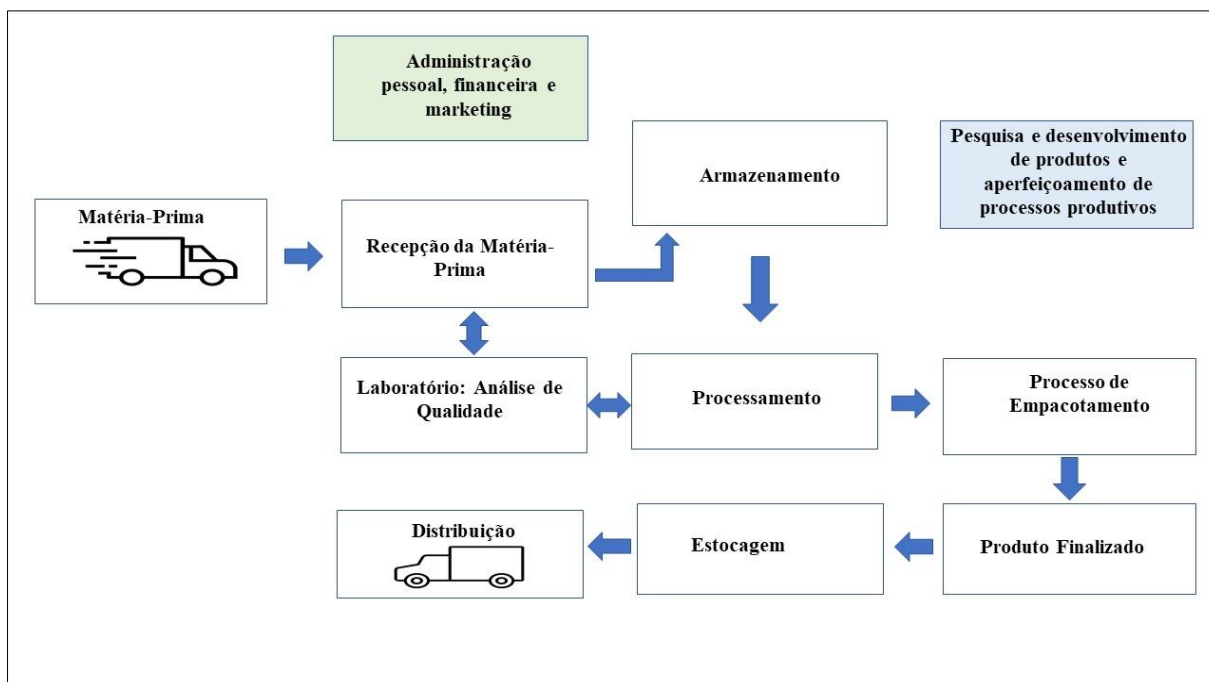
No caso de Alagoas, a gênese da indústria de alimentos está relacionada com a produção de açúcar; primeiramente no próprio engenho, por ser o açúcar um produto para consumo humano, e posteriormente, no entorno dos engenhos, onde se organizavam estruturas industriais e comerciais para atender as necessidades básicas e secundárias dos núcleos de povoamento, vilas e cidades formadas até meados do século XIX. Com advento da Revolução industrial na Europa e a importação de suas máquinas e equipamentos para o Brasil, houve modificações na produção de açúcar, sendo esta modernizada. Esse período marca o processo de “mecanização das moendas, por meio do vapor, iniciando uma transformação que determinou o início de um novo ciclo industrial da produção açucareira” (FIEA, 2018, p. 19).

Sob outra perspectiva, o Estado, ainda que de forma indireta, criou condições favoráveis ao processo de urbanização e investimento nos setores de máquinas e equipamentos para a indústria, que conseqüentemente, atenderam a indústria de alimentos.

De acordo com Viana (2018), a indústria de alimentos engloba grande diversidade de produtos, mantém relação direta com a agricultura e a pecuária no processo anterior às etapas de produção e depende da aceitação no mercado interno para crescer e aumentar sua capacidade produtiva.

Atualmente, existe em Alagoas fábricas de alimentos de médio e grande porte que organizam suas etapas de produção em semelhança com o fluxograma da figura 1. Há, é claro, diferenças particulares a depender da fábrica. Vale ressaltar, que não é objetivo deste trabalho compreender as etapas de produção que serão apresentadas no fluxograma a seguir, mas, de maneira geral, mostrar como são organizadas as fábricas de alimentos que foram visitadas.

Figura 1-Organograma geral das fábricas de alimentos⁴



Fonte: baseado nas visitas realizadas nas fábricas de alimentos (2018/2019). Elaborado pelo autor.

A organização interna das fábricas ocorre a partir das seguintes etapas: chegada da matéria-prima, armazenamento, processamento, transporte e comercialização. Além disso, a depender da firma, podem ser realizadas pesquisa e desenvolvimento de produtos (P&D), para gerar melhoria da matéria-prima, adaptação ou criação de novos produtos que diversifiquem a produção e atendam ao mercado. Conforme os dados registrados no Guia da Indústria (FIEA, 2018), as fábricas de alimentos estão classificadas nas seguintes classes: fabricação de massas alimentícias, fabricação de bolachas e biscoitos, fabricação de conservas de vegetais, fabricação de açúcar, fabricação de sorvetes e outros gelados, beneficiamento de milho e trigo, torrefação e moagem de café, entre outros.

Destes, destacam-se as empresas de capital alagoano: Indústrias Reunidas Coringa, Indústria Popular, Indústria Camarão, Sococo, Indústria Pajuçara, Cooperativa Pindorama, Fika Frio, Valedourado e D'licia. Todas de capital local e com atuação no mercado regional, investindo em escala e escopo, que influenciam o crescimento das firmas e da indústria de alimentos no estado.

⁴ A estrutura não representa uma regra geral, mas tomou como base as pesquisas de campo realizada nas empresas de fabricação de alimentos, nota-se diferenças a depender do produto fabricado.

1.3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados levantamentos bibliográficos e de dados nas bibliotecas físicas (UFAL e UNEAL) e virtuais (BNB, PNUD, IBGE, Scielo, UFAL, UFPE, USP, entre outros); levantamentos documentais acerca da indústria de alimentos na Associação Comercial de Maceió (ACM) e Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA) e por meio da plataforma digital do SIDRA-IBGE. Além disso, dados primários foram coletados em pesquisa de campo, com visitas e entrevistas nas fábricas de alimentos. Com base nos dados adquiridos foi possível construir mapas, quadros e tabelas para melhor compreensão da indústria de alimentos. Abaixo as pesquisas de campo realizadas conforme o quadro 01:

Quadro 1-Pesquisas de Campo realizadas

Data	Instituição/Fábrica	Local	Objetivo
27/11/2018	Indústria Camarão	Arapiraca	Entrevista com Gerente Industrial e visita à fábrica
29/11/2018	Grupo Coringa	Arapiraca	Entrevista com Gerente Comercial e visita à fábrica
11/12/2018	Fábrica de Biscoitos D'Licia	Penedo	Entrevista com o proprietário da empresa e visita à fábrica
10/04/2019	Fábrica Pajuçara	Maceió	Entrevista com um dos sócios da empresa e visita à fábrica
12 a 14/04/2019	Redes de supermercados	Maceió	Pesquisa de preços e concorrência dos produtos Alagoanos
06 a 09/05/2019	Associação Comercial de Maceió	Maceió	Coleta de dados sobre as primeiras fábricas de alimentos
17/05/2019	Federação das Indústrias de Alagoas	Maceió	Coleta de dados sobre as fábricas de alimentos registradas atualmente.
09/07/2019	Indústria Popular	Limoeiro do Anadia	Entrevista com Gerente Industrial e de Recursos Humanos da empresa e visita à fábrica
10/07/2019	Indústria Camarão	Arapiraca	Entrevista com Gerente Industrial e visita à fábrica
10/07/2019	Grupo Coringa	Arapiraca	Entrevista com Gerente de Marketing e visita à fábrica
10/10/2019	Valedourado	Palmeira dos Índios	Entrevista com Gerente Administrativo e visita à fábrica

Elaborado pelo autor

O presente trabalho, baseia-se na concepção teórica do materialismo histórico e dialético. De acordo com Edgley *apud* Bottomore (2012, p. 409), “o materialismo dialético é a filosofia do Marxismo, enquanto o materialismo histórico, seria a ciência Marxista”. A junção dos dois conceitos, que são diferentes em sua gênese, porém complementares na análise, compreende a estrutura econômica e social da sociedade, sem deixar de levar em consideração a história e as constantes mudanças ocasionadas pelo e no processo de produção.

O componente dialético, endossa que a realidade concreta não é uma substância estática numa unidade indiferenciada, ela é, unidade que é diferenciada e especificamente contraditória. Neste caso, “o conflito dos contrários faz avançar a realidade em um processo histórico de transformação progressiva e constante, sejam elas revolucionárias ou evolucionárias” (EDGLEY *apud* BOTTOMORE, 2012, p. 410). No caso do materialismo histórico, “ele designa o corpo central de doutrina da concepção materialista da história, núcleo científico e social da teoria marxista” (SHAW *apud* BOTTOMORE, 2012, p. 411). Entende-se que todos os acontecimentos históricos, contribuíram com a transformação no modo de produção, bem como a divisão social. O desenvolvimento das forças produtiva, explica o curso da história humana, não apenas nos meios de produção, mas na capacidade humana de criar habilidades e conhecimentos capazes de modificar a estrutura da sociedade.

O materialismo histórico e dialético trás luz a análise deste trabalho, por compreender que as modificações não são estáticas, mas geram processos de transformações sociais, que aqui são apresentadas na gênese e evolução da indústria de alimentos alagoana. As leituras de Santos (2008a) sobre formação social, de Rangel (1981) sobre as dualidades básicas da economia brasileira, de Cholley (19614a;1964b) sobre as combinações geográficas, de Santos (2008b) sobre os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos, contribuem para análise materialista histórica e dialética neste trabalho, pois através delas compreendemos a formação social de Alagoas e o crescimento da indústria de alimentos como resultado de transformações na estrutura social do estado, bem como o papel que os agentes sociais exerceram e exercem no processo de transformação, diga-se: Estado, empresários e trabalhadores da cidade ou do campo. Todavia, como forma de compreender as modificações no estado de Alagoas, recorre-se em especial a análise da acumulação primitiva para entender o desenvolvimento do capitalismo no estado e quais suas incidências na indústria alimentos.

1.3.1 Acumulação primitiva

A acumulação primitiva do capital é o processo que uma determinada sociedade capitalista passa, na fase inicial das relações capitalistas de trabalho e produção, antes de constituir o modo de produção capitalista propriamente. Considerando que acumulação requer exército industrial de reserva, que permita formar mercado de trabalho (favorável à maior extração de mais-valia) e realizar os investimentos produtivos (D-M-D’).

Para tratar da gênese do capitalismo na Inglaterra, Marx (1982) intitulou um dos capítulos do livro “O Capital” de “a chamada acumulação primitiva”, para

explicar a dialética das classe antagônicas no processo de formação da sociedade capitalista inglesa. Desta forma, a concepção marxiana do materialismo histórico e dialético do processo de nascimento da sociedade burguesa, contribuiu para o desenvolvimento da presente pesquisa naquilo que trataremos de acumulação pessoal de capital dos proprietários das fábricas analisadas no contexto histórico da urbanização do Nordeste e do desenvolvimento da indústria de alimentos do estado de Alagoas.

Segundo Marx (1982, p. 171), “a acumulação primitiva seria o ponto de partida do modo de produção capitalista”. Sua estrutura econômica tem origem da estrutura econômica da sociedade feudal e foi na dissolução desta, que o capitalismo obteve elementos importantes para o seu desenvolvimento. Assim, acumulação primitiva explicaria a gênese, que é denominada por Marx (1982, p. 172), como “o processo de dissociação entre produtores e meios de produção”. A dissociação entre produtores e meios de produção, não ocorreu de forma pacífica. Entre o fim do século XV e início do século XVI, os senhores feudais que faziam oposição aos reis e ao parlamento, invadiram as terras comunais pertencentes ao Estado e expulsaram camponeses, transformando terras cultiváveis em pastagens, além de formar uma massa mais numerosa de proletários (MARX, 1982, p. 173 e 174).

Essas ações segundo Wood (1998), promoveu mudanças nas estruturas sociais e econômicas, formando assim, a tríade que é a base da formação do capitalismo: proprietários de terras (senhores feudais na maioria das vezes), vivendo da renda da terra; arrendatários capitalistas, vivendo do lucro; e trabalhadores, ex-camponeses, vivendo de salários. As rupturas com o trabalho servil e o início das relações de trabalho capitalistas no campo, foram os únicos responsáveis pela gênese do capitalismo. Pois, a diferenciação social, surge entre a relação dos camponeses, com mudanças nas estruturas sociais a partir de três fatores: expropriação camponesa; especialização da produção; e produção para o mercado.

O processo histórico de expropriação camponesa promoveu o surgimento de duas classes, o arrendatário, que passa a produzir excedentes e acumular; e os proletariados, que foram expropriados e transformaram-se em mão de obra assalariada nas fazendas arrendadas ou como exército industrial de reserva para indústria urbana nascente. Nesse processo, as áreas de produção a partir da expropriação camponesa incorporaram parte dessa mão de obra como assalariados. Além disso, houve incorporação de novos instrumentos técnicos para o aumento e especialização. (MARX, 1982, p. 180 e 181).

Se por um lado, a origem do capitalismo promoveu expropriações de camponeses, por outro, o setor agrário da Inglaterra, pelo menos de algumas regiões, no séc. XVI, tornou-se o mais produtivo da história. Isso foi possível, através do que proprietários e arrendatários

chamavam de “melhoramento”, tornando a terra “mais produtiva e lucrativa”. A priori, eles não dependiam de inovações tecnológicas significativas, embora novos equipamentos estavam começando a ser usados, como o “arado com roda”; mas foi o desenvolvimento de técnicas agrícolas que possibilitou o aumento produtivo da agricultura, por exemplo, “cultivo conversível ou em degrau - alternância do cultivo em períodos de descanso, rotação de culturas, drenagem de pântanos e terras baixas etc.” (WOOD, 1988, 19 e 20).

Para Wood (1998), o capitalismo é uma contradição em si, que de um lado expropria e de outro cria condições para aumento da produtividade, através das transformações na relação do homem com a natureza. “O capitalismo não é uma consequência 'natural' e inevitável da natureza humana, ou mesmo de práticas sociais antigas como o comércio. Ele é resultado tardio e localizado de condições históricas muito específicas.” O que tornou o capitalismo universal, foram as transformações que possibilitaram mudanças nas relações do homem com a natureza, provendo garantia das necessidades vitais básicas (WOOD, 1998, p. 27).

Ainda segundo Wood (1998, p. 28), a existência de uma sociedade capitalista transformou todas as outras, mudando as condições de desenvolvimento econômico. Entretanto, os ganhos obtidos no seu país de origem, não seguiu o mesmo curso em todos os lugares, sobretudo nos países de Terceiro Mundo, pois os efeitos destrutivos do capitalismo, acabam por ser maiores do que os ganhos materiais. Esse fato, explica-se por conta dos imperativos do mercado que passam a ditar os termos de reprodução social, fazendo com que, tanto “os apropriadores quanto produtores, mesmo que mantenham a posse, ou mesmo a propriedade dos meios de produção - sejam sujeitos às exigências da competição, da produtividade crescente, da acumulação de capital e da intensa exploração do trabalho” (WOOD, 1998, p. 28 e 29).

Mesmo que os imperativos sociais, desiguais, que marcam países de Terceiro Mundo, como o Brasil, existam; as pequenas possibilidades de ganho que são possíveis, podem gerar elementos de transformações na realidade social. Mas para que tais transformações ocorram, o Estado exerce papel fundamental, pois é a partir de suas ações que ocorrem progressos nas estruturas físicas, sociais e econômicas de um país. E isso aconteceu no Brasil, mesmo com contradições referentes a sua formação social. O aprofundamento das relações capitalistas tem início em 1930, quando o Estado passa a direcionar suas formas de organização para um projeto de integração nacional, formação da indústria e mercado interno.

A teoria da acumulação primitiva contribuiu com a compreensão sobre os avanços e contradições existentes no estado de Alagoas⁵ a partir da incorporação das relações capitalistas

⁵ O declínio do ciclo da cana-de-açúcar promoveu a ampliação do latifúndio no Agreste do Nordeste. Este processo concentração fundiária se aprofundou estimulado tanto pela oligarquia do gado no Sertão, quanto a oligarquia da

de produção, ainda que baseado na experiência da acumulação pessoal dos industriais. Um aspecto importante dessas mudanças é a transformação da unidade artesanal em fábrica, o que culmina na industrialização de produtos alimentícios, que é objeto deste trabalho. Em relação a esse setor, suas modificações dentro de uma estrutura capitalista, ocorrem a partir de 1950, isto, graças as transformações estruturais geradas pelo Estado no início dos anos 1930. Todavia, se até 1950, a indústria de alimentos se concentrava de maneira rústica, com poucas ou nenhuma estrutura moderna – com exceção das usinas de açúcar, que recebeu incentivos diretos do Estado através do IAA – em geral, as formas de organização capitalistas, entraram em Alagoas, quando o Estado criou condições para crescimento de mercado urbano. Além disso, o processo de urbanização em Alagoas, ocorre em conjunto com a ampliação dos latifúndios para as áreas de pequena produção, isso levou a expropriação de trabalhadores do campo para as cidades, gerando crescimento de mão de obra barata, principalmente, em Maceió e Arapiraca. A primeira por ser capital, concentrava maior número de serviços urbanos no estado, e a segunda, passava por um processo de crescimento econômico em decorrência do ciclo fumageiro (1950-1990). Isso foi chave importante para que empresários locais acumulassem e investissem em meios de produção mais modernos.

No caso do empresário das fábricas de alimentos, tanto as infraestruturas, como o mercado urbano crescente, foram incentivos indiretos para investir em seus negócios. A maioria, desses empresários vieram da pequena produção mercantil, e em alguns casos apenas do comércio ou serviços, mas ambos utilizavam inicialmente a exploração da mão de obra familiar. Com crescimento do mercado urbano, promovidos pelo processo de integração nacional, foi possível acumular o suficiente para fazer novos investimentos, aumentando e especializando a fabricação de produtos alimentícios. Na história pessoal dos empresários, havia persistência e auto exploração, que levaram ao êxito de suas empresas, mas acumulação desses proprietários, só foi possível graças ao papel do Estado, que criou estradas, escolas,

cana, se estendendo até o Agreste. Em ambos os casos a expropriação dos pequenos produtores foi determinante para o processo de proletarianização dos trabalhadores que irão abastecer o exército industrial de reserva nas cidades litorâneas, no Sudeste do Brasil, ou mesmo nas unidades agrícolas do interior (sejam pequenas ou grandes). Os pequenos ciclos de produção para o abastecimento externo e, posteriormente, interno –, sobretudo algodão e fumo no caso de Alagoas –, incorporaram trabalhadores assalariados, contribuindo para a modificação da estrutura de produção e a inserção no mercado de parcela de trabalhadores rurais, anteriormente inseridos na produção natural. Segundo Mamigonian (2009), as feiras agrestinas, tradicionais pontos de estímulo às produções artesanais, se transformaram em concentrações urbanas, tais como Arapiraca (AL), Itabaiana (SE), Feira de Santana (BA), Mossoró (RN), Campina Grande (PB), Caruaru (PE), as mais expressivas. Estas pequenas produções artesanais, abastecem ainda hoje as feiras com alimentos (queijos, biscoitos, farinhas, bolos, confeitos, compotas), utensílios de barro, até roupas, calçados e móveis. Por outro lado, a partir do crescimento urbano, algumas fábricas se modernizaram e passaram atuar em novos mercados, e as pequenas fábricas, cuja existência e crescimento dependerá no futuro de políticas de governo, tendem a sair de circulação ou permanecer em atuações locais.

hospitais, organizou espaços para feiras, etc., levando a urbanização, que gerou mão de obra barata e mercado consumidor. Assim, as fábricas de alimentos conseguiram ampliar sua produção, organizar suas estruturas internas, aumentar sua participação no mercado e alterar, ainda que timidamente, as relações de trabalhos nas cidades, principalmente dentro das fábricas.

Frente as estruturas sociais mais arcaicas, a incorporação técnica e a organização processo de produção, dentro de uma perspectiva capitalista, representam um avanço nas relações sociais. Isso, é observado quando por meio da acumulação pessoal dos proprietários das fábricas de alimentos – que resultaram nos investimentos técnicos para aumento e melhoria no processo de produção –, geraram modificações na indústria de alimentos e nas relações sociais ligadas a cadeia de produção.

1.3.2 Combinações Geográficas

As combinações geográficas foram concebidas por Vidal de La Blache⁶, mas desenvolvida como ideia central por André Cholley (1964a;1964b) que, explica o papel das múltiplas determinações na sociedade e no espaço. Para o autor, as combinações geográficas explicam o caráter original das análises geográficas, pois, diferente das outras ciências, a Geografia não analisa os fatos isoladamente, ela atua em duas dimensões, “tempo e espaço”. Esse duplo caráter, garante a originalidade da Geografia, que se dá pela análise e interpretação de todas as combinações existentes na superfície do globo.

Cholley (1964b) aponta que a Geografia utiliza dois métodos, o natural e histórico. O das ciências naturais, interpreta combinações que estão em movimento e em ação no espaço que ocupa; já o método histórico, permite reconstituir as sucessões e as substituições de combinações que ocorreram em um ponto da superfície da Terra, ele reúne acontecimentos que se desenrolaram no passado auxiliam a compreender ações do presente. A utilização dos dois métodos, permite interpretar a realidade da Terra, seja por meio do viés natural ou histórico, “cabe-nos saber qual método melhor convém para chegar atingir o processo espacial das combinações” (CHOLLEY, 1964b, p. 268).

Deste modo, a Geografia utiliza das combinações como objeto de estudo, determinando as suas características, a partir das convergência dos elementos existentes no globo. Além disso, as combinações geográficas oferecem uma localização especial e se manifestam na superfície da Terra, pois, é onde os elementos das combinações entram em contato e se manifestam. “A

⁶ LA BLACHE, Vida. As características próprias da Geografia. CHRISTOFOLETTI, Antônio (Org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p 37-47.

própria estrutura das combinações nos impede de considerar isoladamente os fatores que as compõem, isto é, eles existem somente como elementos da combinação e nas combinações de que fazem parte que convém apreciá-los” (CHOLLEY, 1964a, p. 139;1964b, p. 267).

Para desvendar o caráter geográfico de uma combinação, cabe verificar se ela contribui para criar, no próprio local em que se produz um meio particular que possibilite a manifestação da vida, em especial as que apresentam atividades dos grupos humanos (CHOLLEY, 1964a, p.140). As combinações podem ser divididas em três importantes categorias: as físicas, que resultam unicamente da convergência de fatores físicos; as biológicas, são, a um tempo, de ordem física e de ordem biológica; e as humanas, que interfere nos elementos físicos, biológicos e humanos.

As combinações físicas dão características as estruturas internas da Terra, é nessa combinação que são identificados elementos ligados mais a estrutura da terra, como os elementos edafoclimáticos. As biológicas são dependentes das combinações físicas, esta é responsável pelas características fisiográficas e a forma como os animais se adaptam geograficamente à um determinado local. Contudo, as combinações humanas, mais abstrusas, criam seus próprios meios de sobrevivência e métodos (cultura, infraestrutura, política e organização social) que não dependem exclusivamente das forças naturais. (CHOLLEY, 1964a; 1964b)

“Cada uma dessas combinações provocou certo tipo de povoamento do solo, criou uma estrutura social mais ou menos diferenciadas, determinou uma forma de organização da terra, fez, mesmo surgir focos regionais por um gênero de vida bem característicos”. Por isso, as combinações geográficas são divididas em três importantes categorias, mas são as combinações humanas que possibilitam maior interferência nas combinações físicas e biológicas, e é através dessa interferência que ocorrem progressos na humanidade. Afinal, é por meio da realização de atividades necessárias à vida dos grupos humanos, que se criam sistemas de produção agrícolas, indústrias etc., capazes de resolver os problemas enfrentados pela sociedade (CHOLLEY, 1964a, p. 141 e 142).

“A análise dos elementos de tais combinações, a observação de sua vitalidade, fornecem à geografia o seu método, que define nossa ciência em oposição às ciências setoriais (geologia, botânica etc.)” (MAMIGONIAN, 2003, p. 31).

As combinações oferecem os elementos que tornam a Geografia uma ciência essencial, é ela quem oferece contribuições para analisar as transformações ocorridas na superfície do globo. E nesse processo, as combinações nascem, evoluem e morrem, sendo também, criadas novas, para atender aos interesses dos grupos humanos (CHOLLEY, 1964a).

As combinações geográficas foram utilizadas como método de análise, compreendendo os elementos físicos, biológicos e humanos fundamentais para analisar o crescimento da indústria de alimentos no estado de Alagoas. A partir de questões gerais, identifica-se a realidade da estrutura da Terra e as atividades humanas existentes, que permitem analisar em escala regional todas as especificidades da realidade física, biológica e humana existentes em Alagoas. Assim, conhecendo a realidade, é possível observar como as combinações humanas são fundamentais para criar condições de desenvolvimento, diante das determinações naturais.

No presente trabalho, verificam-se as combinações humanas, na perspectiva da cadeia de produção dos alimentos industrializados, cuja combinação física e biológica está contida. Pois, foi por meio dessas combinações ao longo da história, que as bases de formação da indústria de alimentos foram criadas. Primeiramente, através do período de colonização, quando se trouxe a cana-de-açúcar aproveitando os elementos físicos e biológicos, favoráveis a essa produção e, como solo fértil, clima e localização favorável por conta do oceano Atlântico, e, também, as combinações humanas, a exemplo da incorporação da mão de obra escrava, que fez parte do modelo de organização social da época. Outra atividade importante, foi o desenvolvimento da policultura, com produção de milho, mandioca, feijão, arroz etc., no semiárido, em especial no Agreste.

A partir da década de 1930, o Estado exerceu papel importante, criando condições estruturais, que incentivaram a urbanização e crescimento do mercado interno; e setoriais, como incentivo a melhorias no processo produtivo, fazendo com que as fábricas de alimentos ligadas, sobretudo à pequena produção mercantil, se motivassem a criar estruturas mais modernas para aumentar sua atuação no mercado alagoano e regional.

1.3.3 Formação Socioespacial

Entre um dos principais nomes da geografia crítica no Brasil e no mundo, o geógrafo baiano, Milton Santos, um dos responsáveis pela aproximação teórica da Geografia com o materialismo histórico e dialético, reforçava a importância do estudo histórico, frente à concepção positivista, devido à análise dos processos permitir maior compreensão da realidade, do que simplesmente sua descrição.

Dentre as principais contribuições de Milton Santos, destaca-se “formação social como teoria e método”, apresentado no Brasil em 1977, e tem por objetivo o “estudo das sociedades humanas em sua obra de permanente reconstrução do espaço herdado das gerações precedentes, através das diversas instâncias de produção” (SANTOS, 1980, p. 195). Santos (2008a), trata

das várias análises sobre modo de produção e formação econômica e social (FES)⁷ e propõe uma nova dimensão a FES que inclua o espaço. Isto porque, a categoria espaço abrange a problemática social.

Santos (2008a) entende que, para interpretar o espaço humano como fato histórico, “somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir sua transformação a serviço do homem”. Esta é a razão, pela qual, o autor utiliza a FES como categoria de análise, pois, diz respeito “à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com forças externas” (p.22). Deste modo, a produção, ou seja, o trabalho do homem para transformar o espaço o qual está inserido, segundo as leis historicamente determinadas, é a base dessa análise (SANTOS, 2008a, p. 22).

Para esclarecer a evolução da sociedade frente as determinações históricas, trabalha-se com três categorias interdependentes: o modo de produção, a formação social e o espaço, baseando-se na ideia de que todos os processos que formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) “são histórica e espacialmente determinados em um movimento de conjunto, isto através de uma formação social”. “O modo de produção seria o “gênero” cujas formações sociais seriam as “espécies; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a FES seria a possibilidade realizada”. Perante isto, o modo de produção seria uma realidade possível de ser construído, com objetivo de atingir um determinado fim, enquanto a FES, seria a sociedade com suas características próprias, em um dado território condicionadas por um Estado-nação; e sob influência dos modos de produção (SANTOS, 2008a, p. 27 e p. 28).

De acordo com Santos (2008a, p. 28 e p. 29), “o modo de produção expressa-se na interação entre o novo modo de produção que domina o velho modo de produção”, enquanto o novo procurar se impor por toda parte, o velho é penetrado por formas sociais e expressões do novo modo de produção. O modo de produção capitalista seria a nível global, o novo que procura se impor por toda parte. Tratando-se especificamente e internamente, de uma FES, pode haver estruturalmente, uma forma de organização política, econômica e social mais atrasada em relação ao modo de produção dominante (capitalista). À vista disso, essas estruturas oferecem elementos característicos da formação social, que se concretizam sobre uma base territorial historicamente determinada, o espaço.

⁷ A ideia de formação econômica e social foi elaborada por Marx e Engels e retomada por Lênin para entender a realidade das relações econômicas e sociais na Rússia (SANTOS, 2008a, p. 23).

De acordo com Santos (2008, p. 22), “a história não se escreve fora do espaço”, isto é, ela não pode ser considerada a-espacial, por isso cabe à geografia e às ciências do espaço interpretar a realidade espacial, ou o espaço do homem a partir dos fatos históricos mundiais e nacionais. Assim sendo, compreende-se a realidade espacial e os constantes esforços para que sejam transformadas. Pois, o espaço está em constante transformações “sua evolução, é ao mesmo tempo um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global. Se não podem criar formas novas ou renovar as antigas, as determinações sociais têm de se adaptar” (SANTOS, 2008a, p. 31).

Diante disso, a formação socioespacial, como método de análise contribuiu para compreensão sobre a formação social de Alagoas, sua estrutura econômica, política e social. Ainda que Santos (2008a) não trate de formação econômica e social, na escala regional, como Lênin⁸, há aqui um tratamento sobre Alagoas na perspectiva da formação socioespacial regional. E essa concepção teórica, auxilia a compreender como os atrasos e avanços se manifestam no estado de Alagoas nas três mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão).

A respeito da análise da formação social de Alagoas, ela é historicamente constituída pela oligarquia da cana-de-açúcar, concentrada sobretudo na zona da mata (Leste) e pela oligarquia do gado, concentrada no semiárido (Agreste e Sertão). Esta última deu características ao processo de organização social afastado dos domínios da cana-de-açúcar, dando origem à dinâmica da pequena produção mercantil no semiárido alagoano. Mas é a primeira, que tem maior domínio sobre as estruturas do Estado até os dias atuais; ela surge do feudalismo português, durante o mercantilismo e se consolida no poder por determinações históricas – como classe dominante até 1930, conforme Rangel (1981).

Como classe dominante em escala estadual, ainda hoje, devido à integração na Divisão Regional do Trabalho (pós-1930) e preponderância econômica e política devido à exportação do açúcar e do álcool, as classes sociais alagoanas, acabam se sujeitando aos seus interesses. Deste modo, assim como as demais classes sociais (pequena produção mercantil, assalariados, comerciantes), a pequena burguesia industrial, que surge a partir das transformações socioespaciais decorrentes da urbanização concentradas em Maceió, torna-se refém dos interesses da oligarquia da cana-de-açúcar para incorporar as políticas econômicas do governo federal. Por esta razão, a categoria de análise da formação socioespacial é fundamental para

⁸ LÊNIN, V.I. **Capitalismo e Agricultura** nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Ed. Brasil Debate, 1978.

esta pesquisa, pois através dela foi possível identificar e analisar à realidade da indústria de alimentos frente as determinações históricas existentes no estado de Alagoas.

1.3.4 Dualidades básicas da economia brasileira

Do início do século XIX até o final do século XX, a organização da sociedade brasileira ocorreu por meio da dialética das classes hegemônicas, como explica Rangel (1981). Segundo o economista maranhense, no Brasil existiam dois polos estruturais de desenvolvimento: o polo interno (determinações históricas nacionais); e o polo externo (influência do centro do sistema capitalista). Cada um desses polos possuíam dois lados: no caso do polo interno, um lado interno que organizava as relações de trabalho e a estrutura do Estado, e um lado externo que mantinha negociações com o lado interno do polo externo; no polo externo, um lado interno que garantia relações políticas e econômicas com o lado externo do polo interno e um lado externo, que representava um novo modo de produção, mais avançado, e que se tornaria dominante no centro do sistema capitalista (RANGEL, 1981). Ver quadro 2:

Quadro 2-Estrutura básica dos polos da dualidade brasileira

Polos	Lados	Ações
Interno	Interno	Organização interna das estruturas nacionais
	Externo	Domina as estruturas econômicas nacionais e realiza negociações com o lado interno do polo externo
Externo	Interno	Realiza negociações com o lado interno do polo externo
	Externo	Modo de produção avançado e dominante

Fonte: Rangel (1981, p. 08, 09 e 10). Elaborado pelo autor.

A base para entender a organização desses polos são os ciclos de longa duração, que duram em média 50 anos ou mais, sendo 25 anos de ascensão e 25 de recessão. Durante esses períodos, cresce o Brasil, internamente em crises do sistema capitalista e externamente em períodos de expansão do centro do sistema. Para explicar esse movimento periódico, Rangel (1981)⁹ utiliza os ciclos de Kondratieff, que possuem duas fases: “a” – ascendente - e “b” – descendente -, ambas com duração aproximada de 25 anos. Veja o quadro 3:

⁹ No caso dos movimentos mais internos ao País, utiliza-se os ciclos de curta duração, a exemplo do Juglar, (dura de 8 a 11 anos) que são importantes para modificações nas estruturas internas, aprofundando ou amenizando às crises, mas “não dão tempo a que nossa econômica e nossa sociedade promovam mudanças institucionais e outras, de ajuntamento à conjuntura” (RANGEL, 1981, p. 13).

Quadro 3-Ciclos de longa duração

Kondratieff	Evento	Ascensão Fase “a”	Recessão Fase “b”	Centro Hegemônico
1°	I Revolução Industrial	1790-1815	1815-1848	Inglaterra
2° (Expansão Geográfica)	Novas invenções no sistema de transporte e comunicação	1848-1873	1873-1896	Inglaterra
3°	II Revolução Industrial	1896-1920	1920-1948	Inglaterra
4° (Expansão Geográfica)	Novas invenções no sistema de transporte e comunicação	1948-1973	1973-1996*	EUA

Fonte: Mamigonian (1999, p. 152 a 156). Organizado pelo autor.

* O Brasil não continuou, pois, a partir da década de 1990, deu-se fim ao fenômeno das 4° dualidade.

Na fase ascendente, os países do centro dinâmico importam mais matérias-primas, e os países da periferia crescem por conta das exportações. Durante o período descendente, os países da periferia (no caso brasileiro) tendem a entrar em processo de substituição de importações; enquanto os países do centro, estudam e testam modernizações tecnológicas que causam modificações ou revoluções nas estruturas econômicas e sociais mundiais (RANGEL, 1981, p. 13 e 14). A mudança nas estruturas do polo externo que acontecem ao final de cada fase recessiva, também promoveu transformações estruturais e sociais no Brasil, como o surgimento de classes hegemônicas.

Sobre a estrutura das classes hegemônicas brasileiras, Rangel (1981) explica que durante as fases de ascensão e recessão, existiam duas classes em conflitos: progressista, que buscava avanços para se aproximar do centro do sistema; e conservadora ou retrógradas, com interesse em não modificar a estrutura política, econômica e social. Nesse caso, uma classe possuía interesses já consolidados e busca não perder suas estruturas de poder, ao passo que a outra, mais nova, ascende politicamente com intuito de modernização (RANGEL, 1981, p. 15 a 17). A estrutura da dualidade brasileira poder ser observada no quadro 4:

Quadro 4-Estrutura das dualidades Brasileiras

Dualidades	Eventos	Lado	Polo Interno	Polo Externo	Classes hegemônicas	Fase b dos ciclos de Kondratieff
Primeira 1822/1888	1822- Independência do Brasil	Interno	Escravidismo	Capitalismo Mercantil	Sócio Maior: Barões e senhores de escravos	1°
		Externo	Feudalismo	Capitalismo Industrial	Sócio Menor: Comerciantes impo. /expo.	
Segunda 1888-89/1930	1888/1889- Abolição da escravatura e início da República	Interno	Feudalismo	Capitalismo Mercantil	Sócio Maior: Burguesia Comerciante impo. /expo. Sócio Menor: Fazendeiros latifundiários e comerciantes	2°
		Externo	Capitalismo Mercantil	Capitalismo Industrial		
Terceira 1930/1985	1930/1931- Revolução de 30.	Interno	Feudalismo	Capitalismo Industrial	Sócio Maior: Fazendeiros Comerciantes impo. /expo.	3°
		Externo	Capitalismo Mercantil	Capitalismo Financeiro	Sócio Menor: Burguesia Industrial	
Quarta 1985/1990	1985- Nova República	Interno	Semisalariato	Capitalismo Industrial	Sócio Maior: Burguesia Industrial	4°
		Externo	Semicapitalismo industrial	Capitalismo Financeiro	Sócio Menor: Nova burguesia rural	

Fonte: Rangel (1981, p. 19,24, 28 e 33). Organizado pelo autor.

Com a abertura dos Portos (1808) e a independência do Brasil (1822), a classe dos comerciantes (import./export.) brasileiros substituiu o comerciante português, gestando a primeira dualidade (1822 a 1888). A primeira dualidade brasileira surge no início da fase “b” do 1º Kondratieff, que inicialmente reagiu bem às crises externas, mas ao passar dos anos, a recessão se intensifica, havendo necessidade de substituir produtos importados. Esse processo de substituição ocorreu no interior das fazendas com escravos (ou mulheres brancas) que produziam manufaturas para atender às necessidades da casa grande (RANGEL, 1981, p. 17 a 20).

Na segunda dualidade (1888 a 1930), fazendeiros iniciaram a migração para cidades confrontando o mercado exportador. Nesse período o capitalismo mercantil, estava presente nos dois polos. E diferente da primeira dualidade, não ocorreu uma forma natural de substituição de importados, pois ao migrar para cidade o latifundiário transferiu o comando da fazenda para um administrador e a partir da estrutura interna da segunda dualidade, criou-se um mercado urbano que incentivou a diversificação produtiva para atender o mercado interno (local e regional) (RANGEL, 1981, p. 24 e 25).

Na terceira dualidade (1930 a 1985), as mudanças de estruturas ocorrem apenas no polo externo, o capitalismo industrial antes presente no lado externo, começa a ascender no lado interno. Entretanto, o capitalismo industrial sofreu dificuldades de implementação, visto que, a Inglaterra, país que nos orientava desde a abertura dos portos, havia alcançado o novo estágio de desenvolvimento, o capitalismo financeiro, com seu parque industrial em franca decadência e sendo incorporadas pelas empresas estadunidenses. Havendo uma mudança hegemônica no plano interno e externo, o Brasil passou a se orientar pelos EUA, que se tornou centro hegemônico (RANGEL, 1981; MAMIGONIAN, 1999).

A Grande depressão mundial em 1929 e a II Guerra Mundial, aprofundaram a passagem da fase “b” da 3º Kondratieff, e caracterizaram nossa terceira dualidade. Segundo Rangel (1981, p. 25), a existência de grande contingência da “pequena produção de mercadorias” foi um dos principais fatores para a industrialização substitutiva que ganhou força a partir de 1930, com apoio do Estado. Nesta, a indústria de transformação ganhou característica diferente, como incorporação de novas tecnologias e infraestruturas urbanas, que incentivaram a formação de um mercado interno, deixando de ter o caráter artesanal e manufatureiro das duas primeiras dualidades (RANGEL, 1981, p.28 e 29).

A quarta dualidade iniciou em 1985 e houve uma aproximação dos dois polos nos modos de produção, o que levaria à homogeneização da economia na sociedade, prevendo o fim do

próprio fenômeno da dualidade. Entretanto, essa estrutura não durou muito, pois, diante das crises do petróleo que marcava a fase “b” do 4º Kondratieff e o endividamento externo de países de terceiro mundo, houve crise no sistema financeiro mundial (RANGEL, 1981, p. 31 a 33). Esse fato levou parte das classes políticas e econômicas do país, seguirem determinações externas, como adoção de políticas neoliberais, que causaram a interrupção das dualidades ao final da década de 1980.

Ainda que as estruturas das dualidades tenham possibilitado a ascensão de novas classes hegemônicas a cada nova dualidade no Brasil, em Alagoas, esse processo teve reações específicas. Durante a primeira e segunda dualidade a oligarquia da cana-de-açúcar se constituiu como força hegemônica, tornando outras classes sociais dependentes dela. A partir de 1930, quando o Estado toma caráter industrialista, esta oligarquia interferiu em ações que não atendiam aos seus interesses, sendo sempre resistentes às políticas sociais que modificavam as relações de trabalho.

Assim as contribuições de Rangel (1981) a respeito das dualidades básicas da economia brasileira, auxiliaram na compreensão das modificações socioespaciais refletidas em Alagoas, em caráter regional (Leste e Semiárido de Alagoas) e setorial (alimentos etc.). Se, de um lado a oligarquia da cana-de-açúcar, foi e continua sendo, um entrave quando não se beneficiam das políticas econômicas e sociais à nível federal e estadual. De outro, Alagoas foi beneficiada, sobretudo a partir da terceira dualidade pelas ações do Estado que incentivaram a ligação com outras regiões e aumento da população urbana permitindo o surgimento e modernização da indústria de alimentos alagoana.

1.3.5 Circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos

A teoria dos circuitos da economia urbana compreende o impacto das modernizações tecnológicas nos países de terceiro mundo; isso se explica pelo fato “dos países subdesenvolvidos se organizarem e reorganizarem em função dos interesses distantes e mais frequentes em escala mundial”. Assim, Santos (2008b) realiza uma importante abordagem sobre a urbanização nesses países, visando identificar e analisar a organização econômica, política e espacial que são criadas por dois subsistemas: o circuito superior e o circuito inferior (SANTOS, 2008b, p. 20 e 21). Os dois circuitos são frutos da modernização tecnológica, mas não são iguais, suas formas de organização se diferenciam e podem se manifestar de maneiras específicas em cada espaço.

Resultado direto das modernizações tecnológicas, o circuito superior se define como tal, pelo seu comportamento em relação as modernizações tecnológicas; as infraestruturas, indústrias, exportações e tecnologias modernas representam esse circuito e podem ser apresentadas no território para atender interesses específicos de países desenvolvidos ou cidades nacionais mais modernas em relação a outras. Em relação ao circuito inferior, ele é formado por atividades de pequena dimensão e atende, em especial, populações mais pobres da cidade ou região de origem. Além disso, esse circuito está em processo de transformação e adaptação permanente, os dois circuitos podem conviver no mesmo espaço de maneira interligadas por razões e influências diferentes, contudo, um sobressai sobre o outro (SANTOS, 2008b, p. 39).

A diferença dos dois circuitos está baseada na tecnologia e organização: capital intensivo x trabalho intensivo; o primeiro é imitativo, enquanto o segundo dispõe de um potencial de criação considerável (SANTOS, 2008b). A partir das características desses subsistemas, pode-se entender o nível estrutural e organizacional que as empresas identificadas neste trabalho se encontram. Por esta razão, foi utilizada a teoria dos circuitos da economia urbana¹⁰ na indústria de alimentos, observando o grau de modernização das fábricas.

As fábricas de alimentos alagoanas não estão localizadas em uma grande metrópole nacional que, Santos (2008b) define como metrópole completa, e que representam os polos econômicos dos países subdesenvolvidos já industrializados, além de possuir maior capacidade de prover produtos fabricados, equipar indústrias e criar infraestruturas nacionais. Elas estão localizadas em uma metrópole incompleta, que não dispõe da totalidade das atividades que a primeira oferece, mas atendem as demandas regionais (SANTOS, 2008b, p. 283). Contudo, mesmo inserida nesse tipo de metrópole, essas fábricas migraram do circuito inferior para o superior, com estruturas que conseguem atuar fora da cidade e região.

O que faz compreender a atuação das firmas no circuito superior ou circuito superior marginal¹¹, são os tipos de atividades denominadas de “puras, impuras e mistas”. As puras, são atividades específicas da cidade e do circuito superior, nelas são encontrados elementos como a indústria urbana moderna, comércio moderno e serviços modernos. Impuras, são atividades que se instalam nas cidades para se beneficiar das vantagens locais, mas seus interesses

¹⁰As fábricas de alimentos artesanais pertencentes ao circuito inferior, não fazem parte das análises deste trabalho. Embora tenham importância a nível local, as análises que partimos é sobre empresas que atuavam no circuito inferior e migraram para o circuito superior ou superior marginal.

¹¹“O circuito superior marginal pode ser resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização ou a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas” (SANTOS, 2008b, p.103).

ocorrem fora da cidade; seus elementos mais característicos é a indústria de exportação, comércio de exportação e os bancos. As atividades mistas, são aquelas que exercem relações com os dois circuitos da economia, a exemplo dos atacadistas e transportadores (SANTOS, 2008b, p.41).

Deste modo, a teoria do circuitos é utilizada para compreender o quadro das empresas no mercado, seu grau técnico, relações socioeconômicas e a relação dessas empresas com o Estado e o capital bancário. Essas relações, expressam a atuação das empresas analisadas no espaço urbano. Assim, é possível compreender, as razões que levaram as empresas analisadas saírem da condição de circuito inferior para o circuito superior.

2 CAPÍTULO I - FORMAÇÃO SOCIESPACIAL DE ALAGOAS E A FORMAÇÃO DE MERCADOS EM MACEIÓ E ARAPIRACA

O presente capítulo analisa a formação socioespacial de Alagoas, levando em consideração as diferentes formas de organização na Zona da Mata (Leste) e semiárido (Agreste e Sertão). A ocupação e organização dessas áreas definiram também a participação de alguns empreendimentos, como fábricas de alimentos, que começam a ganhar características de fábricas com incorporação de máquinas e equipamentos. A integração econômica nacional, pós 1940, quebrou os mercados regionais, porém, o crescimento populacional urbano fortaleceu centros econômicos importantes, no caso de Alagoas, cita-se: Maceió e Arapiraca com maiores influências no setor secundário e terciário, sendo o primeiro a capital política e o segundo a cidade regional.

Considerando a formação socioespacial do Nordeste, a qual Alagoas se insere, associada às políticas do governo federal de incentivo à indústria e as atividades urbanas, o estudo histórico dos dois principais mercados urbanos alagoanos permite compreender as influências que impulsionam as fábricas de alimentos.

2.1 A OCUPAÇÃO TERRITORIAL DE ALAGOAS E AS DUAS FORMAÇÕES SOCIAIS DISTINTAS

Em meados de 1530, D. João III incentivou a distribuição de terras para donatários com relações próximas com a Coroa. “O Brasil foi dividido em quinze quinhões, por uma série de linhas paralelas ao equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, sendo os quinhões entregues aos chamados capitães donatários” (FAUSTO, 1996, p. 24). O donatário arrecadava tributos que se destinavam à Coroa, ou ao desenvolvimento da exploração de matérias-primas para comercialização na Europa (FAUSTO, 1996)¹².

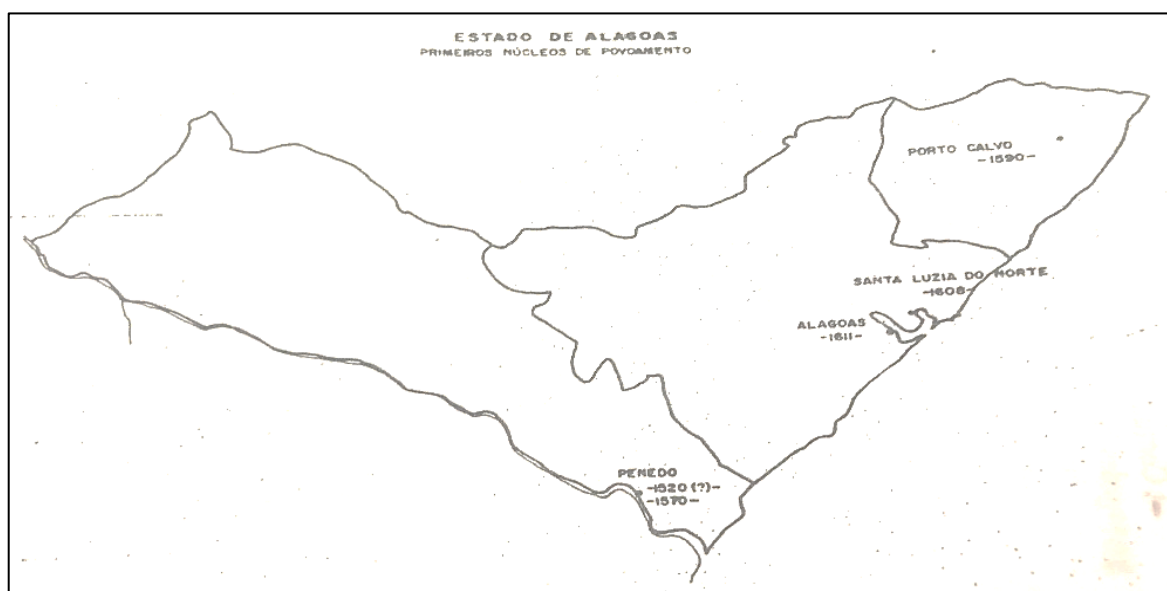
Surgem os primeiros povoados com a instalação da pecuária das ordens religiosas, e depois, com a plantação das primeiras mudas de cana-de-açúcar, sendo a cultura instalada que mais trouxe retornos à Coroa. Segundo Andrade (2010, p. 61), a produção de cana-de-açúcar

¹² De acordo com Rangel (1981, p. 08) “O Brasil nascia, pois, como uma formação feudal, que associava, em uma união dialética, um lado feudal com outro pré-feudal”. Foram estabelecidos métodos escravistas de exploração do trabalho, primeiramente com o indígena e, depois, com o africano na produção de açúcar. Em relação ao donatário e ao Rei, existia uma ligação de caráter feudal, estipulada pelas relações “suserania e vassalagem”, pois assim era possível que os donatários se organizassem econômica e juridicamente, em correspondência às determinações da Coroa (CARVALHO, 2015).

poderia se expandir “devido às condições favoráveis e aos solos ali dominantes, de massapé e turfa”. Além disso, tinha proximidade com a Europa, principal centro consumidor.

A capitania de Pernambuco, sob comando do Donatário Duarte de Albuquerque Coelho, teve grande contribuição na produção de cana-de-açúcar, difundindo essa cultura para o sul da capitania, área do atual estado de Alagoas¹³. A produção de açúcar nas áreas litorâneas, foi uma determinação de Portugal, como foi também, em 1710, a interiorização da pecuária (CARVALHO, 2015). “Nas alagoas, os três focos de povoamento inicial foram: Porto Calvo, ao Norte; a área das Alagoas, onde estavam as lagoas de Mundaú e Manguaba; e Penedo, no Rio São Francisco” (ANDRADE, 2010, p. 46).

Figura 2-Mapa dos primeiros núcleos de povoamento de Alagoas



Fonte: LIMA, I. F. 1992.

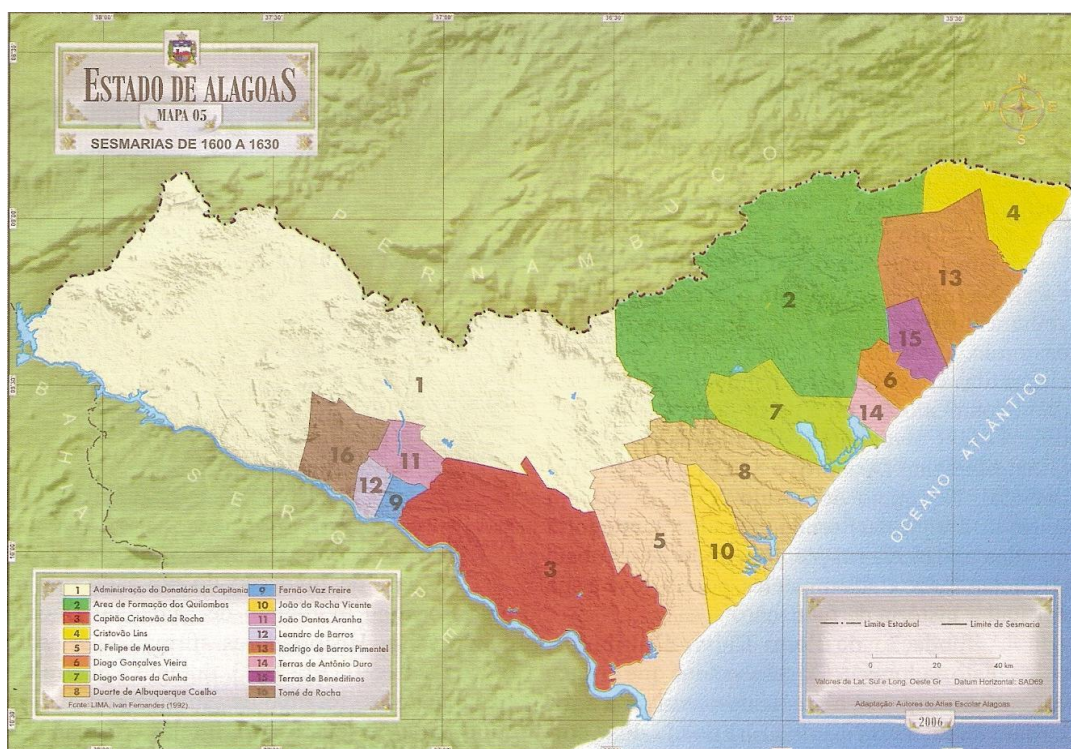
A colonização portuguesa em Alagoas, ocorreu por meio da doação de sesmarias, com objetivo de produzir cana-de-açúcar. O gado era o grande auxiliador do colonizador, que recebia as sesmarias para exploração dessas terras. Houve então, entre 1575 e 1611, muitas sesmarias doadas, sobretudo nas proximidades das lagoas de Mundaú e Manguaba. Na região do vale do rio São Francisco, um grupo de brancos e índios potiguares se instalaram na área chamada de Jaciobá (Pão de Açúcar), em 1611. Após a expulsão dos holandeses (1630-1654)¹⁴,

¹³ A partir de 1534, com a divisão da Colônia em Capitânicas Hereditárias definiu-se, pelo menos teoricamente, o território pernambucano, no qual se achava a parte sul da capitania, que passou a se chamar: das Alagoas, isso com relação às duas lagoas maiores (Mundaú e Manguaba) e outras encontradas ao longo do litoral, entre Maceió e Pontal de Coruripe. (LIMA, 1992, p. 29)

¹⁴ As mais de duas décadas da presença holandesa tiveram três fases distintas: Desintegração do poder colonial e êxodo de muitos senhores de engenhos (1630-1637); integração e convivência entre senhores de engenhos e

a doação de sesmarias atravessou o estado por meio da pecuária chegando até Pernambuco (LIMA, 1992, p. 44 a 46). Ver figura 3:

Figura 3-Mapa das sesmarias e, Alagoas - 1600 a 1630¹⁵



Fonte: SEPLAG-AL; Atlas escolar de Alagoas (2007)

O mapa das sesmarias, de 1600 a 1630, mostra o avanço da ocupação territorial de Alagoas, para o Oeste e para o Sul. Com o avanço da ocupação territorial e desenvolvimento de atividades econômicas, municípios próximos ao litoral (Marechal Deodoro e Porto Calvo) e as margens do Rio São Francisco (Penedo) se tornaram importantes em função da sua localização geográfica e das infraestruturas disponíveis na época.

Considerando os processos históricos de ocupação do território alagoano, duas formações sociais se evidenciam associadas às oligarquias que aqui se estabeleceram: a zona da mata e a do semiárido¹⁶. A primeira foi submetida à oligarquia da cana-de-açúcar e a segunda a oligarquia do gado formando hinterlândias no estado. Contudo, é importante ressaltar que os

comerciantes holandeses (1637-1645); e mobilização militar portuguesa contra holandeses (1645-1654) (CARVALHO, 2015, p. 73).

¹⁵ **Legenda:** 1- Administrador donatário; 2- Área de formação dos quilombos; 3- Capitão Cristóvão da Rocha; 4- Cristóvão Lins; 5- D. Felipe de Moura; 6- Diogo Gonçalves Vieira; 7- Diogo Soares da Cunha; 8- Duarte Albuquerque Coelho; 9- Fernão Vaz Freire; 10- João da Rocha Vicente -11- João Dantas Aranha; 12- Leandro de Barros; 13- Rodrigo de Barros Pimentel; 14- Terras de Antônio Duro; 15- Terras de Beneditinos; 16- Tomás da Rocha;

¹⁶ Contempla as zonas fisiográficas do Agreste e Sertão.

usineiros e os latifundiários fornecedores de cana-de-açúcar são classe social dominante até hoje.

2.2 FORMAÇÃO SOCIAL DE ALAGOAS

Ao decorrer da história do estado de Alagoas, três das principais atividades econômicas contribuíram com o processo de formação socioespacial: a produção de cana-de-açúcar, pecuária e algodão. A cana-de-açúcar na Zona da Mata (Leste) representou um dos principais produtos de exportação, além de implantar mão de obra escrava como principal força de trabalho. No Semiárido (Agreste e Sertão), foram estabelecidas formas de organização voltadas a desenvolvimento da pecuária, incorporando uma quantidade de mão de obra muito inferior ao que se estabelecia na primeira formação social. Posteriormente, neste mesmo Semiárido, sobretudo em áreas de transição (Agreste) para a Zona da Mata, houve o desenvolvimento da pequena produção mercantil, que ganhou força com o crescimento da produção de algodão¹⁷ (CARVALHO, 2015).

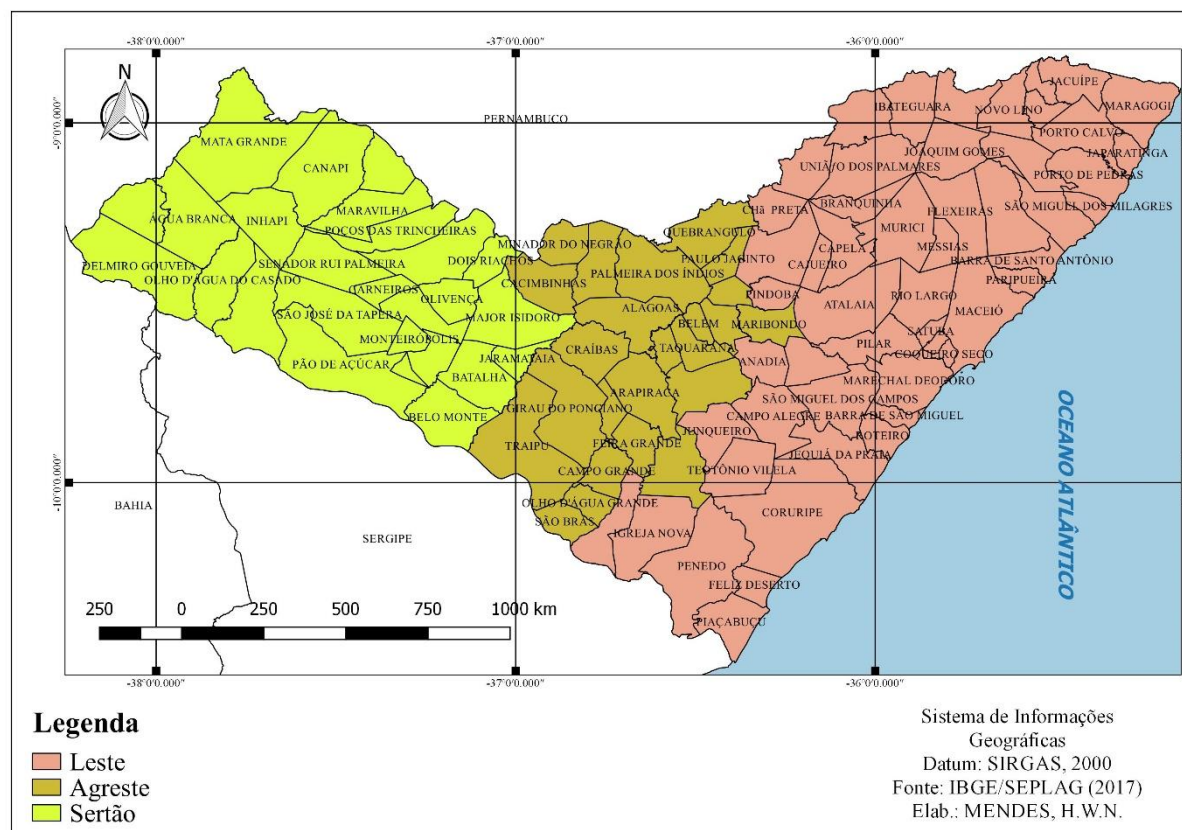
Em decorrência disso, é possível compreender que a existência da indústria de alimentos ganha destaque em determinadas áreas, em função das formas de organização sociais, políticas e econômicas. No entanto, embora a formação econômica e social de Alagoas seja constituída por duas formações sociais, este trabalho, utiliza a classificação de mesorregiões¹⁸ do IBGE, para entender as diferentes formas de organização socioespacial de Alagoas e a localização das fábricas de alimentos.

Cada uma das mesorregiões existentes, apresentam características físicas, biológicas e sociais diferentes. Isto, é resultado dos processos naturais e da ocupação territorial que contribuíram para formação socioespacial de Alagoas. Assim, apresenta-se a forma de organização de cada uma delas e como as fábricas de alimentos são resultados desses processos.

¹⁷ Nos períodos de queda dos preços do açúcar, o latifundiário açucareiro também produzia algodão.

¹⁸ As Mesorregiões geográficas, são um conjunto de municípios contíguos, pertencentes à mesma Unidade da Federação, “que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante, e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Essas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou (IBGE, 1990, p. 08)

Mapa 1-Mesorregiões de Alagoas



No Leste, entre as atividades econômicas, a cana-de-açúcar foi e continua sendo responsável pela maior produção estadual. Segundo Lira (2007, p. 109), “a mesorregião Leste abriga a produção canieira do Estado, sua área é constituída por grandes propriedades – acima de 100 ha e a cana-de-açúcar ocupa mais de 90% das terras cultiváveis e mais férteis”. Para Diegues Jr. (2006, p. 91), nessas áreas formou-se uma espécie de “ruralismo urbano: a influência rural na cidade; na sua vida; no seu movimento; no seu progresso”. Todas as atividades estavam diretamente alinhadas com os interesses das famílias proprietárias de engenhos – feudos, conforme o autor –, desde a forma de exploração da mão de obra até a forma de dominação política e econômica de Alagoas.

No Sertão, a pecuária exerceu um papel fundamental de ocupação territorial e novas formas de organização de mão de obra. Mesmo existindo trabalho escravo, a pecuária não necessitava de tanta mão de obra, implementando a figura do vaqueiro, que de acordo com Andrade (1986), “cuida do rebanho, administra a propriedade e, na ausência do proprietário dá ordem aos trabalhadores agregados” (p.164). Nessas áreas, fora estabelecida relações de trabalho feudais, ou seja, de tributos.

Com a expansão da pecuária pelo semiárido, as áreas de transição entre Zona da Mata e Sertão, o Agreste, desenvolveu o sistema de policultura (algodão, mandioca, milho e feijão). Além disso, no Agreste de Alagoas, diferente do que ocorre nas zonas agrestinas de outros estados do Nordeste, o desenrolar da policultura foi beneficiado por duas condições climáticas importantes: as subúmidas e semiáridas moderadas. Na primeira, ocorre diversificação de atividades agrícolas com mais intensidades e, na segunda, criação de gado em menor intensidade; porém, nas duas há realização dessas atividades, que são adaptadas às condições geográficas do Agreste alagoano (MELO, 1980, p. 271)¹⁹.

Com o advento da República Nova, a partir de 1930, o primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945) promoveu uma rápida industrialização que deu origem a um centro dinâmico interno com o objetivo de industrializar para substituir importações. Em São Paulo, concentrava-se novas e modernas obras estruturais, um crescente mercado de mão de obra (imigrantes europeus, imigrantes do Sudeste e Nordeste) e vários produtores artesanais, com possibilidade de construir fábricas. Deste modo, houve a viabilidade para construir a indústria do setor de bens de consumo leve. Além disso, São Paulo estimulava atividades produtivas nas demais regiões do Brasil, transformando-se em centro dinâmico com grande fluxo de mão de obra e matéria-prima (MAMIGONIAN, 2009, p. 3-4).

Embora o Sudeste, principalmente São Paulo, tenha sido mais contemplado pelos incentivos a industrialização promovidas pelo Estado, outras regiões também tiveram modificações em suas estruturas. O desenvolvimento da indústria paulista para o Nordeste que, integrou atividades econômicas, destruiu a antiga indústria e incitou a economia da cana-de-açúcar e mineração. Assim, o Nordeste acompanhou as mudanças que estavam ocorrendo no Brasil, a exemplo da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933, que sob intervenção do Estado buscou “mediar conflitos de interesses do Sudeste e do Nordeste e regular as relações entre produtores de cana e usineiros” (CARVALHO, 2009, p. 22).

Além do IAA, que beneficiou diretamente a oligarquia da cana-de-açúcar, outras ações do Estado foram realizadas, a exemplo do avanço de estradas, ferroviárias, instituições etc., ocorridas durante a terceira dualidade brasileira, que atraiu migrantes para a capital e algumas cidades centrais das mesorregiões. Isso fortaleceu a pequena produção mercantil e influenciou na dinâmica produtiva e comercial de Alagoas. Esta pequena produção mercantil, é identificada tanto em áreas de policultura no semiárido, como também, em Maceió, através de outras atividades econômicas como construção civil, oficinas de reparo, comércio e serviços.

¹⁹ Para Melo (1980, p. 271) “as diferenças de meio natural não impedem que, entre as duas porções territoriais, existam, no tocante ao uso da terra, certos elementos em comum”.

Contudo, Alagoas é constituída pelos domínios dos usineiros e latifundiários da cana-de-açúcar, e esta, fez com que o industrialismo que se destinava a todo país fosse engolido no estado. Assim, mesmo com as ações diretas e indiretas do Estado, que fortaleceu o processo de urbanização, a existência da pequena produção mercantil sobrevive sob os domínios e interesses das oligarquias da cana-de-açúcar, ou seja, se adapta a isto ou acaba saindo do estado. Vale ressaltar, que apesar dos atrasos e dos interesses das oligarquias, Mamigonian (2009. p.19) afirma que quando acompanhado pelo apoio direto do Estado, o Nordeste mostra seu dinamismo produtivo e comercial, como aconteceu a partir das políticas públicas e sociais implementadas a partir de 2003.

2.3 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE ALAGOAS A PARTIR DE 1930

Segundo Lira (2007), desde sua formação, Alagoas é um espaço essencialmente agrícola, e a monocultura para exportação, sobretudo da cana-de-açúcar, é atividade predominante no meio rural. Sendo ela predominante no estado, forma-se uma elite com dependência direta dos recursos federais; sendo estes destinados ao desenvolvimento e integração regional, acentuavam-se os conflitos, quando não respondiam a seus interesses. Vale ressaltar, que a concentração de recursos para atender aos interesses de um único grupo, fortaleceu a “consolidação do padrão elevado de concentração da posse da terra, que por sua vez, gerou na sociedade alagoana, uma grande desigualdade social, um baixo nível de emprego e um excessivo grau de analfabetismo” (p.89).

Como afirma Lira (2004), por conta da concentração e domínio de uma única atividade, houve apropriações das infraestruturas do Estado (açudes, terras próximas as rodovias e ferrovias), expropriando pequenos produtores e contribuindo para a migração para as cidades, sobretudo Maceió e Arapiraca, que a partir da década de 1950 cresceu em função do ciclo fumageiro, e assim, ocorreu uma disparidade desigual de alto grau. Todavia, não se pode negar que no século XX, houve progressos que contribuíram com as transformações socioespaciais com impactos positivos ao estado de Alagoas.

Conforme Rangel (1981), entre 1930 e 1985, vive-se a terceira dualidade brasileira. É justamente nesse período que Alagoas convive com atrasos e avanços em repostas ao modelo de integração nacional e desenvolvimentistas, iniciado com Getúlio Vargas. Segundo Cabral (2005, p. 25) de 1933, até a criação da Sudene em 1959, Alagoas recebeu investimentos diretos que a inseriram dentro do modo de produção capitalista nacional, fazendo com que ocorresse a sistematização e produção do açúcar alagoano dentro das estratégias nacionais.

De acordo com Carvalho (2009), a monocultura da cana-de-açúcar continuou sendo a mais beneficiada em Alagoas, pois, com o apoio do governo federal “ampliou-se a área plantada, principalmente nos tabuleiros do sul do estado e em direção ao Agreste; cresceu o número de usinas e, principalmente de destilarias” (p.27). Além da ampliação das áreas, a modernização foi um aspecto diferencial nesse setor, “novas máquinas, aumentando o rendimento industrial e, na parte agrícola, foram utilizadas novas variedades de cana, novos métodos de produção” (p. 27). Por outro lado, a modernização não foi acompanhada de melhorias sociais para a população trabalhadora, porque permitiu a “concentração maior de terra, renda e poder nas mãos de proprietários agrícolas, e diminuiu o número de trabalhadores nas fazendas e engenhos” (p. 36). Isto, levou a migração para cidades maiores e fez crescer a população urbana, principalmente da capital, mas esta não possuía uma estrutura capaz de incorporar trabalhadores expropriados em todos os setores econômicos, fortalecendo as desigualdades sociais²⁰, “como aumento da precarização no trabalho e desemprego nas cidades” (p.36).

Embora a maior parte dos investimentos do Estado para Alagoas, tenham contribuído com os interesses da elite da cana-de-açúcar, as obras de infraestruturas (ferrovias, estradas, hidrelétricas etc.), também possibilitaram a integração e formação de um pequeno mercado interno, em volta de áreas comerciais (vilas e cidades). Conforme abordado por Mamigonian (2009), o Nordeste possui capacidade de crescimento dinâmico, quando há investimentos federais que, possibilitam o crescimento gradual dessa região. Segundo Corrêa (1992), a construção de rodovias, usinas hidrelétricas, organização de instituições governamentais etc., deram novos sentidos a vida urbana em Alagoas, “reforçando a posição hierárquica de alguns centros e reduzindo de outros” (p.111). Isto, possibilitou, o crescimento econômico e populacional de municípios como Arapiraca, que foi beneficiada pelas ações do Estado, combinada, com a pequena produção mercantil, principalmente, o fumo.

Essas modificações são intensificadas em Alagoas, durante a terceira dualidade brasileira, sobretudo a partir da década de 1950. Nesse período, os governos estaduais buscaram adotar um modelo de gestão e organização semelhante ao da esfera nacional. Diante do papel ativo do Estado para romper com os atrasos em Alagoas, as gestões passaram a adotar um

²⁰ “Os estímulos governamentais possibilitaram uma brusca expansão da cana-de-açúcar em áreas ocupadas pelas matas tropicais ou pela produção de culturas alimentares, fenômeno registrado nas análises governamentais: ‘esta proliferação desenfreada da lavoura canavieira gerou graves problemas sociais, uma vez que inibiu profundamente outros tipos de lavouras, principalmente a de subsistência, contribuindo, entre outros fatores, para a expulsão do pequeno agricultor do campo, pois muitos venderam seus pequenos pedaços de terra e partiram para zonas urbanas, acarretando assim um significativo aumento da oferta da força de trabalho urbana e uma maior pressão sobre serviços sociais urbanos’” (CARVALHO, 2009, p. 31 *apud* GOVERNO DE ALAGOAS, 1989, p. 62 e 65).

modelo de organização econômica que incentivasse o desenvolvimento de todos os setores: economia, infraestrutura, educação, saúde etc.

A exemplo disso, Tenório (2007) afirma que os governos de Arnon de Melo (1951-1956) e, principalmente, Muniz Falcão (1956/1961), ocorreram no período de investimento em infraestruturas para industrialização brasileira e integração nacional. No entanto, a oligarquia da cana-de-açúcar derruba Muniz Falcão, ainda que incorpore a gestão moderna no governo do estado. Mesmo diante disso, alguns municípios como exemplo de Maceió e Arapiraca, cresceram em população estimulados pela migração de trabalhadores do campo, e economicamente, dada a criação de infraestruturas que incluíram: estradas, energia elétrica, instituições (saúde e educação) e projetos de planejamento para contribuir com o desenvolvimento de Alagoas.

“Podemos entender as décadas de 50 como um período de passagem de uma sociedade em vias de se inserir no esforço brasileiro da industrialização, com suas contradições e conflitos” (TENÓRIO, 2007, p. 29). O governo de Muniz Falcão (1951/1961) associado aos governos de G. Vargas e J. Kubitschek, promoveu ações que estavam sendo favorecidas pelos investimentos federais; sendo tomadas importantes medidas voltadas ao planejamento e desenvolvimento. O Plano Diretor do Desenvolvimento de Alagoas e a criação da Companhia de Desenvolvimento de Alagoas (CODEAL), inaugurou o planejamento estatal.

Com a entrada de Luís Cavalcante (1961-1966), houve impulsos das propostas de planejamento realizadas no governo anterior. A exemplo disso foi construído o plano trienal (1963/1965), aprovado pela Lei nº 2.618 de 28 de agosto de 1963, destinado a iniciar as obras que abrangiam o saneamento, educação e saúde pública, habitação, assistência social, segurança pública, justiça, cultura, lazer e infraestruturas para transportes que beneficiassem a expansão agrícola e industrial no estado (FIEA, 2018).

As políticas de planejamento e integração para fortalecimento da indústria nacional, possibilitou que Alagoas fosse beneficiada com infraestruturas e a formação de um mercado urbano, com destaque para dois municípios: Maceió e Arapiraca. A capital Maceió, obteve estímulo das infraestruturas e concentração atividades de comércio e serviços, e assim atraiu migrantes das zonas rurais do estado. Arapiraca, foi beneficiada pela dinâmica da pequena produção mercantil, comum as regiões agrestinas, possibilitando o crescimento populacional e econômico, principalmente durante o ciclo fumageiro (1950/1990).

Através das transformações socioespaciais, que teve o Estado como importante agente, a indústria de alimentos ganhou mercado em Alagoas, principalmente pela formação de um mercado urbano mais consistente nesses dois municípios. Além da formação de mercado, a

instalação de fábricas de alimentos tem uma perspectiva temporal relacionada a criação de infraestruturas estatais, produção e exportação. Pensando nisso, no próximo tópico, discute-se a formação de mercado consumidor nos municípios de Maceió e Arapiraca, pois ambos com maior população, desempenham um importante papel em atividades urbanas, que por sua vez, foram essenciais para o crescimento das fábricas de alimentos locais.

2.4 FORMAÇÃO DE MERCADO EM MACEIÓ

A estrutura urbana nordestina tem formação histórica baseada na organização de atividades agroexportadoras. Os locais privilegiados com infraestruturas urbanas mais avançadas da época, foram aqueles com maior proximidade com os mares, rios e lagoas e esses aspectos naturais, determinaram a formação de três importantes polos regionais: Recife, Salvador e Fortaleza. Esse fator, fez com que, a estrutura urbana da região nordestina fosse desigual e pouco articulada, havendo dependência desses três polos e pouco dinamismo em outras cidades; até mesmo, nas cidades que hoje são capitais estaduais (COELHO, 1992).

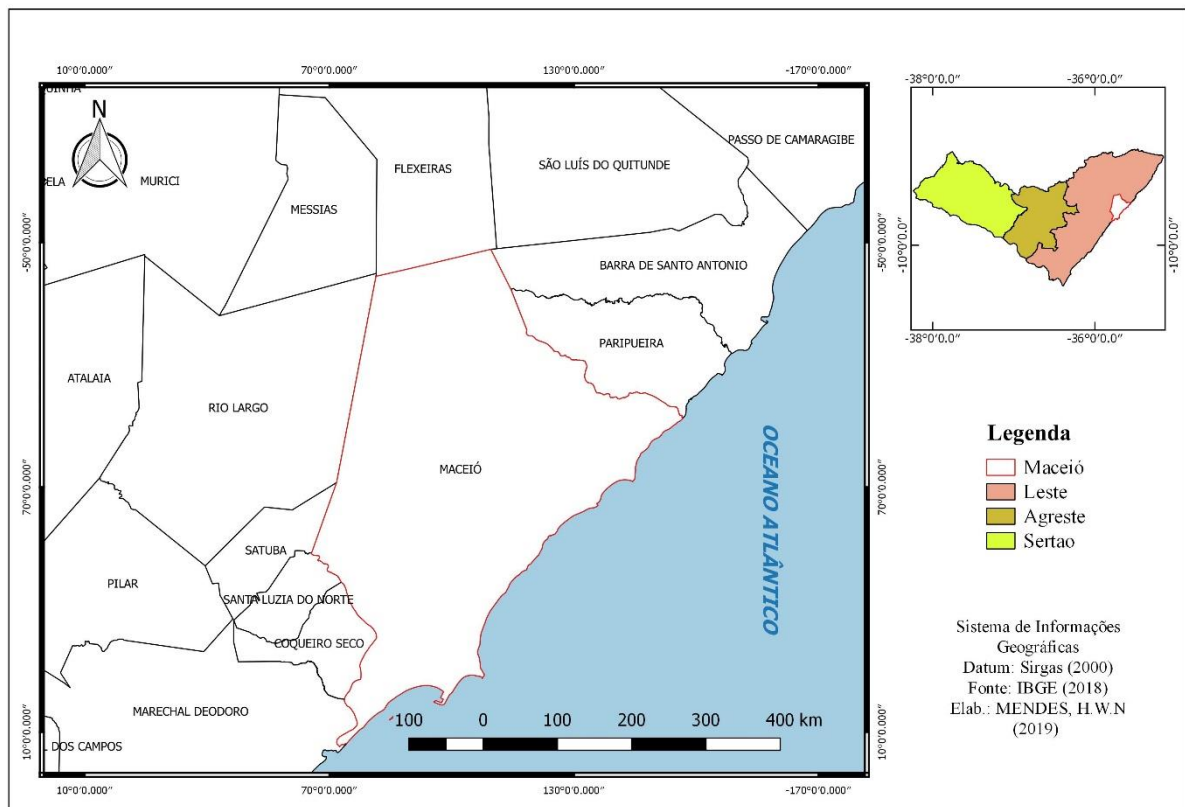
Algumas cidades, embora não apresentem um dinamismo urbano semelhante aos polos regionais, surgem ligadas a aspectos geográficos e econômicos que geraram antítese do progresso e atraso marcado por elementos de sua formação social. Como exemplo, destaca-se a capital Maceió, município com maiores concentrações de atividades e serviços urbanos no estado, que ao surgir tornou-se o ponto de relação entre Alagoas e o mercado externo. O fortalecimento dessa relação, ocorre no século XIX, quando foi criada uma ponte de embarque, que fez de Maceió, um importante centro comercial e administrativo de Alagoas.

Após o fim do domínio flamengo, houve o início do primeiro núcleo de colonização em Maceió. O marco, foi a construção do engenho de açúcar denominado Maçayó. Há controvérsias²¹ sobre essa afirmação, pois para alguns historiadores, antes da construção do engenho já existia uma vila de pescadores nas proximidades da lagoa do Mundaú. Entretanto, no final do século XVIII e começo do século XIX, Maceió, era um pequeno burgo, que, mesmo não tendo a mesma importância de Penedo e Alagoas do Sul (Marechal Deodoro), já apresentava uma formação consolidada e com possibilidade de expansão (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS, 2012).

²¹ Existem duas versões a respeito do povoamento em Maceió. A primeira, refere-se à fixação da população em meados do século XVIII, onde foi fundado o Engenho de açúcar Maçayó (Expressão indígena que significa o que tapa o alagadiço). A Outra versão, aponta para a existência de um povoado de pescadores, que já existia nas áreas de planície e funcionava como entreposto para embarque de mercadorias antes da instalação do engenho. No geral, o povoado inicial de Maceió, cresceu e prosperou em volta do porto e do comércio, cultivando e comercializando produtos como açúcar, fumo e farinha de Mandioca, estes dois últimos, eram produzidos tanto nas proximidades dessa área comercial, como também no interior do estado. (SILVA, 2011)

Ao fundar o engenho, houve a necessidade de realizar a construção de um pequeno porto que tinha fácil acesso e permitia a saída de açúcar e de outros produtos, sem grandes despesas e dificuldades com transporte. Este foi construído com objetivo de combater a clandestinidade de exportações e de comércio externo existente no porto do Francês. (COSTA, 1981). Abaixo o mapa 2 com localização de Maceió:

Mapa 2-Mapa de localização de Maceió



Antes de Maceió, Marechal Deodoro, Penedo e Porto Calvo eram os principais centros e não havia entre eles estreitas relações urbanas; dependiam diretamente de Recife, grande centro que exportava o açúcar para a Europa. O que estabeleceu um esboço de relações urbanas foi quando, no século XIX, o porto, “denominado de Jaraguá, passou a concentrar a produção açucareira alagoana e chegar mesmo, posteriormente, a exportar diretamente para a Europa”, pois a proteção de linhas de recifes possibilitava melhor ancoragem dos transportes marítimos. Além disso, a proximidade com dois principais vales canavieiros de Alagoas: Paraíba e Mundaú, facilitaram também exportação direta de açúcar para Europa (CORRÊA, 1992, p. 97).

Localizado entre as duas maiores metrópoles da época, Recife e Salvador, o Porto do Jaraguá ganhava importância no embarque e desembarque de produtos e pessoas. Diante disso, crescia a dependência dos produtores de açúcar, algodão, fumo e cereais, possibilitando que ao

entorno fosse formado um centro com novos estabelecimentos comerciais. À medida que surgiam novos estabelecimentos, mais infraestruturas (estradas e ramais) eram construídas levando Maceió, em 1815, a categoria de vila, dois anos depois, Alagoas emancipa-se de Pernambuco.

“Ao alvorecer do século XIX, o povoado tornara-se um empório comercial de certa notoriedade. O ancoradouro criara o comércio, e o comércio, dilatando o povoado, operava o desenvolvimento econômico e demográfico.” (COSTA, 1981, p. 21). De acordo com Costa (1981), a vila foi crescendo pelas vantagens topográficas que possibilitavam facilidade de ligação do porto de Jaraguá com as grandes metrópoles. A expansão do comércio e da população, fez com que até mesmo a aristocracia rural fosse dependente da vila. Assim, floresce a vida econômica em Maceió e, em 1839, o município torna-se capital do Estado.

De acordo com Corrêa (1992), o desenvolvimento das exportações de açúcar, permitiu a ampliação das funções urbanas quantitativamente e qualitativamente em Maceió, a exemplo das redes e transportes terrestres, como ferrovias. A partir da segunda metade do século XIX, o Brasil implantou algumas infraestruturas urbanas modernas, como é o caso das ferrovias. Alagoas não ficou de fora e implantou seu primeiro ramal ferroviário, com 6 km de extensão, ligando a ponte do Jaraguá ao Trapiche da Barra e, depois, mais uma extensão até o bairro do Bebedouro (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS ALAGOANOS, 2012).

O desenvolvimento das infraestruturas e dos meios de transporte em Maceió, definiu sua importância em Alagoas. A ligação com outras áreas do estado ocorreu por meio do avanço das ferrovias, que estabeleceu ligações com municípios do Sertão, a exemplo de Palmeira dos Índios. Quando Maceió adentra no período republicano, final do século XIX, já possuía infraestruturas e estabelecimentos comerciais que contribuíram com a formação de seu mercado urbano.

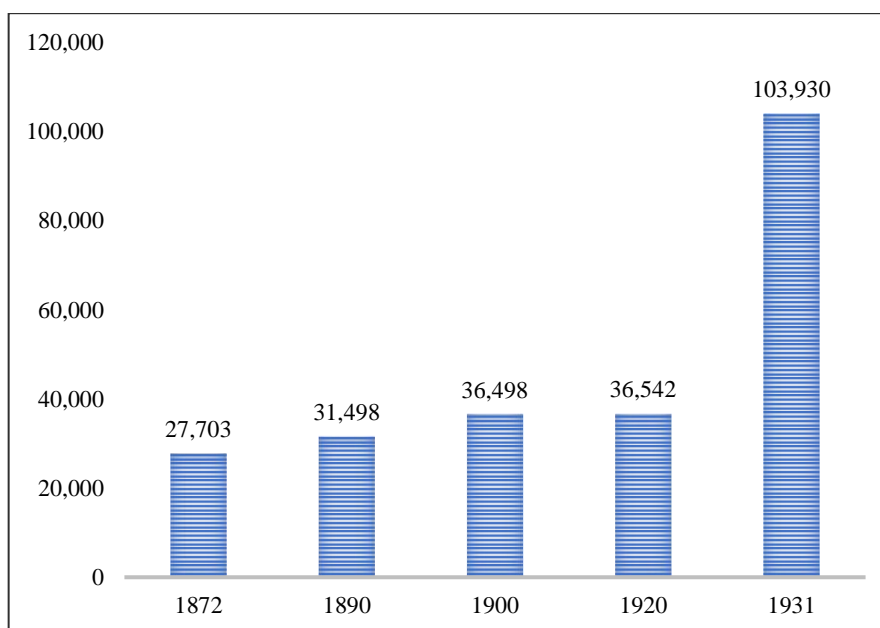
A partir do período republicano os investimentos em obras públicas na capital, tornaram-se mais intensos, conseqüentemente, há o crescimento demográfico absoluto no município. Segundo Costa (1981, p. 197), durante esse período houve um “surto progressista” em virtude das novas infraestruturas que incluíam tanto, as obras públicas, como os acessos que ligavam os municípios e vilas de Alagoas à capital. Maceió, que já vinha apresentando antes da República, uma função urbana importante, em decorrência do Porto do Jaraguá, agora obtinha mais serviços, principalmente, os voltados ao comércio e as decisões políticas administrativas.

O regime federativo, estabelecido no período republicano, permitiu que os municípios tivessem certa autonomia, não dependendo diretamente de decisões provinciais, como antes era. Com isso, a partir de 1890, Maceió sentiu novas perspectivas de progresso, rompeu a

estagnação do passado e foi se construindo como uma capital sob égide da modernidade progressista que ganhava forma no Brasil. “A vida amplia-se em todos os seus limites convencionais; a população goza de novo ambiente fisiográfico para desenvolver-se” (COSTA, 1981, p. 200).

Diante do surto progressista, os orçamentos foram dobrados, proporcionando crescimento de finanças, renda própria e mais construções de obras públicas. Entre o primeiro censo realizado e a transição para o período republicano, Maceió experimentou um crescimento demográfico de 13,6%, houve é claro, um condicionante anterior, a movimentação entorno do Porto do Jaraguá, porém, foi somado a entrada de atividades decorrentes do período republicano. Com o início da Primeira República (1889-1930), as modernizações desenvolveram atividades comerciais importantes, gerou maior dependência dos municípios alagoanos e incentivou o crescimento populacional em Maceió, conforme aponta o gráfico 1:

Gráfico 1-Evolução populacional de Maceió (1872 a 1931)



Fonte: CRAVEIRO/COSTA (1902, p. 30 a 48); COSTA (1931, p. 50); IBGE/SIDRA/Censo Demográfico (1872). Elaborado pelo autor.

Nos dez primeiros anos do período republicano, 1890 a 1900, o crescimento foi de 16%; não há dados registrados entre 1900 e 1910, mas de 1900 a 1920, houve um aumento de 27%; por fim, de 1920 a 1931²², o crescimento foi 40%. Diante da falta de dados oficiais, não foi possível ser explicado a queda populacional que houve entre 1930 e 1940(*ver no gráfico 2, p.54*). No entanto, pode ser observado que, é nesse período que há o rompimento com o modelo

²² Não há registros oficiais dos dados de 1930, sendo eles obtidos conforme a contagem de Costa (1931).

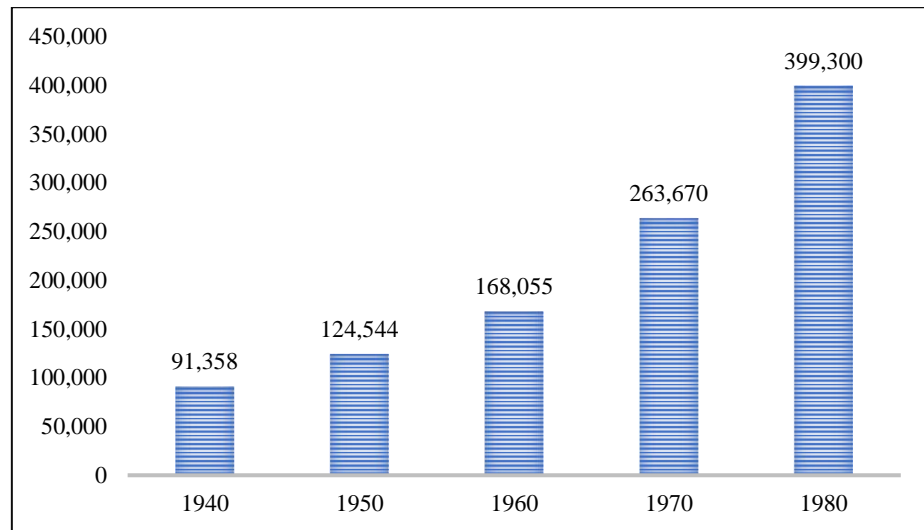
de organização dos arquipélagos regionais, isto, além de impulsionar a integração e formação de mercado interno no Brasil, incentivou o mercado de trabalho no Sudeste, atraindo um contingente expressivo de migrantes nordestinos.

O crescimento populacional da capital possibilitou que se formassem novos núcleos urbanos ao longo de sua planície litorânea (Mangabeiras, Pajuçara, Ponta da Terra e Pontal da Barra). As reformas urbanas que ocorreram durante o período republicano, possibilitaram o crescente uso de automóveis, por sua vez, ampliou o número de ruas e avenidas, principalmente, nas áreas mais nobres da cidade. Afastando-se um pouco mais das áreas de planície, em 1917, cria-se a avenida Fernandes Lima, interligando o centro de Maceió às indústrias fabris, localizadas no povoado de Bebedouro, Fernão Velho, Cachoeira e na cidade de Rio Largo (CARVALHO, 2007, p. 54).

Chegada a era Vargas (1930-1945), ao longo da Avenida Fernandes Lima, percebe-se um crescimento residencial das áreas de planície litorânea e lagunar em direção aos bairros próximos as áreas de tabuleiros. No período de 20 anos, entre 1920 e 1940, a população de Maceió cresceu 23%, este fato deve-se a chegada de migrantes oriundos das zonas rurais. Assim, a partir da segunda metade do século XX, ocorreu expansão residencial nas áreas de tabuleiros do município (CARVALHO, 2007).

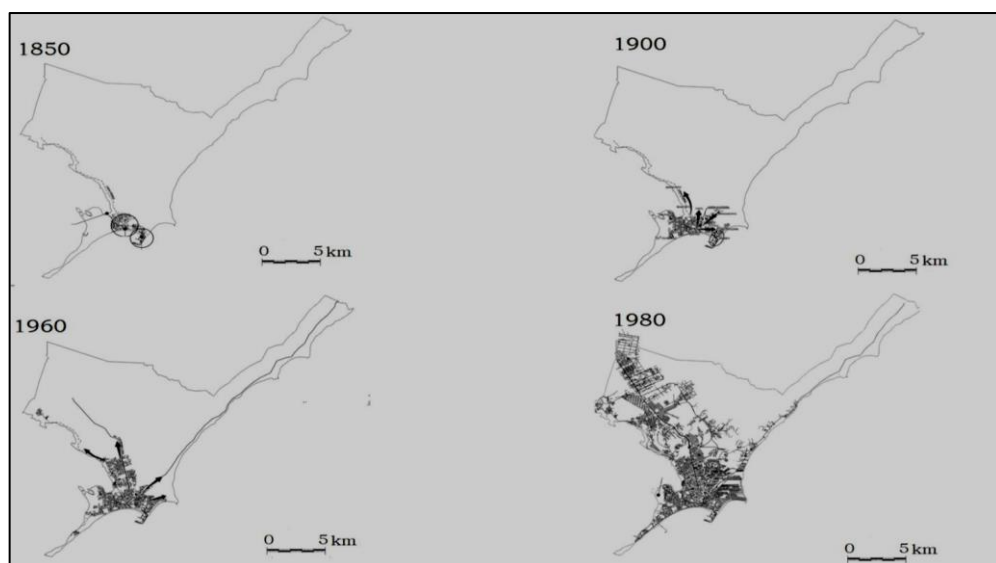
Segundo Corrêa (1992), ao final da segunda Guerra mundial, os meios de transporte rodoviário ganharam mais força, havendo maior integração entre os municípios e outros estados. Por outro lado, ao mesmo tempo que a construção de estradas que ligavam Maceió aos outros municípios do estado se expandiam, novos centros urbanos surgiram, gerando menor dependência da capital. Deste modo, o desenvolvimento dessas infraestruturas, distanciou as relações de dependência direta da capital, criou condições para surgimento de novos centros e, também, maior facilidade de acesso às metrópoles regionais.

“Maceió apesar de ser o ponto inicial da estrada para o Sertão, devido às condições de seu porto e à fraqueza de seu comércio, bem como, de sua indústria, sofrerá cada vez mais fortemente a influência do Recife” (CORRÊA, 1992, p. 109). Maceió, continuou como capital de Alagoas, mas em função da incapacidade de reestruturação do Porto do Jaraguá para receber grandes navegações, perdeu espaço para duas grandes metrópoles, Recife e Salvador. Entretanto, esse fator, não impediu que a capital continuasse atrair um contingente populacional expressivo, como é representado no gráfico 2:

Gráfico 2-Evolução populacional de Maceió (1940 a 1980)

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico. Elaborado pelo autor.

Entre 1940 e 1950 a população de Maceió, obteve um crescimento de 36%; entre 1950 e 1960, 34%; de 1960 a 1970, o crescimento foi de 56%; e de 1970 a 1980, houve um crescimento de 54%. À medida que as rodovias avançavam e ligavam a capital a outros municípios do estado, muitos trabalhadores do campo chegavam, assim, as áreas urbanas da capital também se expandia. Essa evolução populacional pode ser expressa na ocupação territorial de Maceió.

Figura 4-Mapa esquemático da estruturação viária de Maceió

Fonte: BADIRU; ROMÃO; SANTOS (2016, sem página).

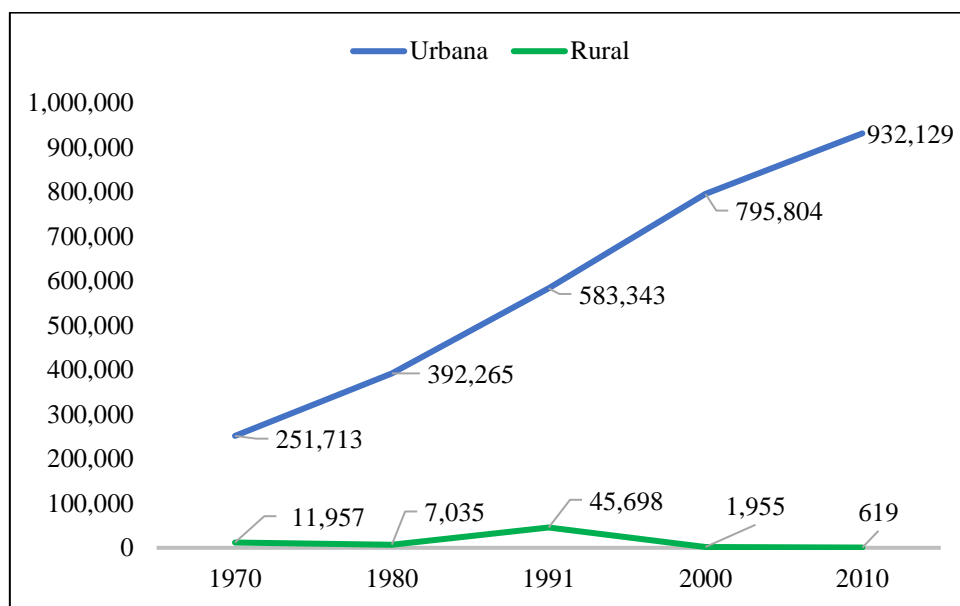
Conforme foi abordado anteriormente, a origem dessa expansão em 1850, ocorre diante da ampliação de infraestruturas ao entorno do Porto do Jaraguá. Chegado o período republicano, Maceió experimentou uma nova faceta marcada pelo progresso, o início da expansão residencial/urbana sobre a planície litorânea e lagunar. Diante do avanço das rodovias, entre 1940 e 1960, houve um crescimento populacional de 83%, fato este, que resultou na ocupação das áreas que seguiam pela hoje, avenida Fernandes Lima, em direção as áreas de tabuleiros.

De 1970 a 1980, Maceió continuou a receber migrantes da zona rural, muito em função de suas atividades voltadas aos serviços e das atividades políticas administrativas. No entanto, começou a disputar espaços com novos centros urbanos que se modernizavam em Alagoas, como é o caso de Arapiraca²³, que, cresceu em decorrência do ciclo fumageiro (CORRÊA, 1992). A partir dos anos 1980, a capital sofreu um impacto econômico e social, decorrente das crises de níveis nacionais e, principalmente, estadual, como a crise decorrente do acordo dos usineiros²⁴.

Nota-se que a organização urbana de Maceió, é resultado de um processo decorrente de modernizações para atender, sobretudo aos interesses das elites locais, em especial, a da canavieira. Segundo Corrêa (1992, p.111), “o desaparecimento da navegação de cabotagem, a incapacidade do porto de Maceió em receber grandes navios e a concorrência com os portos de Recife e Salvador” fez a capital entrar em um processo de estagnação. Entretanto, isso não significou queda de sua urbanização, mas um crescimento populacional urbano, sem muitas transformações estruturais e com poucas melhorias na qualidade de vida da população. Vejamos o gráfico 3 a seguir:

²³ “Arapiraca foi elevada à categoria de município pela Lei nº 1.009, de 30 de maio de 1924. Constituiu-se de territórios desmembrados dos municípios de Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, São Brás, Traipu e do antigo distrito de Arapiraca, pertencente ao município de Limoeiro.” (ALAGOAS, 2013a, p. 05)

²⁴ “Com a desaceleração do Proálcool, a partir de 1986, e a crescente dificuldade de apoio e financiamento, o setor açucareiro alagoano foi buscar uma compensação na estrutura do Estado, com intuito de complementar os mecanismos paternalistas de que dispunha no plano federal. Com isso, o setor sucroalcooleiro transformou-se no elemento principal da crise alagoana e o responsável pela desorganização do Estado” (CARVALHO, 2009, p. 52 e 53).

Gráfico 3-Evolução da População Urbana e Rural de Maceió

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico. Organizado pelo autor.

Entre 1970 e 1980, a população urbana de Maceió triplicou em relação a população rural, cresceu 51%, enquanto a população rural, sofreu uma queda de 41%; no censo de 1991, foi registrado um crescimento de 49% em relação ao último censo, mas houve também, um crescimento acima do esperado, a população rural obteve uma média de 550%²⁵; entre 1991 e 2000, a população urbana cresceu, 36%, e obteve uma queda de 96% na população rural; no último censo, o crescimento urbano foi de 17%, enquanto o rural, caiu para 68% em relação ao anterior.

De acordo com Carvalho (2016), durante décadas a pobreza levou milhares de alagoanos a migrar para outras unidades de federação, com o fechamento das fronteiras de expansão econômica e dos mercados de trabalho no Sudeste, a mobilidade migratória deixa de ser externa e passa a ser interna. E, se por um lado, a população urbana de Maceió passou a ser maior que a rural, desde 1970 as mudanças estruturais na cidade, não acompanharam o crescimento. Assim, os problemas encontrados pela população urbana e rural de Alagoas, são os mesmos: “pobreza e falta de dinâmica econômica” (p. 15).

²⁵ Até o final desta pesquisa, não foram encontrados dados que apresentem esse elevado crescimento percentual, entre 1980 e 1991. De acordo com o IBGE (1991, p. 10), a metodologia utilizada para definir a situação de domicílio em situação “URBANA” considera as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), vilas (sedes-distritais) ou às áreas urbanas isoladas. No caso da população RURAL, abrangem-se a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Embora o IBGE (1991), defina metodologicamente os critérios para considerar população urbana e rural, não há dados que mostrem a localização das áreas de Maceió que o IBGE considera urbanas e rurais.

No caso de Maceió, a pobreza pode ser verificada nos bairros periféricos da capital. A grande disparidade de renda, que será abordada no próximo capítulo, foi intensificada durante às crises econômicas das duas últimas décadas do século XX, tornando Maceió, uma capital com crescimento urbano, mas sem transformações econômicas e sociais expressivas. Diante disso, iniciado o século XXI, foram implementadas políticas sociais de combate à fome e à desigualdade de renda; fatores fundamentais para estabelecer transformações sociais.

O crescimento de sua população urbana, ainda que as mais pobres é, também, mercado consumidor das fábricas de alimentos alagoanas. Muitas empresas do setor, surgiram no final da década de 1960, quando a população urbana de Maceió, torna-se maior que a rural. No entanto, é a partir da implantação das políticas sociais de combate à fome e à miséria, que muitas fábricas cresceram atendendo ao mercado de classes médias e baixas.

Portanto, pode-se dizer que, a formação do mercado urbano interno em Alagoas, e principalmente na capital, contribuiu com o perfil da indústria de alimentos em Alagoas.

2.5 FORMAÇÃO DE MERCADO EM ARAPIRACA

Para entender a importância que Arapiraca passou a ter em Alagoas a partir da segunda metade do século XX, é necessário compreender os antecedentes históricos marcados pela importância de outros municípios. A história de Arapiraca está associada a história dos municípios de Penedo e Palmeira dos Índios (*ver figura 5 p.66*), dois importantes centros urbanos do século XIX e XX, respectivamente. Arapiraca era um ponto de parada da rota dos tropeiros, que levavam produtos importados vindos do Porto de Penedo para Palmeira dos Índios, e este estabelecia ligações com municípios do Semiárido de Alagoas e Pernambuco. Quando se avançou meios de transportes como ferrovias e depois rodovias, Penedo, mais próximo ao Rio São Francisco, foi deixando de ser o principal ponto de ligação entre o litoral e o interior; e assim Palmeira dos Índios assumiu essa função posteriormente. A partir de 1950, combinado com avanço das rodovias ao longo do estado e desenvolvimento da produção do fumo, Arapiraca desempenhou esse papel.

2.5.1 Transformações socioespaciais no Agreste alagoano

Para Nardi (2010) existe uma diferença nas formas de organização do latifúndio canavieiro em relação aos locais onde há economia de subsistência com pequenos excedentes, e isto, gera diferenças nas estruturas de organização do Agreste alagoano, em comparação com o Leste. No latifúndio tradicional da cana-de-açúcar, os núcleos e povoados dependiam, quase

que exclusivamente da sede dos engenhos. Já nas áreas onde ocorria a policultura, surgiram povoados, vilas e cidades que atuaram na comercialização de excedentes de produção como moeda de troca e fortaleceu a pequena produção mercantil.

À medida que avançavam as infraestruturas viárias para o interior de Alagoas, as cidades agrestinas iam crescendo e dinamizando a pequena produção mercantil, pela migração do campo. Fato diferente do Leste de Alagoas, que se organizava em favorecimento da produção canavieira. Segundo Ferrari (1988, p. 08) “a dinamização dos centros urbanos do Agreste e Sertão alagoano passaram por três etapas”. A primeira ocorreu ao longo do Rio São Francisco, com os entrepostos coureiros nos currais de Pão de Açúcar²⁶, em 1611, e Penedo²⁷, em 1614. Mas foi no final do século XVIII que houve aumento da circulação, pois, Penedo passou a ser ponto de transbordo do algodão produzido nas áreas do Sertão e Agreste. A segunda etapa, ocorreu a partir da segunda metade do século XIX e o início do século XX. Por conta da expansão ferroviária, estendida de Maceió até Palmeira dos Índios²⁸, esta exercia ligação entre Leste e Sertão de Alagoas, sendo até meados de 1940, a principal cidade do Agreste. Além disso, exercia influência sobre os municípios do agreste pernambucano. A terceira etapa, marca a ascensão de Arapiraca como novo centro urbano no Agreste. Três foram as razões: políticas públicas de incentivos à infraestrutura entre (1930-1945); desenvolvimento da pequena produção mercantil; e expansão da cultura fumageira a partir de 1950. Etapas de desenvolvimento conforme o quadro 5:

²⁶ A freguesia foi criada em 11 de julho de 1853, pela Lei nº 227, sob a invocação do Sagrado Coração de Jesus. A vila foi criada pela Lei nº 233, de 3 de março de 1854, sendo desmembrada da vila de Mata Grande. Foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 756, de 18 junho de 1887 (ALAGOAS, 2013b, p. 05).

²⁷ A primeira sesmaria registrada na região data de 1596, mas acredita-se que o povoado só foi oficialmente fundado a partir de 1613, com o recebimento de uma sesmaria por Cristóvão da Rocha. Em 1636, foi elevada à Vila de São Francisco e no final do século XVII passou a ser chamada de Penedo do Rio São Francisco. Em 1842, foi elevada à categoria de cidade (ALAGOAS, 2013c, p. 05).

²⁸ Em 1798 foi criada a freguesia de Palmeira dos Índios, sendo transformada em vila através da Resolução nº 10, de 10 de abril de 1835, desmembrada da vila de Atalaia. Sua instalação tornou-se válida depois da Resolução nº 27, de 12 de março de 1838. Foi suprimida pela Lei nº 43, de 23 de junho de 1853 e elevada à categoria de cidade pela Lei 1.113, de 20 de agosto 1889 (ALAGOAS, 2013d, p. 05).

Quadro 5-Síntese das principais cidades regionais na construção do Agreste e Sertão

Estruturação dos centros produtivos e comerciais que conectavam o Agreste e Sertão aos Grandes centros regionais				
Município	Período	Principal razão de influência	Fonte	Formas de acesso
Penedo	Meados do Século XVI até o Século XIX	Primeiramente, tinha importância como principal eixo de penetração ao Agreste e Sertão alagoano pelo Rio São Francisco, além de ser ponto de embarcação do couro proveniente da pecuária. Posteriormente, o mesmo entreposto, contribuiu com embarcação do algodão produzido no Agreste e Sertão, para o litoral, para que assim fosse exportado. Era o principal ponto de comercialização, obtendo uma posição principal até o advento das ferrovias, quando outros centros comerciais surgem.	“A vila do Penedo, velhíssimo empório comercial no Baixo São Francisco, atraía muito cedo o reíno, que vira naquelas paragens sanfranciscanas condições excepcionais para o enriquecimento fácil.” (DUARTE, 1974, p.26)	Navegação
Palmeira dos Índios	Final do século XIX até Meados do século XX	Era a porta de entrada do Sertão por vias terrestres, além de exercer papel importante na comercialização de produtos agrícolas, principalmente o algodão, pois estava em uma localização que facilitava o acesso, tanto para Maceió, como municípios do Agreste Pernambucano.	Sua posição permitia-lhe ligações com o Agreste alagoano, com Sertão, e mesmo, com Agreste pernambucano. Palmeira dos índios expandiu a sua influência até mesmo ao leste, capturando a função comercial que dera movimento a Quebrangulo. Para o norte, contudo, a sua expansão iria de encontro com a influência de Garanhuns, que, desde fins do século passado, era ponto final de uma linha pernambucana. Tanto para oeste como para o sul a expansão se fez numa escala maior, abrangendo uma área que, em suas linhas gerais, é ainda hoje a mesma. As modificações ocorridas na vida da região ao sul de Palmeira dos índios contribuíram, também, para beneficiá-la. (CORRÊA, 1992, p. 104)	Ferrovia
Arapiraca	Meados do Século XX até os dias atuais	Começou como importante produtor de mandioca, mas rápido se consagrou como maior centro produtor e comercializador do fumo, este, lhe garantiu a chegada de serviços comerciais e administrativos, que permanecem no município até os dias atuais.	Arapiraca é hoje o principal centro urbano do Agreste e Sertão alagoano, em "substituição" ao que foi no passado Palmeira dos índios. (FERRARI, 1988, p. 43).	Rodovias

Fontes: CORRÊA (1992); DUARTE (1966); FERRARI (1988). Elaborado pelo autor.

A chegada de infraestruturas de integração do Agreste e Sertão, melhorou os meios de circulação para abastecimento e exportação de matérias-primas, como o algodão, por exemplo. Esse fator possibilitou que novos centros urbanos surgissem: primeiro, através da ligação com o interior do estado pelas margens do Rio São Francisco, sendo Pão de Açúcar, e, principalmente, Penedo, as cidades que estabeleciam a ligação. E depois, com a construção de ferrovias, onde outros municípios ganharam importância como centros consumidores e influenciadores de decisões políticas e administrativas.

Segundo Carvalho (2015, p. 211), inicialmente, o algodão era cultivado em pequena escala no Leste, mas como a cana-de-açúcar era a principal atividade econômica existente, a produção de algodão foi levada para o Agreste e Sertão. Esta, passou a ser cultivada em pequenas e médias fazendas. Alguns fatores contribuíram com o aumento da plantação e exportação dessa matéria-prima; um deles foi o crescimento da indústria têxtil que tinha necessidade de obter algodão para fiação e tecelagem. Os produtores ingleses não estavam conseguindo atender a demanda da indústria, buscando essa matéria-prima em outras regiões, como é o caso dos Estados Unidos que, anos mais tarde, teria sua produção interrompida em dois momentos: o primeiro na “Guerra da Independência (1775-1783) e, o segundo, com a Guerra de Secessão (1861-1865)”. Estas duas guerras, levaram a Inglaterra a comprar algodão de outros fornecedores, como o Brasil; sendo o Agreste e Sertão de Alagoas, produtores dessa matéria-prima, passaram a exportar e aumentar sua produtividade de acordo com a necessidade do mercado Europeu. Por conseqüências, houve necessidade de construção de um porto mais moderno na capital, de estradas ou ramais e ferrovias, que facilitassem a exportação do algodão produzido no interior do estado (CARVALHO, 2015, p. 213).

Muitos plantadores de cana-de-açúcar e grandes proprietários empolgados com os elevados preços do algodão no começo do Século XIX, estabeleceram grandes "*plantation*", empregando trabalho escravo. Porém, o investimento em escravos tornou-se desvantajoso para essa produção por conta das oscilações de preços no mercado externo e ociosidade da mão de obra em determinados períodos do ano. Por esta razão, foi organizado um regime de exploração em que o proprietário da terra estabelecia relações mistas com o trabalhador: o proprietário cedia a terra ao trabalhador que produzia para sua subsistência e comercializava o excedente; em troca, o trabalhador deveria pagar ao proprietário uma renda fundiária, em espécie, sendo que, a outra parte consumia ou comercializava. Nesse momento, são estabelecidas formas "pré-capitalistas" de organização do trabalho, diferenciadas pela forma de apropriação do excedente (FERRARI, 1988, p. 10).

Ainda de acordo com Ferrari (1988, p. 11), embora o algodão fosse a principal produção nas fazendas, era permitido o desenvolvimento da policultura. Isto a um nível de vida menos penoso em comparação ao Leste, com relações de trabalho escravo. A expansão do algodão e da policultura, promoveu um adensamento populacional e criação de núcleos urbanos no Agreste, surgindo então: feiras, pontos de encontro entre a população rural e urbana e unidades pré-industriais ligadas ao algodão. Além disso, no final do século XIX, foram estabelecidas políticas de integração estadual por meio de ferrovias que modificaram a vida urbana de Alagoas.

Para Corrêa (1992), nas zonas do Agreste e Sertão, existia uma diversidade produtiva e comercial que ganhava importância, por conta da atuação dos centros que comandavam a vida regional. No primeiro momento, o município de Penedo possuía dinâmica urbana associada aos transportes marítimos e fluviais, pois estava ligado à foz do Rio São Francisco, sendo a cidade que por meio de navegação conectava a economia ultramarina com o Sertão de Alagoas, Sergipe, Bahia e Pernambuco. Penedo, vivência importante fase urbana, entre meados dos séculos XVI até o final do século XIX, sendo uma economia de importação e exportação.

De acordo com Tenório (2009, p. 20), o município de Penedo “fundado como posto avançado da civilização europeia por portugueses e holandeses nos primeiros anos de sua colonização”, era considerado a capital do São Francisco, e, após a chegada do republicanismo era concorrente de Maceió para torna-se capital do estado. Apesar de estar longe do porto marítimo, a disputa fundamentava-se por conta das estruturas modernas que Penedo possuía, e não era “somente os belos templos e casarões que contavam” (p.20), encontravam-se um próspero parque comercial e industrial: “Penedo detinha em seu território fábricas variadas de tecidos, óleos, sabão, vinagre, cigarros, móveis, calçados, refinação de açúcar, de café, curtume oficinas, escritórios e representações” (p.21). Além disso, o seu porto fluvial era polo de atração para cidades franciscanas e sertanejas, além de estabelecer ligações com Sergipe e Bahia.

Só com a implantação da ferrovia no final do século XIX, é que outros municípios ganharam visibilidade, com destaque para Palmeira dos Índios. No final do século XIX, era um município relevante e possuía terras propícias à pecuária e à cultura algodoeira. A partir de 1933, à medida que as pontas de trilhos avançavam, as atividades políticas e administrativas

que estavam presentes em Quebrangulo²⁹ e Viçosa³⁰ deslocaram-se para Palmeira dos Índios, que atraiu um expressivo contingente populacional. Em 1940, o município já era considerado o mais importante do Agreste e Sertão de Alagoas, se mantendo nessa posição até 1960, quando Arapiraca ganha a hegemonia de centro regional (FERRARI, 1988, p. 11-12).

Para Ferrari (1988, p. 12), “o crescimento da cidade, entre 1930 e 1940, deve-se ao desenvolvimento da cultura algodoeira e a instalação de usinas de beneficiamento de algodão e mamona”. Por outro lado, ainda de acordo com a autora, o município era um importante centro de comercialização de milho e feijão. Mesmo o algodão sendo uma produção importante para o crescimento de Palmeira dos Índios e do Agreste, é importante lembrar que, a policultura foi um elemento fundamental, pois além de servir como meio de sobrevivência, os seus excedentes eram comercializados nas feiras.

Assim, o Agreste passou por muitas transformações decorrentes da terceira dualidade, com isso, a pequena produção mercantil foi se destacando ao longo do tempo e mudando todas as formas de organização produtiva. Diante das transformações via Estado, surgiram novos centros urbanos combinado ao desenvolvimento de importantes culturas produtivas. Um exemplo é, o ciclo fumageiro (1950-1990), que ocorreu em Arapiraca e atingiu municípios circunvizinhos, fazendo com que a partir de 1950, Arapiraca viesse a se tornar o mais importante centro comercial de Alagoas, depois de Maceió.

2.5.2 Arapiraca “capital” do Agreste Alagoano

Segundo Guedes (1999), o município de Arapiraca surge por volta de 1848, com a instalação da propriedade de Manuel André. No final dos anos 1850, mais pessoas migraram para as proximidades desenvolvendo policultura, sendo o marco do povoamento a construção de uma capela, em 1865. Em 1926, observa-se que os principais produtos da região, eram:

²⁹ “A freguesia foi criada pela Lei nº 301, de 13 de junho de 1856, sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Pobres. Pela Lei nº 624, de 16 de maio de 1872, foi criada a vila, desmembrada de Assembleia, hoje Viçosa, sendo a mesma extinta pelo Decreto nº 4, de 20 de fevereiro de 1890, sendo seu território partilhado entre Viçosa e Palmeira dos Índios. Ficando aquele com o distrito de Limoeiro e este com o de Quebrangulo. Ainda no mesmo ano, em 27 de setembro, pelo Decreto nº 47, foi restaurada, com a denominação de Vitória, tendo, pelo mesmo Decreto, seus limites devidamente fixados, os quais são os mesmos da freguesia, definidos pela Lei nº 301, de 13 de junho de 1856. Através da Lei nº 593, de 6 de julho de 1910, foi elevada à categoria de cidade. Por força da Lei nº 1.139, de 20 de junho de 1928, voltou a denominar-se Quebrangulo” (ALAGOAS, 2013e, p. 05).

³⁰ “Em 13 de outubro de 1831, por decreto Imperial, a povoação do Riacho do Meio foi desligada de Atalaia e elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila Nova de Assembleia. Tão fértil, tão produtiva, tão futura se mostrava a Vila de Assembleia, que o então Governador do Estado, coronel Pedro Paulino da Fonseca, pelo decreto nº 46, de 25 de novembro de 1890, mudou a sua denominação para Vila Viçosa. No Governo Gabino Besouro, por Lei nº 14, de 16 de maio de 1892, a vila foi elevada à categoria de cidade, sendo instalado oficialmente no dia 05 de junho do mesmo ano” (ALAGOAS, 2013f, p. 05).

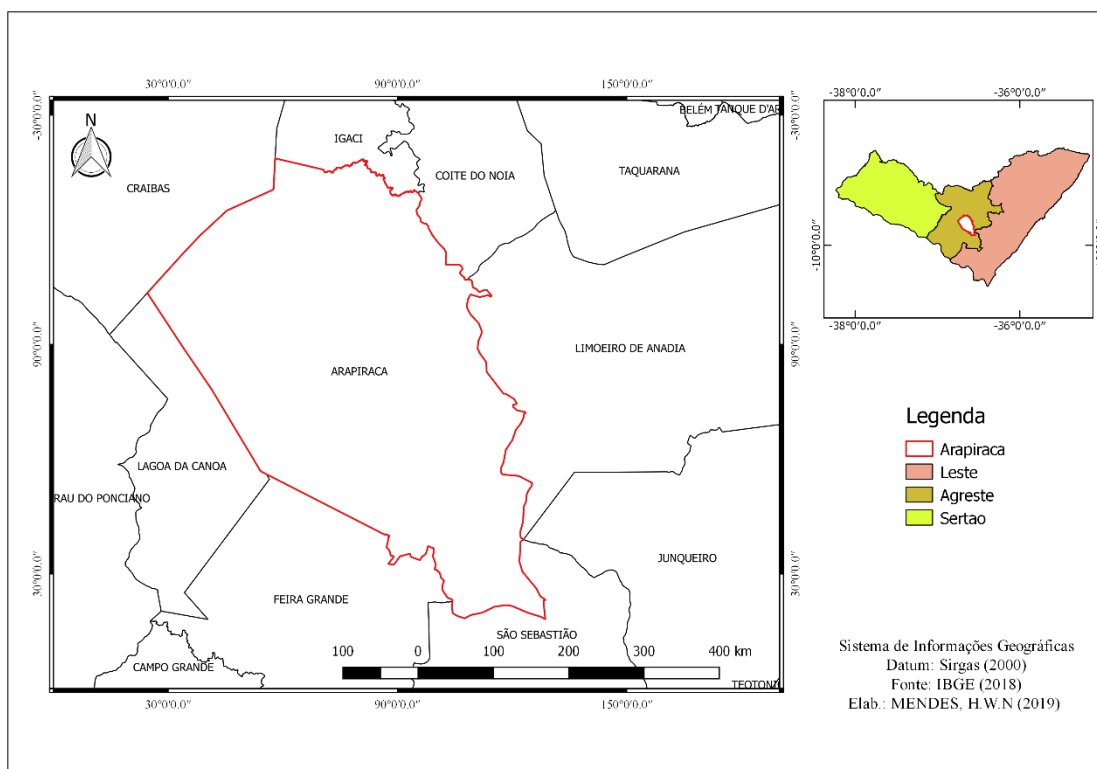
“feijão, milho, algodão, um pouco de fumo e mandioca”, mas a última era quem predominava na época. (p. 36)

A produção de subsistência foi importante para assentar trabalhadores e consolidar a policultura em Arapiraca e região, no entanto, foram as combinações geográficas que possibilitaram o seu crescimento, diante das condições edafoclimáticas, chegando a ter o período de alta da comercialização do fumo³¹, a partir de 1950. O ciclo fumageiro (1950-1990) estimulou o crescimento econômico e investimentos em infraestruturas para o estado de Alagoas, possibilitando que anos depois o município viesse a se tornar o segundo mais importante do estado. O adensamento populacional depois do ciclo fumageiro fez de Arapiraca uma economia urbana diferenciada no Agreste.

A construção de infraestruturas para integração nacional, organizadas pelos incentivos a integração e formação de mercado, no governo Vargas (1930-1945), foram fundamentais para incentivar o mercado nacional de forma ampla (RANGEL, 1981). No caso de Arapiraca, a construção de rodovias que integravam as cidades nordestinas às grandes metrópoles, foi um ponto favorável ao seu crescimento econômico e populacional. Mas as razões desse crescimento econômico, deve-se também, a policultura, que ali era desenvolvida como principal atividade. Veja o mapa 3 a seguir:

³¹ Em 1700, Antonil (1997, p. 154) já mencionava que havia cultivo de fumo de corda por agricultores livres e pobres, também destacava que “para o tabaco em pó, o das Alagoas de Pernambuco e dos campos da Cachoeira e das capivaras é o melhor”, mostrando que as combinações físicas e biológicas eram favoráveis a produção.

Mapa 3-Localização de Arapiraca

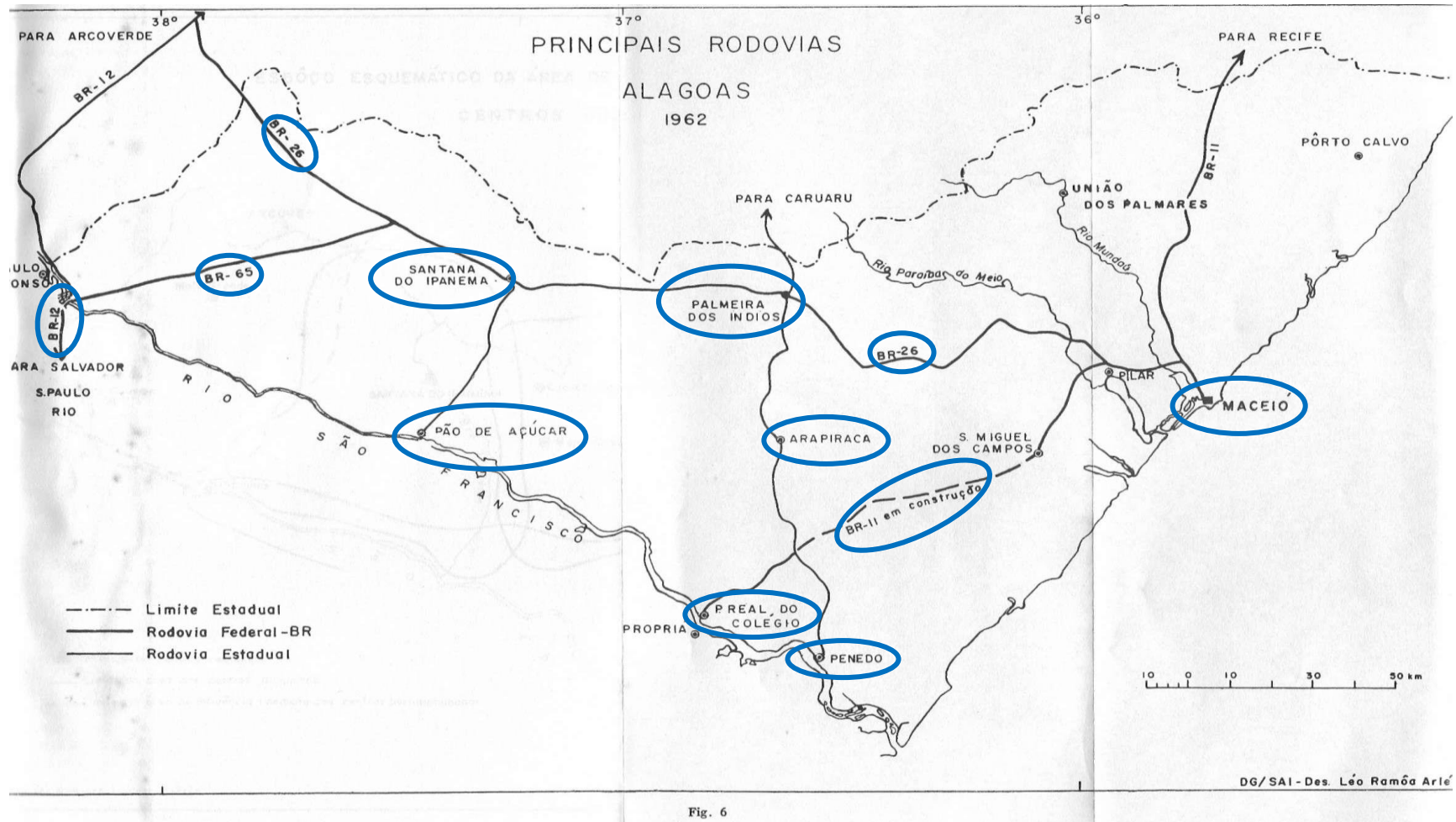


A economia de Arapiraca foi crescendo progressivamente com a produção e comercialização de milho, feijão, algodão e mandioca. De acordo com Guedes (1999), na década de 1940, chegou em Arapiraca a estrada de ferro, que até então só havia atingido Palmeira dos Índios e Igaci³². A estrada de ferro permitiu que a viagem para Maceió, que durava cerca de vinte quatro horas, fosse reduzida. Além disso, a chegada dos trilhos permitiu que muitos povoados ao longo da estrada de ferro tivessem acesso aos grandes centros próximos, Maceió e Recife, encurtando a relação entre os dois estados.

Segundo Firmino (2015), o transporte modificou a vida urbana em Alagoas. Em Arapiraca, mesmo com o avanço da ferrovia, foi a rodovia que mais contribuiu com sua dinâmica comercial. A partir de sua chegada houve intensificação do comércio de produtos agrícolas que contava com uma posição estratégica e ligava Alagoas à três estados Nordesteiros: Bahia, Sergipe e Pernambuco. Veja a figura 5:

³² “A Lei Estadual nº 428, de 15 de junho de 1904, elevou Olho d’Água do Acioli à categoria de vila, como distrito judiciário de Palmeira dos Índios. Na mesma época teve seu topônimo mudado para Igaci que, em linguagem indígena, significa exatamente Olhos d’Água. A emancipação política de Igaci ocorreu por força da Lei nº 2.087, de 27 de dezembro de 1957, instalando-se oficialmente a 12 de janeiro de 1959, com território desmembrado de Palmeira dos Índios” (ALAGOAS, 2013g, p. 05).

Figura 5-Mapa das principais rodovias em 1962



Fonte: Corrêa (1992, p. 113). Modificado pelo autor.

Como dito anteriormente, a partir da década de 1950, a rede urbana de Alagoas se modificou devido a construção de rodovias que ligavam Rio de Janeiro à Bahia, e conseqüentemente, se expandiram para os demais estados do Nordeste. O prolongamento da BR-12, que atravessava o Rio São Francisco no município de Paulo Afonso (BA) e as rodovias que se destinavam a Caruaru-Garanhuns (PE), facilitou a circulações de pessoas e mercadorias e criou pontos de encontro denominado de “nós rodoviários”. (CORRÊA, 1992, p.111). Entre esses “nós rodoviários”, Corrêa (1992, p. 111) salienta o papel que foi desempenhado por Palmeira dos Índios, que passou a irradiar diversas rodovias para o Sul, em direção a Arapiraca e ao São Francisco, e para o Leste-Oeste, em direção a Maceió e Sertão.

Ainda de acordo com Corrêa (1992), a função de Palmeira dos Índios era de redistribuir os produtos que recebia para os demais municípios alagoanos do Sertão e do Agreste. Através da BR-26, fazia ligações com Maceió e com municípios pernambucanos, além de fazer encontro com a BR-65, que ligava Alagoas à Bahia. O município de Arapiraca estava entre a passagem das rodovias BR-26 e da BR-11 e tinha ligação e proximidade com importantes rodovias e centros comerciais, como Palmeira dos Índios e Maceió.

Nesse processo, a feira livre de Arapiraca cresceu, principalmente durante o ciclo de produção e expansão do fumo. Segundo Firmino (2015), a feira já era uma atividade comercial importante desde 1884 e estava diretamente ligado à policultura da região, o que possibilitou a comercialização do fumo em maior intensidade. A produção do fumo, a feira livre e as rodovias – como ações do Estado durante a terceira dualidade –, foram essenciais para o crescimento de Arapiraca durante o século XX.

Com o aumento da demanda por fumo, houve maior investimentos de técnicas modernas na fumicultura. A partir de 1950 o estado alagoano foi colocado na rota do comércio internacional de tabaco, tendo que arcar com os níveis de exigência do mercado exterior e das multinacionais. Em 1960, a cultura fumageira já havia atingindo todos os municípios ao seu redor (GUEDES, 1999, p. 286).

Conforme Ferrari (1988, p. 23), Arapiraca apresentou quatro estágios de desenvolvimento. O primeiro ocorreu entre o final do século XIX e a segunda metade do século XX. Marcando a gênese da cultura fumageira alinhada à outras culturas agrícolas; nesse período a comercialização era dependente da formação de excedente. No segundo, de 1922 a 1950, o fumo ganhou um caráter comercial e passaram a utilizar técnicas para beneficiamento do fumo em corda. No terceiro, de 1950 a 1970, houve a expansão da agricultura fumageira, com a intensificação da utilização de insumos químicos, mão de obra assalariada, diaristas e boias-frias, participação do Estado através do INCRA e FUNRURAL e a chegada de exportadoras

internacionais. O processo de “industrialização” do fumo em corda, contribuiu com o aumento do contingente populacional, incentivando a instalação de bancos, além de ampliar o comércio varejista no município. O quarto estágio, ocorre a partir de 1970, quando Arapiraca estava em condição de cidade regional, havendo pequeno decréscimo da monocultura do fumo e redefinição das funções urbanas do município (FERRARI, 1988, p. 23).

Durante esse o quarto estágio, o estado de Alagoas vivia o aumento da sua população urbana. Segundo o Censo Demográfico (IBGE/SIDRA, 1980), a população urbana cresceu cerca de 55%, enquanto a população rural, cresceu apenas 5%. Durante os anos de 1980 e 1991, a população urbana de Alagoas chegou a crescer 52%, tornando-se um estado com população urbana maior que a rural. Um ponto que contribuiu com o crescimento da população urbana de Alagoas foi o desenvolvimento das atividades urbanas em Arapiraca durante o quarto estágio. Pois agora, além de Maceió, o município agrestino possuía uma importante centralidade no Agreste de Alagoas (FERRARI, 1988, p. 23). Isto, fez com que as modificações causadas pelo ciclo fumageiro, atraíssem migrantes de municípios vizinhos, das zonas rurais de Alagoas e de outros estados do país, fazendo crescer sua população urbana.

Tabela 1-População urbana e rural de Arapiraca, Penedo e Palmeira dos Índios

Município	Domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
Arapiraca	Total	94.287	136.178	164.921	186.466	214.006
	Urbana	46.592	87.211	130.963	152.354	181.481
	Rural	47.695	48.967	33.958	34.112	32.525
Palmeira dos Índios	Total	61.860	66.930	77.204	68.060 ³³	70.368
	Urbana	26.892	35.471	46.421	48.958	51.610
	Rural	34.968	31.459	30.783	19.102	18.758
Penedo	Total	33.142	36.658	52.245	56.993	60.378
	Urbana	23.418	27.054	38.574	41.545	45.020
	Rural	9.724	9.604	13.671	15.448	15.358

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico. Adaptado pelo autor

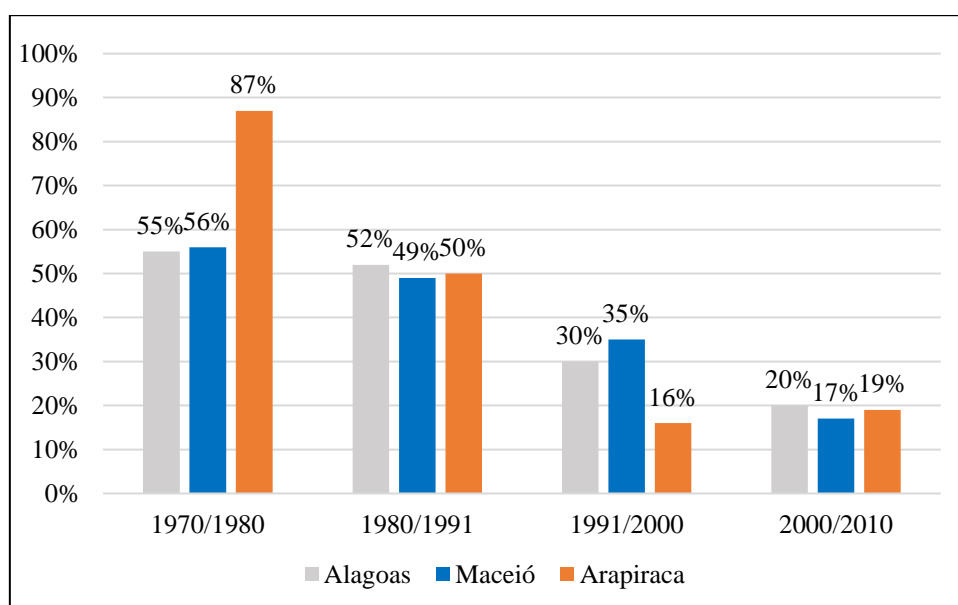
Entre 1970 e 1980, a população urbana de Arapiraca cresceu 87,2%; de 1980 a 1991, 50,2%; de 1991 a 2000, 16,3%; e de 2000 a 2010, cresceu 19,1%. Palmeira dos Índios, cresceu 31,9%, entre 1970 e 1980; de 1980 a 1991, 30, 8%; nos anos de 1991 a 2000 e de 2000 a 2010, o crescimento urbano foi de 5,4%. Já Penedo, que inicialmente estabelecia as principais relações

³³ Acredita-se que um dos fatores que levaram a queda de 11% população total de Palmeira dos Índios em 2000, foi a emancipação do município, Estrela de Alagoas, em 1992, pois até o censo de 1991 não há registros censitários sobre sua população. Segundo o censo IBGE (2000), a população total de Estrela de Alagoas no seu primeiro censo como município emancipado, foi 16.341 habitantes. Se levarmos em consideração o resultado da subtração de 77.204 e 68.060, houve aproximadamente 9.144 habitantes registrados no novo município, havendo um acréscimo de aproximadamente, 7.197 habitantes.

urbanas com municípios do Agreste e Sertão, cresceu 15,5% de 1970 a 1980; entre 1980 a 1991, houve um crescimento expressivo de 42,5%; de 1991 a 2000, cresceu 7,7% e de 2000 a 2010, 8,3%.

Dos três municípios que contribuíram com a formação socioespacial do Agreste e Sertão, Arapiraca, foi o município que mais aumentou sua população urbana, a partir da década de 1970. Em 1980, a população urbana ultrapassou a rural, podendo ser dito que, o aumento populacional no período de alta produção do fumo contribuiu para esse feito. Entre 1970 e 1980, Arapiraca chegou a registrar um crescimento urbano maior que o do estado e até mesmo da capital Maceió. Ver gráfico 4:

Gráfico 4-Crescimento percentual da população urbana de Alagoas, Maceió e Arapiraca



Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico. Organizado pelo autor.

É certo que, depois de quatro décadas de uma elevada produção do fumo, Arapiraca tornou-se a principal cidade do semiárido (Agreste e Sertão) de Alagoas. A partir das modernizações tecnológicas do cigarro e o aumento do consumo de cigarros industrializados (embalados), houve quebra da produção do fumo de corda consumido em caráter semi-industrial (embalado pelo próprio fumante). “Entre 1950 e 1990, a taxa de urbanização cresceu gradativamente, chegando a atingir 80%. Assim, os hábitos urbanos afastam o consumidor de fumo de corda em substituição ao cigarro industrializado” (SANTOS, 2014, p. 124).

Segundo Nardi (2010) a crise do fumo, é também, resultado da superprodução na região, pois se alastrou e aglutinou em sua cadeia produtiva, muito mais produtores do que se imaginava; como toda região era dependente do fumo, houve a incorporação de diversos

produtores na plantação. Deste modo, na medida que diminuía o consumo do fumo em corda e a produção sofria oscilações de preços, os fumicultores não obtinham o mesmo retorno financeiro que haviam conquistado até a década de 1970. Tampouco, conseguiam recuperar o valor investido na produção; os que conseguiam, geralmente passavam a diversificar a produção agrícola para não permanecer em crise, abastecendo com alimentos o mercado urbano de Arapiraca.

A crise do fumo, impôs a diversificação produtiva em Arapiraca e região. O mesmo ocorreu com as atividades urbanas. Com a crise de produção e comercialização do fumo, Arapiraca não estagnou, pelo contrário, houve alternativas, como a produção agrícola de milho, mandioca e hortaliças, a exemplo do projeto Cinturão Verde³⁴ e, também, serviços mais modernos para atender a região.

Para Souza (2009), além dos serviços públicos e privados e das modernas atuações que existem em Arapiraca, esse novo ciclo econômico levou ao surgimento de algumas indústrias modestas, entre elas: as indústrias de alimentos e bebidas, plástico, pré-moldados, produtos gráficos e químicos, pequenas fábricas de derivados do leite, de metais, de móveis e estofados. Essas novas atividades permitiram que Arapiraca continuasse a ser um centro polarizador, mesmo passando por períodos críticos de sua economia, após o fim do ciclo fumageiro. Arapiraca não perdeu tal papel de centro, pois já havia sido consolidado importantes atividades urbanas, como: indústria, comércio e serviços; desta forma, o município tornou-se polo atrativo da população do semiárido de Alagoas e do Nordeste.

Devido ao crescimento populacional e urbano de Arapiraca, alguns empresários e agricultores que durante o ciclo fumageiro conseguiram acumular, permaneceram ativos na economia municipal. Cita-se, como exemplo, as empresas de capital local, o Grupo Coringa, Indústria Camarão e Indústria Popular, que cresceram direta ou indiretamente, durante o período do ciclo fumageiro. Pois, houve crescimento da população urbana e, também, possibilidade de acúmulo após o período de ciclo fumageiro para investimento em outros setores.

Esse aumento da população, formou mercado consumidor e de trabalho, bem como ampliação da renda após o processo de urbanização. Apesar das dificuldades encontradas, após o ciclo fumageiro, Arapiraca continuou exercendo atividades econômicas bastante dinâmicas

³⁴ O Cinturão Verde foi, também, implantado pela Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba), com recursos do Ministério da Integração Nacional, beneficiando 240 famílias de pequenos produtores, com a perfuração de 50 poços artesianos e a implantação de sistema de irrigação pressurizada, produzindo atualmente alface, couve, cebolinha, coentro, pimentão, tomate, pimenta, berinjela, quiabo, rúcula, acelga, abobrinha, repolho e hortelã. (CODEVASF, 2006).

no estado e fez com que municípios vizinhos ficassem dependentes. Sendo assim, Arapiraca pode ser considerada como capital agrestina, pois possui uma rede urbana conectada com demais municípios do estado, fortalecendo o mercado interno e o crescimento de algumas fábricas do setor de alimentos no próprio município.

3 CAPÍTULO II: A INDÚSTRIA DE ALIMENTOS EM ALAGOAS

Este capítulo trata a indústria de alimentos em Alagoas, considerando a formação socioespacial do estado e as relações econômicas, políticas e sociais que foram desenvolvidas nas três mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão). Sendo esta, parte do processo de formação social que apontam as características da indústria de alimentos em Alagoas.

Primeiramente, o capítulo faz uma análise temporal, com base em dados coletados na Federação das Indústrias de Alagoas (FIEA) e na Associação Comercial de Maceió (ACM), acerca das primeiras fábricas de alimentos. A análise temporal, será relacionada com as dualidades básicas da economia brasileira e com os processos que contribuíram com a industrialização do Brasil; em cada uma das dualidades aponta-se elementos relacionados aos setores da economia, o que instiga a verificar as suas incidências em Alagoas. Utiliza-se também, os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE), que vão de 1966 a 2017, para identificar em números de unidades e total de pessoal ocupado, a atuação do setor em Alagoas.

Continuando o capítulo, identifica-se o contexto atual da indústria de alimentos alagoana e as relações com as combinações geográficas, pois, a fabricação de alimentos no estado, não está desassociada das combinações que englobam os fatores físicos, biológicos e humanos. Deste modo, a partir na compreensão sobre o contexto atual da indústria de alimentos em Alagoas, é possível identificar a relação entre renda da população e o perfil das fábricas de alimentos no estado. Por fim, será analisado a atuação das fábricas de alimentos, com base nos dados coletados nas principais redes de supermercados de Maceió.

3.1 ANÁLISE TEMPORAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS EM ALAGOAS

Realizamos a coleta de dados na ACM e na FIEA, a partir da qual buscamos identificar a origem, desenvolvimento e o contexto atual da indústria de alimentos em Alagoas. Para tanto utilizamos duas metodologias que nortearam nossa investigação científica. A primeira foi realizada a partir do levantamento histórico de empresas, realizado no livro “Trajetória da indústria alagoana³⁵”, que aborda fatos históricos sobre o início e a evolução da industrialização em Alagoas com “11 cenários” periódicos (1850 até 2017). Na segunda etapa passamos a identificar e comparar os cenários, com base na teoria das dualidades básicas da economia brasileira para entender quais a incidências desta em Alagoas e na indústria de alimentos.

³⁵ Lançado em 2018 pela FIEA.

Em cada um dos cenários, a FIEA (2018) determina uma fase da indústria em Alagoas, mostrando os eventos e os avanços que contribuíram com a indústria no Estado. Com base nos dados coletados, foi realizado um comparativo sobre os eventos que ocorreram nas quatro dualidades estabelecidas por Rangel (1981). Deste modo, esta associação possibilitará compreender a formação da indústria de alimentos em Alagoas. Veja o exemplo do quadro 6:

Quadro 6-Período da análise temporal

Cenários	Ano	Dualidades brasileiras
1° cenário	1850-1869	1° Dualidade (1822-1888)
2° cenário	1870 – 1889	
3° cenário	1890 – 1919	2° Dualidade (1888/89-1930)
4° cenário	1920 – 1939	
5° cenário	1940 – 1959	3° Dualidade (1930-1985)
6° cenário	1960 – 1969	
7° cenário	1970 – 1979	
8° cenário	1980 – 1989	4° Dualidade (1985-1989)
9° cenário	1990 – 1999	SEM DUALIDADES
10° cenário	2000 – 2009	
11° cenário	2010 – 2017	

Fonte: FIEA (2018); RANGEL (1981). Organizado pelo autor

Conforme estabelecido no quadro 6, a primeira dualidade (1822-1888) engloba dois cenários: o 1° (1850-1869) e o 2° (1870-1889). A segunda dualidade (1889/89-1930) abraça: o 3° cenário (1889-1919) e mais da metade do 4° cenário (1920-1939). No caso da terceira dualidade (1930-1985), contempla-se o final do 4° cenário, pois os eventos que ocorreram nos últimos nove anos, estiveram associados a esta dualidade, além deste, mais quatro cenários foram contemplados: o 5° (1940-1959), 6° (1960-1969), o 7° cenário (1970-1979) e parte do 8° (1980-1989).

O início da quarta dualidade ocorreu em 1985, mas com a intensificação dos investimentos do Estado no final da década de 1970, parte do 8° cenário foi representado nesta dualidade. Entretanto, pouco durou a quarta dualidade, pois, o fenômeno das dualidades chegou ao seu fim, após a implementação de políticas neoliberais (1990-1999) que renderam dificuldades ao Estado e ao setor de fabricação de alimentos. Porém, a partir dos anos 2000, principalmente a partir de 2003, houve uma leve recuperação dessas atividades associadas ao crescimento do mercado de consumo popular.

Baseado na análise temporal, busca-se compreender a associação das classes da indústria de alimentos com as combinações geográficas, o contexto atual do setor e sua atuação no mercado alagoano, regional e nacional.

3.1.1 Indústria de alimentos alagoana na primeira dualidade

No início do século XIX, a população de Alagoas passou aos poucos a se concentrar nas áreas comerciais próximas ao litoral, fortalecendo relações urbanas, em torno do Porto do Jaraguá, que possuía uma posição favorável aos transportes marítimos e aos principais vales canavieiros de Alagoas. Segundo Corrêa (1992, p. 99), o que influenciou a valorização do Porto de Jaraguá, foi “o aumento do calado dos navios de alto mar; aumento este que não favorecia os portos localizados na foz ou em fundo de rios”. Consequentemente, essas ações beneficiam a indústria de alimentos que ainda tendo como principal produto o açúcar, não deixou de apresentar a existência de estabelecimentos comerciais para atender um mercado interno que se formava.

Essa situação fez crescer em Maceió o comércio e os meios de transporte e permitiu o aparecimento de uma burguesia comerciante, da qual até a aristocracia rural dependeria. Assim, a vida urbana se desenvolveria em Alagoas, a partir das relações comerciais que se formaram nas proximidades com o Porto de Jaraguá. A partir de 1817, vilas da zona canavieira, como Santa Luzia do Norte, Marechal Deodoro, Atalaia, São Miguel dos Campos e até mesmo Palmeira dos Índios, que possuía um pequeno centro no Sertão, passaram a depender de atividades administrativas e comerciais de Maceió (CORRÊA, 1992).

Segundo Carvalho (2015), o período citado representa o processo de desenvolvimento da província de Alagoas, culminando no crescimento populacional, constituição de novas vilas e cidades, e no aspecto cultural e educacional (a formação do Liceu Alagoano 1849) formou escolas de preparo profissionalizante.

De acordo com FIEA (2018), destaca-se, nessa fase, o ciclo dos engenhos que conviveu ao mesmo tempo com o ciclo do algodão e a iniciante indústria têxtil. Em relatório das “Fallas Provinciais de 1850”, além da produção de açúcar nos engenhos, outras atividades industriais no setor de alimentos estavam sendo realizadas na província, sobretudo no município de Penedo, como é o caso da fábrica de pilar arroz e de extrair óleos para os mais variados ramos industriais (FIGUEREDO, 1850). De acordo com os dados disponíveis na ACM, as fábricas de alimentos em Alagoas estavam registradas em Penedo, Passos de Camaragibe e Santa Luzia do Norte. Fábricas de alimentos apresentadas no quadro 7.

Quadro 7-Fábricas de alimentos entre 1850-1888

Classe	Atividade	Município	Quantidade	Ano das Falas e Relatórios
Beneficiamento de arroz	Fábrica de manipular arroz	Penedo	1	1850 ^[4]
	Fábrica de manipular arroz		1	1858 ^[1]
	Fábrica de pilar arroz		2	1860 ^[2]
	Fábrica de pilar arroz		2	1880 ^[5]
Fabricação de açúcar	Engenho a vapor	Passo de Camaragibe	1	1851 ^[3]
	Engenho a vapor	Santa Luzia do Norte	1	1851 ^[3]
	Engenho a vapor	...	18	1859 ^[3]
	Engenhos a tração animal	...	235	1859 ^[3]
	Engenho movido a água	...	151	1859 ^[3]
Fabricação de conservas de frutas	Azeite de coco	N/C	N/C	1959 ^[3]
Fabricação de farinha de mandioca	Casa de farinha	N/C	N/C	1859 ^[3]
Farinha de milho e derivados	Fabricação de farinha de milho	Penedo	1	1860 ^[2]
			Total: 412	_____

Fontes: Fallas Provinciais - Amaral (1858, p. 22)^[1]; Dantas (1860, p.21)^[2]; FIEA (2018, p. 23 a 30)^[3]; Figueredo (1850, p. 37)^[4]; Silva (1880, p. 64)^[5]. Elaborado pelo autor.

Com base nos dados encontrados nas “Fallas Provinciais”, existiam alguns empreendimentos destinados à fabricação de alimentos. Duas classes de atividades foram registradas, mas não foi possível descobrir a quantidade e o município: fabricação de conservas de frutas e farinha de mandioca. A fabricação de açúcar era predominante no Leste, pois as condições do solo e clima, além da localização propícia para exportação, foram fatores favoráveis.

Conforme o quadro 7, ainda que de forma bastante rústica, o início das primeiras fábricas de alimentos contava com 235 engenhos à tração animal (235), 151 movidos d’água (151) e 18 a vapor (17). No entanto, foram identificados somente dois municípios que deram início ao processo de modernização das moendas de produção de açúcar, introduzindo máquinas a vapor: Passo de Camaragibe e em Santa Luzia do Norte (FIEA 2018, p. 24 e 25). Segundo Dantas (1960, p. 21), embora houvesse uma predominância dos engenhos para fabricação de açúcar no Leste de Alagoas, nas áreas próximas ao São Francisco, sobretudo no município de Penedo, havia dois estabelecimentos que fabricavam derivados do arroz e uma fábrica de farinha de milho e derivados.

³⁶ Dados obtidos no livro “Trajetória da Indústria Alagoana – 1850/2017”.

De acordo com a FIEA (2018, p. 30), “Penedo se destacava como um dos municípios precursores da industrialização de matérias-primas regionais, contribuindo com a evolução do modelo indústria de transformação em Alagoas”. Como pode ser observado, as áreas mais afastadas da planície litorânea apresentava uma diversificação de produção em comparação ao que se produzia no litoral. Essa forma de organização se diferenciava das áreas de domínio do açúcar, pois demonstrava uma capacidade de incorporação de mão de obra livre e ativa.

Segundo Corrêa (1992), Penedo³⁷ estava localizada no ponto final da navegação fluvial à montante do São Francisco. Neste ponto, foi possível estabelecer relações comerciais “import./export.” intensificada com a produção de algodão. Além disso, “os sobradões ao longo do rio, trapiches, lojas de importação, sociedades artísticas e culturais existentes na cidade, eram a expressão de uma pujante vida urbana” (p. 102).

O período em que se registrou as primeiras fábricas de alimentos no estado, eram ainda a fase “b” do 1º Kondratieff, que estava em processo de mudanças para fase “a” do 2º Kondratieff, este representado pelo período de substituição de importações com utilização de mão de obra escrava no interior das fazendas para atender as necessidades da casa grande. Nessa ocasião ocorreu a primeira dualidade brasileira (1822-1888), havendo o domínio dos senhores de escravos e ascensão dos comerciantes “import-export” brasileiros (RANGEL, 1981).

Com exceção do engenho de açúcar, antes de 1850, não foi identificado a presença de fábricas de alimentos, porém, não se sabe se estavam realizando um esforço de substituir importações no setor de alimentos no interior das fazendas. No período que marca a primeira dualidade brasileira, compreende-se, que houve esforço para atender o mercado interno urbano e as outras provinciais brasileiras e regionais, com produtos industriais ou semielaborados como: “Farinha de mandioca, azeite de coco e açúcar e derivados do arroz” (THESOURARIA PROVINCIAL, 1859 *apud* FIEA, 2018, p.27).

Para Castro (1972), a formação da indústria no Brasil, ocorreu como prolongamento da agricultura. É importante observar que em Alagoas, o crescimento da indústria de alimentos, além de ocorrer como prolongamento da agricultura, também ocorreu, à medida que surgiam vilas e centros comerciais. Estes “despertavam estabelecimentos têxteis, fábricas de produtos alimentares e bebidas” (p. 106).

Ao longo dos anos que marcam a origem e crescimento das fábricas do setor de alimentos, novas infraestruturas como a construção de ferrovias passam a facilitar relação das atividades agrícolas e comerciais. Isto contribuiu, também, com o surgimento de novos

³⁷ Localizado na região do Baixo São Francisco, uma área de 32.013 km², onde o rio São Francisco deságua no Oceano Atlântico, conforme o Comitê de Bacias Hidrográficas do São Francisco (CBHSF).

municípios, aumentando concentração populacional de Alagoas em cidades, povoados e vilas. Assim, houve um aumento no número de estabelecimentos que produziam manufaturas voltadas ao consumo alimentar. Crescimento populacional na segunda metade do século XIX. Ver tabela 2:

Tabela 2-População total: Brasil, Nordeste e Alagoas (1872)

Ano	1872
Brasil	9.430.478
Nordeste	4.638.560
Alagoas	348.009

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico. Adaptado pelo autor

Embora a primeira contagem registrada em Alagoas não apresente dados sobre a população urbana, a partir desse primeiro registro notou-se mudanças significativas no crescimento populacional. Ao mesmo tempo, surgiu estabelecimentos voltados a fabricação de alimentos para atender o consumo de uma população, que estava crescendo progressivamente, “mesmo sem contar com a presença de muitos migrantes”, como registrou Cabral e Costa (2016, p. 28).

Essa representa a primeira fase da vida urbana em Alagoas, que tem início em meados do século XVI até o final do século XIX (*período em que segundo Rangel, termina-se a primeira dualidade*). A predominância dos transportes marítimo e fluvial de carga beneficiou Maceió e Penedo, que tinham capacidade de receber navegações maiores e vias de acesso a vilas ao interior (CORRÊA, 1992). Por outro lado, a partir da segunda metade do século XIX, houve grandes transformações no cenário urbano das províncias imperiais do Brasil, Alagoas não ficou de fora desse processo, sobretudo com investimentos modernos que facilitavam a criação de mercados.

As modificações no porto do Jaraguá em Maceió e a implantação do primeiro ramal ferroviário (1868), entre o Trapiche da Barra e Porto do Jaraguá, foi um dos principais eventos que marcam a modernização da capital Alagoana (ENCICLOPÉDIA DOS MUNICIPIOS ALAGOANOS, 2012).

Segundo a FIEA (2018), durante 1870 e 1889, houve avanços significativos na fabricação de açúcar, sendo este setor, junto com o têxtil, os mais modernos de Alagoas para as condições da época. O Nordeste estava se destacando na industrialização de bens de consumo leve, pois contava com abundância de matéria-prima, mão de obra barata e acesso ao mercado consumidor, pelos meios de navegação e pelo avanço das linhas férreas. “Para modernizar a

produção e viabilizar a exportação, o governo Imperial decide, em 1875, transformar os velhos banguês em unidades industriais avançadas” (CARVALHO, 2009, p. 15).

No período que marcou a passagem da primeira para segunda dualidade, houve modernizações na fabricação de açúcar. De acordo com Carvalho (2015, p. 55), na segunda metade do século XIX, o setor açucareiro recorre ao Estado para enfrentar a crise que se instalou no plano internacional³⁸, e assim modernizou a produção e viabilizou a exportação, através da transformação de velhos banguês em unidades industriais avançadas, “denominados de engenhos centrais”. Sendo parte da indústria de alimentos, encara-se como um primeiro processo de modernização e planejamento para melhorar as qualidades de produção no setor, pois, para competir no mercado externo tiveram que realizar e investir em máquinas e equipamentos que garantissem o aumento da produtividade de açúcar.

3.1.2 Indústria de alimentos alagoana na segunda dualidade

Nas abordagens de Rangel (1981), esse período marcou a ascensão das classes dos fazendeiros comerciantes e o início da industrialização brasileira. Esta, não como um processo comum de substituição para atender às necessidades da fazenda e, sim, como um movimento de substituição mais diversificada que atendeu o mercado interno que estava em formação. No caso de Alagoas, uma das maiores reflexões dessa dualidade é o desenvolvimento do progressismo republicano.

Diferente dos primeiros registros, que marcou a formação de mercado em Maceió e Penedo, o desenvolvimento das ferrovias, levou ao crescimento de outros municípios no estado, e conseqüentemente, o surgimento de estabelecimentos de fabricação de alimentos. Ainda que essas fábricas possuíssem caráter de manufatura, surgiu novos estabelecimentos em diferentes municípios com novas classes de fabricação de alimentos. Segundo Corrêa (1992), enquanto avançavam os trilhos das ferrovias, surgiam cidades “pontas de trilhos”, “as quais passariam em pouco tempo de simples aglomerados rurais a importantes centros de relações” (p.104).

Essas medidas contribuíram com o crescimento da população do estado, embora não haja dados da situação de domicílio em população urbana ou rural, notou-se um crescimento dos municípios e formação de mesorregiões através do desenvolvimento das vias de comunicação. A exemplo da construção e ampliação das estradas de ferro e ramais para

³⁸ Em meados do século XIX, aumenta, no plano internacional, a pressão da concorrência externa, tanto do tradicional açúcar antilhano, feito da cana, como do produto europeu, elaborado a partir da beterraba desde o começo do século. No plano regional, a maioria dos engenhos não consegue responder à estagnação, que gera níveis baixos de rendimento industrial e agrícola e ocasiona a produção de um açúcar de péssima qualidade (CARVALHO, 2009, p. 15).

transportar pessoas e mercadorias para as pontas de trilhos: “ramal de Viçosa”, “ramal do Glycerio” que ligava União [dos Palmares] a Pernambuco, o “ramal de Paulo Afonso”, ligando o baixo (Piranhas) com o alto (Jatobá) São Francisco. Houve nesse período estudos para construção de 600 km de estradas que ligavam à capital cidades como: Colônia Leopoldina, que já tinha um ramal até Porto Calvo; Paulo Afonso, no Sertão; e Anadia e Palmeira dos Índios, na transição entre Leste e Sertão (CABRAL; COSTA, 2016, p. 28). Ver abaixo a tabela 3:

Tabela 3-População de Alagoas em 1902^[1]

Leste		Agreste		Sertão	
Município	População	Município	População	Município	População
Alagoas [Marechal Deodoro]	15.336	Limoeiro [de Anadia]	20.154	Água Branca	10.848
Anadia	26.689	Palmeira dos Índios	24.707	Belo Monte	10.126
Atalaia	41.224	São Braz	15.165	Pão de Açúcar	14.334
Camaragibe	22.971	Traipu	19.413	Paulo Afonso ^[3]	11.170
Coruripe	9.707	Victória [Quebrangulo]	15.968	Piranhas	3.525
Maceió ^[2]	36.542			Santana do Ipanema	17.110
Maragogy [Maragogi]	24.707				
Muricy [Murici]	25.536				
Parahyba [Capela]	20.325				
Penedo	15.030				
Piassabussu [Piaçabuçu]	9.137				
Pilar	15.766				
Porto Calvo	28.812				
Porto de Pedras	14.108				
Porto Real do Colégio	10.819				
Poxim [Distrito de Coruripe]	7.334				
Santa Luzia do Norte	18.082				
São José da Laje	26.870				
São Luís do Quitunde	18.266				
São Miguel dos Campos	20.236				
Triumpho [Igreja Nova]	8.227				
União	47.000				
Viçosa	39.821				
Total de municípios: 23	Total de habitantes no Leste: 502.545	Total de municípios no Agreste: 5	Total de habitantes no Agreste: 95.407	Total de municípios no Sertão: 6	Total de habitantes no Sertão: 67.113

Alagoas (Total): 665.065^[4]

Fonte: Cabral; Costa (2016, p. 30 a 48). Organizado pelo autor.

^[1] Até 1980 o IBGE classificava os municípios em “Zonas Fisiográficas”, só a partir de 1991, é que passa a classificar em mesorregiões e microrregiões. Como estamos trabalhando com a classificação de mesorregiões, classificamos os municípios conforme as mesorregiões atuais.

^[2] De acordo com Cabral e Costa (2016), talvez o recenseamento não tenha sido regulamente apurado, o que causa conflitos com o total geral da população. Para os autores havia em Alagoas 662.672 hab. Em nossa contagem, soma-se 665.005.

^[3] O Município de Paulo Afonso, atualmente pertence à Bahia.

^[4] Nos registros Históricos do IBGE (1951, p.24), o total para 1900 é de 649.273, porém a contagem foi feita com base nos registros civis de nascimento, batismos da igreja católica e na seleção de homens para o exército, somando o quantitativo registrado no Indicador Geral do Estado em cada município (CABRAL E CASTRO,2016).

Com base no indicador geral do estado de Alagoas, de Cabral e Costa (2016, p.28), havia cinco municípios no Agreste, seis no Sertão e vinte e três no Leste, este concentrava a maior parte da população de Alagoas. De acordo com os autores, houve em Alagoas um crescimento de 91%, em 28 anos. Este crescimento populacional contribuiu significativamente com o desenvolvimento de atividades econômicas no estado.

Em relação ao crescimento das regiões, o Leste possuía o maior percentual, 81% maior que o Agreste e 87% maior que o Sertão, vale ressaltar, que haviam apenas 14 anos da abolição e essa região era quem concentrava maior percentual de mão de obra escrava, em decorrência da produção de açúcar. Por outro lado, o Sertão que funcionava como hinterlândia gado bovino e através de Penedo estabelecia contato com o Leste de Alagoas, viu o Agreste ter um crescimento populacional 30% maior. Pois essa região, que possuía hinterlândia de policultura, estabelecia ligações com o Leste e Sertão, além de municípios do estado de Pernambuco.

Além das fábricas têxteis e de açúcar, às fábricas de bens de consumo leve começaram a ganhar corpo, atendendo necessidades urbanas. Entre os setores, encontrava-se a produção de sabão, licores, calçados, cigarros, charutos, gelo, álcool, tijolos, telhas, óleos, móveis, roupas, vinagres e massas alimentares (CABRAL; COSTA, 2016). As últimas faziam parte da indústria de alimentos e elas surgiram para atender de forma diversificada o mercado interno que se formava no estado. Ver quadro 8 abaixo:

Quadro 8-Fábricas registradas em Alagoas em 1902

Classe	Município	Tipo de Fábrica	Quantidade	Total por setor
Beneficiamento de Arroz	Penedo	Beneficiadora	1	2
	São Braz	Beneficiadora	1	
Fabricação de Açúcar	Atalaia	Usina	1	532
	Camaragibe	Engenhos	61	
	Limoeiro	N/C[Rapadura]	10	
	Maceió	Refinaria	64	
	Pilar	Engenhos	27	
	Porto calvo	Engenhos	64	
	Porto de Pedras	Engenhos	25	
	Santa luzia do Norte	Engenhos	57	
		Usinas	2	
	São José da Laje	Engenhos	28	
	São Miguel dos Campos	Engenhos	17	
	São Luiz do Quitunde	Engenhos	78	
	União	Engenhos	N/C	
	Viçosa	Engenhos	72	
Vitoria [Quebrangulo]	Engenhos [Rapadura]	26		
Fabricação e Extração de Óleos Vegetais	Palmeira dos Índios	Preparação	1	4
	Porto Real do Colégio	Preparação	1	
	São Braz	Preparação	1	
	Triunfo	Extração	1	
Fabricação de Farinha de Mandioca	Maragogi	Casa de Farinha	1	1
Fabricação de Laticínios (Queijo)	Palmeira dos Índios	N/C	1	2
	Santana do Ipanema	N/C	1	
Fabricação de vinagres	Maceió	N/C	3	4
	Penedo	N/C	1	
Torrefação de Café	Maceió	N/C	12	12
Total Geral:			557	

Fonte: CABRAL; COSTA (2016). Elaborado pelo autor.

De acordo com o Cabral e Costa (2016), havia no ano de 1902 (período da segunda dualidade brasileira), 557 fábricas de alimentos no total, a maioria engenhos. No Leste, 16 municípios contavam com atividades de fabricação de alimentos: beneficiamento de arroz (1); fabricação de açúcar (496); fabricação de extração de óleos vegetais (2); fabricação de farinha de mandioca (1); fabricação de vinagres (4); e torrefação de café (12). No Agreste, 4 classes e municípios: beneficiamento de arroz (1); fabricação de açúcar [rapadura] (36); fabricação e extração de óleos (2); fabricação de produtos de laticínios [queijo] (1). No Sertão, 1 município e 1 empresa atuando na fabricação de produtos de laticínios [queijos].

Inicialmente, a localização das fábricas de alimentos ficava próximas as áreas em que se obtinham as matérias-primas, como é o caso do arroz às margens do São Francisco e da cana-

de-açúcar nas áreas de solo favorável a produção. Diferente dos primeiros registros, em que se identificam apenas fábricas de alimentos no Leste, algumas atividades do setor de alimentos passaram a ser desenvolvidas, também, no Agreste e Sertão do estado. Essas mudanças, de acordo com Corrêa (1992), têm a ver com o surgimento de novos centros que se formaram à medida que a construção das ferrovias prosseguia e estacionava.

O total desses estabelecimentos apontou para o início do processo de diversificação de atividades industriais. Este, foi somado ao crescimento populacional e a dinâmica comercial atingida por vias de comunicação que contribuíram com a ligação entre as três mesorregiões de Alagoas. Através dos meios de transporte, como navegação, ferrovias, rodovias e ramais que ligavam a capital a municípios do Agreste e Sertão foi consolidado um importante mercado interno dependente de Maceió.

3.1.3 Indústria de Alimentos alagoana na terceira dualidade

As ações que ocorreram durante a terceira dualidade representou uma das maiores incidências do Estado nacional na economia alagoana. De modo que, os eventos foram divididos em duas fases: a primeira (1930-1950), que marcou o início da terceira dualidade e os primeiros registros sobre a população e classes de fábricas de alimentos; e a segunda (1950-1979), que apresentou o comportamento de Alagoas a partir das políticas de planejamento com incentivo do Estado e a formação do mercado urbano.

a) Primeira fase da indústria de alimentos (1930-1950)

A partir desse período, o governo federal planejou a economia e incentivou a produção industrial, criou políticas de atração da população para as cidades como, leis trabalhistas, CLT (1943), também, infraestruturas que viabilizaram o crescimento das principais atividades econômicas em Alagoas. Um exemplo disso, foi a construção de estradas nas zonas sertanejas, que, segundo Costa (1931, p.203), foram intensificadas “proporcionando ocupação aos sem trabalhos”. Essa ocupação de certo modo, contribuiu com o surgimento de um mercado interno no estado. Ver tabela 4:

Tabela 4-População de Alagoas em 1931

Leste		Agreste		Sertão		
Município	População	Município	População	Município	População	
Alagoas [Marechal Deodoro]	23.838	Arapiraca	11.800	Água Branca	25.797	
Anadia	64.806	Limoeiro	28.582	Belo Monte	10.283	
Atalaia	76.796	Palmeira dos índios	45.754	Pão de Açúcar	27.634	
Camaragibe	31.366	Quebrangulo	43.478	Paulo Afonso [Mata Grande]	27.260	
Coruripe	20.556	São Braz	17.638	Piranas [Piranhas]	4.403	
Igreja Nova	21.486	Traipu	25.789	Porto Real do Colégio	16.169	
Junqueiro	12.787			Santana do Ipanema	47.976	
Leopoldina	31.604					
Maceió	103.930					
Maragogi	21.022					
Murici	48.725					
Parayba [Capela]	36.436					
Penedo	29.749					
Piaçabuçu	9.266					
Pilar	21.198					
Porto Calvo	29.419					
Porto de Pedras	23.151					
São José da Laje	58.471					
Santa Luzia do Norte	29.663					
São Luís do Quitunde	33.038					
São Miguel dos Campos	38.187					
União [dos Palmares]	71.350					
Viçosa	70.665					
Total	23	907.509	6	173.041	7	159.072
Alagoas (total): 1.240.072						

Fonte: COSTA (1931). Elaborado pelo autor.

Tanto os dados das tabelas 3 e 4, foram contabilizados pelos autores Cabral e Costa (2016) e Costa (1931), respectivamente, ambos levantaram os dados a partir dos registros de cartórios ou batismos da igreja católica, podendo haver erros pela falta de informação sobre número de óbitos. Todavia, não se pode negar que em 30 anos, houve um crescimento populacional de aproximadamente 86%. Durante esse período, ocorreu o avanço das pontas de trilhos que atingiu o município de Palmeira dos Índios e gerou o aumento das populações do Agreste e Sertão.

De acordo com Corrêa (1992), a ferrovia prosseguiu da zona da mata para o Agreste e Sertão, até atingir, em 1933, Palmeira dos Índios. Em relação ao Agreste e Sertão, o Leste continuou com mais de 80% da população, mas o destaque vai para Maceió, que triplicou sua população em 30 anos, passando a ter 65% do total em relação a 1902. Isso ocorreu no período em que as construções urbanas decorrentes do republicanismo atingiram o município, levando

a maior concentração nas capitais. Por outro lado, o crescimento do Agreste em relação ao Sertão foi de 8%.

À medida que crescia a população, cresciam também estabelecimentos comerciais em relação aos registros anteriores. Segundo Costa (1931, p. 117) havia os seguintes estabelecimentos: de beneficiamento de arroz e de milho; farinha e goma de mandioca; massas alimentícias; confeitos; conservas de peixes; carne de sol de gado bovino e de suíno; queijos; vinagres; e torrefação e moagem de café.

De acordo Carvalho (2009, p.22), em 1933, o governo Vargas interveio sobre a produção de açúcar criando o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Este por sua vez, contribuiu com a fiscalização, controle e pesquisa da produção para que não houvesse disparidades em relação a produção/o do Sudeste que estava inserindo mais meios modernos em sua produção. Assim, para Tenório (2007 p. 32) o setor açucareiro superou as dificuldades de competitividade e aumentou as cotas de produção para atender o mercado em crescente expansão.

No geral, os primeiros anos dessa fase indicou não só a modernização da produção de açúcar por meio das usinas, mas, também, o aumento de fábricas e novas classes de fabricação. A seguir, no quadro 9, com base em Gama & Cia (1929), apresenta a redução no número de engenhos e novas classes de fabricação de alimentos que surgiram, a partir de 1930 (início da terceira dualidade brasileira):

Quadro 9-Indústria de Alimentos em 1929/1931

Classe	Município	Tipo	Quantidade	Empresa	Total por setor
Beneficiamento de Arroz	Igreja Nova	Despolpador	2	N/C	14
	Pão de Açúcar	Despolpador	2	N/C	
	Penedo	Descaroçadores	7	N/C	
	Piaçabuçu	Descaroçadores	2	N/C	
	Maceió	Beneficiadora	1	Madeiro & Cia.	
Fabricação de Açúcar	Anadia	Engenhos a vapor	1	N/C	111
	Atalaia	Engenhos a vapor	64	N/C	
		Engenhos d'água	6	N/C	
		Engenhos a tração animal	9	N/C	
		Usinas	4	Usina Brasileiro Usina Ouricury Usina Rio Branco Usina Uruba	
	Alagoas (Marechal Deodoro)	Engenho	1	Antonio Jose Duarte	
	Cajueiro	N/C	1	G. Vandesmet	
	Camaragibe	Engenhos d'água	2	N/C	
		Usinas	2	Água Cumprida Bom Jesus	
	Coruripe	Engenhos banguês	13	N/C	
		Usina	1	S.A Usina Coruripe	
	Igreja Nova	Engenhos a vapor	1	N/C	
		Engenhos a tração animal	4	N/C	
	Limoeiro [Anadia]	Engenhos	2	N/C	

Classe	Município	Tipo	Quantidade	Empresa	Total por setor		
Fabricação de Açúcar	Maceió	Refino de açúcar	5	Americo Bernado da Silva	225		
				Fausto Feitosa			
				Lourenço Barbosa			
				Madeiro & Cia.			
				Hugo Menezes e Cia			
	Murici	Engenhos a vapor	36	N/C			
				Engenhos d'água		4	N/C
							Usinas
				S. Simões			
	Parayba [Capela]	Engenhos a vapor	47	N/C			
				Engenhos d'água		2	N/C
							Engenhos a tração animal
	Penedo	Refino de açúcar	1	Olivio Reis e Irmãos			
				Usina		1	Cravo & Cia
	Piaçabuçu	Engenhos d'água	2	N/C			
	Pilar	Engenhos a vapor	21	N/C			
				Engenhos d'água		9	N/C
	Porto Calvo	Engenhos a vapor	45	N/C			
				Engenhos d'água		5	N/C
	Quebrangulo	Engenhos a vapor	2	N/C			
				Engenhos d'água		3	N/C
							Engenhos a tração animal
	São José da Laje	Engenhos d'água	6	N/C			
Usinas				2	Apolicário		
					Serra Grande		
Santa Luzia do Norte	Engenhos banguês	20	N/C				

Classe	Município	Tipo	Quantidade	Empresa	Total por setor		
Fabricação de Açúcar	Santa Luzia do Norte	Usinas	2	Pão Amarelo	109		
				Central Leão			
	São Luís do Quitunde	Usinas	3	Engenhos a vapor		N/C	
				Engenhos d'água		23	N/C
				Refino de açúcar		1	Alcides Correa & CIA
				Pindoba			
				Santo Antônio			
				Conceição do Peixe			
	São Miguel dos Campos	Usina	1	Engenhos a vapor		16	N/C
				Engenhos d'água		11	N/C
				Refino de açúcar		1	Júlio S. Gamelieira
				Sinimbú			
	União	Usina	1	Engenhos a vapor		7	N/C
				Engenhos d'água		11	N/C
Lagrinha							
Fabricação de Produtos de Massas	Maceió	N/C	2	Pereira, Junior & Cia	2		
				Temoso & Cia			
Farinha de mandioca	Anadia	Casa de farinha	1	N/C	9		
	Junqueiro		1				
	[Colônia] Leopoldina		1				
	Limoeiro [do Anadia]		1				
	Murici		1				
	Pão de Açúcar		1				
	Paulo Afonso [BA]		1				
	Penedo		1				
	Piaçabuçu		1				

Classe	Município	Tipo	Quantidade	Empresa	Total por setor
Farinha de mandioca	Porto Calvo	Casa de farinha	1	N/C	9
	Porto Real do Colégio		1		
	Quebrangulo		1		
	Santana do Ipanema		1		
	São Braz		1		
	Santa Luzia do Norte		1		
	São Luís do Quitunde		1		
	São Miguel dos Campos		1		
	Viçosa		1		
Fabricação de vinagre	Maceió	N/C	1	Vianna, Filho & Cia	2
	Pilar	N/C	1	Modesto Lins & Cia	
Fabricação de laticínios (Queijo)	Santana do Ipanema	N/C	1	N/C	1
Torrefação de Café	Maceió	N/C	6	Antunes & Cia	8
				Helcias e Tavares	
				Madeiro & Cia.	
				Americo Bernado da Silva	
				Fausto Feitosa	
				Lourenço Barbosa	
	São Luiz do Quitunde		1	Alcides Correa & CIA	
São Miguel dos Campos	1	Júlio S. Gamelieira			
Total				Total de Empresas	Total: 490
				Identificadas: 35	

Fonte: GAMA & Cia (1929). Elaborado pelo autor.

Os registros das fábricas de alimentos constam no Anuário Commercial Ilustrado de Alagoas (GAMA e CIA, 1929), onde é possível verificar a evolução de atividades de do setor, em relação ao quadro 8, de 1900. Por esta razão, apresentou-se o quadro 9, com intuito de demonstrar a evolução dessas atividades no período, pouco antes de iniciar a terceira dualidade brasileira.

No Leste, havia 6 classes em 24 municípios: Beneficiamento de Arroz (12); fabricação de açúcar (428); fabricação de massas (2); fabricação de farinha de mandioca (12); vinagres (2); e torrefação de café (8). No Agreste, 3 municípios e duas classes: fabricação de açúcar[rapadura] (17); e fabricação de farinha de mandioca (3). Por fim, no Sertão, existiam 3 classes, em 3 municípios, incluindo um que hoje pertence à Bahia (Paulo Afonso): farinha de mandioca (3) fabricação de laticínios (1); fabricação de farinha de mandioca (2); fabricação de produtos de laticínios (1) e mandioca (3).

b) Segunda fase da indústria de alimentos (1950-1980)

Segundo Cabral (2005), entre 1960 e 2000, o estado de Alagoas passou por três fases de desenvolvimento: a formação da infraestrutura econômica e estruturação do setor público estadual (1960-1974); crescimento econômico (1975 a 1985); crise e estagnação da economia alagoana (1986-1999); os dois primeiros marcaram esta segunda fase de incidências da terceira dualidade brasileira em Alagoas.

O primeiro, estimulou o setor produtivo a investir indiretamente na substituição de importações, pois, estava havendo: a expansão do sistema viário e a eletrificação das principais áreas produtivas; implantação de uma moderna infraestrutura do setor público; e instalações da indústria de base envolvendo ações que contaram com a participação da SUDENE, Banco do Nordeste e outros órgãos federais. Além disso, os empresários tiveram redução de custos e ampliação do mercado com a integração do território alagoano e regional. Já no segundo período, houve a instalação do polo cloroquímico de Alagoas e o turismo passou a ser explorado como alternativa econômica para o estado (CABRAL, 2005, p. 26).

O governo Muniz Falcão (1956/1961), incentivou em Alagoas a organização dos planos de desenvolvimento industrial, que criou medidas de incentivo ao crescimento, diversificação e desenvolvimento da economia. A exemplo das criações, encontra-se: a Comissão de Desenvolvimento Econômico de Alagoas (CODEAL), que foi o primeiro passo concreto para incentivar o planejamento econômico no estado. A partir da formação da CODEAL, criou-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico que incentivou os setores agrícolas e industriais

para acompanhar o processo de urbanização, pelo qual o Brasil estava passando (CABRAL, 2005, p. 35 e 37).

O plano tinha por objetivo investir na indústria de bens de capital e de consumo e o setor de fabricação de alimentos foi beneficiado por esse planejamento. O incentivo a diversificação produtiva, a partir da instalação dos planos de desenvolvimento, marcou uma das maiores intencionalidades da terceira dualidade. Segundo a FIEA (2018, p.73), três segmentos da indústria de alimentos tiveram incentivos do Estado: “açúcar, laticínios e a implantação de uma indústria no setor de massas”.

Conforme dito por Corrêa (1992), em relação ao papel desempenhado pelas rodovias, a partir de 1950, as relações urbanas de Alagoas foram interligadas a outros estados. Foi durante esse período que cresceu municípios como Arapiraca, que também passou a concentrar atividades voltadas à fabricação de alimentos. Durante essa fase, a população urbana brasileira cresceu mais de 70% (1950/1960), atraindo população para as principais cidades do País e, conseqüentemente, aumentando o consumo de produtos alimentícios industrializados. Veja a tabela 5:

Tabela 5-Crescimento da População Urbana: Brasil, Nordeste e Alagoas (1970/1980)

País, Região e Unidade de Federação	Domicílio	1950	1960	1970	1980
Brasil	Total	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573
	Urbana	18.782.891	32.004.817	52.904.744	82.013.375
	Rural	33.161.506	38.987.526	41.603.839	39.137.198
Nordeste	Total	17.973.413	22.428.873	28.675.110	35.419.156
	Urbana	4.744.808	7.680.681	11.980.937	17.959.640
	Rural	13.228.605	14.748.192	16.694.173	17.459.516
Alagoas	Total	1.093.137	1.271.062	1.606.174	2.011.875
	Urbana	286.379	428.228	642.208	995.344
	Rural	806.758	842.834	963.966	1.016.531

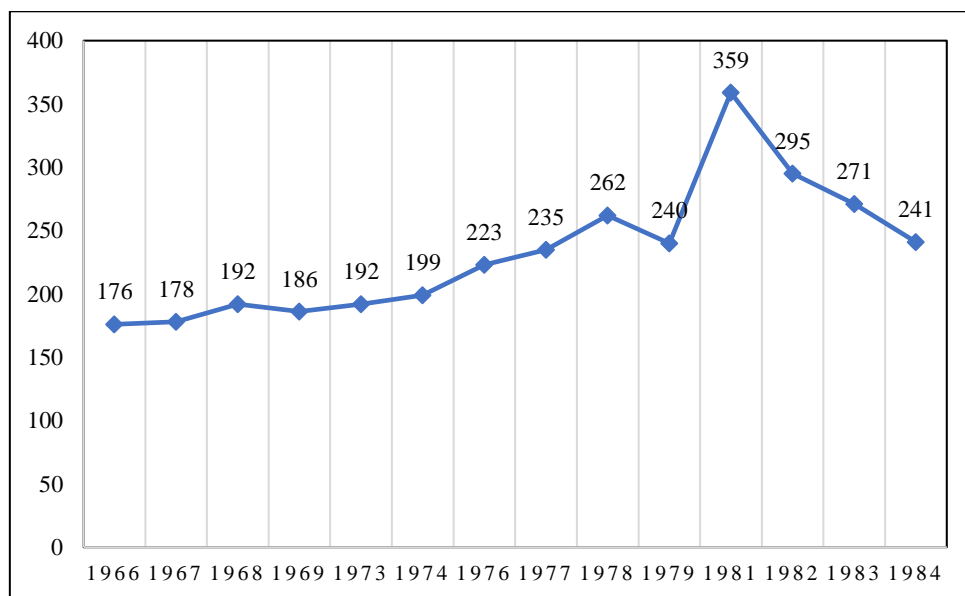
Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico. Adaptado pelo autor.

Em 1950, a população rural brasileira era 77% maior que a urbana; no que tange ao censo de 1960, a população rural era apenas 22% maior; já em 1970, a população urbana, era 27% maior que a rural e obteve um acréscimo ainda maior, em 1980, quando a população urbana cresceu 48%, em relação a rural. Entre os anos, 1970 e 1980, a população urbana

creceu, cerca de 55%³⁹, possibilitando que houvesse crescimento no mercado consumidor. No caso de Alagoas, o crescimento da população urbana ocorreu com maior intensidade nos anos 1970, mesmo período em que se verificou o surgimento de maior número de fábricas de alimentos, principalmente em Maceió e Arapiraca.

Entre 1970 e 1980, a população urbana da região nordestina teve um aumento de 50%; enquanto a do estado de Alagoas, obteve um crescimento urbano de 55%. No que se refere ao crescimento das populações urbanas em relação a rural, as populações rurais eram predominantes até 1980, mas um decréscimo foi sentido conforme ocorriam mudanças nos padrões de vida da sociedade. No Nordeste a população rural era 179% maior que urbana, mas foi caindo a cada década: em 1960, representava 92%, em 1970, 39%, e em 1980, era somente 2% maior. No caso do estado de Alagoas, em 1950, a diferença entre a população rural e urbana, era um pouco maior que a nordestina, 182%; em 1960, o número caiu para 97%; em 1970, para 50%; e em 1980, a diferença era de 2%. No gráfico abaixo, observa-se o crescimento da indústria de alimentos no período, considerando toda a indústria de alimentos, inclusive a panificação, na Pesquisa Industrial Anual (PIA/IBGE):

Gráfico 5-Fábricas de alimentos entre 1966 e 1984 em Alagoas



Fonte: IBGE/SIDRA/Pesquisa Industrial Anual-Empresa. Elaborado pelo autor.

O crescimento do número de estabelecimentos foi positivo para o setor, entre 1966 e 1976, houve um crescimento tímido de 13%, mas em 5 anos, de 1976 a 1981, o crescimento foi

³⁹ Conforme Cabral (2005) a “migração da população da zona rural para a urbana era busca principalmente de emprego”. Os jovens, que migraram para cidades como, Maceió e Arapiraca, contribuíram com a redução da população ocupada na agricultura e aumento das atividades urbanas em Alagoas (p. 71).

de 68%. Por outro lado, entre 1981 e 1984, houve uma queda de 33%, fato decorrente das crises que estado passou a enfrentar na primeira metade da década de 1980. Vale lembrar, que o IBGE identifica todos os estabelecimentos industriais da classe de fabricação, e isso inclui, padarias, que não fazem parte da análise deste trabalho. Porém, por meio do gráfico 5, é possível entender a importância das políticas de planejamento estadual e nacional e do processo de urbanização que fizeram aumentar o número de fábricas de alimentos.

Conforme o quadro 10, é a partir da metade dos anos 1960, que surgiram em Alagoas as empresas Grupo Coringa, Pajuçara, Sococo, Popular, Sarandi (*empresa gaúcha, que se instalou em Alagoas no período citado*), que estão presentes no estado até os dias atuais. Os planos de desenvolvimento iniciado no governo Muniz Falcão foram fatores importantes para o crescimento de fábricas de alimentos em Alagoas durante a terceira dualidade brasileira (1930-1985). A partir dos dados da FIEA (2013-2018), tornou-se viável a identificação do nome de algumas fábricas do setor de alimentos que estão presentes no referido período.

Quadro 10-Indústria de alimentos (1960/1979)

Classe	Município	Empresa	Quantidade por setor
Fabricação de açúcar	Boca da mata	Usina Triunfo	18
	Campo alegre	Usina Porto rico	
	Cajueiro	Usina Capricho	
	Coruripe	Usina Coruripe	
		Usina Pindorama	
	Colônia Leopoldina	Usina Taquara	
	Jequiá da Praia	Usina Sinimbu	
	Maceió	Caeté-filial Cachoeira	
	Penedo	Destilaria e Usina Paisa	
	Pilar	Usina Terra Nova	
	Rio Largo	Usina Utinga Leão	
		Usina Santa Clotilde	
	São Luís do Quitunde	Usina Santo Antônio	
	São José da Laje	USGA	
	São Miguel dos Campos	Usina Caeté	
Usina Roçadinho			
Teotônio Vilela	Usina Seresta		
União dos Palmares	Usina Laginha		
Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	Arapiraca	Grupo Coringa	1
Fabricação de farinha de milho e derivados e beneficiamento de milho			1
Fabricação de massas alimentícias	Maceió	Indústria Pajuçara	1
		Sarandi	1
Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	Maceió	Sococo	1
Fabricação de sorvetes e outros gelados	Maragogi	Sorveteria Alvorada	1
Fabricação de vinagres	União dos palmares	Baia & Cia	1
Total de municípios	17	Total de empresas	25

Fonte: FIEA (2013;2018). Elaborado pelo autor.

Neste período foi identificado no Leste de Alagoas, 23 empresas distribuídas por 22 municípios, as classes eram: fabricação de açúcar (18); fabricação de massas (1); fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; fabricação de sorvete e outros gelados comestíveis (1); e fabricação de vinagres (1). No Agreste, identificou-se uma empresa atuante do setor de fabricação e beneficiamento de milho e derivados e especiarias molhos condimentos.

Durante essa fase, o setor secundário ainda incipiente, não apresentou modificações estruturais significativas; continuando, como é apresentado no quadro 10, o setor açucareiro com maior peso. De acordo com Cabral (2005), pequenos empreendimentos de fabricação de alimentos surgiram na época, alguns apoiados diretamente pelos planejamentos da CODEAL, caso do setor de laticínios e o de fabricação de massas, representado pela criação do moinho de trigo Sarandi. Outras empresas de atuação nacional na atualidade, surgiram nessa fase: Sococo e Grupo Coringa; a primeira incentivada pelas propostas de desenvolvimento industrial e possibilidade de atuação no mercado externo; e a segunda, que cresceu em decorrência do ciclo fumageiro, como já foi descrito, em Arapiraca.

De acordo com Castro (1977), após a Primeira Guerra Mundial quando o Brasil viveu momentos de incentivos à industrialização, priorizando setores que produzissem equipamentos e bem intermediários, os bens de consumo leve, incluindo o setor de alimentos, sofreu queda relativa no que tange as prioridades de investimentos e crescimento de firma. Entretanto, a indústria de alimentos no Brasil continuou em expansão mesmo sem os altos investimentos e cresceu o número de estabelecimentos que saiu de 14.905, em 1940, para 46.815, em 1970. Considerando esse crescimento do número de estabelecimentos, cresce, também, o número do pessoal ocupado.

Enquanto o ritmo da produção de equipamentos, por exemplo, está sujeito a grandes oscilações - dada sua dependência do nível global de investimento - o ramo alimentar, depende para sua expansão de três fatores principais, quais sejam: 1. urbanização; 2. distribuição da renda; 3. crescimento populacional (CASTRO, 1977, p. 71).

Conforme mencionado acima, o período da terceira dualidade, cresceu o setor de bens de consumo leve, muito motivado pelas políticas do Estado federal, que contribuíram com o crescimento da população urbana e formação de mercado consumidor para indústria de alimentos.

3.1.4 Indústria de Alimentos alagoana durante a quarta dualidade

Levando em consideração o estudo das dualidades básicas da economia brasileira, identificou-se que em Alagoas, as duas primeiras dualidades seguiram o mesmo ritmo que o centro-sul do país. Porém, chegada a era Vargas (1930), o ritmo de desenvolvimento não foi o mesmo, embora Alagoas tenha se beneficiado, principalmente com a chegada de infraestruturas e incentivos a alguns setores econômicos importantes, como o açúcar, as modificações propostas pelo Estado nacional no caminho do desenvolvimento enfrentaram muitos conflitos internos. Vide, os conflitos entre um governo mais progressista como de Muniz Falcão, que buscou aumentar impostos sobre setores produtivos para investir em saúde e educação, além de estabelecer políticas de planejamento ao desenvolvimento de novas cadeias produtivas; e os setores mais conservadores e com domínio sobre os interesses políticos e econômicos do Estado, como é o caso da elite da Cana. O setor da cana-de-açúcar, até se modernizou e se beneficiou das ações do Estado para aumentar e melhorar a produção, mas as modificações nas relações de trabalho e no progresso de outros setores, não foram interessantes. Assim, fábricas menores que não estavam ligadas a elite da cana, acabavam por ser engolidas ou mesmo existindo e se modernizando, tiveram que conviver com o domínio desse setor sem esperar prioridades das ações governamentais. Isto, ficou explícito durante o acordo dos usineiros que ocorreu durante a quarta dualidade.

A quarta dualidade que esteve em seu estágio inicial em 1985, não durou muito tempo, pois na década de 1990, houve um abandono desse fenômeno com a entrada do neoliberalismo. Esse período marca o início da crise que Alagoas vivenciou e sofre até os dias atuais, tendo o estado, que depender diretamente de intervenção federal para organizar suas contas públicas. Como foi observado no gráfico 5, a partir dos anos 1980, o número de estabelecimentos de fabricação de alimentos, que apresentava um crescimento positivo, teve um decréscimo significativo de 71% de redução de empresas do setor de alimentos.

Mesmo com essas reduções, houve o surgimento de novas fábricas, algumas delas, com atuação até os dias atuais, mas que surgiram e continuam a existir em função do boom do crescimento urbano, a partir da década de 1970, e por conta das mudanças sociais iniciadas nos anos 2003. Ver quadro 11:

Quadro 11-Indústria de Alimentos 1980/1989

Classe	Município	Empresa	Quantidade por setor
Beneficiamento de arroz	Igreja Nova	Beneficiamento de arroz	3
	Piaçabuçu	Indústria de arroz N. Sha. Mãe dos Homens	
		Indústria de Arroz São Luiz	
Fabricação de açúcar	Flexeiras	Cia. Açucareira Conceição do Peixe	1
Fabricação de bolachas e biscoitos	Maragogi	Luiz Santos de Farias	3
		Maravilhas de Maragogi	
		Sequilhos Maragogi	
Fabricação de farinha de mandioca e derivados	Craíbas	Casa de Farinha	3
	São Sebastião	Casa de Farinha	
	Traipu	Casa de Farinha comunitária	
Fabricação de farinha de milho e derivados e beneficiamento de milho	Arapiraca	J Sobrinho	2
	Santana do Ipanema	Moagem Nordeste	
Fabricação de Laticínios	Palmeira dos Índios	Laticínio Santa Maria	2
		Valedourado	
Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	Arapiraca	Indústria Alimentícia Popular	2
	Maceió	O Cortiço	
Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	Arapiraca	Sorveteria Pi Gelatt	8
	Canapí	Pedro Ferreira de Andrade	
	Maceió	Campion Gelo	
		Fika Frio	
		Gut Gut Sorveteria e Lanches	
		Illa Sovertes	
	União dos Palmares	Sorveteria Mirim	
Major Isidoro	Easa-Terra Vermelha		
Torrefação de café	Arapiraca	Indústria Alimentícia Popular	1
Total de municípios	14	total de empresas	24

Fonte: FIEA (2013;2018). Elaborado pelo autor.

Das fábricas que surgiram durante esse período, um total de treze unidades, em seis municípios do Leste: beneficiamento de arroz (3); fabricação de açúcar (1); fabricação de bolachas (3); fabricação de outros produtos não especificados anteriormente (1); fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis (5). No Agreste, 9 empresas, distribuídas por 5 municípios: fabricação de mandioca (3); fabricação de milho e beneficiamento de derivados (1); fabricação de outros produtos não especificados anteriormente (1); fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis (1); e torrefação de café (1). Já no Sertão, 3 municípios e 3 empresas: fabricação de derivados do milho e beneficiamento (1); e fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis (2).

Os dados registrados não se referem a quantidade de empresas que estavam atuando durante os anos 1980, e sim, as empresas que surgiram entre 1980 e 1989 e ainda está atuante, conforme se verifica no Guia da Indústria de 2018. No quadro acima não há número relevante

de empresas no setor açúcar, mas sem dúvida as empresas desse setor, eram predominantes. Pois, segundo o Governo de Alagoas (1987, p. 62 e 63), o açúcar, era o setor cuja “importância atribuída às indústrias de produtos alimentares deve-se à tradicional agroindústria açucareira”, detinha 27 empresas (usinas de açúcar), no total de 665 estabelecimentos voltados à indústria de alimentos.

No início dos anos 1980, houve uma grande crise no setor de açúcar, sendo beneficiados pelo Proálcool em escala nacional e pelo acordo do governador Fernando Collor de Melo a nível estadual. Segundo Carvalho (2009), no final dos anos 1980, a crise fiscal e aceleração inflacionários pela qual passava o Brasil, dificultou a transferência de recursos públicos, que incluíam o IAA e o Proálcool, instituições das quais, o setor de açúcar em Alagoas dependia para se modernizar e competir no mercado. Com a diminuição dos recursos federais a essas instituições, o setor de açúcar no estado, entra em crise, contudo, a estratégia utilizada para não estagnarem foi colocada nas contas do estado de Alagoas, resultando em problemas socioeconômicos perversos. Como alternativa a essa crise, os produtores de açúcar que eram afetados diretamente por essa reavaliação na transferência de recursos públicos, adotaram uma medida que ficou conhecida como “acordo dos usineiros”. Este acordo teve como ponto de partida a decisão do STF, que considerava como inconstitucionais a cobrança de ICMS sobre a cana das próprias usinas. Além disso, foi firmado um segundo acordo dos usineiros, com o então Governador, Fernando Collor de Melo, que reconhecia débito do estado com os usineiros e comprometeu-se a pagar, 120 parcelas mensais com as devidas correções monetárias, durante dez anos, para restituir a cobrança de ICMS que havia sido feita nos anos 1980⁴⁰ (LIMA, 2001, p. 86-87; CARVALHO, 2016, p. 53). Também a dívida dos usineiros com Banco do Estado de Alagoas (Produban), recebeu isenção no “acordo” com o governo Collor, que resultou no encerramento das atividades do banco (1995), em decorrência da dívida de cerca de R\$ 76 milhões. Estima-se que o acordo fiscal de 1988/1989 tenha alcançado a cifra de R\$ 800 milhões (CARVALHO, 2009, p. 53).

Mesmo com a crise dos anos 1980, algumas empresas do setor de alimentos continuaram a crescer na década de 1980. A exemplo disso, a Indústria e Comércio de Óleos Vegetais, do empresário João Rodrigues Filho, que produziam óleo e farelo de cereais e a Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Rosset que possuía: conservas, molhos, extratos

⁴⁰ “Os grupos empresariais mais importantes diversificam radicalmente seus interesses, expandindo intervenções econômicas em várias direções, transformando-se em *boldings* com presenças em ramos e regiões diferentes”. No setor de alimentos por exemplo ocorreu a criação de gado leiteiro e beneficiamento do leite pela empresa Seresta (Leite Boa Sorte), Roçadinho (ILPISA); e beneficiamento do coco; com investimento da Seresta e Triunfo na empresa Sococo (CARVALHO, 2009, p. 73 e 74).

concentrados, geleias e catchup - continuavam a resistir à crise produtiva que desencadeou diversos problemas econômicos e sociais no Estado. Em 1987, ainda sob comando de José Azevedo de Amaral e com o apoio da Sudene, foi implantada a Indústria de Laticínios Palmeira dos Índios S.A - ILPISA, sendo a mais moderna indústria de laticínios de Alagoas (FIEA, 2018, p. 111). Dois anos depois, esta empresa foi incorporada pelo usineiro, proprietário da Usina Roçadinho, com os benefícios do “acordo dos usineiros”, como demonstrado.

Todavia, o acordo dos usineiros que beneficiou o setor de açúcar, gerou um déficit no estado de Alagoas, criando uma nova crise pela dívida dos déficits acumulados, tornando o governo alagoano dependente direto dos recursos federais para pagamento de contas públicas. Por esta razão, o acordo dos usineiros, somado a entrada do neoliberalismo na década de 1990, levou o estado à um período de grandes dificuldades econômicas, políticas e sociais que culminaram nas greves e revoltas dos anos 1997/1998.

3.1.5 Indústria de alimentos em 1990 e o avanço do neoliberalismo

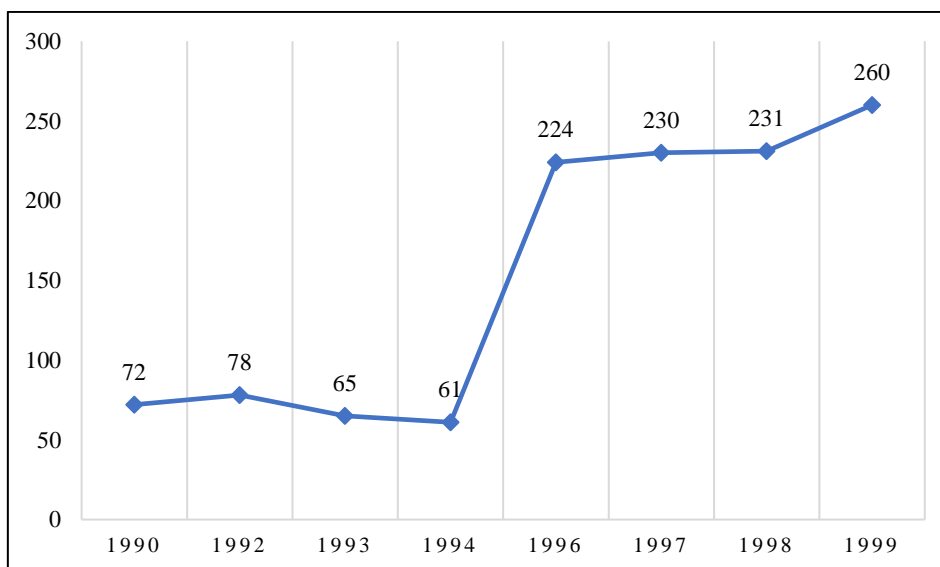
De 1990 a 1999, o estado de Alagoas passou por uma crise fiscal, fim do Proálcool, fim do subsídio ao álcool pelo governo federal e abertura do mercado a produtos importados, somada com o acordo dos usineiros (1988) da qual não havia se recuperado. Deste modo, encontrava-se em uma situação financeira da qual não conseguiria proteger suas unidades industriais. Diante dessa crise, em 1997, o governador Divaldo Suruagy, foi afastado do cargo devido ao não pagamento de salários aos servidores públicos (CARVALHO, 2015). Além disso, o estrangulamento do crédito à indústria, considera-se que a Sudene sofreu reforma, sendo fechada em 2001. A política neoliberal extinguiu a política de apoio à indústria nacional.

Segundo a FIEA (2018), a grave crise financeira levou ao fechamento de várias unidades industriais que contribuía com o PIB estadual. Além disso, empresas de médio e pequeno porte, não suportando o período de instabilidade, fecharam as portas, tanto pela falta de capital, como pela falta de incentivos que impediam sua participação no mercado. Mesmo durante a década de 1990, quando Alagoas teve dificuldades de incentivar a entrada de indústrias, houve esforços para criação de legislações que atraíssem indústrias e investissem nas locais. A resposta do governo foi a criação do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado (PRODESIN)⁴¹, para reforçar a atuação industrial e criar conselhos deliberativos para o

⁴¹ Art. 1º O Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas PRODESIN, de que trata a Lei nº 5.671, de 1º de fevereiro de 1995, e alterações posteriores, passa a ser disciplinado na forma disposta neste Decreto. Art. 2º O PRODESIN destina-se à promoção de meios e ao oferecimento de estímulos voltados à expansão, ao desenvolvimento e à modernização das indústrias alagoanas. (ALAGOAS, 2016)

desenvolvimento econômico e gestão estadual (FIEA, 2018, p. 114). Segundo os dados da PIA, nos dois primeiros anos da década de 1990, houve um crescimento de 10% em relação a 1989, mas em dois anos, o número de unidades industriais no setor, caiu 22%. Ver gráfico 6:

Gráfico 6-Fábricas de alimentos e bebidas registradas entre 1990 e 1999



Fonte: IBGE/SIDRA/Pesquisa Industrial Anual – Empresa. Elaborado pelo autor.

A partir de 1996, o setor de fabricação de bebidas passa a ser contabilizado junto com o de fabricação de alimentos, sendo um dos motivos de crescimento acima de 200% em números de estabelecimentos industriais. Entretanto, apesar desta união, a partir de 2007, o IBGE, volta a contabilizar os estabelecimentos de forma separada. A seguir no quadro 12, será apresentado com base nos dados da FIEA (2013), fábricas de alimentos que surgiram ou estavam registradas até 1999. Na ocasião, não foi possível identificar empresas que durante esse ciclo surgiram, mas por alguma razão não estão mais registradas no setor; estão registradas apenas as fábricas ativas até o ano de 2013 e que abriam na década de 1990. Ver a seguir no quadro 12:

Quadro 12-Indústria de alimentos de 1990/1999

Classe	Município	Empresa	Quantidade por setor
Beneficiamento de arroz	Igreja nova	Vieira moura	3
		Expedito Firmino Gomes	
		Ionas dos Santos	
Fabricação de açúcar	Atalaia	Usina uruba	4
	Coruripe	Usina Guaxuma	
	Igreja Nova	Filial Marituba	
	Matriz de Camaragibe	Usina Camaragibe	
Fabricação de alimentos e pratos prontos	Maceió	Tibbits LTDA	1
Fabricação de bolachas e biscoitos	Penedo	Biscoito caseiro D´licia	1
Fabricação de farinha de mandioca e derivados	Arapiraca	Farinheira Canaã indústria e comércio	1
Fabricação de laticínios	Batalha	Laticínio Batalha	7
		Laticínio São José	
		Laticínio Soares	
	Capela	Queijo caseiro	
	Major Isidoro	Laticínio fazenda altinho	
	Olho d'agua das flores	Laticínio Boa Esperança	
	Satuba	Coetagri	
Fabricação de massa alimentícias	Arapiraca	Imonol	2
		Mik lanche	
Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	Arapiraca	Doces Caseiros Kissabor	8
		Fábrica de Doces	
		Fábrica de Doces Alcantil	
		Natural Doce	
	Maceió	Apícola Fernão Velho	
		Cajumaior	
		Copra	
		Palmeira dos Índios	

Classe	Município	Empresa	Quantidade por setor	
Fabricação de produtos de arroz	Piaçabuçu	Armazém Penedinho	2	
	Porto Real do Colégio	Usina São Pedro		
Fabricação de sorvetes e outros gelados	Arapiraca	Lachonete e Sorveteria Lira	13	
	Flexeiras	Sorveteria DKI		
	Junqueiro	Sorveteria Brasil		
	Maceió			Picolé Kinata
				Sorveteria Bali
				Sorveteria Central
				Sorvete Doce Desejo
		Sorver Mar		
	Maragogi	Sorveteria Pingo		
	Palmeira Dos Índios	Sorveteria Ki-delícia		
Satuba	Lanchonete e Sorveteria Qfrio			
União dos Palmares	Sorveteria São Paulo			
	Sorveteria União			
Fabricação de vinagres	Maceió	Fino Gosto	2	
	Santa Luzia do Norte	Sabor		
Preparação do leite	Palmeira dos Índios	Bona Sorte	1	
Total de municípios	22	Total de empresas	45	

Fonte: FIEA (2013;2018). Elaborado pelo autor.

Segundo dados da FIEA (2013), durante a década de 1990 foram abertas 29 firmas em 15 municípios do Leste: beneficiamento de arroz (3); fabricação de açúcar (4); fabricação de alimentos e pratos prontos (1); fabricação de bolachas e biscoitos (1); fabricação de produtos de laticínios (2); fabricação de produtos não especificados anteriormente (3); fabricação de produtos de arroz (2); fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis (11); e fabricação de vinagres (2).

O Agreste, registra nesse período 11 empresas: fabricação de farinha de mandioca (1); fabricação de massas (2); fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente (5); fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis (2); e preparação do leite (1). Nessa mesorregião, só Palmeira dos Índios e Arapiraca, registraram empresas. No Sertão, existiam 5 empresas distribuídas por 3 municípios, todas elas atuando na fabricação de laticínios.

Nos anos 1990, ocorreria a quarta dualidade, cuja estrutura de classes hegemônicas em ascensão foi “abortada” pelo neoliberalismo, pondo fim ao desenvolvimento industrial. Essas ações somadas aos acordos políticos no estado de Alagoas, desencadeou durante a década de 1990, um aumento de empresas no setor de alimentos em relação à década de 1980, mas não significa que todas concentravam um elevado capital, ao contrário a maioria das empresas tinham caráter de lanchonetes e soverterias. De acordo com a FIEA (2018), no setor de fabricação de alimentos, as fábricas de produtos de laticínios foram as únicas que atuaram investindo em mix de produção, a exemplo das empresas: Bona Sorte e o Laticínio Batalha.

Os anos 1990 e início dos anos 2000 sofreu o choque no mercado, com o confisco da poupança e a continuidade das políticas neoliberais no governo FHC, promoveram forte recessão econômica, desempregos e ausência de incentivos do governo ao setor produtivo nacional.

3.1.6 Indústria de alimentos alagoana a partir dos anos 2000

Apesar das graves crises que Alagoas enfrentou durante 1990 o início do século XXI foi positivo para o setor. Ainda que, dentro de condições que seguem o perfil da renda per capita do estado, o desenvolvimento de políticas públicas de combate às desigualdades sociais implementadas a partir de 2003, foi favorável ao crescimento da indústria de alimentos no estado de Alagoas.

Segundo Carvalho (2016), a presença do governo federal em Alagoas, a partir de 2003, contribuiu positivamente com a leve recuperação econômica do estado. Através de programas

como INSS, que injetou aproximadamente R\$ 4,8 bilhões, e o Bolsa família que colocou R\$ 70 milhões na economia do estado, foram transferidos mensalmente, 416 milhões a 502 mil pessoas pelo INSS e 70 milhões de reais para atender 418 mil famílias pelo Bolsa Família. Para o autor, a “federalização”, além de ter ajudado na transferência de renda, “ajudou na articulação do consumo popular, abrindo possibilidades para mudanças na renda e na consequente criação de um mercado interno consumidor, que é a âncora real dos futuros empreendimentos em Alagoas” (p. 79).

A consolidação de programas que visavam combater a fome e os projetos políticos que alterariam o modo de vida da população, contribuíram de maneira positiva, ao crescimento de empresas do setor de alimentos, sejam as pequenas, médias ou grandes. Além disso, segundo a FIEA (2018), o governo do Estado buscou incentivar a indústria alagoana regulamentando, depois de cinco anos, o PRODESIN. Este, fez com que algumas empresas aderissem ao programa para melhorar sua capacidade produtiva e gerar retornos econômicos ao estado.

Com a regulamentação do PRODESIN, muitas empresas obtiveram importantes conquistas, como é o caso da ILPISA, que adquiriu unidades industriais fora de Alagoas: a unidade baiana da multinacional Fleischman e a unidade da Royal, em Minas Gerais. A Cooperativa Pindorama⁴², por exemplo, também foi beneficiada pelos projetos governamentais. Estes visavam combater a fome e a miséria através do “Programa Fome Zero”, do Governo Federal e, do “Programa Balde Cheio”, do Governo do Estado – que implantou um laticínio que produzia mais de 5.000 litros de leite por dia. Outras empresas também surgiram, como é o caso do Laticínio Timbaúba (2004), em Cacimbinhas (AL), oferecendo produtos orgânicos no setor de laticínios (FIEA, 2018).

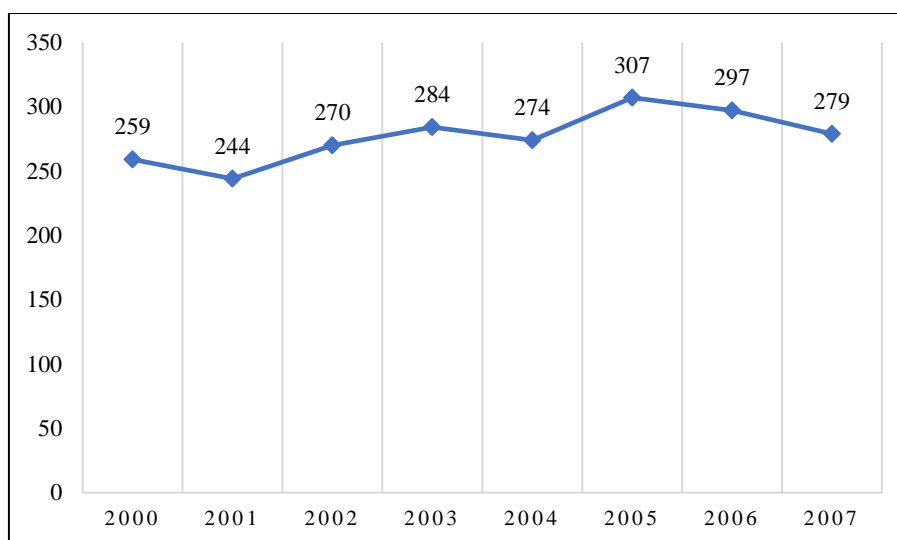
Segundo o IBGE (2015), entre 2000 e 2014, o crescimento médio do Brasil foi de 3,3%, após o baixo crescimento no início do período. Houve anos de crescimento relativamente alto e subsequente impacto da crise mundial de 2008-2009. De acordo com Osório (2015, p. 06) “no período 2004-2014, a distribuição de renda captada pela PNAD melhorou a cada ano: a média cresceu e a desigualdade diminuiu. A pobreza, medida por várias linhas, também caiu.”

Observando esse crescimento, surgiram novas empresas e outras expandiram ou se modernizaram para atender o consumo. Para identificar as fábricas de alimentos que surgiram durante esse período, primeiramente mostra-se o gráfico 7, que identifica o número de unidades registradas durante os primeiros sete anos, quando as fábricas de alimentos e bebidas eram

⁴² A Pindorama em 2003, a empresa inaugurou com uma usina de açúcar com capacidade de esmagar 3,8 toneladas de cana/safra (FIEA, 2018).

contabilizadas juntas; e depois o gráfico 8, que mostra somente a quantidade de unidades indústrias do setor de alimentos, entre 2007 e 2017.

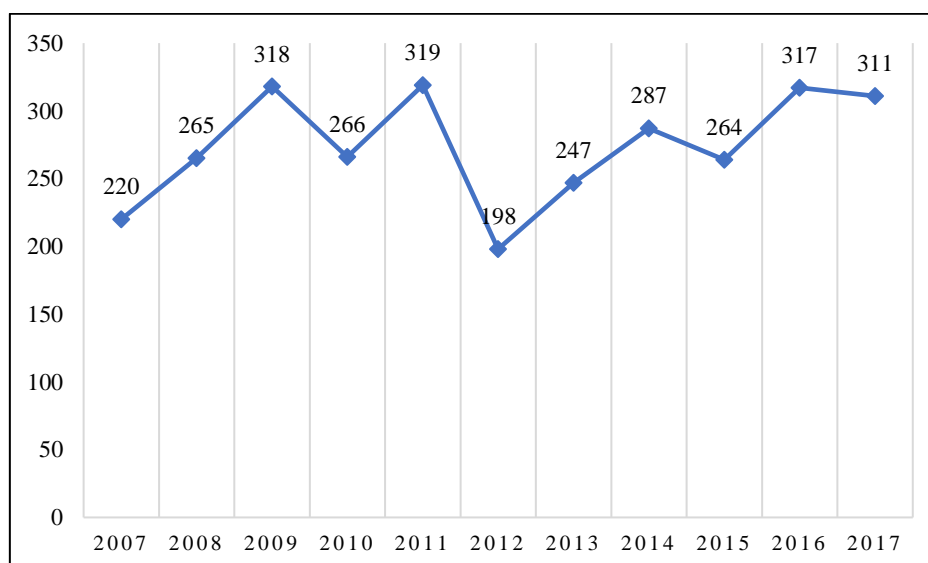
Gráfico 7-Fábricas de alimentos e bebidas de Alagoas entre 2000 e 2007



Fonte: IBGE/SIDRA/Pesquisa Industrial Anual-Empresa (2000-2007). Elaborado pelo autor.

Entre 2000 e 2001, houve um decréscimo de 6% no número de unidades, havendo uma recuperação de 11% em 2002 e 14% em 2005. Já nos últimos anos o setor sofre uma queda de 9%. A partir de 2007, o IBGE, voltou a identificar de forma separada, apenas o setor de fabricação de alimentos e nesta separação, a contabilidade iniciou com 59 empresas a menos, que se referiam ao setor de bebidas. Veja o gráfico 8:

Gráfico 8-Fábricas de alimentos entre 2007 e 2017



Fonte: IBGE/SIDRA/Pesquisa Industrial Anual-Empresa (2007-2017). Elaborado pelo autor.

Vale ressaltar que, a contabilidade de fábricas do IBGE, inclui classes de fabricação de alimentos que não constam em nossas análises, a exemplo da fabricação de produtos de panificação e de açúcar, não destinado ao consumo humano. Entre 2007 e 2011, o crescimento das unidades foi de 45% e durante esse intervalo, somente entre 2009 e 2010, houve uma queda de 16%⁴³. O fato é, que no período de 2 anos as empresas cresceram 1/3.

Segundo Silva (2019, p. 30), durante a crise “o Estado nacional assumiu um papel imprescindível à reestruturação da economia, cuja trajetória foi marcada por elevação dos gastos públicos, da arrecadação tributária e do grau de endividamento público”, realizando investimentos diretos em setores estratégicos da economia. Todavia, nos anos de 2011 e 2012, registra-se uma queda de 38% no número de unidades; voltando a crescer 25% em 2013; e entre 2014 e 2016, um novo crescimento de 10%. Porém, em 2017, houve uma queda de 2%.

O número de fábricas de alimentos que possuem maior capacidade técnica e pessoal ocupado, é pequeno em relação a unidades que se classificam como fábricas de alimentos, mas que atendem apenas o mercado local. Entretanto, o crescimento da renda per capita e a elevação do IDHM contribuiu para o surgimento de novas unidades produtivas do setor de alimentos, consideradas de micro e pequeno porte. Com base no cadastro industrial da FIEA (2018), aproximadamente 78 empresas foram abertas, entre 2000 e 2017, sem contar o número de panificações. Ver quadro 13:

⁴³ Não há informações se essas empresas ficaram inativas durante esse ano por questões judiciais.

Quadro 13-Indústria de Alimentos registradas de 2000 a 2017

Classe	Município	Nome das Empresas	Quantidade de empresas por setor
Beneficiamento de arroz	Igreja Nova	Antônio Maciel da Silva Transportes	2
		Jose Genilton Paulo Industria	
Fabricação de açúcar	Porto Calvo	Usina Santa Maria	2
	Atalaia	Copervales	
Fabricação de amidos e féculas vegetais	Maragogi	Maravilha de Maragogi	1
Fabricação de biscoitos e bolachas	Arapiraca	Fábrica de biscoitos Tropical	8
		Indústria de massa Cavalcante	
		V C Costa de Sousa	
	Delmiro Gouveia	Biscoito Tta Lúcia	
	Japaratinga	Indústria alimentícia Maragogi	
	Maragogi	Dalena biscoito tipo Maragogi	
		Delicatessen	
Rio Largo	Bauduco		
Fabricação de conservas de frutas	Arapiraca	Asa branca Indl. Coml. e importadora	3
		Doces Campo Verde	
	Quebrangulo	Nutripolpas	
Fabricação de especiarias, molhos, temperos	Arapiraca	Agroindustrial Vieira	5
		Berlu Condimentos	
		Tempero Tradição	
	Maceió	Vinagre Pimentão	
	Rio Largo	Condimentos Thiara	
Fabricação de farinha de mandioca e derivados	Girau Do Ponciano	JF da Silva Farinheira	1
Fabricação de farinha de milho e derivados	Arapiraca	Andreia Ramos Rodrigues dos Santos	2
	Limoeiro do Anadia	Salgadinhos Tio Duda	

Classe	Município	Nome das Empresas	Quantidade de empresas por setor
Fabricação de farinha de milho e derivados	Palmeira dos Índios	Cooperboni	2
	Pão de Açúcar	Farinha de Milho Cristo Redentor	
Fabricação de frutas cristalizadas, balas	Junqueiro	Doce Bom Paladar	2
	Quebrangulo	Itala M T Brandão	
Fabricação de laticínios	Arapiraca	Light Gutti	22
	Batalha	Laticínio São Luiz	
	Cacimbinhas	Laticínio Timbaúba	
	Dois Riachos	Laticínios	
		Laticínio São José	
	Estrela de Alagoas	Laticínio Feitosa	
	Maceió	Laticínio Batalha	
	Major Isidoro	Laticínio Bezerra	
		Laticínio Ferreira	
		Laticínio Mont Rey	
		Laticínio São Félix	
	Maribondo	Laticínio Lucena	
	Murici	Laticínio Murici	
	Olivença	Laticínio São Gabriel	
	Olho D'agua das Flores	Laticínio Serra do Vento	
	Palestina	Luely Santos Carvalho	
	Palmeira dos Índios	Laticínio Líder	
		Laticínio queijo Sertão	
	Pilar	Flor do Paraíba	
	Quebrangulo	Laticínio Degust	
São Luiz do Quitunde	Búfalo Bill		
Traipu	Laticínio Santa Barbara		
União dos Palmares	Pepsico do Brasil		
Fabricação de massas alimentícias	Arapiraca	Amigos da natureza	3

Classe	Município	Nome das Empresas	Quantidade de empresas por setor
	Maceió	Biscoitos mais sabor	
	São Luís do Quitunde	Massa e pastel paulista	
Fabricação de outros produtos alimentícios	Água Branca	Engenho e restaurante São Lourenço	7
	Igaci	M A de Oliveira Ramos Alimentos	
	Maceió	Coco mar	
		Masturbara alimentos	
		Gessil Doces	
	Satuba	Lanchonete lanches bem	
Loudes lanche			
Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	Arapiraca	Picolé Caseiro Caicó	10
		Sorveteria Brilho de Sol	
	Maceió	Picolé Caseiro Caicó	
		Los Palitos	
	Messias	Sorveteria Tip-Top	
	Murici	Sorveteria Ki-Delícia	
	Palmeira dos Índios	Kinata	
	Penedo	Sorveteria Ki-Sabor	
São José da Laje	Saboriê		
Fabricação de vinagres	Arapiraca	Indústria Camarão	3
	Limoeiro do Anadia	Vinagre Ostra	
	Maceió	Vinagre Tomatão	
Moagem de trigo e Fabricação de derivados do trigo	Maceió	Moinho Cruzeiro	2
		Sarandi ^[1]	
Preparação do Leite	Maceió	CPLA	2
		Laticínio Ducamp	
Torrefação e Moagem de café	Maceió	Gold's Café	1
		Total Geral de Empresas: 78	Total Geral: 78

Fonte: FIEA (2018). Elaborado pelo autor.

^[1] No histórico da empresa ela foi inaugurada em 1964 em Alagoas, mas nos registros da FIEA (2018), sua abertura está registrada em 2018.

Das empresas que surgiram durante os anos 2000, o Leste, continuou a concentrar a maior parte delas em função da proximidade com Maceió e seus serviços comerciais. Assim, em 16 municípios da mesorregião Leste, foram abertas 37 empresas nas seguintes classes: beneficiamento de arroz (2); fabricação de açúcar (2); fabricação de amidos e féculas vegetais (1); fabricação de bolachas e biscoitos (4); fabricação de especiarias, molhos (2), fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes (1); fabricação de produtos de laticínios (5); fabricação de massas alimentícias (2); fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente (5); fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis (7); fabricação de vinagres (1); fabricação de moagem de trigos (2); preparação de leite (2); e torrefação de café (1). Do total das empresas identificadas no Leste, 14 estavam concentradas em Maceió. No caso do Agreste, em 10 municípios, registrou-se 29 empresas nas seguintes classes: fabricação de bolachas e biscoitos (3); fabricação de conservas de frutas (3); fabricação de molhos, especiarias e condimentos (3); farinha de mandioca (1); fabricação de milho e beneficiamento (3); fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes (1); fabricação de produtos de laticínio (8); fabricação de massas alimentícias (1); fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente (1); fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis (3); e fabricação de vinagres (2). Do total de empresas do Agreste, 13 foram verificadas em Arapiraca. No Sertão, em menor número, foram registradas 13 empresas, distribuídas por 9 municípios, as classes eram as seguintes: fabricação de bolachas e biscoitos (1); fabricação de milho e beneficiamento de derivados (1); fabricação de produtos de laticínio (10); fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente (1).

A fabricação de alimentos se mantém estável para alimentos com caráter local/regional e com baixos custos de produção, como ocorre no caso das empresas de farinhas e moagens de arroz, milho ou mandioca. Essas análises serão abordadas com mais ênfase no próximo tópico deste trabalho, pois trata-se da realidade das indústrias de alimentos em Alagoas atualmente.

3.2 CONTEXTO ATUAL DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS EM ALAGOAS

3.2.1 Crescimento da população urbana e aumento da renda entre 1980 a 2010

Desde a década de 1980, quando a população urbana de Alagoas, ultrapassou a rural, notou-se o surgimento de fábricas de alimentos que atendiam ao consumo local. Deve-se a esse fator, o processo de urbanização ao fim da terceira dualidade, que possibilitou crescimento da população e formação de mercado. Vale ressaltar, que além da migração campo-cidade, as

transformações socioespaciais incentivadas pelo Estado, para integrar as regiões brasileiras, foi um processo fundamental para que ocorresse o crescimento da população urbana.

Conforme apresentado na tabela 5 (*ver p. 93*), entre os anos de 1970 e 1980, a população urbana brasileira obteve um crescimento de 54%, havendo uma mudança nos hábitos alimentares em decorrência da ocupação em atividades urbanas. No caso da região Nordeste e do estado de Alagoas, o crescimento da população urbana ocorreu após 1980, crescimento representado pela migração das áreas do Agreste e Sertão para as capitais nordestinas. Em relação a Alagoas, é nesse mesmo período que muitas fábricas do setor de alimentos em atividade atualmente, começaram a atuar no mercado regional, sendo possível compreender que esse crescimento urbano ocorreu em razão das transformações que possibilitaram a ocupação de cidades como Maceió e Arapiraca. Ver tabela 6:

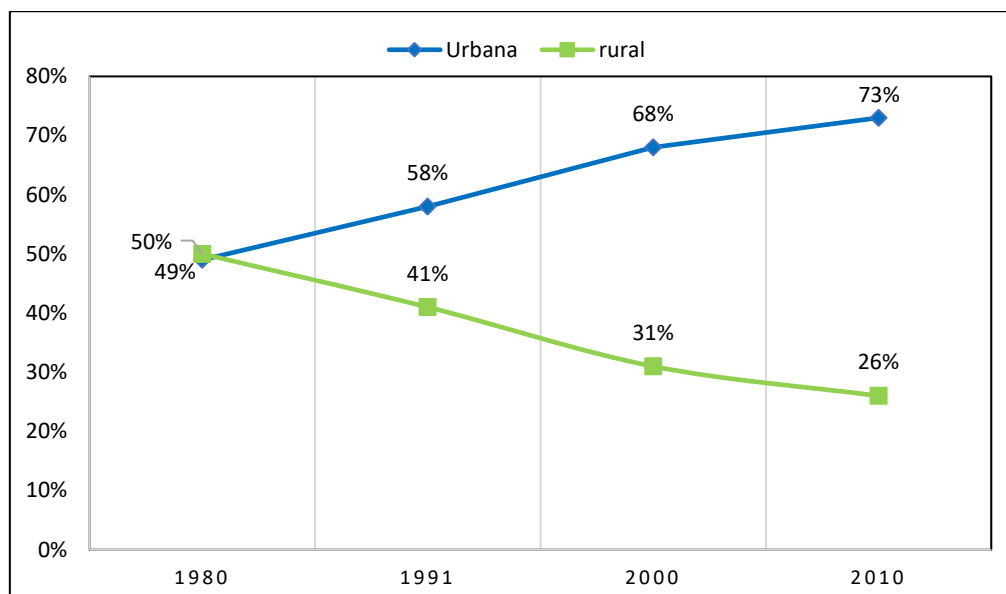
Tabela 6-Crescimento demográfico do Brasil, Nordeste e Alagoas de 1980 a 2010 (em mil)

Ano	Brasil			Nordeste			Alagoas		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1980	119011,1	80437,3	38573,7	34815,4	17568,0	17247,4	1982,9	977,2	1005,8
1991	146825,5	110991,0	35834,5	42497,5	25776,3	16721,3	2514,1	1482,0	1032,1
2000	169799,2	137954,0	31845,2	47741,7	32975,4	14766,3	2822,6	1919,7	902,9
2010	190755,8	160925,8	29830,0	53082,0	38821,3	14260,7	3120,5	2297,9	822,6

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico (1980;1991;2000;2010). Elaborado pelo autor.

No Brasil, entre 1980 e 1991, a população urbana cresceu 38%; de 1991 a 2000, cresceu 24%; e de 2000 a 2010, cresceu 17%. No Nordeste, de 1980 a 1991, a população urbana cresceu 47%; de 1991 a 2000, o crescimento foi 28%; e entre, 2000 e 2010, cresceu 18%. Já em Alagoas, entre 1970 e 1980, houve um crescimento da população urbana de 54,6%, ultrapassando a população rural; de 1980 a 1991, 51%; de 1991 a 2000, 29%; e por fim, entre 2000 e 2010, o crescimento foi de 20%.

Levando em conta o total da população de Alagoas, a partir de 1980 a população urbana foi crescendo mais que a rural. Em 1980, a população rural representava 1% a mais que a população urbana, e é no período de 1980 a 1991, que ocorre a transição de um estado com população urbana maior que a rural. A diferença entre a quantidade da população em domicílio rurais e urbanos saiu de 17%, em 1991; para 47%, em 2010. Ver abaixo o gráfico 9:

Gráfico 9-Crescimento da população urbana de Alagoas em relação a rural (1980 a 2010)

Fonte: IBGE; SIDRA (1980,1991,2000,2010). Elaborado pelo autor.

O crescimento da população urbana favoreceu as mudanças nos hábitos de consumo alimentar e possibilitou o surgimento e crescimento de fábricas que atendiam o mercado local. No caso do Nordeste, produtos mais comuns na região, como é o caso do cuscuz⁴⁴, substituiu o cuscuz de pilão, feito na própria casa, pelo processamento industrial. Surgiram também, fábricas de alimentos no setor de laticínios, derivados do coco, café e de massas alimentícias que passaram atender as necessidades de uma população cada vez mais incorporada no mercado de trabalho e consumo urbano.

Sendo o mercado de baixa renda o foco principal da indústria de alimentos de Alagoas, com as políticas sociais implementadas entre 2003 e 2016, houve crescimento do consumo, estimulando a oferta de produtos no setor. Entre 2004 e 2014, Alagoas vivenciou saldos positivos, porque o principal entrave para o crescimento da economia alagoana – o mercado interno contraído pela baixa renda – deu sinais de mudança. Mas é importante ressaltar, que esse crescimento, não foi decorrente do aumento das exportações do setor sucroalcooleiro e químico, pois estes não criam grandes ondas de consumo e emprego (CARVALHO, 2016). Para compreender o aumento do consumo que ocorreu nos últimos anos, apresenta-se abaixo os dez municípios com o maior percentual de população urbana de Alagoas e os dez municípios

⁴⁴ O milho pode ser industrializado através dos processos de moagem úmida e seca. Esse último é o mais utilizado no Brasil. Desse processo resultam subprodutos como a farinha de milho, o fubá, a quirera, farelos, óleo e farinha integral desengordurada, envolvendo escalas menores de produção e menor investimento industrial” (EMBRAPA,2006, p. 05). Ainda segundo a Embrapa (2006), as indústrias processadoras de milho pelo processo de moagem seca são em boa parte de pequeno porte e dedicadas ao consumo local.

com maiores renda per capita do estado. Isto é relevante para observar o IDHM desses municípios e a capacidade da demanda. A seguir na tabela 7, mostram-se, por ordem decrescente os dez municípios com população acima de 45 mil habitantes com base no censo do IBGE de 2010.

Tabela 7-População total e urbana dos dez maiores municípios de Alagoas em 2010

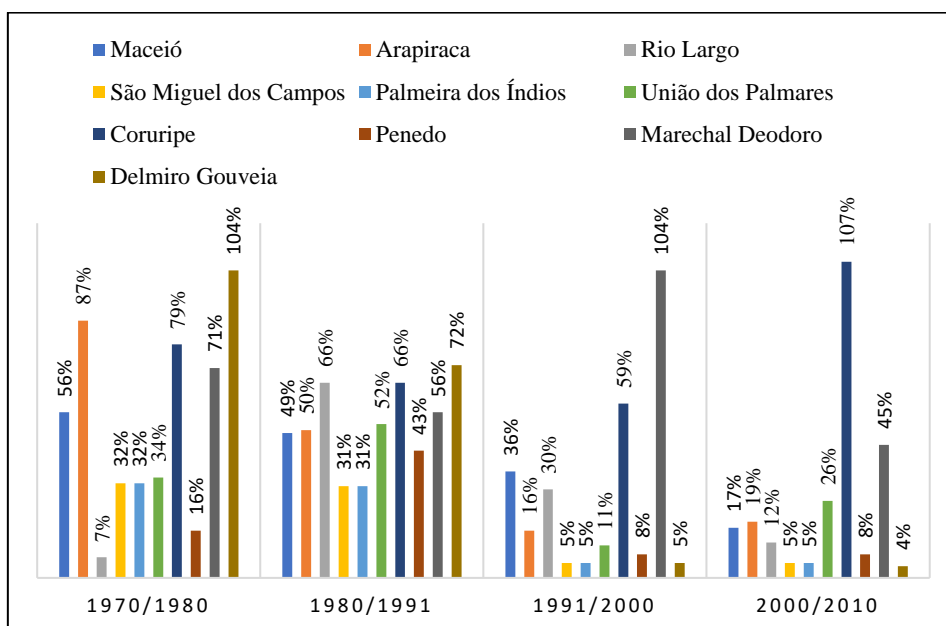
Posição	Município	População total	Posição	Município	População urbana
1°	Maceió	932.748	1°	Maceió	932.129
2°	Arapiraca	214.006	2°	Arapiraca	181.481
3°	Palmeira dos Índios	70.368	3°	Rio Largo	55.947
4°	Rio Largo	68.481	4°	São Miguel dos Campos	52.566
6°	União dos Palmares	62.358	5°	Palmeira dos Índios	51.610
6°	Penedo	60.378	6°	União dos Palmares	47.651
7°	São Miguel dos Campos	54.577	7°	Coruripe	46.043
8°	Coruripe	52.130	8°	Penedo	45.020
10°	Delmiro Gouveia	48.096	9°	Marechal Deodoro	43.392
11°	Marechal Deodoro	45.977	10°	Delmiro Gouveia	34.854

Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico. Adaptado pelo autor.

Os dez municípios citados na tabela 7, apresentam os maiores números de população urbana no ano de 2010. No que tange o total da população, somente o município de Marechal Deodoro, não configura entre os maiores municípios em número de população total. No caso, entre os municípios com o total da população maior do que 45 mil habitantes é Campo Alegre que ocupa a 9° posição, com 50.816 habitantes, mas sua população rural é 23% maior que a urbana, conforme os dados do Sidra/IBGE (2010)⁴⁵. Deste modo, por estarmos discutindo formação de mercado interno, a partir do processo do crescimento urbano no período de 1970 a 2010, o município não faz parte da análise. No gráfico 10, apresenta-se a evolução da população urbana dos dez municípios citados na tabela:

⁴⁵ IBGE, Censo Demográfico. **Tabela 202:** População residente, por sexo e situação do domicílio. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/202#resultado>>. Acesso em: 19/01/2020.

Gráfico 10-Crescimento da população urbana dos dez municípios alagoanos entre 1970 e 2010



Fonte: IBGE/SIDRA/Censo Demográfico. Elaborado pelo autor.

A maior parte desses municípios, estão localizados no Leste de Alagoas (*Ver no mapa 1, p.47*), Marechal Deodoro e Rio Largo, na região metropolitana de Maceió, estão a 24 km e 25 km, respectivamente, da capital. Outra cidade próxima, União dos Palmares, teve um expressivo crescimento urbano entre 1980/1991, mas uma queda de 41%, havendo um crescimento de 15%, entre 2000 e 2010. Ainda no Leste, São Miguel dos Campos e Coruripe, que dá um salto de mais de 100%, entre 2000 e 2010, possuem duas das maiores empresas de fabricação de açúcar: Usina Coruripe e Usina Caetés, além da Cooperativa Pindorama, que é uma das maiores cooperativas de Alagoas. Penedo, por sua vez, não apresenta crescimento expressivos entre 2000 e 2010. No Agreste de Alagoas, Arapiraca, se mantém como “capital” regional, seguida de Palmeira dos Índios – que perdeu a importância central nos anos 1950, mas ainda apresenta certa influência sobre os municípios vizinhos no semiárido de Alagoas e Pernambuco, com atividades de comércio e serviços. Além de Maceió, Rio Largo e Penedo, em 1970, apenas Delmiro Gouveia, no Sertão, possuía população urbana maior que a rural; esse fato pode ser explicado, pelas modificações que ocorreram no início do século XX. Segundo Carvalho (2015), graças aos “progressismos” do empresário Delmiro Gouveia, houve a instalação de um modelo de organização urbano industrial no Sertão de Alagoas, primeiro com a chegada da estrada de ferro até a cachoeira de Paulo Afonso e depois, com a instalação de duas grandes obras: “uma fábrica de linhas de coser e a uma hidrelétrica” (p.271).

As políticas dos governos (2003-2016) destinadas ao desenvolvimento regional, contribuíram com modificações econômicas significativas, principalmente na região

nordestina. Com o aumento do poder de compra da população por meio de incentivos do governo federal, os estados nordestinos tiveram um crescimento expressivo de seu PIB. Enquanto a região Sudeste, com maior número de atividades industriais e financeiras permaneceu na mesma faixa de 54%, entre 2002 e 2014; o PIB do Nordeste passou de 13,09% para 13,93% em 2014, mesmo sem possuir a mesma estrutura dinâmica da região Sudeste (SILVA, 2019, p. 82). O PIB dos estados nordestinos como mostra a tabela 8:

Tabela 8-PIB dos estados Nordestinos em 2003 e 2016, em mil reais

Ordem de acordo com 2016	Estados	2003	2016
1°	Bahia	67.174,20	258.739,00
2°	Pernambuco	38.815,80	167.345,00
3°	Ceará	32.687,40	138.422,50
4°	Maranhão	19.502,90	85.310,00
5°	Rio Grande do Norte	14.865,40	59.677,40
6°	Paraíba	14.737,90	59.104,80
7°	Alagoas	12.624,00	49.468,70
8°	Piauí	8.414,90	41.416,90
9°	Sergipe	11.749,60	38.877,40

Fonte: Fonte: IBGE/SIDRA/Produto Interno Bruto-Estados. Elaborado pelo autor

“O Nordeste elevou sua participação nas incorporações, na massa salarial e no número de pessoas ocupadas”, nesses estados periféricos foi o consumo popular das famílias e não os investimentos privados que dinamizaram a economia (SILVA, 2019, p. 71 e 72). Conforme o PIB de 2016, Bahia, Pernambuco e Ceará possuem os maiores PIBs da região. Nesses estados há maiores diversidades de atividades econômicas, como o agronegócio no Oeste da Bahia e produção agrícola, através de investimentos do governo federal no semiárido de Pernambuco e Ceará. Já Alagoas, que é um dos estados mais pobres da federação, em 2016, ocupava a 6° posição entre os estados nordestinos, e mesmo sendo dependente do setor sucroalcooleiro e das políticas sociais do governo federal, triplicou seu PIB.

Em referência ao PIB dos municípios alagoanos no ano de 2016, Maceió possuía o PIB seis vezes maior que o PIB de Arapiraca, segundo colocado. Outros municípios que estão entre as dez maiores populações urbanas e possuem dez maiores PIBs como se observa na tabela 9: Marechal Deodoro, Coruripe, Rio Largo, São Miguel dos Campos, Penedo, União dos Palmares e Palmeira dos Índios, em último lugar. Este, tem PIB inferior ao município de Santana do Mundaú, localizado na mesorregião Leste, ocupa 67° posição em números de população absoluta e 62° lugar em número de população urbana no estado; mas, segundo dados da PAM-

IBGE⁴⁶, desde 2006 posiciona-se como maior produtor de laranja do estado. A seguir, tabela 9 dos PIBs municipais:

Tabela 9-Os 10 maiores PIBs municipais de Alagoas em 2016 (em mil reais)

Posição	Município	PIB
1	Maceió	21.306,1
2	Arapiraca	4.012,6
3	Marechal Deodoro	1.637,1
4	Coruripe	1.551,6
5	Rio Largo	981,6
6	São Miguel dos Campos	933,9
7	Penedo	848,8
8	União dos Palmares	794,4
9	Santana do Mundaú	785,9
10	Palmeira dos Índios	724,6

Fonte: IBGE/SIDRA/Produto Interno Bruno-Municípios. Elaborado pelo autor.

Por outro lado, não é somente a urbanização e o crescimento do PIB que responde ao aumento do consumo, outro fato importante é aumento da renda per capita e do IDHM para medir qualidade de vida, que também é fruto do crescimento do PIB, processo de urbanização e políticas de Estado. Um dos fatores que contribuiu com o aumento da renda per capita e do IDHM, ainda que sob baixos índices foi a inserção das classes⁴⁷ C, D e E na economia.

Entre as formas de inserir as classes mais baixas no consumo, aponta-se, primeiramente, o Programa Bolsa Família, que exerceu no Nordeste uma ação positiva no combate à miséria e a extrema pobreza; e a elevação do salário mínimo, que afetou a População Economicamente Ativa e os aposentados e pensionistas do INSS. Além disso, a expansão do acesso ao crédito, incentivou a compra de bens e serviços e facilitou maior integração e dinâmica comercial nas cidades (GUEDES, 2011). Esses programas foram extremamente positivos para o crescimento da região nordestina.

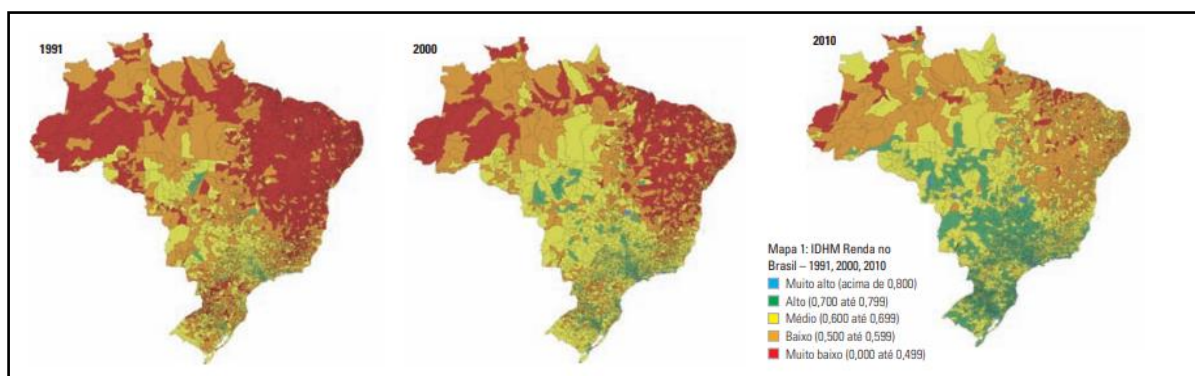
As mudanças sociais que ocorreram a partir de 2003, expressam o crescimento da renda, pois, com a incorporação das classes populares no consumo foram beneficiados supermercados, lojas de bens e serviços e fábricas de bens de consumo leve que atuam em escalas local e regional.

⁴⁶ IBGE-SIDRA. **Produção Agrícola Municipal:** Tabela 5457- Área plantada ou destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias e permanente (2006-2018). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457#resultado>>. Acesso em: 19/04/2020.

⁴⁷ Faixa de renda Familiar, de acordo com as classes econômicas:

Classe A – Acima de R\$11.262; Classe B – De R\$ 8.641 a R\$ 11.261; Classe C – De R\$ 2.005 a R\$ 8.640; Classe D – De R\$ 1.255 a R\$ 2.004; Classe E – De R\$ 0 a R\$ 1.254 (FGV, 2014).

Figura 6-Crescimento do IDHM-Renda no Brasil de 1991 a 2010



Fonte: PNUD (2013, p. 75)

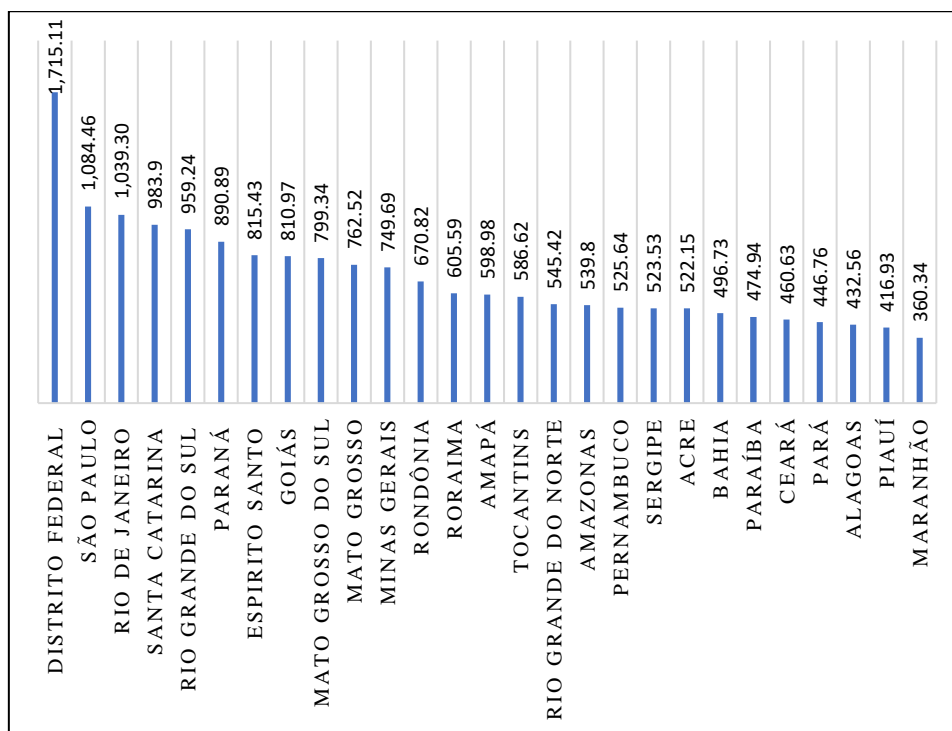
A figura 6 apresenta o IDHM⁴⁸ Renda do Brasil que passou de 0,647, em 1991, para 0,692, em 2000, chegando, em 2010, a 0,739. Em aproximadamente 20 anos, a população brasileira obteve um ganho de renda per capita que corresponde a R\$ 346,31. O crescimento maior da renda per capita se deu entre 2000 e 2010, sendo equivalente a R\$ 201,41 (PNDU, 2013, p.75).

De acordo com os mapas da figura 6, entre 1991 e 2000, apenas as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentavam IDHM Renda Muito Alto, Alto, Médio, Baixo e poucos municípios apresentavam IDHM Renda Muito Baixo, mas a predominância era padrão Baixo e Médio. No caso das regiões Sul e Sudeste, havia predomínio de atividades urbanas como indústria, comércio, serviços expressando nos mapas de 1991 e 2000, Médios e Altos IDHM Renda. Em relação ao Centro-Oeste, o avanço do Agronegócio⁴⁹ modificou as estruturas sociais da região; segundo PNUD (2013, p. 82) “19,3% dos municípios da região, encontram-se no grupo de IDHM Renda mais elevados do país”.

Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste apresentavam os piores IDHM Renda do Brasil, entre 1991 e 2000, a maior parte identificava IDHM Renda Baixo e Muito Baixo. Na Região Nordeste, em particular, observou-se um crescimento bem acentuado, corroborando para o avanço do IDHM Renda nos municípios da região. Com base no PNUD (2013, p. 81), “90% dos municípios, apresentaram crescimento no IDHM Renda acima do crescimento brasileiro de 2000 a 2010”.

⁴⁸ IDHM-RENDA: Muito Alto (Azul-acima de 0.800); Alto (Verde-0.700 a 0.799); Médio (Amarelo-0.600 a 0.699); Baixo (Laranja-0.500 a 0.599); Muito Baixo (Vermelho-0.000 a 0.4999)

⁴⁹“Entre 1989 e 2004, as exportações do agronegócio praticamente triplicaram ao passar de US\$ 13,9 bilhões para US\$ 39,0 bilhões. Em 1989, suas exportações representaram 40,4% das exportações totais do País e em 2004, foi mantido esse percentual. Contudo, o que se destaca é a importância do agronegócio na geração do saldo comercial. Nos últimos 15 anos, o saldo comercial do agronegócio tem sido maior que o saldo dos demais setores. Em 2004, o saldo do agronegócio atingiu o valor de US\$ 34,13 bilhões, enquanto o saldo dos demais setores foi de US\$ -0,4 bilhão” (BASTOS, CONTINI, GAQUES, LEONARDI, 2006, p. 11)

Gráfico 11-Renda per capita dos estados brasileiros em 2010

Fonte: PNUD (2019). Elaborado pelo autor.

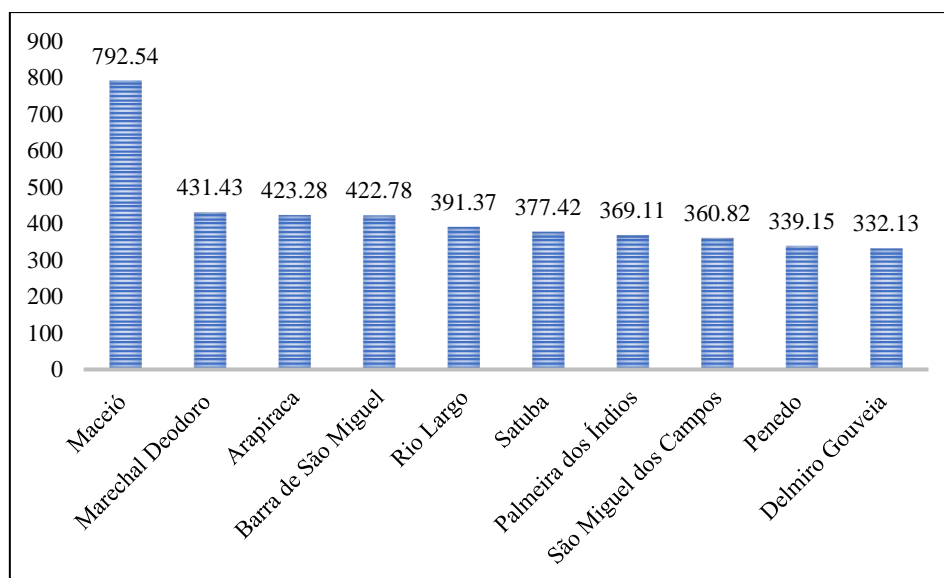
Os estados nordestinos, estão nas últimas colocações em nível de renda per capita, se comparado aos estados do Centro-Sul. Contudo, conforme dados sobre renda per capita do PNUD (2019), entre 2000 e 2010, a taxa média anual de renda per capita dos estados nordestinos foi de 3% a 5%. Mesmo que os números e colocações não ocupem os primeiros lugares, é possível entender que com o avanço das políticas sociais que visavam combater desigualdades e disparidades históricas entre as regiões brasileiras, os estados nordestinos tiveram um aumento percentual maior que os três primeiros colocados, entre 2000 e 2010: Distrito federal (3,64%), Rio de Janeiro (2,32%) e São Paulo (2,08%) (PNUD, 2019).

No que tange ao estado de Alagoas, tanto em nível nacional, como regional, ocupa às últimas colocações, 25° e 7°, respectivamente, mas seu crescimento também foi sentido. Segundo o PNUD (2019), a renda per capita média do estado, cresceu 104,06% nas últimas duas décadas: em 1991, sua renda per capita era de R\$ 211,98; em 2000, passou para R\$ 285,29; já em 2010, o estado chegou a obter uma renda per capita de R\$ 432,56. Entre 2000 e 2010, a taxa de crescimento anual da renda per capita foi 4,25%.

Mesmo com baixos índices, essas mudanças representam um progresso dos programas federais de combate à pobreza, pois o número de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), caiu 22%, entre 2000 e 2010, houve um aumento progressivo nessa redução, pois entre 1991 e 2000, a redução foi de apenas 9%. Em

relação a renda per capita dos municípios alagoanos, Maceió, possui uma renda per capita três vezes maior que dos demais municípios (PNUD, 2019). Abaixo gráfico 12 com dez maiores rendas per capita de Alagoas:

Gráfico 12-Dez maiores rendas per capita (R\$) de Alagoas em 2010



Fonte: PNUD (2019). Elaborado pelo autor.

Seguem por ordem, Marechal Deodoro, que em número de população urbana, é a 9º maior, mas a 2º em renda per capita, devido ao polo cloroquímico. Na 3º e 4º posição, encontram-se, respectivamente, Arapiraca e Barra de São Miguel (*população urbana ocupa a posição 57º*), mas possui uma das maiores rendas per capita do estado. Rio Largo, Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos e Satuba possuem uma renda um pouco maior que 350, este último, configura como a 32º maior população urbana. E por fim, Penedo e Delmiro Gouveia, com as menores rendas entre os dez municípios.

O crescimento da renda per capita nos últimos anos trouxe números positivos no IDHM⁵⁰ para qualidade de vida. Em 2000, o Distrito Federal e São Paulo, eram os únicos estados com IDHM Alto e os estados do Nordeste, estavam com IDHM entre 0,500 e 0,599, e os estados com situações agravantes, Maranhão, Piauí e Alagoas estavam com IDHM entre 0 e

⁵⁰ O Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, através do PNUD (2010), utiliza como metodologia, a média geométrica da vida longa saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida, para identificar os níveis de qualidade que o País, Unidades de Federação, Municípios e Regiões Metropolitanas ocupam. A classificação dos níveis de qualidade de vida presentes no IDHM, variam entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano atingido: Muito baixo (0 a 0,499); Baixo (0,500 a 0,599); Médio (0,600 a 0,699); Alto (0,700 a 0,799); Muito Alto (0,800 a 1).

0,499. A partir dos anos 2000, a evolução foi positiva, Alagoas deixou de ter um IDHM 0,473 e passou a ter IDHM 0,631, ou seja, saiu de Muito Baixo para Médio (PNUD, 2019).

Em relação aos municípios alagoanos, até 2000 apenas os municípios de Maceió, Rio Largo, São Miguel dos Campos e Satuba estavam com IDHM entre 0,500 e 0,599, os demais, estavam abaixo de 0,499. O avanço a partir de 2010, ocorreu levando em consideração que todos os municípios saíram da condição abaixo de 0,499. Além disso, dez municípios que possuem as maiores rendas per capita do estado contavam com IDHM acima de 0,600. Veja abaixo o quadro 14:

Quadro 14-Evolução dos dez maiores IDHM de Alagoas entre 1991 e 2010

Posição em 2010	Nome	IDHM (1991)	Faixa	IDHM (2000)	Faixa	IDHM (2010)	Faixa
1 °	Maceió	0.507	Baixo	0.584	Baixo	0.721	Alto
2 °	Satuba	0.416	Muito Baixo	0.543	Baixo	0.660	Médio
3 °	Arapiraca	0.359	Muito Baixo	0.476	Muito Baixo	0.649	Médio
4 °	Rio Largo	0.389	Muito Baixo	0.505	Baixo	0.643	Médio
5 °	Marechal Deodoro	0.349	Muito Baixo	0.463	Muito Baixo	0.642	Médio
6 °	Palmeira dos Índios	0.385	Muito Baixo	0.482	Muito Baixo	0.638	Médio
7 °	Penedo	0.411	Muito Baixo	0.495	Muito Baixo	0.630	Médio
8 °	Coruripe	0.317	Muito Baixo	0.419	Muito Baixo	0.626	Médio
9 °	São Miguel dos Campos	0.365	Muito Baixo	0.506	Baixo	0.623	Médio
10 °	Barra de São Miguel	0.275	Muito Baixo	0.440	Muito Baixo	0.615	Médio

Fonte: PNUD (2019). Elaborado pelo autor.

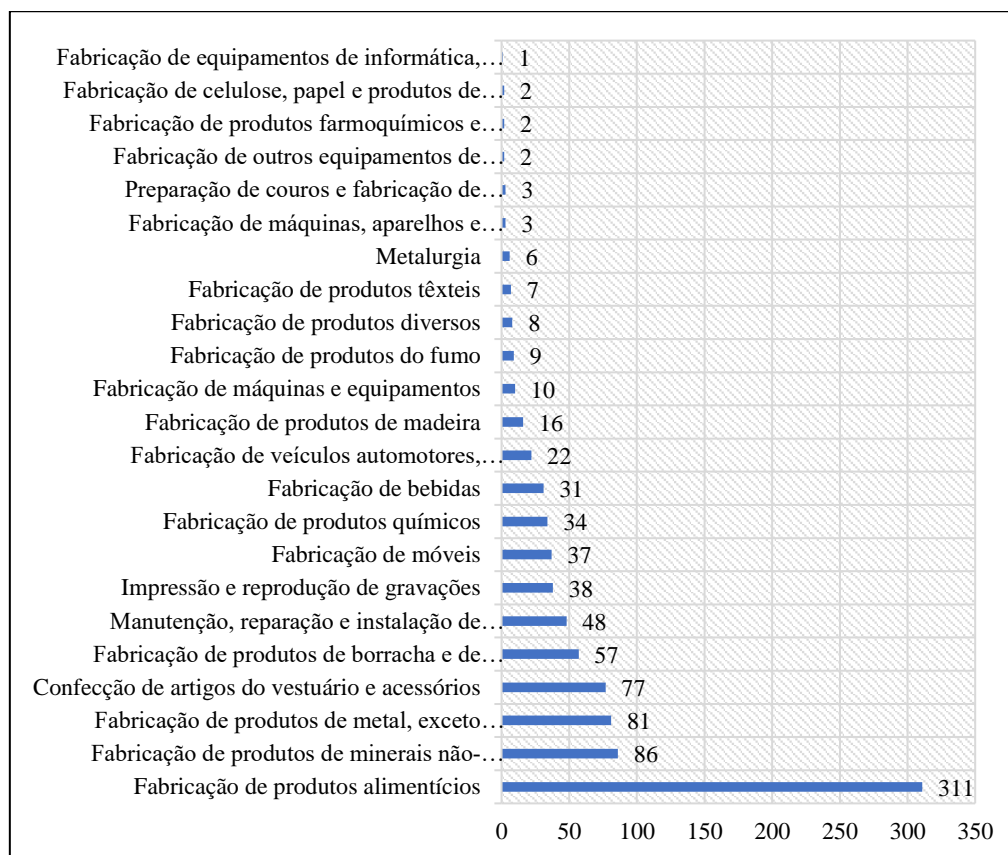
De acordo com Carvalho (2016), mesmo com a falta de investimentos privados e com as dificuldades financeiras que Alagoas enfrentou durante a década de 1990, a federalização dos recursos públicos, a partir dos anos 2000, aliado à ampliação do crédito popular; trouxe resultados positivos. A exemplo do “consumo de varejos, acima das médias nordestinas e brasileira, ativando o setor de serviços, criando mais empregos formais, ampliando seu parque industrial de bens populares (alimentos, móveis, confecções etc.)” (p.106). “A ampliação da renda nos estratos mais pobres da população é a responsável pela dinâmica da economia alagoana” (107).

A ampliação do consumo popular nos últimos anos, demonstra um crescimento de empresas do setor de alimentos. Estas, vem ampliando seus negócios e investindo em tecnologias, para atender as demandas do mercado regional. Entretanto, apesar da evolução nas condições sociais, que ocorreu na primeira década do século XXI, os números atuais não são positivos. De acordo com o IBGE (2019, sem página), “em 2018, o país tinha 13,5 milhões pessoas com renda mensal per capita inferior a R\$ 145, ou U\$S 1,9 por dia, critério adotado pelo Banco Mundial para identificar a condição de extrema pobreza”.

Conforme os dados apresentados pelo IBGE (2019, sem página), todos os estados das regiões Norte e Nordeste apresentaram indicadores de pobreza acima da média nacional, enquanto os demais estados estavam abaixo. Alagoas, por exemplo apresentou o segundo maior índice de população vivendo com menos de 1,99 US\$ por dia. Esse fato, se deve a redução no mercado de trabalho e aumento do número de trabalhos informais, que vem crescendo desde 2015. O aumento das condições de extrema pobreza, torna-se um fator que atinge, sobretudo, estados mais dependentes de políticas sociais, como é o caso de Alagoas. Com a diminuição da renda per capita, há também diminuição no consumo, conseqüentemente, as fábricas de alimentos alagoanas acabam sentindo esse efeito.

3.2.2 Identificação das fábricas de alimentos em Alagoas

Como dito no tópico anterior, o aumento percentual da população urbana e da renda per capita, entre 2000 e 2010, contribuiu com o crescimento de fábricas de alimentos que passaram atuar no mercado estadual e regional. Segundo dados da PIA-Empresa (IBGE,2017), a indústria de transformação no estado, possui 891 unidades industriais; dentro dessa seção, as fábricas de produtos alimentícios é quem possui maior representação. Deste modo, utiliza-se dados referentes a PIA-Empresa (IBGE, 2017) para identificar os principais setores da indústria de transformação em Alagoas, levando em consideração: a porcentagem da venda líquida total, número de estabelecimentos e número do pessoal ocupado. Veja o gráfico 13 a seguir:

Gráfico 13- Unidades locais da Indústria de Transformação de Alagoas em 2017

Fonte: IBGE/SIDRA/Pesquisa Industrial Anual (2017). Elaborado pelo autor.

O setor de fabricação de alimentos, representa o maior número de unidades industriais, 311 no total. Porém, o IBGE leva em consideração todas as classes e unidades que estão dentro da divisão “Fábricas de produtos alimentícios”. Neste trabalho, inclui-se apenas classes que possuem empresas com atuação em níveis estaduais, regionais e nacionais. Além disso, o IBGE não identifica o nome das empresas e as classes de fabricação. Pensando nesse processo foi realizado um levantamento de dados no Guia da Indústria – FIEA (2018)⁵¹, para identificar as empresas que atuam no setor de alimentos, suas classes de fabricação, total de trabalhadores que incorporam e sua participação no mercado local, regional e nacional⁵². Ver quadro 15:

⁵¹ Este tópico consiste em analisar os dados do Guia da Indústria (FIEA, 2018). Existem empresas nas quais, não havia registros do número de funcionários no Guia da Indústria (2018), então, para caráter de comparação utilizamos o número de funcionários registrados no Guia da Indústria (2013). Além disso, em entrevistas com fábricas de alimentos foi relatado outras informações acerca do número de funcionários em relação aos registros da FIEA (2018).

⁵² Sobre as fábricas que não foram obtidas nenhum tipo de dados referentes a mão de obra, deixa-se: NÃO CONSTA (N/C).

Quadro 15-Indústria de Alimentos Registradas em 2018

Classe	Município	Empresa	Nº de empregados	Total de Empregados por Setor	Data de Abertura
Beneficiamento de arroz	Igreja nova	Antônio Maciel da Silva transportes	5	19	18/07/2003
		Beneficiamento de arroz	2		13/10/1983
		Jonas dos Santos	3		05/03/1999
		José Genilton indústria	4		01/03/2005
		Vieira Moura	3		07/05/1999
	Piaçabuçu	Indústria de Arroz São Luiz LTDA	2		06/09/1985
Fabricação de açúcar	Atalaia	Copervales	2100	19.750	08/11/2015
	Boca da Mata	Usina Triunfo	725		31/08/1966
	Cajueiro	Usina Capricho	575		08/09/1966
	Coruripe	Cooperativa Pindorama ^[1]	1250 ^[2]		22/10/1966
		Usina Coruripe	2000		28/02/1973
	Colônia Leopoldina	Usina Taquara	1		19/08/1966
	Igreja Nova	Filial Marituba	326		30/04/1996
		Usina Porto Rico	1626		25/06/1973
	Maceió	Usina Terra Nova	163		22/07/1976
		Marechal Deodoro	Usina Sumaúma		350
	Matriz de Camaragibe	Usina Camaragibe	1200		11/03/1999
	Penedo	Destilaria e Usina Paisa	800		09/06/1976
	Pilar	Usina Terra Nova	163		31/12/1969
	Porto Calvo	Usina Santa Maria	1500		25/06/2002
	Rio Largo	Usina Santa Clotilde	2000		25/09/1967
		Usina Utinga Leão	2		05/09/1966
	São Luís do Quitunde	Usina Santo Antônio	2		02/09/1966
	São José da Laje	USGA	3700		23/08/1966
São Miguel dos Campos	Usina Caeté	1267	23/09/1966		

Classe	Município	Empresa	Nº de empregados	Total de Empregados por Setor	Data de Abertura	
Fabricação de alimentos e pratos prontos	Maceió	Tibbits LTDA	65	65	19/03/1992	
Fabricação de amidos e féculas vegetais	Maragogi	Maravilha de Maragogi	5	5	10/07/2007	
Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	Coruripe	Cooperativa Pindorama	Citado ^[3]	11	22/10/1966	
	Junqueiro	Doce Bom Paladar	6		24/08/2006	
	Quebrangulo	Itala M T Brandão	5		16/07/2008	
Fabricação de bolachas e biscoitos	Arapiraca	Fábrica de Biscoitos Tropical	8	291	23/03/2004	
		Indústria de Massa Cavalcante	8		31/08/2001	
		V C Costa de Sousa	8		05/06/2003	
	Delmiro Gouveia	Biscoito Tia Lúcia	8		02/06/2009	
	Japaratinga	Indústria Alimentícia Maragogi	5		17/01/2005	
	Maceió	Indústria Pajuçara	Citado		09/10/1975	
			Dalena Biscoito Tipo Maragogi		1	24/04/2014
			Delicatessen Capricho de Maragogi		3	22/09/2013
	Maragogi	Maravilha de Maragogi	5		01/07/1986	
	Penedo	Biscoito Caseiro D'licia	39		28/06/1999	
Rio largo	Pandurata Alimentos LTDA (Bauduco)	80	10/12/2008			
Fabricação de conservas de frutas	Arapiraca	Asa Branca Ind. Com. e Importadora	10	281	22/12/2004	
		Doces Campo Verde	8		29/08/2008	
	Limoeiro do Anadia	Indústria Alimentícia Popular	258 ^[4]		27/05/1988	
	Quebrangulo	Nutripolpas	5		22/02/2013	
Fabricação de especiarias molhos, temperos e condimentos	Arapiraca	Agroindustrial Vieira	18	221	06/08/2012	
		Berlu Condimentos	20		01/10/2002	
		Tempero Tradição	20		30/05/2005	
	Coruripe	Cooperativa Pindorama	Citado		22/10/1966	
	Limoeiro do Anadia	Vinagre Ostra	6		08/07/2002	
	Maceió	Vinagre Pimentão	161		25/09/2009	
Rio Largo	Condimentos Thiara	2	07/10/2003			
Fabricação de farinha de mandioca e derivados	Arapiraca	Farinheira Canaã Indústria e Comércio	11	28	23/09/1997	
	Craíbas	Casa de Farinha	2		16/12/1987	
		Casa de Farinha Comunitária	5		20/04/1995	
	Girau do Ponciano	JF da Silva Farinheira	10		15/07/2003	

Classe	Município	Empresa	Nº de empregados	Total de Empregados por Setor	Data de Abertura	
Fabricação de farinha de milho e derivados e beneficiamento de milho	Arapiraca	Andreia Ramos Rodrigues dos Santos	8	712	23/08/2001	
		Grupo Coringa ^[5]	630		16/04/1975	
		J Sobrinho	8		23/10/1985	
	Limoeiro Do Anadia	Salgadinhos Tio Duda	2		09/08/2005	
	Palmeira Dos Índios	Cooperboni	40		20/07/2000	
	Santana Do Ipanema	Pão De Açúcar	Farinha De Milho Cristo Redentor		8	23/09/2009
		Fran Milho	8		18/09/1995	
	Moagem Nordeste	8	22/10/1980			
Fabricação de laticínios	Arapiraca	Laticínios Gabi	8	671	13/09/2000	
		Light Gutti	12		20/08/1996	
	Batalha	Laticínio Batalha	16		28/04/1997	
		Laticínio São Luiz	2		18/09/2013	
	Cacimbinhas	Laticínio Timbaúba	15		20/03/2002	
	Capela	Queijo Caseiro	17		12/08/1997	
	Dois Riachos	Laticínios	5		04/12/2006	
		Laticínio São José	5		07/07/2003	
	Estrela de Alagoas	Laticínio Feitosa	10		15/09/2000	
	Maceió	Laticínio Batalha	22		11/06/2001	
	Major Isidoro	Laticínio Bezerra	6		09/09/2008	
		Laticínio Ferreira	2		09/06/2010	
		Laticínio Mont Rey	21		16/02/2004	
	Maribondo	Laticínio São Félix	3		24/10/2005	
	Murici	Laticínio de Lucena	5		30/11/2011	
	Olivença	Laticínio Murici	22		19/01/2001	
	Olivença	Laticínio São Gabriel	5		27/02/2004	
	Olho D'agua das Flores	Laticínio Serra do Vento	9		19/05/2011	
	Palestina	Lately Santos Carvalho	6		15/12/2011	
		Laticínio Líder	13		06/08/2009	
	Palmeira dos Índios	Laticínio Queijo do Sertão	4		25/05/2009	
		Valedourado	252		08/08/1985	
	Pilar	Laticínio Flor do Paraiba	21		29/10/2014	
	Quebrangulo	Laticínio Degust	7		12/06/2006	
	São Luís do Quitunde	Búfalo Biil	20		02/04/2001	
	Traipu	Laticínio Santa Bárbara	5		02/06/2005	
	União Dos Palmares	Pepsico do Brasil	150		26/11/2002	

Classe	Município	Empresa	Nº de empregados	Total de Empregados por Setor	Data de Abertura
Fabricação de massas alimentícias	Arapiraca	Amigos da Natureza	4	138	11/07/2000
	Maceió	Biscoitos Mais Sabor	2		29/08/2014
		Indústria Pajuçara	126		09/10/1975
		São Luís Do Quitunde	Massa e Pastel Paulista		5
Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	Água Branca	Engenho e Restaurante São Lourenço	22	623	14/11/2000
	Arapiraca	Natural Doce	8		31/03/1998
		Fábrica de Doces Alcantil	8		15/03/1995
	Coruripe	Cooperativa Pindorama			22/10/1966
	Igaci	M A de Oliveira Ramos Alimentos	20		30/12/2002
		Apícola Fernão Velho	6		05/12/1997
	Maceió	Coco mar	6		07/01/2008
		Copra	110 ^[6]		06/05/1998
		Geissil Doces	12		28/04/2010
		Matsubara Alimentos	5		02/09/2011
	Maceió	Sococo	393 ^[7]		30/09/1966
	Murici	Cajumaior	21		17/07/1991
	Palmeira dos Índios	Guara Frut	10		03/12/1998
	Satuba	Lanchonete Lanche's Bem	1		13/07/2010
		Loudes Lanches	1		30/09/2010
	União dos Palmares	Industria Reunidas Doglobo Ltda	N/C		20/06/2016
Fabricação de sorvetes e outros gelados	Arapiraca	Sorveteria Brilho Do Sol	N/C	30/06/2014	
		Picolé Caicó	12	28/06/2007	
		Sorveteria Lira	10	03/05/1996	
		Sorveteria Pi Gelatt	5	24/01/1989	
	Flexeiras	Sorvemais	6	21/05/1998	
	Junqueiro	Sorveteria Dki	2	20/11/1992	
		Sorveteria Brasil	2	24/04/1990	
	Maceió	Campion Gelo	28	24/01/1986	
		Fika Frio	80	17/03/1983	
		Illa Sovertes	23	14/11/1989	
		Los Palitos	3	02/05/2014	
		Picolé Caseiro Caicó	8	15/06/2000	
		Picolé Kinata	12	09/02/1995	
		Sorveteria Bali	60	19/05/1995	

		Sorvete Doce Desejo	8		24/11/1998
		Sorver Mar	20		23/12/1993
		Sorveteria Tip-Top	2		27/10/2005
	Maragogi	Sorveteria Pingo	4		21/08/1998
	Messias	Sorveteria Ki-delicia	1		14/01/2012
	Murici	Kinata	2		19/10/2012
	Palmeira dos Índios	Sorveteria Ki-delicia	2		18/01/1996
		Sorveteria Ki-sabor	3		06/12/2006
	Penedo	Saboriê	3		09/10/2012
		Sorveteria Globo	3		N/C
	São José da Laje	Sorveteria Joelly	1		31/08/2010
	União dos Palmares	Sorveteria Mirim	2		10/07/1984
		Sorveteria São Paulo	1		07/07/1994
		Sorveteria União	4		16/06/1999
Fabricação de vinagres	Arapiraca	Indústria Camarão	80	94	16/05/2011
	Limoeiro do Anadia	Vinagre Ostra	6		22/01/2009
	Maceió	Vinagre Tomatão	8		04/10/2010
Moagem de trigo e fabricação de derivados	Maceió	Moinho Cruzeiro do Sul	9	429	22/03/2005
		Sarandi	420		21/10/2010
Preparação do leite	Maceió	CPLA	22	124	19/11/2001
		Laticínio Ducamp	32		07/05/2007
	Palmeira dos Índios	Bona Sorte	70		16/12/1997
Torrefação e moagem de café	Arapiraca	Grupo Coringa	270	272	16/04/1975
	Maceió	Gold Cafés	2		09/03/2007
		Total de Empresas: 143		Total: 23.912	

Fonte: FIEA (2018). Elaborado pelo autor.

[1] – A Pindorama atua em mais de uma classe, mas constava na FIEA, somente a fabricação de açúcar.

[2] – O registro de funcionários foi coletado no Guia da Indústria (2013);

[3] – O termo “citado” indica que já foi citado o número total em outro grupo.

[4] – No registro da FIEA (2018), conta-se 50 funcionários, mas em entrevista com representantes da empresa, a informação é de que havia 258 funcionários.

[5] – Não constava a atuação da Coringa nesse grupo

[6] – Não constava o número de funcionários na FIEA (2018), o número de funcionários foi coletado da FIEA (2013).

[7] – Não constava o número de funcionários na FIEA (2018), o número de funcionários foi coletado da FIEA (2013).

Estavam registradas na mesorregião Leste, 15 classes de fábricas de alimentos: beneficiamento de arroz (6) em municípios as margens do São Francisco; fabricação de açúcar (19); fabricação de alimentos e pratos prontos (1); fabricação de amidos e féculas vegetais (1); fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes (2); fabricação de bolachas e biscoitos (7); fabricação de especiarias, molhos e condimentos (3); fabricação de laticínios (6); fabricação de massas alimentícias (3); fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente (11); fabricação de sorvetes (21); fabricação de vinagres (1); moagem de trigo e fabricação de derivados (2); preparação do leite (2); e torrefação e moagem de café (1). Na mesorregião Agreste estavam registrados: fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes (1); fabricação de bolachas e biscoitos (3); fabricação de conservas de frutas (3); fabricação de especiarias, molhos e condimentos (4); fabricação de mandioca e derivados (4); fabricação de milho e beneficiamento de derivados (2); fabricação de laticínios (10); fabricação de outros produtos não especificados anteriormente (5); fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis (7); fabricação de vinagres (2); preparação do leite (1). Na mesorregião do Sertão, havia 3 classes: fabricação de bolachas (1); fabricação de milho e beneficiamento de derivados (1); fabricação de laticínios (11).

Com base nos dados identificados no quadro 15, a fabricação de conservas de frutas é realizada em municípios que estão em áreas de policultura no Agreste, entre essas, a empresa com maior atuação no mercado é a Indústria Alimentícia Popular. As fábricas ligadas a classe de fabricação de farinha de mandioca e derivados concorre com miniprodutores que vendem em feiras. E a fabricação de farinha de milho, com empresas que estão localizadas no Agreste e Sertão, têm o Grupo Coringa como principal empresa do setor.

A fabricação de laticínios está concentrada na bacia leiteira do semiárido alagoano, apenas três empresas estão localizadas na zona da mata: nos municípios de Maceió, Muricí e União dos Palmares. Em relação a fabricação de outros produtos alimentícios não especificados, há duas empresas registradas que não são propriamente fábricas de alimentos, mas estão registradas, a exemplo: a empresa Matsubara Alimentos, que é um hotel; e o Engenho e Restaurante São Lourenço, que se insere no classe de fabricação de alimentos, por produzir rapadura e mel de engenho. As empresas ligadas a fabricação de sorvetes, com exceção da Fika Frio, são lojas de fábricas ou venda direta ao consumidor.

Segundo a FIEA (2018), existem 143 empresas e um total de 23.912 empregados. A classe que concentra maior nº pessoal ocupado, é o de fabricação de açúcar, no Leste, com 19.750 funcionários. No entanto, esse total de empregados no setor, leva em consideração os trabalhadores que atuam também no corte de cana-de-açúcar. Em relação aos dados

identificados no IBGE (2017) e na FIEA (2018), há divergência de dados. Vale ressaltar, que o IBGE (2017) não identifica o número de empresas e nem do pessoal ocupado por classes e subclasses, mas contabiliza o total de acordo com as divisões; neste caso, a divisão de “Fabricação de produtos alimentícios”. Isto inclui padarias e alimentos destinados a animais, que não fazem parte da análise deste trabalho.

No gráfico 13 (*ver p.122*) havia um total de 311 fábricas de alimentos, enquanto no quadro 15, 143 empresas. Por outro lado, contando com o número de panificações que foram identificados nos dados da FIEA (Ver APÊNDICE 3, p. 230), havia 560 firmas. Somando as padarias com as empresas identificadas no quadro 15, chega-se ao total de 703 fábricas de alimentos, sendo aproximadamente 56% maior do que a identificada no gráfico 13. Além disso, a divergência de dados entre FIEA (2018) e IBGE (2017) continua em relação ao número do pessoal ocupado.

Quadro 16-Pessoal ocupado na indústria de transformação de Alagoas em 2017

Divisão da Indústria de Transformação	Quantidade
Fabricação de produtos alimentícios	53.830 ^[1]
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2.559
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1.758
Fabricação de bebidas	1.601
Fabricação de produtos químicos	1.589
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	921
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	822
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	764
Fabricação de móveis	575
Fabricação de produtos do fumo	464
Impressão e reprodução de gravações	368
Fabricação de produtos têxteis	352
Fabricação de produtos de madeira	282
Fabricação de máquinas e equipamentos	267
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	212
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	130
Metalurgia	95
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	73
Fabricação de produtos diversos	64
Total	66.921

Fonte: IBGE/SIDRA/Pesquisa Industrial Anual- Empresa (2017). Elaborado pelo autor.

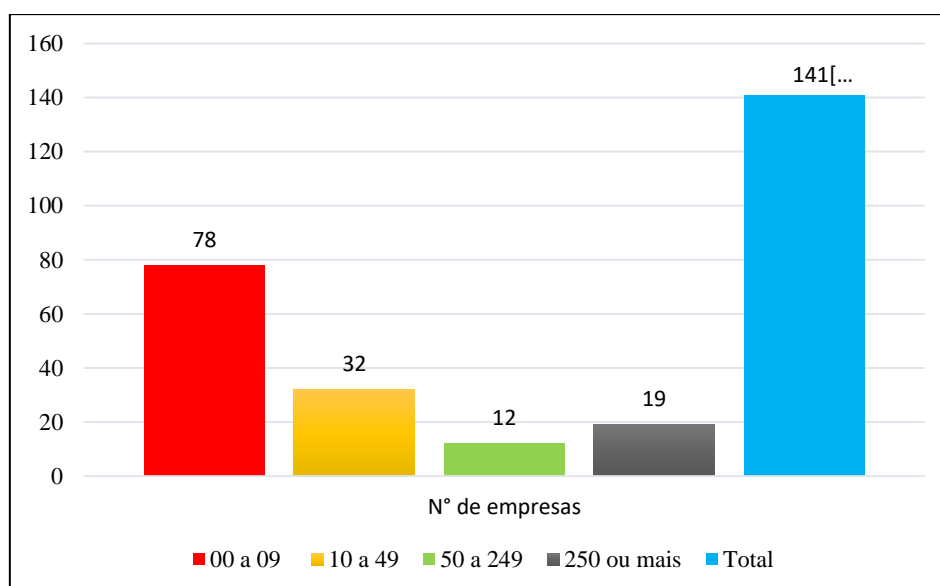
^[1] O número do pessoal ocupado, inclui todas as classes de fabricação de alimentos, além daquelas contempladas pela FIEA.

No que se refere a quantidade de empregos gerados na indústria de transformação no estado de Alagoas, há um total de 66.921 mil empregos conforme o quadro 16. Em número de pessoal ocupado, o setor de fabricação de produtos alimentícios possui 24% do total de empregos. Todavia, este número, é 50% maior do que o identificado na FIEA (2018).

No quadro 15, identificou-se 23.912 funcionários, mas no que tange a mão de obra presente nas panificações, encontram-se 4.351 empregados (Ver APÊNDICE 3, p.232). Ao realizar o somatório do total de funcionários do quadro 15, com o número de funcionários atuando no classe de panificação; a indústria de alimentos alagoana chega a 28.263 empregados que atuam em empresas de fabricação de alimentos destinadas ao consumo humano. Entretanto, não chega à metade do que é identificado no quadro 16; isso se explica, porque o IBGE (2017) inclui o total de funcionários de fábricas de alimentos destinadas aos animais.

Os dados da FIEA (2018), não identifica o porte e a estrutura dessas empresas, mas pelo número de funcionários foi possível identificar, qual o porte das firmas. Para classificar o tamanho das fábricas pertencentes a indústria de alimentos em Alagoas, foi utilizado a definição do IBGE (2015, p. 28) “sobre análise de porte das empresas”. Na Estatística do Cadastro Central de Empresas, classifica-se por número de pessoal ocupado⁵³: 0 a 9 pessoas, 10 a 49 pessoas, 50 a 249 pessoas e 250 pessoas ou mais. Nos gráficos 14 e 15 serão definidos o porte das empresas e o perfil das fábricas de alimentos alagoanas levando em consideração o número de pessoal ocupado. Os dados são referentes as fábricas identificadas no quadro 15, não sendo contabilizadas nos gráficos, as panificadoras. Assim, a divisão por número de pessoal ocupado ajuda a compreender qual a estrutura das fábricas de alimentos alagoanas.

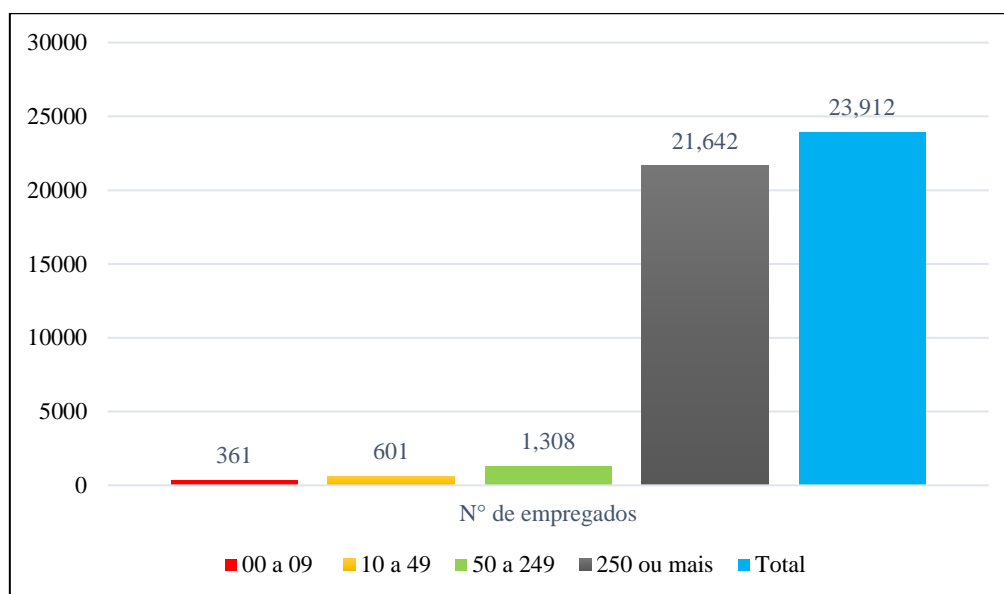
Gráfico 14-Fábricas de alimentos em Alagoas por pessoal ocupado, em 2018



Fonte: FIEA/Guia da Indústria (2018). Elaborado pelo autor, sem o quantitativo das panificações.

[1] - O total de empresas deveria indicar 143, mas não havia registros de funcionários na empresa Do globo e Sorveteria Brilho Sol.

⁵³ Microempresa (0 a 9 pessoas); pequena empresa (10 a 49 pessoas); Média empresa (49 a 249 pessoas); Grande empresa (250 ou mais pessoas).

Gráfico 15-Empregados nas fábricas de alimentos de Alagoas por pessoal ocupado, em 2018

Fonte: FIEA/Guia da Indústria (2018). Elaborado pelo autor, sem o quantitativo das panificações.

Em número de empresas a faixa 00-09 empregados é a maior, com 55,3% das empresas. Porém, o total de pessoal ocupado é a menor, representando 1,5% de toda a mão de obra empregada no setor. Isto porque as microempresas empregam em média 4 a 5 pessoas. Por outro lado, como se observa nos gráficos 14 e 15, as empresas de grande porte são apenas 13,5% do total. No entanto, elas detêm número expressivo de funcionários, que representa 90,5% do total empregado no setor.

De acordo com os dados da FIEA, representados nos quadros 15 e 16, o Leste de Alagoas, possui 57,4% das fábricas de alimentos e concentra 91% do total de funcionários, distribuídos em 27 municípios. Os setores que predominam, são os de fabricação de açúcar e fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis. A capital Maceió concentra o maior número dessas atividades, 12 classes com 29 empresas de fabricação de alimentos e 14% do total de empregados.

Quanto ao número de fábricas por pessoal ocupado nas mesorregiões, o Leste possui maior número de empresas entre todas as faixas. Em seguida, o Agreste, mas com uma diferença de 91% em relação ao Leste. Por fim, o Sertão com empresas que só concentram um total de até 49 funcionários. A seguir o quadro 17, apresenta o total de fábricas e de empregados nas mesorregiões do estado.

Quadro 17-Distribuição das fábricas de acordo com as mesorregiões de Alagoas (2018)

Tipo	Pessoal ocupado por fábrica	Total de Empregados	Total de Fábricas
Leste			
Microempresa	00 a 09	142	41
Pequena	10 a 49	311	14
Média	50 a 249	1.158	10
Grande	250 ou mais	20.232	16
	Total	21.843	81
Agreste			
Microempresa	00 a 09	144	24
Pequena	10 a 49	231	15
Média	50 a 249	150	2
Grande	250 ou mais	1.410	3
	Total	1.935	44
Sertão			
Microempresa	00 a 09	75	13
Pequena	10 a 49	59	3
	Total	134	16

Fonte: FIEA/Guia da Industria (2018). Elaborado pelo autor.

O Agreste, possui um menor número de municípios em Alagoas, segundo dados do censo do IBGE (2010), porém, é a mesorregião que concentra 31,2% das unidades de fabricação de alimentos e 8% de funcionários, conforme os dados identificados na FIEA (2018). As classes predominantes são de fabricação de farinha de mandioca e derivados, fabricação de farinha de milho e beneficiamento de derivados e fabricação de laticínios. O município com maior número de fábricas é Arapiraca, com 11 empresas e 1.185 funcionários, em seguida, Palmeira dos Índios, com 5 empresas e 394 funcionários, e por fim, Limoeiro de Anadia com 4 empresas e 272 funcionários.

O Sertão fica com 11,4% das fábricas de alimentos de Alagoas e possui apenas 1% da mão de obra concentrada no setor. Essas fábricas de alimentos estão distribuídas por oito municípios e a classe com predominância é a de laticínios, com 11 fábricas. Dentre estas, o município de Major Isidoro, é o que possui mais fábricas de laticínios, 4 no total e conta com 32 funcionários.

A distribuição das fábricas de alimentos, a predominância de algumas classes de fabricação em relação a outras, são resultados de elementos das combinações geográficas. Enquanto no Leste, o açúcar continua como elemento predominante, no Agreste e Sertão, as fabricações de produtos derivados do milho e mandioca, são resultados do desenvolvimento da policultura e o laticínio resultado das combinações humanas que possibilitaram o melhoramento da produção leiteira na região.

3.2.3 A indústria de alimentos a partir da localização da Matriz de Insumos

Informações obtidas a partir da FIEA (2014), que detalha as Matrizes de Insumos considerando a localização das fábricas cadastradas e não cadastradas em Alagoas. A Matriz de Insumo Produto reúne diversos dados sobre relações técnicas da produção industrial de Alagoas, ele é resultado de um detalhamento realizado pela FIEA (2014), que identificou a diversidade de produtos fabricados no estado. Estes dados diferem dos dados do quadro 15, que só tratam das empresas registradas no Guia da Indústria (FIEA-2018). Os dados da FIEA (2014) apresentam, assim, o universo das fábricas de alimentos do estado de Alagoas.

De acordo com a Matriz de Insumo (2014), as padarias representam 53% do total de fábricas de alimentos, os outros 46% estão relacionados aos demais setores, como fabricação de açúcar, laticínios, sorvetes, fabricação de derivados da mandioca e de milho, biscoitos e bolachas, outros produtos não especificados anteriormente etc. Entretanto, em relação ao número de funcionários, são os outros setores que representavam maior parte do percentual, chegando a 83%, enquanto a as panificações incorporam apenas 15%. A seguir, no quadro 18, será apresentado as classes de fabricação de alimentos, a região que está concentrada e seu municípios, além da quantidade de funcionários e de unidades de fabricação.

Quadro 18-Distribuição das unidades industriais de acordo com a matriz de insumo (2014)

Município	Classes	Nº de unidades	Total de unidades	Nº de funcionários	Total de funcionários
SERTÃO					
Água Branca	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	1	64	1	308
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1		3	
Canapí	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1		3	
Inhapi	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2		6	
Mata Grande	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	1		5	
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2		3	
Delmiro Gouveia	Fabricação de biscoitos e bolachas	1		18	
	Fabricação de laticínios	1		6	
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	3		7	
Olho d'água Casado	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	1		10	
Dois Riachos	Fabricação de laticínios	1		1	
Pão de Açúcar	Fabricação de farinha de milho e derivados e beneficiamento do milho	1		2	
Santana do Ipanema	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1		1	
	Fabricação de farinha de milho e derivados e beneficiamento do milho	2		1	
Batalha	Fabricação de laticínios	6		45	
Belo Monte	Fabricação de laticínios	2		4	
Jacaré dos Homens	Fabricação de laticínios	2		1	
Jaramataia	Fabricação de laticínios	2		18	
Major Izidório	Fabricação de laticínios	24		87	
	Preparação do leite	1		20	
Monteirópolis	Fabricação de laticínios	5	25		
	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	1	30		
Olho d'água das Flores	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	1	6		
	Fabricação de laticínios	1	5		
Município	Classes	Nº de unidades	Total de unidades	Nº de funcionários	Total de funcionários
AGRESTE					
Cacimbinhas	Fabricação de laticínios	3	20	1	40
		Fabricação de farinha de milho e derivados e beneficiamento do milho		1	
Igaci	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	1		2	
Maribondo	Fabricação de laticínios	2		9	
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2		4	
Quebrangulo	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	1		5	
	Fabricação de laticínios	1		7	
Palmeira dos Índios	Fabricação de farinha de milho e derivados e beneficiamento do milho	1		40	

	Fabricação de laticínios	6	664	268	4.951
	Preparação do leite	1		68	
	Fabricação de conservas de frutas	1		8	
	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	1		10	
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	4		14	
Arapiraca	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	51	564		
	Fabricação de biscoitos e bolachas	3	26		
	Fabricação de conservas de frutas	2	25		
	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	3	81		
	Fabricação de farinha de milho e derivados e beneficiamento do milho	5	149		
	Fabricação de laticínios	4	72		
	Fabricação de massas alimentícias	2	17		
	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	6	137		
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	16	101		
	Fabricação de vinagres	1	23		
Campo Grande	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	89	475		
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1	4		
Coité do Nória	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	17	117		
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1	3		
Craíbas	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	3	22		
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2	7		
Feira Grande	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	70	631		
Girau do Ponciano	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	40	275		
Lagoa da Canoa	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	17	156		
Limoeiro do Anadia	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	40	275		
São Sebastião	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	127	693		
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2	7		
Taquarana	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	50	341		
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2	11		
Olho d'água Grande	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	15	51		
São Brás	Fabricação de laticínios	1	2		
Traipu	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	69	230		
Município	Classes	Nº de unidades	Total de unidades	Nº de funcionários	Total de funcionários
LESTE					
Ibateguara	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2		4	
Santana do Mundaú	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1		2	
São José da Laje	Fabricação de açúcar	1		3.700	
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2		5	
União dos Palmares	Fabricação de açúcar	1		1.700	

	Fabricação de laticínios	2		91	
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	3		8	
	Fabricação de vinagres	1		12	
Viçosa	Fabricação de laticínios	1		2	
Atalaia	Fabricação de açúcar	1		629	
Cajueiro	Fabricação de açúcar	1		575	
Capela	Fabricação de laticínios	1		10	
Colônia Leopoldina	Fabricação de açúcar	1		230	
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1		2	
Flexeiras	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1		2	
Joaquim Gomes	Fabricação de laticínios	2	137	8	30.789
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1		2	
Jundiá	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1		2	
Matriz de Camaragibe	Fabricação de açúcar	1		1.800	
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1		3	
Messias	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	3		8	
Muricí	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	4		12	
	Fabricação de laticínios	1		22	
Porto Calvo	Fabricação de açúcar	1		400	
	Fabricação de açúcar	1		800	
São Luís do Quitunde	Fabricação de laticínios	2		7	
	Fabricação de massas alimentícias	1		5	
Maragogi	Fabricação de biscoitos e bolachas	5		90	
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2		5	
	Fabricação de amidos e féculas de vegetais e fabricação de amidos e féculas de vegetais	1		30	
Barra de Santo Antônio	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1		2	
Maceió	Fabricação de açúcar	1		338	
	Fabricação de massas alimentícias	2		266	
	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	7		532	
	Moagem de trigo e fabricação de derivados do trigo	2		247	
	Fabricação de alimentos e pratos prontos	7		226	
	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	1		4	
	Fabricação de laticínios	2		82	
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	9		171	
	Fabricação de vinagres	3		33	
	Preparação do leite	1		50	
	Torrefação e moagem de café	1		2	
Marechal Deodoro	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2		3	

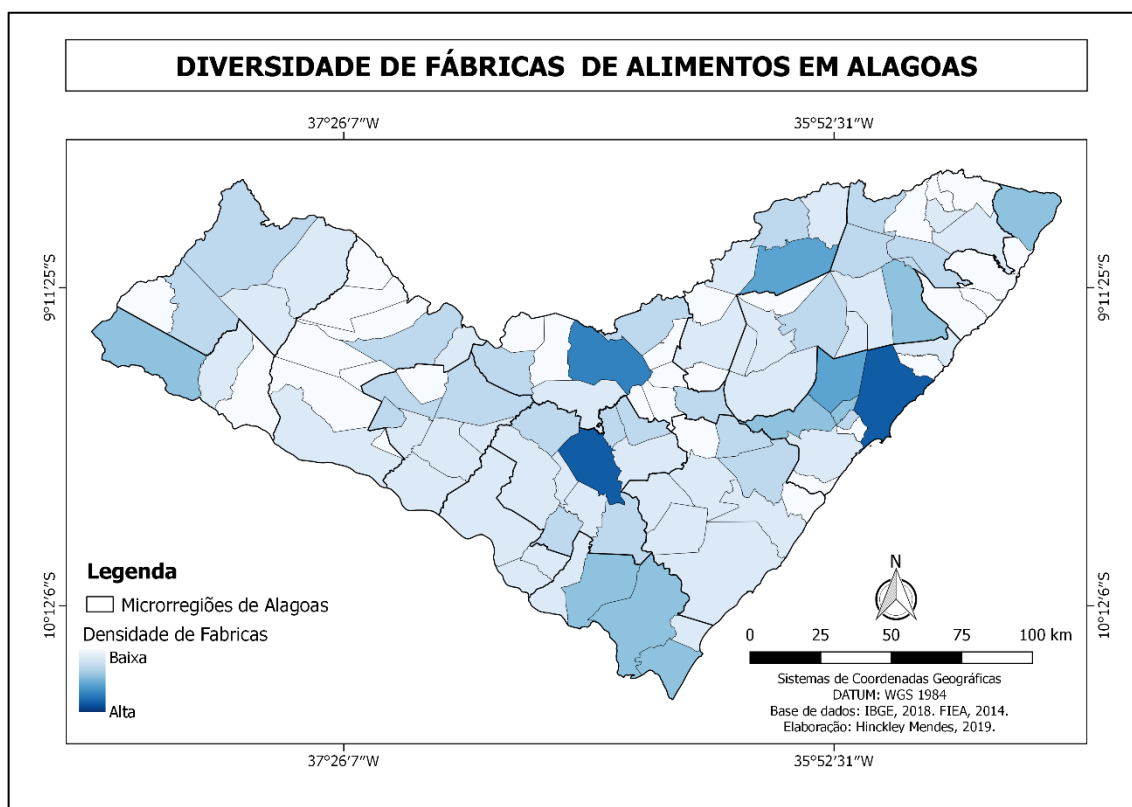
Santa Luzia do Norte	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1	2
	Fabricação de vinagres	1	4
Pilar	Fabricação de açúcar	1	200
	Fabricação de laticínios	1	23
Satuba	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2	3
	Fabricação de laticínios	1	144
	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1	1
Rio Largo	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	3	4
	Fabricação de açúcar	1	103
	Fabricação de biscoitos e bolachas	1	100
	Fabricação de alimentos e pratos prontos	1	2
	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	1	1
Boca da Mata	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1	1
	Fabricação de açúcar	1	3.694
Campo Alegre	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1	3
Coruripe	Fabricação de açúcar	1	1.626
Jequiá da Praia	Fabricação de açúcar	3	2.901
Junqueiro	Fabricação de açúcar	1	1.000
	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	1	6
São Miguel dos Campos	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1	5
	Fabricação de açúcar	2	5.134
Teotônio Vilela	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1	
Feliz Deserto	Fabricação de açúcar	1	2.220
Igreja Nova	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1	2
	Fabricação de açúcar	1	599
	Beneficiamento de arroz	8	25
Piaçabuçu	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	2	5
	Beneficiamento de arroz	1	2
	Fabricação de produtos do arroz	2	13
Penedo	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	1	2
	Fabricação de açúcar	1	800
	Fabricação de biscoitos e bolachas	1	30
Porto Real do Colégio	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	3	8
	Fabricação de produtos do arroz	1	4
Total Geral		Unidades: 865	Empregados: 36048

Fonte: Matriz de Insumo (FIEA, 2014, p. 48 a 129).

De acordo com a FIEA (2014), as classes com maior número de unidades são de fabricação de farinha de mandioca, com 68%. Em seguida, fabricação de sorvetes com 10%; fabricação de laticínios, com 8%; e fabricação de açúcar com 2,5% do total de unidades industriais. Todavia, este último possui o maior percentual de funcionários 78%, enquanto a fabricação de farinha de mandioca fica com 10,7%, fabricação de laticínios 2,6% e sorvetes 1,2%.

Em relação a distribuição por mesorregião, o Sertão concentra 7,3% das unidades e 0,85% do total geral de empregados no setor. O Agreste possui 76% das unidades, mas concentra 13,7%. Já o Leste, possui 15% das unidades, mas é quem mais emprega no setor, 75%. No mapa 4, realizou-se uma identificação da diversidade das fábricas conforme os dados da Matriz de Insumo da FIEA (2014). O mapa apresenta a baixa diversidade na cor branca e vai aumentando para a cor azul, de acordo com o número de fábricas de alimentos que cada município possui.

Mapa 4-Distribuição das fábricas de alimentos em Alagoas pela diversificação dos produtos



Há, conforme o mapa 4, diversidade de fábricas de alimentos nas mesorregiões do Agreste e Leste. No caso do Leste, a diversidade tem a ver com a concentração urbana nas

proximidades ou na própria capital do estado. No Agreste, municípios como Arapiraca, Limoeiro de Anadia e Palmeira dos Índios concentram maior diversidade de fábricas.

No caso de Arapiraca e Palmeira dos Índios, um dos fatores relacionados, é o maior número do percentual urbano no estado. Em relação a Limoeiro do Anadia, a proximidade com Arapiraca facilita a fabricação em Limoeiro do Anadia e comercialização e na segunda maior cidade de Alagoas.

Seguindo as informações do quadro 18, que trata a respeito das classes de fabricação de alimentos e do quadro 15 (*ver p. 125*), que identifica as fábricas de alimentos no estado, observa-se que nem todas as classes de fabricação de alimentos de Alagoas representam uma combinação geográfica. Em alguns casos respondem apenas o crescimento urbano e o processo de acumulação dos proprietários de estabelecimentos industriais. A exemplo das empresas que fazem fabricação de bolachas e biscoitos, fabricação de sorvetes, moagem de trigo e torrefação de café.

Algumas classes de fabricação de alimentos apresentam fatores de combinações geográficas que contribuíram com o crescimento das empresas. É o caso da classe de beneficiamento de arroz, que além dos fatores edafoclimáticos do Baixo São Francisco, possui combinações agrícolas criando técnicas de manejo do solo para aprimorar e dar continuidade a produção e beneficiamento de arroz, tanto em períodos de seca, quanto de chuva.

A fabricação de laticínios também apresenta fatores de combinações geográficas, como aponta Vasconcelos (2016, p.64). Pois, além das condições ambientais favoráveis do semiárido, nas margens dos rios temporários, que é onde mais se concentra às fábricas, ocorreu a chegada de infraestruturas via Estado, com incorporação de tecnologias modernas para adaptação a palma forrageira, cruzamento de raças produtoras de leite e melhoramento genético que aumenta a produtividade em clima quente, além do crescimento urbano de Alagoas. Estes, foram favoráveis ao surgimento de fabricas de laticínios em Alagoas.

As fábricas que atuam na classe de fabricação de farinha de mandioca e de fabricação de derivados do milho estão associadas as combinações humanas que desenvolveram a policultura no estado de Alagoas, em especial no Agreste. Em relação a fabricação de açúcar, as combinações humanas implantadas em Alagoas no início da colonização portuguesa, foram as responsáveis pela introdução da cana-de-açúcar as margens dos rios, aproveitando o clima tropical úmido com alta incidência solar, proximidade geográfica com a Europa por meio oceano Atlântico e implementação de mão de obra escrava. Posteriormente na segunda metade do século XX, a produção de açúcar avançou para as áreas de tabuleiros e ocorreu a utilização de insumos químicos, correção de solos arenosos, implementação de biotecnologia,

mecanização e irrigação. Todos os avanços desse setor, foi resultado da ação humana sobre o território.

Seja por elementos de combinações, por incorporação das classes populares no consumo ou apenas como consequência do crescimento urbano, a indústria de alimentos alagoana apresenta expressivos percentuais de participação no mercado estadual e regional, principalmente as empresas de médio e grande porte. Logo, isto contribuiu com a participação da indústria de alimentos nas principais redes de supermercados do estado.

3.2.4 Atuação das fábricas alagoanas de alimentos nas redes de supermercados

O crescimento das fábricas de alimentos também está associado com comercialização nas redes de supermercados. Conforme Carvalho (2016, p. 109), “o crescimento do mercado regional consumidor, atraiu empresas de maior porte, como foram os casos das redes de supermercado Pão de Açúcar, Bom Preço (WalMart), Via Box (G. Barbosa) e Atacado (Carrefour)”.

O aumento da renda per capita da população alagoana que foi incluída no consumo de produtos disponíveis em varejo, como é o caso dos alimentos, contribuiu com crescimento das firmas. Esse processo segundo Carvalho (2016), resultou no aumento das vendas de bens de consumo não duráveis nas redes de supermercados localizadas no estado. De acordo com Santos (2008b, p. 87), “o número de supermercados varia, principalmente, em função da importância das classes médias e do número de assalariados”. No caso de Alagoas, além do aumento no número de empregos as políticas públicas de distribuição de renda foram importantes para que aumentassem o número de redes de supermercados, e, a quantidade de produtos alagoanos nelas.

Assim, para compreender sobre a atuação comercial das fábricas registradas no Guia da Indústria (FIEA, 2018), foi realizado entre os dias 12 e 14 de abril de 2019, a identificação das empresas, cujos produtos, estavam nas gôndolas das principais redes de supermercados de Maceió. Nesse processo, foi coletado dados a respeito dos preços, empresas alagoanas registradas na FIEA (2018) e as marcas concorrentes das fábricas alagoanas⁵⁴. Além disso, foi identificado na consulta dos preços dos produtos alagoanos, empresas que não constavam no Guia da Indústria da FIEA (2018).

⁵⁴ Apenas duas empresas presentes em Alagoas não são de capital local, a Bauducco e a Sarandí. A primeira se instalou no município de Rio Largo, em 2007; e a segunda pertence ao Grupo Motrisa S/A e está em Alagoas desde 1973. Como as duas estão nos registros da FIEA, incorporando mão de obra, neste caso, indicamos como empresas com produtos alagoanos; pois, os produtos fabricados nessas duas empresas são destinados ao mercado nordestino.

A coleta de dados, foi realizada como pesquisa de campo em oito redes de supermercados. Para não citar o nome das redes e dos supermercados classificaremos elas em letras do alfabeto (A, B, C, D, E, F, G, H). Na ocasião a pesquisa foi realizada nas seguintes redes de atacado e varejo de capital nacional e internacional: uma rede varejista pertencente a um grupo francês (Rede A); uma rede varejista de capital norte americano (Rede D); uma rede varejista pertencente a um grupo do Chile (Rede G); e duas redes atacadistas pertencentes a diferentes grupos franceses (Rede E) e (Rede F).

No que tange aos supermercados, foi realizado coleta de dados em três supermercados de capital alagoano: No (Supermercado B), com características mais modernas; em um supermercado com expressividade na capital e que possui mais de 6 filiais (Supermercado C); por fim, em um supermercado com características mais populares e com localização mais distante das áreas mais centrais da capital (Supermercado H). A seguir, no quadro 19 será apresentado o nome das marcas alagoanas e as redes e supermercados em que estavam presentes nas gôndolas.

Quadro 19-Fábricas alagoanas nas redes de supermercados localizados em Maceió

Rede/Super.	Origem do Capital	Nome das empresas (todas as classes de fábricas)	Quant.	Origem das marcas concorrentes (todas as classes de fábricas)
Rede A	França	Canaã, Fika-Frio, Coringa, Sococo, Valedourado, Bauducco, Sarandi, Caeté, Pindorama, Coruripe, Pajuçara.	11	Ceará, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.
Supermercado B	Alagoas	Pindorama, Sococo, Copra, Bauducco, Fika Frio, Valedourado, Batalha, Pajuçara, Timbaúba, Coringa, Canaã, Sarandi, Caeté, Coruripe e D'licia,	15	Ceará, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, São Paulo e Suíça,
Supermercado C	Alagoas	Bauducco, Sococo, Pindorama, Copra, Popular, Fika Frio, Coringa, Valedourado, Batalha, Bona Sorte, Canaã, Agroindustrial Vieira, Sarandi, Coruripe, Caeté, D'licia, Pajuçara, Camarão e Tradição.	19	Alemanha, Ceará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Goiás, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo.
Rede D	EUA	Bauduco, Sococo, Valedourado, Batalha, Bona Sorte, Laticínio Timbaúba, Fika Frio, Coringa, Canaã, D'licia, Pajuçara, Camarão.	12	Ceará, Goiás, Paraná e Pernambuco.
Rede E	França	Bauducco, Sococo, Valedourado, Batalha, Ducamp, Pajuçara, Fika Frio, Coringa, Sarandi e Farinheira Canaã.	10	Goiás, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, São Paulo, Bahia, Paraná, Ceará, Japão, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.
Rede F	França	Bauducco, Bona Sorte, Coruripe, Caeté, Sococo, Valedourado, Coringa e Sarandi.	8	Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.
Rede G	Chile	Bauducco, Camarão, Canaã, Sococo, Valedourado, Fika Frio, Coringa e Sarandi.	8	Ceará, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Sul, Suíça, Reino Unido, Santa Catarina, São Paulo e Paraíba.
Supermercado H	Alagoas	Agroindustrial Vieira, Bauducco, Sococo, Pindorama, Copra, Cajumaior, Caeté, Coruripe, D'licia, Canaã, Fika Frio, Pajuçara, Popular, Coringa, Valedourado, Batalha, Bona Sorte, Murici e Sarandi.	19	Pernambuco, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Fonte: Trabalho de campo (2019). Elaborado pelo autor.

Das 18 classes, registrados no Guia da Indústria (2018), haviam 23 empresas de 13 classes nas redes de supermercados: fabricação de açúcar (Usina Caetés, Usina Coruripe, Cooperativa Pindorama); fabricação de bolachas e biscoitos (D'Licia, Maravilha Maragogi, Pajuçara); fabricação de conservas de frutas (Indústria Popular); fabricação de laticínios (Laticínio Batalha, Laticínio Murici, Laticínio Gutti, Laticínio Timbaúba e Valedourado); fabricação de farinha de mandioca e derivados (Farinheira Canaã); fabricação e beneficiamento de milho e derivados (Grupo Coringa); fabricação de massas alimentícias (Indústria Pajuçara); fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos (Agroindustrial Vieira, Tempero Tradição e Cooperativa Pindorama); fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente (Cajumaior, Copra e Pindorama); fabricação de Sorvetes e outros gelados comestíveis (Fika-Frio); fabricação de vinagre (Indústria Camarão); moagem de trigo e fabricação de derivados (Sarandi); preparação do leite (Bona Sorte e Laticínio Ducamp); e torrefação e moagem de café (Grupo Coringa).

Em termos de atuação das empresas nas redes de supermercados, os supermercados de capital alagoano eram os que possuíam maiores números de marcas nas gôndolas. No Supermercado C, havia 19% de marcas alagoanas, no Supermercado H, 18% de marcas alagoanas e no Supermercado B, 14%. Nas redes de capital externo, a rede com maior quantidade de marcas alagoanas era a Rede D, com 11%, em seguida a Rede A com 10%, Rede E com 9,6%; e por fim, a Rede G e F com 7,6%, cada.

De um lado, os supermercados de capital alagoano possuíam um maior número de empresas, sendo elas: pequenas, médias e de grande porte. Enquanto nas redes A, D, E, F e G, havia apenas produtos das empresas de médio e grande porte. No que diz respeito às concorrentes das firmas alagoanas, 47% eram nordestinas; 21,4% eram do Sudeste; 10,7% do Sul; 4,7% eram do Centro-Oeste; e 6% eram de empresas estrangeiras. São Paulo e Pernambuco possuíam o maior número de empresas concorrendo com as alagoanas, 11% e 17%, respectivamente. A seguir, o quadro 20 apresenta os produtos e seus respectivos preços e concorrentes em cada um dos supermercados e das redes presentes em Alagoas.

Quadro 20-Dados das empresas, produtos e preços nas redes de supermercados de Maceió

Classe	Empresa	Município	Produto	Supermercado	Preço (R\$)	Concorrentes	
Beneficiamento de Arroz	Special	Arapiraca	Arroz	Supermercado C	2,39	Tio Vieira	
	Tio Vieira		Arroz Integral	Supermercado H	3,69	Urbano	
			Arroz	Supermercado C	2,39	Special	
Fabricação de Açúcar	Usina Coruripe	Coruripe	Açúcar demerara	Rede F	1,85	Caeté e Petribu	
				Supermercado H	2,59	Caeté e União	
				Supermercado B	3,19	Caeté e Pindorama	
				Supermercado C	2,89	Caeté e Pindorama	
			Açúcar Cristal 2kg	Supermercado H	3,98	Caeté e União	
			Açúcar Cristal	Rede E	1,89	Pindorama	
				Rede F	1,89	Caeté e Petribu	
				Supermercado B	1,99	Caetés e Pindorama	
	Supermercado C	1,99		Caetés			
	Usina Caeté	São Miguel dos Campos	Açúcar demerara	Rede E	2,39	União	
				Supermercado H	3,08	Coruripe e União	
				Supermercado B	2,99	Coruripe e Pindorama	
			Açúcar Cristal 2 kg	Supermercado C	2,89	Caetés e Pindorama	
			Açúcar Cristal	Supermercado H	3,98	Coruripe e União	
				Rede F	1,89	Coruripe e Petribu	
				Supermercado B	2,29	Coruripe e Pindorama	
			Supermercado C	1,99	Coruripe		
	Pindorama	Coruripe	Açúcar Cristal	Rede E	1,99	Coruripe	
				Rede G	1,95	Vida alimentos	
			Açúcar demerara	Supermercado B	2,19	Coruripe e Caetés	
Supermercado C				2,99	Coruripe e Caetés		
Supermercado C				2,79	Coruripe e Caetés		
Supermercado C				2,79	Coruripe e Caetés		
Fabricação de Bolachas e Biscoitos	D'licia	Penedo	Biscoito	Supermercado H	6,59	N/C	
				Rede A	11,19		
				Supermercado B	8,69		
				Supermercado C	11,90		
	Chagas Biscoitos/Maragogi	Maragogi	Biscoitos 7 capas doce	Supermercado H	4,45		
				Biscoitos Folheados Salgados	Supermercado H		3,85
					Bolacha		Supermercado B
	Bolacha Maragogi						

	Pajuçara	Maceió	Biscoito Wafer	Rede E	1,25	Capricho e Pilar
				Supermercado H	1,25	Pilar e Vitarella
				Supermercado C	1,16	Bauducco e Vitarella
				Rede D	1,36	Vitarella e Richester
			Biscoito Doce	Rede E	2,55	Fortaleza, Vitamassa e Vitarella
				Supermercado H	3,10	Cipan e Marilan
				Supermercado C	3,13	Cipan
			Biscoito Seco	Rede E	2,75	Cipan
				Supermercado H	3,10	Cipan e Marilan
				Supermercado C	3,13	Cipan
			Biscoito coquinho	Rede E	2,89	Cipan
				Supermercado H	2,85	Cipan e Special
			Biscoito Chocolate	Supermercado H	2,58	Cipan e Marilan
			Biscoito Doce	Rede E	2,75	Fortaleza, Vitamassa e Vitarella
	Supermercado H	3,15		Cipan e Marilan		
	Rosquinha Banana com Canela	Rede E	2,79	Fortaleza, Vitamassa e Vitarella		
	Rosquinha Chocolate		2,79	Fortaleza, Vitamassa e Vitarella		
	Rosquinha Coco		2,79	Fortaleza, Vitamassa e Vitarella		
	Rosquinha Leite		2,79	Fortaleza, Vitamassa e Vitarella		
	Biscoito Coco	Supermercado H	3,15	Cipan e Marilan		
	Bolacha Suíça		3,20	N/C		
	Bolacha Sete Capas		8,30			
	Special	Arapiraca	Biscoito Suíço	Supermercado C	2,99	N/C
Biscoito mimosa Coco			Supermercado H	4,45		
Biscoito meia lua				4,45		
Bolacha Água e sal				2,74		
Coquinho			2,59	Cipan		
Trigo e Cia		Biscoito Sete Capas	Supermercado C	4,85	N/C	
		Biscoito Água e Sal		2,59		
Fabricação de Conservas de Frutas	Doces União	União dos Palmares	Supermercado H	Goiaba e Banana Cristalizada	6,20	Tambaú E Palmeiron
				Goiabada	3,24	Popular e Hadda
				Creme de Goiaba	10,99	Tambaú E Palmeiron
	Sabores da Fazenda	Quebrangulo		Doce de Mamão	23,90	Tambaú e Reserva de Minas

			Doce de Banana	Rede G	23,90	Tambaú e Reserva de Minas		
			Goiabada Cascão		13,90	Reserva de Minas		
			Popular	Limoeiro de Anadia	Goiabada	Supermercado H	5,44	Hada e Doces União
						Supermercado C	3,39	Tambaú
					Bananola	Supermercado H	6,99	N/C
						Supermercado C	8,68	Tambaú
					3,56		Tambaú	
					14,98		Tambaú	
			Doce de Mamão	16,98	Tambaú			
			Hada	Arapiraca	Goiabada	Supermercado H	5,49	Popular e Doces União
Supermercado C	2,99	Popular						
Fabricação de especiarias molhos, temperos e condimentos	Indústria Camarão		Molho de Pimenta	Rede E	1,65	Condimento Sadio e Regina		
				Supermercado C	3,65	Knorr e Pindorama		
			Molho de Alho	Rede E	1,15	Condimento Sadio		
				Supermercado C	1,98	Pindorama e Quero		
			Tempero Pronto com Sal		1,91	Tradição		
			Molho Inglês	Rede E	1,69	Regina e Gota		
	Pimenta Biquinho	Supermercado C	5,49	N/C				
	Special	Arapiraca	Molho de Pimenta	Supermercado H	1,95	Pindorama, Tio Vieira, Kitano, Tambaú e Gota		
				Rede E	1,69	Regina e Gota		
			Molho Inglês	Supermercado H	2,10	Hikari, Kitano, Tambaú, Maratá e Palmeiron		
					1,89	Hikari, Kitano, Tambaú, Maratá e Palmeiron		
	Tio Vieira	Molho de Pimenta	1,95	Special, Pindorama, Kitano, Tambaú e Gota				
	Tradição		Canela em Pó	Supermercado C	3,50	Hikari e Kitano		
					Alho Picado	5,69	N/C	
			Tempero Moído	2,41	Camarão			
	Pindorama	Coruripe	Molho de Pimenta	Supermercado H	1,45	Special, Tio Vieira, Kitano, Tambaú e Gota		
				Supermercado B	1,79	Hemmer e Hikari		
Supermercado C				1,79	Camarão e Knorr			
Molho Inglês			Supermercado H	1,99	Hikari, Kitano, Tambaú, Maratá e Palmeiron			
				1,45	Hikari, Kitano, Tambaú, Maratá e Palmeiron			
Molho de Alho	Supermercado C	1,73	Quero e Camarão					

			Molho Inglês	Supermercado H	1,99	Hikari, Kitano, Tambaú, Maratá e Palmeiron
	Ki-Gosto	Marechal Deodoro	Alho Picado	Rede G	4,49	Forttuni
				Supermercado H	2,80	N/C
	Ki-Alho		Tempero Completo	Rede D	1,98	Zé Lima
			Alho Amassado		5,28	Zé Lima
			Alho e Sal	Supermercado H	2,80	N/C
Fabricação de farinha de mandioca e derivados	Lagoa grande do jatobá	Girau do Ponciano	Farinha de Mandioca	Supermercado C	3,59	Tio Francisco e Turquesa
	Irmão farias		Farinha de mandioca	Rede F	1,95	Kicaldo
	Tio Francisco	Arapiraca	Farinha de Mandioca	Supermercado B	5,49	Canaã
	Farinheira Canaã			Farinha de Mandioca	Supermercado C	3,89
			Rede E		2,49	Turquesa e São João
			Farinha de Mandioca	Supermercado H	3,15	Apetitosa e Chico Ramos
				Rede G	2,99	Copiaba e Yoki
				Supermercado B	5,29	Tio Francisco
				Supermercado C	3,35	Mucumba e Tio Francisco
	Goma de Mandioca		Rede F	4,29	Sinhá, Maria e Zé de Lima	
	Farinha de Tapioca		Rede G	4,99	Bahiamido	
			Supermercado C	6,99	N/C	
	Special Alimentos		Farinha de Mandioca	Rede D	6,99	Turquesa
				Supermercado H	2,84	Apetitosa e Chico Ramos
Farinha Arapiraca	Tio Vieira	Farinha de Mandioca	Rede D	5,55	Turquesa	
			Farinha de Mandioca		2,85	Apetitosa e Chico Ramos
Fernando da Farinha	Maceió	Farinha de mandioca	Supermercado H		2,69	Apetitosa e Chico Ramos
				Farinha de Mandioca		3,75
Mucumba	Coité do Nóia	Farinha de Mandioca	Supermercado C	3,29	Canaã e Tio Francisco	
Fabricação de farinha de milho e derivados de beneficiamento de milho	Grupo Coringa	Arapiraca	Flocão de milho	Rede E	1,39	São Braz
				Rede F	1,39	São Braz
				Supermercado H	1,35	São Braz
				Rede A	1,85	Dona Clara e São Braz
				Rede G	1,29	Dona Clara e Maratá
				Supermercado B	1,99	N/C
				Supermercado C	1,39	
				Rede D	1,89	Maratá
			Farinha de milho flocada	Rede E	1,39	São Braz, Vitamilho, Maratá e Yoki
				Rede F	2,09	São Braz e Vitamilho
Supermercado H	2,25	São Braz e Vitamilho				

			Flocão	Rede E	2,49	São Braz, Vitamilho, Maratá e Yoki
				Rede F	1,35	São Braz
				Supermercado H	1,35	São Braz
			Farinha de Milho	Rede E	0,95	São Braz, Vitamilho, Maratá e Yoki
				Supermercado H	0,99	São Braz e Vitamilho
			Canjiquinha	Rede E	2,25	São Braz, Vitamilho, Maratá e Yoki
				Rede F	2,19	São Braz
				Supermercado H	2,25	São Braz
				Supermercado C	2,35	São Braz e Yoki
			Flocão Fibras	Rede E	0,99	São Braz, Vitamilho, Maratá e Yoki
				Rede F	0,89	São Braz e Vitamilho
				Supermercado H	0,89	São Braz e Vitamilho
			Flocão de Arroz	Rede E	2,09	São Braz, Vitamilho, Maratá e Yoki
				Supermercado H	2,09	São Braz e Vitamilho
				Rede G	1,99	Urbano
				Supermercado C	2,99	N/C
				Rede D	2,20	São Braz
			Cuscuz sem sal	Rede F	0,96	São Braz e Vitamilho
					1,05	São Braz
			Fubá de milho	Supermercado H	1,15	Hikari
					1,39	Yoki
				Supermercado C	3,60	São Braz
			Manguzá Pré-Cozido	Supermercado C	3,94	Yoki
					0,99	São Braz e Vitamilho
			Kit-Flocos	Supermercado H	1,25	São Braz e Vitamilho
			Super Flocão		2,05	São Braz e Vitamilho
			Flócus		1,69	São Braz e Vitamilho
Flocão recheado	2,09	São Braz e Vitamilho				
Flocão de arroz recheado	Rede F	N/C	N/C			
Farinha Láctea	Supermercado H	2,09	São Braz e Vitamilho			
		3,50	Nutrilac			
Mingau de Milho, Arroz, Morango e Multicereais	Rede E	3,19	Maratá			

			Flocos finos	Rede G	2,39	Nordestina e Vitamilho
				Supermercado B	2,99	São Braz
					2,29	Nordestina
			Milho de Pipoca	Supermercado C	2,29	São Braz
	Special Alimentos		Milho de Pipoca	Supermercado H	1,75	Yoki, Dona Clara e Hikari
Fabricação de Laticínios	Valedourado	Palmeira dos Índios	Leite Líquido desnatado	Supermercado H	3,49	Camponesa e Piracanjuba
				Rede E	2,25	Piracanjuba
				Rede G	2,99	Betânia e Regina
				Supermercado C	2,25	Piracanjuba
				Rede D	2,25	Piracanjuba
			Leite Fermentado	Supermercado C	6,46	N/C
			Leite Líquido Integral	Supermercado H	3,49	Camponesa e Piracanjuba
				Rede G	2,99	Betânia e Regina
				Supermercado B	4,59	Piracanjuba e Italac
					3,39	Piracanjuba
			Leite Líquido Zero Lactose	Supermercado C	3,99	Piracanjuba e Italac
			Iogurte	Rede F	2,45	Natural da vaca e Bona vida
			Achocolatado	Supermercado H	6,88	Parakids e Italac
				Supermercado B	4,99	Itambé e Nestlé
				Supermercado C	4,98	Piracanjuba
			Achocolatado Zero Lactose	Supermercado B	5,29	Itambé e Italac
			Achocolatado Kids	Rede E	0,99	Leitbom, marajoara
	Manteiga 200g	6,85	Embaré e Tourino			
	Manteiga 500g	17,20	Natural da vaca			
		Supermercado C	8,59	Piracanjuba e Scala		
	Coalhada	Rede F	1,19	N/C		
			1,55			
	Manteiga	Supermercado C	6,99	Regina e Ducamp		
Iogurte	Rede F	2,45	Valedourado			
Iogurte Polpa	Supermercado H	1,99	Alba Laticínios, Gute, Muu, Batalha, Ducamp e Tudo Bem.			
	Bona Sorte					

		Queijo Coalho		13,09	Da Nata, Antunes e Zebu Minas
		Danone	Supermercado C	2,87	Batavo
			Rede D	2,99	Betânia e Batavo
		Iogurte Polpa	Rede A	3,49	Ducamp
		Iogurte 900g	Supermercado H	5,20	Gute, Muu, Alba Laticínios, Bona Sorte, Ducamp e Tudo Bem.
			Rede A	6,09	Betânia e Ducamp
			Supermercado C	6,24	Ducamp
		Requeijão	Supermercado B	4,99	Catupiry, Nestlé e Polenguinho
			Supermercado C	4,99	Catupiry, Nestlé e Polenguinho
			Rede D	4,99	Catupiry, Nestlé e Polenguinho
			Rede A	17,00	Betânia e Ducamp
		Queijo Coalho	Supermercado C	13,09	Da Nata, Antunes e Zebu Minas
			Rede D	20,23	Natural de vaca
			Rede A	17,00	Betânia e Ducamp
Sulminas	Pilar	Requeijão	Rede F	2,65	Natural da Vaca
Muu/Industria de Laticínios Muricí	Murici	Iogurte	Supermercado H	5,65	Gute, Tudo Bem, Batalha, Alba Laticínios, Bona Sorte, Ducamp.
Pindorama	Coruripe	Manteiga	Supermercado B	6,19	Regina e Piracanjuba
			Rede A	28,59	N/C
		Queijo Coalho	Supermercado B	16,00	Ducamp, Mainha, Tudo Bem e Pajuçara
			Supermercado C	15,28	Bona sorte, Da Nata e Zebu Minas
			Rede D	15,00	Batalha
		Ricota	Rede G	5,54	Prezunic e Davaca
			Supermercado B	8,00	Antunes, Ducamp e Pajuçara
		Iogurte Polpa	Rede A	3,69	Batalha
		Queijo Coalho		26,67	Betânia e Batalha
			Supermercado B	17,00	Mainha, Antunes e Pajuçara
		Ricota		5,88	Antunes e Pajuçara
		Iogurte	Supermercado C	5,29	Bona sorte
		Manteiga		6,29	Bona sorte e Regina
Gute		Iogurte	Supermercado H	5,50	Muu, Tudo Bem, Batalha, Alba Laticínios, Bona Sorte, Ducamp.

	Tudo Bem - Fábrica de Laticínio Industrial Talismã	Limoeiro de Anadia	Iogurte 900g		6,30	Gute, Muu, Batalha, Alba Laticínios, Bona Sorte e Ducamp.	
			Manteiga		8,90	Piracanjuba e Alba	
			Queijo Coalho	Supermercado B	15,13	Alba	
					20,00	Antunes e Ducamp, Mainha e Pajuçara	
	Alba Laticínios	Viçosa	Iogurte	Supermercado H		4,99	Gute, Muu, Batalha, Bona Sorte, Ducamp e Tudo Bem.
			Manteiga		6,20	Piracanjuba e Tudo Bem	
			Queijo Coalho		11,75	Tudo Bem	
			Muçarela		10,74	Tudo Bem	
			Ricota		6,15	Tudo Bem	
			Doce de Leite		6,85	Popular	
	Pajuçara	Pilar	Ricota		10,72	Ducamp e Antunes	
			Queijo Coalho	Supermercado B	22,00	Ducamp, Antunes, Mainha e Tudo Bem	
			Creme de leite fresco		16,80	N/C	
	Mainha - Fazenda Timbaúba Alimentos Orgânicos Ltda	Cacimbinhas	Iogurte	Rede D	6,98		Ducamp, Tudo bem, Antunes e Pajuçara
			Creme de leite	Supermercado B	16,90	Natural da vaca	
			Queijo Coalho	Rede D	20,00	Timbaúba e Regina	
			Manteiga		7,99	N/C	
			Coalhada desnatada	Supermercado B	2,69	Regina e Mainha	
			Manteiga		9,90	Bona sorte, Antunes e Zebu Minas	
	Da Nata	Taquarana	Queijo Coalho	Supermercado C	12,23	Alba, Tambaú e Palmeiron	
Popular	Arapiraca	Doce de Leite 680g	Supermercado H	13,20	Tambaú		
			Supermercado C	14,78			
Massas Alimentícias	Sarandi/Maceió		Massa de bolo	Rede E	2,79	São Braz e Dona Benta	
				Rede F	2,69	São Braz e Dona Benta	
				Supermercado H	3,25	Apetitosa e Chico Ramos	
				Rede G	3,99	Finna e Dona Benta	
				Supermercado B	3,49	Fleichsman	
				Supermercado C	3,87	São Braz	
	Pajuçara			Massa Penne	Supermercado H	2,55	Estrela, Fortaleza, Pilar, Vitarella e Brandini.
					Rede F	N/C	N/C
				Massa para lasanha	Rede E	2,85	Pilar e Fortaleza
					Supermercado H	2,55	Estrela, Fortaleza, Pilar, Vitarella e Brandini.

			Espaguete	Rede E	N/C	N/C
				Supermercado H	1,58	Estrela, Fortaleza, Pilar, Vitarella e Brandini.
			Macarrão fino	Rede E	1,99	Vitarella
			Massa Parafuso	Supermercado H	2,55	Estrela, Fortaleza, Pilar, Vitarella e Brandini.
			Macarrão Ninho		2,89	Estrela, Fortaleza, Pilar, Vitarella e Brandini.
			Lame	Rede E	0,59	Maratá, Vitarella, Nissin e Fortaleza
			Massa para sopa	Supermercado H	2,55	Estrela, Fortaleza, Pilar, Vitarella e Brandini.
Fabricação de outros produtos não especificados anteriormente	Sococo	Maceió	Leite de Coco 200g	Rede E	3,99	Coringa e Sabor Nordestão
				Rede F	3,99	Ducoco
				Rede A	4,19	Coco do Vale
				Rede G	3,96	Ducoco e Serigy
				Supermercado B	5,29	Pindorama
				Supermercado C	2,99	Copra, Coringa, Mais Coco e Pindorama
				Rede D	4,59	Mais Coco e Pindorama
				Coco ralado	Rede E	N/C
			Rede F		3,74	Ducoco
			Supermercado H		3,98	N/C
			Rede G		4,92	Serigy, Menina e Ducoco
			Supermercado B		5,19	Copra
			Supermercado C		4,51	Copra, Mais Coco e Pindorama
			Cocada cremosa	Supermercado H	5,60	N/C
	Supermercado B	6,99				
	Supermercado C	6,42				
	COPRA	Leite de Coco 200g	Supermercado H	5,49	Sococo, Mais coco e Pindorama	
			Supermercado C	2,40	Coringa, Mais Coco e Sococo	
		Néctar de coco	Supermercado H	26,45	N/C	
		Coco ralado S/ açúcar	Supermercado C	1,69	Sococo	
		Coco Ralado c/ Açúcar	Supermercado B	5,99		
			Supermercado C	1,69	Mais coco	
		Óleo de coco extravirgem	Supermercado H	29,49	N/C	
Mais Coco		Leite de Coco 200g	Supermercado C	3,36	Coringa, Copra, Pindorama e Sococo	
	Rede D		4,28	Sococo e Pindorama		
	Coco Ralado	Supermercado H	1,89	Sococo, Pindorama e Copra		

	Pindorama	Coruripe	Leite de Coco 200g		4,68	Copra, Sococo e Mais coco	
				Supermercado B	2,19	Sococo	
			Coco ralado	Supermercado H	1,54	Sococo, Mais coco e Copra	
				Supermercado C	1,37	Copra, Sococo e Mais coco	
	Cajumaior	Murici	Supermercado H	Castanha de Caju	15,99	N/C	
				Castanha do Pará	16,99		
				Damasco seco	7,20		
				Uva passa sem semente	6,99		
				Amêndoa	14,20		
				Nozes sem casca	14,20		
	Hada	Arapiraca	Supermercado H	Azeitona verde	12,96	Vale Fértil, Tambaú e Castelo	
					Supermercado C	2,17	Tambaú
	Grupo Coringa		Supermercado H	Leite de Coco 200g	4,89	Copra, Sococo, Mais coco e Pindorama	
					Supermercado C	5,29	Copra, Mais Coco, Pindorama e Sococo
	Canaã		Rede E	Feijão Carioca	6,99	Kikaldo	
					Rede A	7,99	Kikaldo
	Special		Supermercado H	Feijão fradinho	4,59	Turquesa e Biju	
					Supermercado C	4,79	Tio Vieira
			Tio Vieira	Supermercado H	Feijão Preto	6,49	N/C
	Feijão Carioca					5,95	
	Supermercado C			Feijão fradinho	4,79	Special	
					Feijão Carioca	6,99	Turquesa e Biju
					Feijão Preto	6,49	Turquesa e Biju
	Popular		Limoeiro de Anadia	Supermercado C	Bananola	6,99	N/C
		8,68				Tambaú	
		Supermercado H		Lanche	5,99	N/C	
					6,69	Tambaú	
Supermercado H		Pé de moleque crocante		5,38	N/C		
Fabricação de Sorvetes e outros gelados comestíveis	Fika/Frio	Maceió	Sorvete	Rede E	12,90	N/C	
				Supermercado H	14,98		
				Rede A	16,90	Nestlé	
				Rede G	15,50	Kibon e Nestlé	
				Supermercado B	17,50	Kibon e Nestlé	
				Supermercado C	15,98	Kibon e Zecas	

				Rede D	17,50	Lacta e Zecas
Fabricação de vinagre	Indústria Camarão	Arapiraca	Vinagre	Rede E	0,99	Maratá
				Rede G	1,19	Maratá e Figueira
	Special Alimentos		Vinagre	Rede D	0,99	Maratá
				Supermercado H	1,09	Vinhoto
Moagem de trigo e fabricação de derivados	Sarandi	Maceió	Farinha de trigo	Rede E	2,39	Finna e Rosa Branca
				Supermercado H	2,89	Dona Benta e Finna
				Rede A	3,35	Dona Benta e Senhorita
				Rede G	3,15	Dona Benta
			Farinha de trigo com fermento	Supermercado C	2,69	Dona Benta e Finna
				Rede F	2,49	Dona benta e Rosa Branca
Torrefação e Moagem de Café	Grupo Coringa	Arapiraca	Café	Rede E	3,85	Ouro Verde, Café 3 fazendas, Café Brumado e Café Maratá
				Rede F	3,99	Maratá, Pilão e Kimino
				Supermercado H	4,19	Ouro verde
				Supermercado C	4,49	Pilão
			Café Hiper forte	Supermercado H	3,24	Pilão e São Braz

Fonte: Matriz de insumo (FIEA, 2014). Elaborado pelo autor.

Durante a pesquisa foi identificado 15 fábricas que não constam no Guia da Indústria da FIEA (2018). A Special Alimentos localizada no município de Arapiraca, possuía produtos de seis classes de fabricação de alimentos: beneficiamento de arroz, fabricação de bolachas e biscoitos, fabricação de especiarias, molhos e temperos, fabricação de farinha de mandioca e derivados, fabricação de farinha de milho e beneficiamento de derivados e na fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente. Os locais que mais atuava com seu mix de produtos, eram nos supermercados C e H.

As demais empresas de Arapiraca não identificadas na FIEA (2018) eram a empresa Trigo & Cia de bolachas e biscoitos, no Supermercado C e no Supermercado B; a Tio Francisco de farinha de mandioca no Supermercado B e a Hada alimentos, com goiabada, no Supermercado H. No Supermercado H, também foi identificado a empresa Sabores da Fazenda de Quebrangulo, com doce de mamão; e a Doces União⁵⁵ de União dos Palmares, com produtos derivados da goiaba⁵⁶.

Foi identificado a empresa Ki-Gosto de Marechal Deodoro na Rede G, com produtos da classe de especiarias, temperos e condimentos. No Supermercado C, identificou-se as empresas Lagoa Grande do Jatobá de Girau do Ponciano e a empresa Mucumba de Coité do Nóia, ambas atuando na fabricação de farinha de mandioca. Além dessas, no mesmo supermercado, a empresa Da Nata de Taquarana estava atuando com produtos de laticínios.

No Supermercado H e no Supermercado B foi identificado três empresas de laticínio: Alba, de Viçosa; Pajuçara⁵⁷ de Pilar; e a empresa Tudo Bem de Limoeiro de Anadia. Ainda na classe de laticínios, as empresas Sulminas de Pilar e a empresa Antunes de Capela estavam nas gôndolas da Rede F. Por fim, identificou-se duas empresas de Maceió atuando na classe de fabricação de farinha de mandioca e outros produtos não especificados anteriormente, a empresa Fernando da Farinha e a Mais Coco.

Conforme os dados presentes nos quadros 19 e 20, nota-se a predominância de empresas da indústria de alimentos alagoana nas redes de supermercados de Maceió: Grupo Coringa, Sococo e a Valedourado estão presentes em todas as redes pesquisadas; Farinheira Canaã está

⁵⁵ Pela identificação do CNPJ da Indústria Reunidas Doces União, a empresa consta no *site* Econodata com registro da Indústria Reunidas Doglobo. Entretanto, em pesquisa ao SINTEGRA, o mesmo CNPJ, não apresenta relações com o grupo Doglobo, embora conste o mesmo endereço e ano de fundação do Econodata. Além disso, em pesquisa feita no dia 09/02/2020 no *site* da empresa Doces União, não havia registros de que a empresa fazia parte do Grupo Doglobo e sim, uma criação do empresário Daniel de Almeida.

⁵⁶ **DOCES UNIÃO. Sobre nós; Produtos.** Disponível em:

<http://www.docesuniao.com.br/shop/page/3/?orderby=menu_order>. Acesso em: 05/12/2019.

⁵⁷ Embora possua o mesmo nome da empresa de massas alimentícias, Indústria Pajuçara, elas não são a mesma empresa, pois na embalagem da marca é indicado o endereço de Pilar e em entrevista na Indústria Pajuçara, não havia registros de atuação no setor de laticínios.

presente em seis redes de supermercados; em cinco redes de supermercados atuam Caeté e Coruripe (que são correntes diretas), a Fika-Frio, Indústria Pajuçara e Laticínio Batalha; D' Lícia e a Cooperativa Pindorama estão presentes em quatro redes; a Copra e Bona Sorte atuam em três redes; em duas redes de supermercados, atuam as Agroindustrial Vieira, Laticínio Timbaúba e Indústria Popular. Por fim, foram identificados produtos da Indústria Camarão e Laticínio Murici em apenas uma rede de supermercado.

Segundo Santos (2008b, p.87) “as grandes lojas e os supermercados representam um fenômeno em expansão nos países subdesenvolvidos. Sua existência está ligada a possibilidade de uma demanda mais numerosa e mais diversificada”. Para atuar nas grandes redes, pequenas e médias empresas do setor de alimentos entraram na formalidade e passaram a concorrer com pequenas e grandes empresas que atuam em escala nacional e regional. Partindo desse princípio e para não perder espaços nas redes, as fábricas alagoanas buscaram se modernizar ampliando as estruturas e diversificando seu mix de produtos.

As modernizações das empresas, seja pelas determinações das redes ou pelos incentivos governamentais, apresentam mudanças no perfil administrativo, comercial e produtivo e tiram as fábricas alagoanas do circuito inferior e a colocam no circuito superior da economia. Do ponto de vista comercial, as fábricas alagoanas começaram a ganhar espaço para concorrer em mercados que estão fora da escala local (município ou até estado), pois, enquanto o circuito inferior encontra os elementos de sua articulação na cidade e sua região, o circuito superior vai ordinariamente buscar essa articulação fora da cidade e de sua região (SANTOS, 2008b, p. 41). E as atuações fora da escala local tem sido adotada, pelo menos nas fábricas das quais foram realizadas entrevistas.

A estrutura organizacional dessas empresas condiz com características de indústria urbana moderna, dependente de um comércio moderno, de serviços especializados e atuam regionalmente e nacionalmente, que Santos (2008b, p. 41), define como atividades puras.

Assim, identifica-se na Indústria Camarão, no Grupo Coringa, na Indústria Pajuçara, na Valedourado e na Popular Alimentos, elementos de atuação semelhantes ao da indústria urbana moderna, que possui serviços especializados e capital intensivo ampliando a produtividade e a escala de produção. Isso permite que essas empresas visem atender o mercado regional, sem deixar de atuar em sua cidade de origem, seja na fabricação ou na tomada de decisões. No caso da empresa D' Lícia, identifica-se elemento mais relacionado ao circuito superior marginal, pois apesar de atuar em grandes redes de supermercados e em outras regiões, não possui a mesma capacidade técnica que as primeiras citadas.

Além dos elementos associados ao crescimento urbano e populacional, é relevante ressaltar que, o processo de acumulação dos proprietários, é um ponto diferencial no crescimento de algumas firmas. A maior parte das empresas citadas, não necessariamente, têm origem no setor de fabricação de alimentos, algumas formaram capital em outros setores, e isto, possibilitou realizar investimentos em fábricas de alimentos, que posteriormente se modernizaram com aumento e diversificação da produção. Contudo, deve-se considerar o apoio direto de incentivos governamentais (fiscal, créditos etc.) ou indiretos através das construções de obras que possibilitou o desenvolvimento de atividades urbanas essenciais para o crescimento de mercado da indústria de alimentos.

4 CAPÍTULO III: AS FÁBRICAS DE ALIMENTOS ALAGOANAS E OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA

Conforme visto por Wood (1998), mesmo com os imperativos sociais, desiguais existentes em países de Terceiro Mundo, os modestos progressos associados as relações capitalistas de produção, representam um avanço frente as estruturas sociais mais arcaicas. No Brasil, o processo de desenvolvimento capitalista, tem início em 1930, quando o Estado exerceu papel fundamental, modificando as estruturas físicas, sociais e econômicas do País, estimulando a formação e modernização da indústria nacional e a formação de mercado interno. No que se refere ao estado de Alagoas, a incorporação de elementos capitalistas, é neste caso, analisada na formação da indústria de alimentos. Até a primeira metade do século XX, este setor estava associado à pequena produção mercantil, sob modos artesanais. Entretanto, as ações do Estado, incentivaram direta e indiretamente, o aprofundamento das relações capitalistas, estimulando empresários locais ligados a indústria de alimentos, a realizar melhorias técnicas para aumento da produtividade e lucratividade.

As empresas que passaram a incorporar elementos capitalistas no processo de produção, iniciaram seus negócios, muito timidamente, em geral a mão de obra familiar era predominante. Com as modificações que ocorreram no Brasil pós Vargas (1930-1945), muitos empresários acumularam o suficiente para realizar novos investimentos nas empresas de alimentos alagoanas. A incorporação de elementos capitalistas na indústria de alimentos, foi observada a partir de informações coletadas em trabalhos de campo, com realização de entrevistas em empresas que estavam nas principais redes de supermercados de Alagoas.

A análise leva em consideração as características de cada uma das empresas, considerando o mercado consumidor e a relação de trabalho, a atuação regional, o porte da empresa e a localização: Maceió, Arapiraca, Coruripe, Limoeiro do Anadia, Palmeira dos Índios e Penedo. Entre os dados analisados das fábricas, sete deles foram obtidos por meio de entrevistas e questionários enviados aos proprietários ou gerentes de fábricas. Quanto as aquelas não visitadas, os dados foram levantados nos *sites* das empresas, em trabalhos acadêmicos e nos relatórios quantitativos do sistema Econodata. Nem todas as empresas possuem dados referentes aos locais de atuação e concorrência, assim, leva-se em consideração apenas a média do capital social, número de funcionários e as informações do histórico presentes nos sites das empresas.

Quadro 21-Fonte das informações coletadas

Empresa	Entrevista	Questionário	FIEA	Econodata	Site da empresa	Trabalhos acadêmicos	Outras fontes
Agroindustrial Vieira			X	X	X		
Bona Sorte			X	X	X		
Bolachas e Biscoitos D'licia	X		X				X
Cajumaio			X				
Cooperativa Pindorama			X	X		X	
Copra			X	X	X		X
Farinheira Canaã			X	X			
Fika Frio			X	X	X		X
Grupo Coringa	X		X	X	X	X	X
Indústria Camarão	X		X		X	X	
Indústria Pajuçara	X		X		X		
Indústria Popular	X		X		X	X	X
Laticínio Batalha			X	X	X		
Laticínio Ducamp			X	X	X	X	
Laticínio Muricí			X	X	X		
Laticínio Timbaúba			X	X	X		
Pandurata Alimentos			X	X	X		X
Sarandi		X	X	X	X		X
Sococo			X	X	X		
Usina Caeté			X	X	X		
Usina Coruripe			X	X	X		
Valedourado	X		X	X	X	X	X

Elaborado pelo autor.

O capítulo está dividido em três partes. O primeiro, apresenta as fábricas com dados obtidos, nos seus respectivos *sites*, no Econodata e na FIEA (2018). A segunda parte, trabalha com dados referentes as entrevistas realizadas nas fábricas. E ao final, o resumo dos capítulos dialoga com teoria dos circuitos da economia urbana de Santos (2008b).

4.1 DADOS SOBRE ÀS FÁBRICAS DE ALIMENTOS NÃO ENTREVISTADAS

Este tópico apresenta um pouco do perfil das fábricas de alimentos alagoanas que atuam nas redes de supermercados, a partir de dados extraídos do *site* Econodata, do *site* das empresas e no Guia da Indústria da FIEA (2018/2013). Algumas empresas não possuíam *sites*, outras que tinham, não apresentavam dados específicos acerca de sua história ou atuação de mercado. Nestas, apenas foi informado os dados encontrados no Econodata e FIEA. Vale ressaltar, que aqui não constam informações sobre os locais de distribuição e atuação de mercado de todas as empresas citadas. Vejamos quadro 22:

Quadro 22-Dados sobre fábricas de alimentos alagoanas com base no Econodata

Empresa	Capital Social(R\$)	Faturamento presumido por ano (R\$)	Nº de sócios
Agroindustrial Vieira	400.000,00	360.001 a 4.800.000	4
Bona Sorte	400.000,00	360.001 a 4.800.000	2
Pandurata Alimentos (Bauducco)	Não Consta	360.001 a 4.800.000	12
Usina Caeté	561.000.000,00	4.000.000.001	4
Cajumaior	Não Consta	360.001 a 4.800.000	2
Usina Coruripe	408.845.318,00	4.000.000.001	10
Copra	4.014.505,00	50.000.001 a 100.000.000	2
Farinheira Canaã	25.000,00	81.001 a 360.000	2
Fika Frio	Não Consta	50.000.001 a 100.000.000	4
Laticínio Batalha	20.000,00	81.001 a 360.000	2
Laticínio Ducamp	R\$ 100.000,00	R\$ 81.001 a 360.000 por ano	2
Sococo	222.458.284,00	300.000.001 a 700.000.000	9
Laticínio Timbaúba	80.000,00	360.001 a 4.800.000	2
Laticínio Murici	573.280,00	81.001 a 360.000	2

Fonte: Econodata (2019). Elaborado pelo autor.

Nos dados do Econodata, foram encontradas informações presumidas sobre a quantidade de sócios das 14 fábricas indicadas no quadro 22, capital social e faturamento presumido. Destas, apenas a origem da empresa Pandurata Alimentos (Bauducco) não é Alagoas, a fábrica está localizada em Rio Largo (AL) e possui um faturamento presumido que vai de 360.001 a 4.800.000. Quanto as demais fábricas, todas são alagoanas, sendo as com maiores faturamentos presumidos: Usina Caeté, Usina Coruripe e Sococo; as menores são: Ducamp, Laticínio Batalha, Farinheira Canaã, Laticínio Batalha e Laticínio Murici.

Das 14 empresas, quatro, não possuíam *sites* com informações sobre produtos e a história da empresa: Bona Sorte, Cajumaior, Farinheira Canaã e Laticínio Batalha. Entretanto, foram analisadas as empresas que possuíam informações em *sites*, no Econodata e na FIEA (2018). Desta forma, segue adiante informações sobre cada uma das empresas citadas no quadro 22, suas histórias, faturamento e atuação de mercado consumidor e de trabalho.

a) *Agroindustrial Vieira LTDA*

Localizada na zona rural do município de Arapiraca, a empresa surgiu no ano de 2012 e atua principalmente na classe de fabricação de molhos, temperos e especiarias. No *site*⁵⁸ da empresa não havia informações sobre sua história, apenas localização e os produtos processados e comercializados. Quanto ao número de funcionários, segundo a FIEA (2018), há 18 registrados, sendo classificada como empresa de pequeno porte de acordo com o IBGE (2015).

Segundo Econodata (2019), a Agroindustrial Vieira possui quatro sócios e teve inicialmente, um investimento de R\$ 400.000,00, estando atualmente com um faturamento

⁵⁸ AGROINDUSTRIAL VIEIRA LTDA. **Produtos.** Disponível em: <<http://vieiradistribuidor.com.br/agroindustrial/>>. Acesso em: 10/12/2019.

anual presumido, entre R\$ 360.001 a 4.800.000. Os produtos da empresa: feijão fradinho e carioca, arroz e farinha de mandioca da marca Jomart; os demais são todos com o nome Tio Vieira: colorífico, feijão preto; vinagre de álcool; vinagre tinto; arroz; farinha de mandioca; feijão carioca; feijão fradinho; flocão Tio Vieira; manguzá Tio Vieira; lámen e milho de pipoca Tio Vieira. Em relação ao mercado de Maceió, foi identificado produtos da Agroindustrial Vieira em duas redes de supermercados, o Supermercado C e Supermercado H, nestes, havia produtos como vinagre, condimentos, arroz e feijão.

b) Pandurata Alimentos LTDA (Bauducco)

A Pandurata, é umas das poucas empresas com fábrica no setor de alimentos que não é de capital alagoano. Instalou-se em Alagoas em 2013, para facilitar a distribuição de seus produtos pelos mercados nordestinos. Segundo a FIEA (2018), a empresa possui cerca de 80 funcionários, mas se levássemos em consideração apenas o tamanho, conforme o IBGE (2015), teríamos uma empresa de médio porte. Todavia, a fábrica de Alagoas é apenas uma filial.

Segundo Bouças (2018)⁵⁹, estima-se que sua matriz em Guarulhos (SP) possui um faturamento anual⁶⁰ estimado em 2 bilhões de reais. Conforme o Econodata (2019), a empresa de Guarulhos (SP), possui uma faixa de funcionários que varia entre 501 a 1001, só isto, para o IBGE (2015), a coloca como uma empresa de grande porte. Além disso, a empresa é uma das maiores do ramo de bolachas e biscoitos e produtos de panificação. A construção da empresa, que se tornou uma das maiores no mercado, ocorreu no século passado.

Vejamos a história da empresa conforme as informações coletadas no site da empresa⁶¹: Em 1948, o empresário italiano, Carlo Bauducco, chegou ao Brasil e iniciou em São Paulo seu próprio negócio no setor de alimentos. Em 1952, Carlo Bauducco e sua família criaram o primeiro panettone Bauducco e dez anos depois inaugurou a primeira fábrica, em Guarulhos (SP). Com o passar dos anos, produtos como o panettone, biscoitos champanhe e outros produtos de massas alimentícias passaram a conquistar mais espaços no mercado brasileiro. Até 1965, substituiu as embalagens em papel seda por embalagens de caixas com maior durabilidade permitindo que os produtos Bauducco fossem expandidos para todo Brasil. Em 1979, o Panettone Bauducco chegou aos Estados Unidos e rapidamente se expandiu pelo continente americano. Já em 1990, a empresa abriu sua segunda unidade produtiva, também em Guarulhos (SP). A partir dos anos 2000 a empresa continuou investindo em novos produtos.

⁵⁹BOUÇAS, Cibelle. A Casa Bauducco acelera a expansão. **Valor econômico**, 17 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.pressreader.com/>>. Acesso em: 08/02/2020.

⁶⁰ Segundo o Econodata (2019), o faturamento da Pandurata é de R\$ 300.000.001 a 700.000.000 por ano.

⁶¹ BAUDUCCO. **Nossa História**. Disponível em: <<https://www.bauducco.com.br/>>. Acesso em: 10/12/2019.

Em 2013, a Bauducco inaugurou no município de Rio Largo (AL), uma unidade de produção para fabricar biscoitos wafer, minibolos, biscoitos recheados e amanteigados. Objetivo da construção da unidade, era para atender as regiões Nordeste, em especial, Pernambuco e Bahia e, também, parte da região Norte.

Segundo o Jornal Alagoas 24 horas⁶², “o empreendimento teve incentivos fiscais, locais e creditícios do Prodesin”. Esses fatores contribuíram para que a empresa fosse ainda mais atuante nas redes de supermercados alagoanas e não alagoanas, uma vez que, a marca já é conhecida em todo País. Além disso, em 2018, a empresa instalou um centro de distribuição em Maceió para atender ao mercado nordestino e fechou os centros de Pernambuco e Bahia; quando foi anunciado a instalação, estimava-se que a empresa geraria 90 empregos e um faturamento de 200 milhões anual, até o final de 2018 (BLOG DO DREECH, 2017)⁶³.

c) *Copra Alimentos LTDA*

Segundo o *site*⁶⁴ da Copra Alimentos, a empresa surgiu em 1998 na cidade de Maceió (AL), produzindo óleo de coco extravirgem e derivados do coco seco. Conforme o Guia da Indústria da FIEA (2013), a Copra possuía cerca de 110 funcionários, mas não havia registros da quantidade de funcionários em 2018. No entanto, o *site* da empresa aponta a existência de 400 funcionários, podendo, esta, ser classificada com base no IBGE (2015), uma empresa de grande porte.

De acordo com a Econodata (2019), a empresa possui um faturamento anual que varia entre R\$ 50.000.001 a R\$ 100.000.000. Por conta do seu programa sustentável, a empresa, ganhou entre 2011 e 2012, o prêmio SESI de inovação tecnológica em Alagoas e ficou entre as três primeiras do Brasil na categoria com o produto óleo de coco extravirgem. Além disso, a empresa ganhou o prêmio *BakerTop*, criado em 1997, pela Revista Padaria 2000 do estado de São Paulo, este é considerado o Oscar da Panificação no Brasil. Hoje as maiores produções da empresa são: óleo de coco, leite de coco para beber, molhos de coco, chips de coco, açúcar em caldas, farinha de coco e mistura para bolos, leite de coco culinário e cocos ralados.

⁶² **ALAGOAS 24 HORAS**. Economia: Bauducco inaugura fábrica em Alagoas este mês. Disponível em: <<https://www.alagoas24horas.com.br/474453/auducco-inaugura-fabrica-em-alagoas-neste-mes/>> Acesso em: 29/11/2019.

⁶³ Blog do Dreech. Bauducco amplia atividades industriais em Alagoas. **Tribuna de Alagoas**, 17 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://tribunahoje.com/2017/12/22/auducco-amplia-atividades-industriais-em-alagoas/>>. Acesso em: 08/02/2020.

⁶⁴ COPRA. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.copraalimentos.com.br/>>. Acesso em: 15/12/2019.

d) *Ducamp Agroindustrial e Comércio LTDA*

De acordo com o *site*⁶⁵ da Ducamp, a empresa começou em 1995, com uma ideia bem simples: fazer queijo coalho do leite obtido em sua própria fazenda, no município de Maceió (AL). Em 2004, a empresa investiu em uma unidade industrial, com linhas de produção automatizadas e inteligentes, de forma que o modelo de produção não possui contato direto com o leite. Hoje, são mais de 30 produtos Ducamp, entre eles encontram-se: queijos, manteigas, creme de leite, iogurtes, requeijão e doces de leite.

De acordo com Vasconcelos Jr (2016, p. 185), “a empresa produz cerca de 15% do leite cru da fazenda onde está instalada e compra leite dos municípios de Craíbas, São Luís do Quitunde, Arapiraca e Porto Real do Colégio”. Até 2016, o total de leite produzido e comprado variava entre seis e sete mil litros. Além da produção de leite a empresa atua na criação de bovinos para corte e frango para corte

Conforme os dados do Guia da Indústria da FIEA (2018), a empresa é associada a classe de preparação do leite e possui 2 funcionários registrados. Entretanto, para o Econodata (2019), a empresa possui de 10 a 21 funcionários, podendo ser classificada, com base no IBGE (2015), como microempresa. A respeito do faturamento anual, também é um dos menores, R\$ 81.001 a 360.000.

e) *Fika Frio*

Conforme os dados históricos encontrados no *site*⁶⁶ da empresa, a marca Fika Frio é uma herança do empresário, Humberto Pina⁶⁷, conhecido como "Rei do Sorvete do Nordeste". Mas foi através do engenheiro de refrigeração, Henrique Piva, que ao concertar uma máquina de produção de sorvetes e ao testá-la, sentiu-se motivado a trabalhar no ramo de soverteria; abrindo em 1983, uma empresa de nome “Shups”, no centro de Maceió. Após nove anos, o neto de Henrique Piva, Alberto Cabús, natural de Maceió, assumiu a administração da empresa – que passou a se chamar Fika Frio –, produzindo sovertes e polpas de frutas para serem comercializadas em vários mercados e supermercado dos estados de Alagoas, Sergipe, Paraíba e Pernambuco. Essa empresa, é a primeira fábrica de sorvetes alagoana e já tem mais de 30 anos

⁶⁵ DUCAMP. **Indústria**. Disponível em: <<http://www.ducamp.com.br/Industria>>. Acesso em: 10/10/2019.

⁶⁶ FIKA FRIO. **A empresa**. Disponível em: <<https://fikafrio.com.br/>>. Acesso em: 12/10/2019.

⁶⁷ De acordo com Barbosa (2017), Humberto Pina, nasceu em Aracajú (SE) e se mudou para Recife (PE), em 1940. Suas atividades no setor de alimentos iniciaram em 1945, quando fundou a Soverteria Bacana, em Recife (PE) e sob organização familiar criou em 1975, a Tio Beto Sorvetes, tornando-se referência na produção de sorvetes artesanais

de mercado, produzindo e distribuindo uma extensa linha de picolés, sorvetes, bebidas lácteas e polpas de fruta (AQUI ACONTECE, 2010)⁶⁸.

De acordo com os dados da FIEA (2018), existem 80 funcionários trabalhando na empresa. Entretanto, segundo o Econodata (2019), a empresa possui entre 201 e 301 funcionários e um faturamento anual presumido que vai de R\$ 50.000.001 a 100.000.000. Atualmente, a empresa está presente nas principais redes de supermercados de Alagoas, das oito redes de supermercados onde foram coletados dados, a marca estava presente em sete, além disso, a empresa possui redes de lanchonetes com venda de sorvetes de sua marca.

f) Indústria de Laticínios Murici LTDA

O Laticínio Murici, localizado no município de Murici, iniciou suas atividades no setor alimentício, no ano de 2005. Segundo o *site*⁶⁹ da empresa, o Laticínio conta com uma área de mais de 15.000 m² e vem se destacando no mercado regional por seus produtos diferenciados. Atualmente, a empresa comercializa seu mix de produtos com a marca “*MUU*”, atuando nos estados de Alagoas, Pernambuco, Ceará e Maranhão.

O Laticínio Murici vem expandindo e ampliando sua capacidade produtiva no setor de produtos lácteos. Os principais produtos do Laticínio Murici são: leite desnatado e integral, achocolatado, iogurte, manteiga e queijo coalho. De acordo com os dados disponíveis no Guia da Indústria da FIEA (2018), o número de funcionários cadastrados é 22; assim, para o IBGE (2015) a empresa é considerada como de pequeno porte.

A respeito do faturamento anual, os dados do Econodata (2019), aponta para um faturamento presumido de R\$ 81.001 a 360.000, possuindo um dos menores faturamentos das empresas que estão citadas no quadro 22. Em Maceió, a empresa só foi encontrada na rede de Supermercado H.

g) Fazenda Timbaúba Alimentos Orgânico LTDA

De acordo com o *site*⁷⁰ da empresa, o Laticínio Timbaúba, faz parte da Fazenda Timbaúba, localizada entre os municípios de Cacimbinhas (AL) e Dois Riachos (AL), além de possuir uma empresa de nome, “*LATT*”, que está localizada em Pernambuco. O Laticínio Timbaúba, surgiu na década de 1950 e sempre esteve associada ao ramo leiteiro, sendo uma

⁶⁸ **AQUI ACONTECE.** Sorvetes com sabor alagoano. Disponível em: <<http://aquiacontece.com.br/noticia/negocios-economia/30/01/2010/sorvetes-com-sabor-alagoano/19392>>. Acesso em: 09/02/2020.

⁶⁹ **LATICÍNIO MURICÍ. A Indústria.** Disponível em: <<http://leitemuu.com.br/industria/index.php>>. Acesso em: 10/12/2019.

⁷⁰ **FAZENDA TIMBAÚBA. Timbaúba Orgânico.** Disponível em: <<https://fazendatimbauba.com.br/>>. Acesso em: 10/12/2019.

empresa familiar que atualmente está na terceira geração de administradores. Em 2000, a Timbaúba, entrou no segmento de laticínios orgânicos, sendo este, uma das marcas atuais da empresa.

Atualmente, os principais produtos da empresa são: leite desnatado e integral, coalhada desnatada, iogurte integral e parcialmente desnatado, manteiga, creme de leite pasteurizado, requeijão cremoso *light* e requeijão cremoso. Esses produtos estavam localizados em uma rede de supermercado alagoana e outro de capital americano. Segundo dados da FIEA (2018), existem 15 funcionários registrados, e quanto ao faturamento anual presumido, os dados da Econodata (2019) apontam para o total de R\$ 360.001 a 4.800.000.

h) Sococo S.A Indústrias Alimentícias

Segundo o *site*⁷¹ da empresa Sococo, a história da empresa começou em Maceió (AL), durante os anos 1960. No ano de 1966, um grupo português se propusera a produzir, processar e distribuir derivados de coco de uma maneira jamais vista, tanto no País quanto no exterior. Assim, em 1967, foi lançado um dos carros chefes da empresa, o coco ralado e dois anos depois, surge o leite de coco tradicional.

Na década posterior, em 1979, o Grupo Sococo implantou uma fazenda de 20 mil hectares para plantação de coco, no município de Mojú (PA), a 110 km de Belém (PA). Em 1980, foram lançados produtos voltados a confeitaria: o flococo e o doce de coco. Nesta mesma década, Carvalho (2009) aponta que houve investimentos das usinas Seresta e Triunfo após dinheiro recebido do governo do estado. E em 1987, foi iniciado a construção da unidade de processamento industrial em Ananindeua (PA), região metropolitana de Belém, para iniciar o processamento dos cocos coletados na fazenda, localizada no mesmo estado. Após sua consolidação no mercado e ampliação de suas filiais durante a década de 1980, a década de 1990, é iniciada como novos lançamentos de produtos. Em 1991, foi lançado a água de coco em garrafa, três anos depois, a água de coco é lançada em caixas de 200 ml. De 1996 a 2001, a Sococo foi inovando em produtos *light* e novos produtos para atender o mercado. Nos anos 2000, mais áreas para ampliação dos coqueirais foram compradas. Em 2007, foi implantado mais um coqueiral, agora no município de Santa Isabel (PA), a 46 km de Belém. Em 2012, a empresa foi premiada com o primeiro lugar no Globo Rural, na categoria “Alimentos Básicos”.

Nos dados da FIEA (2018), não constavam o número de funcionários, mas baseado nos dados da FIEA (2013), existiam 393 funcionários. Nos dados do Econodata (2019), a empresa

⁷¹ SOCOCO, S.A. **Nossa História**. Disponível em: < <https://www.sococo.com.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 30/01/2020.

tem um faturamento anual presumido, que varia de R\$ 300.000.001 a 700.000.000. Tanto pelo número de funcionários, quanto pelo faturamento presumido, a empresa é de grande porte e ainda configura como a maior empresa do setor de alimentos, em Alagoas juntamente com o Grupo Coringa (ECONODATA, 2019).

i) Usina Caeté S.A

Localizada no município de São Miguel dos Campos (AL), a Usina Caeté, foi adquirida pelo Grupo Carlos Lyra⁷², em 1965. O Grupo Carlos Lyra, iniciou suas atividades, em Alagoas, no ano de 1951, quando o empresário Carlos Benigno Pereira de Lyra Neto assumiu a Algodoeira Lagense S/A. A empresa, com sede no município alagoano de São José da Lage (AL), atuava no ramo de compra, processamento e comercialização de algodão, milho, mamona e café.

Atualmente, o Grupo Carlos Lyra possui quatro indústrias produtoras de açúcar, etanol e bioeletricidade, estando presente nos estados de Alagoas, São Paulo e Goiás. Além do setor sucroenergético, atua também nos segmentos pecuária, florestal, táxi aéreo e radiodifusão. A Usina Caeté, investe no avanço tecnológico de produção, com a colheita mecanizada, com as estações de transbordo, sistemas lineares de irrigação, fertirrigação com vinhaça/caminhão desde 1993, além de um sistema de manejo de solo.

Hoje a empresa é uma das únicas que atua na venda de açúcar destinado ao mercado interno, tanto o demerara, como o cristal. De acordo com a FIEA (2018), há um total de 1.267 funcionários na empresa; e segundo o Econodata (2019), a empresa possui um faturamento presumido de R\$ 4.000.000.001 por ano. Apesar de ser uma grande empresa no setor de alimentos e ser uma das únicas empresas da classe de fabricação de açúcar que atua nas redes de supermercados do estado, a maior parte de sua produção, é destinada ao mercado externo.

j) S.A Usina Coruripe Açúcar e Alcool

A Usina Coruripe⁷³, foi fundada no início do século 20, em 12 de fevereiro de 1925, a partir da união de diversos engenhos, que já expressavam aquela época a vocação canavieira do município de Coruripe (AL), a 90 quilômetros de Maceió. Em janeiro de 1941, o empreendedor Tércio Wanderley, adquiriu o controle acionário da empresa. Anos de muito trabalho e

⁷² GRUPO CARLOS LYRA. **Usina Caeté**. Disponível em: <<https://www.usinacaete.com/>>. Acesso em: 13/12/2019.

⁷³ USINA CORURIBE. **História**. Disponível em: <<http://www.usinacoruripe.com.br/>>. Acesso em: 11/12/2019.

dedicação transformaram a pequena usina em um dos maiores grupos produtores de açúcar, álcool e energia do Brasil.

Em 1994, adquiriu usinas em Minas Gerais, com a aquisição da Destilaria Alexandre Balbo, no município de Iturama (MG), na região do Triângulo Mineiro. Em 2001, foi criada a Coruripe Energética, uma unidade de cogeração de energia elétrica, na Unidade Iturama, para aproveitar a grande quantidade de bagaço de cana produzida nas suas usinas.

Continuando o processo de expansão, em 2002 foi inaugurada a Unidade Campo Florido, no município de Campo Florido (MG), também no Triângulo Mineiro; no mesmo ano, foi inaugurado Unidade Limeira do Oeste (MG), estrategicamente distante 50 km da Unidade Iturama, permitindo a prática de um modelo de gestão único. Inauguração de uma filial da Coruripe Energética na Unidade Campo Florido, expandindo a operacionalização e comercialização de energia elétrica.

A Unidade Carneirinho foi inaugurada em 2008, a 70 km da Unidade Iturama, como Usina Carneirinho e incorporada à Usina Coruripe em 2012. Em 2016, a empresa recebe o título de bicampeã de produtividade de TCH (tonelada de cana por hectare). Os produtos da empresa são: açúcar cristal, açúcar demerara, açúcar triturado e açúcar VHP. Atualmente a empresa possui 2000 funcionários, conforme dados do Guia da Indústria da FIEA (2018) e no que tange o faturamento presumido, é o mesmo que o da Caeté, R\$ 4.000.000.001. Assim como a Caeté e a Cooperativa Pindorama, a Coruripe é uma das únicas empresas de fabricação de açúcar que atuam no mercado interno, mas a maior parte da sua produção destina-se atender ao mercado externo.

4.2 ANÁLISE DE DADOS COLETADOS EM ENTREVISTAS COM EMPRESAS ALAGOANAS

Neste tópico, são analisadas informações coletadas em trabalhos de campo a partir da realização de entrevistas com as empresas: Biscoito Caseiro D'licia, Grupo Coringa, Indústria Camarão, Indústria Pajuçara, Indústria Popular e Valedourado; questionário enviado a empresa Sarandi; e pesquisa em fontes acadêmicas, principalmente sobre a Cooperativa Pindorama. A realização dessas atividades, contribuíram com compreensão sobre a história das empresas, mercado consumidor e de trabalho, concorrência e o perfil atual delas.

4.2.1 Bolachas e Biscoitos D'licia EPP

A coleta de dados da fábrica de biscoitos D'licia, foi realizada no dia 10/11/2018 e foi baseada em entrevistas com o sócio e Gerente Administrativo⁷⁴ da empresa, e em documentos disponibilizados pela empresa, que contam a história, produção e atuação de mercado. Situada no município de Penedo (AL), a fábrica de biscoitos D'licia teve início no ano de 1997, quando Ângela Malta iniciou uma produção de biscoitos artesanais com apenas duas funcionárias. Inicialmente, a produção era apenas um meio de aumentar renda e ocupar o tempo ocioso, sendo produzido 10 pacotes/dia, que era comercializado nos pequenos mercados de Penedo, onde Ângela, tinha conhecimento de seus gerentes. Logo, novos mercadinhos começaram a fazer pedidos, e então, novas receitas foram desenvolvidas.

Figura 7-Fábrica de Biscoitos D'licia em Penedo



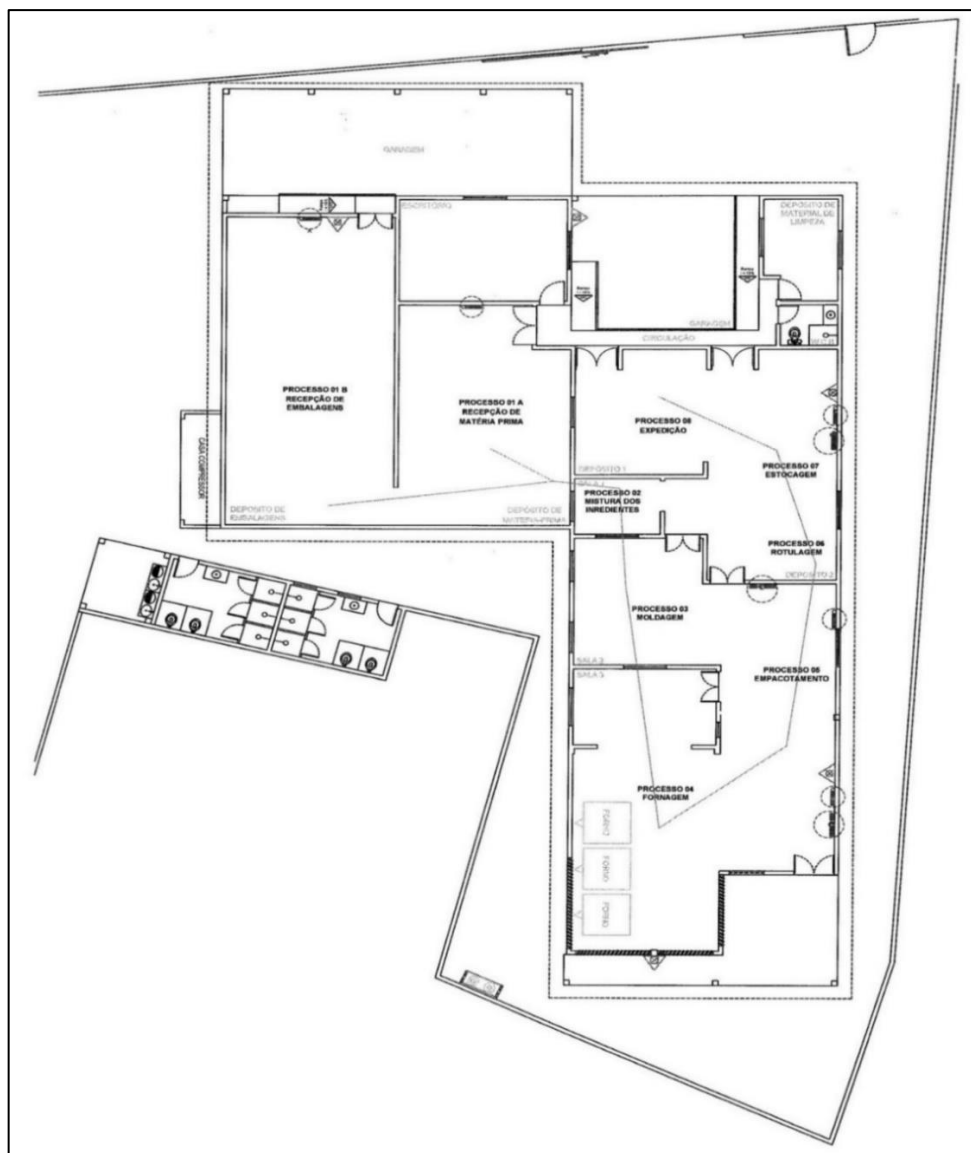
Fonte: Google (2017)

A partir do crescimento local da fábrica, no ano de 1999, Ângela decidiu comercializar os biscoitos em Maceió, nas grandes redes de supermercados, que a princípio, não adquiriu seu produto devido à falta de nota fiscal, ou melhor, ao fato de não estar oficializada como empresa. A proprietária, levava seus biscoitos para que os gerentes e funcionários das redes degustassem; até que certa vez, no mesmo ano, houveram pedidos pelos biscoitos. Foi quando a empresa se formalizou, saindo inclusive da cozinha da residência, passando então, para a garagem que foi reformada. Entretanto, não foi somente o espírito empreendedor de Ângela, que fez crescer a empresa. O apoio familiar foi fundamental nesse processo, tanto pelo seu esposo, Antônio Lemos – pecuarista, que incentivou com apoio financeiro –, como pelo filho, Alexandre Malta

⁷⁴ GERENTE ADMINISTRATIVO DA D'LICIA. Entrevista concedida à Hinckley Wendell do Nascimento Mendes. Arapiraca-AL: 10/11/2018. Entrevista.

– que anos mais tarde, com seu curso de engenharia civil aplicou conhecimentos no novo modelo de organização empresa. Hoje a D'licia está instalada num terreno vizinho à residência da proprietária, com uma área total de 1.300 metros quadrados. Veja a figura 8 a seguir:

Figura 8-Planta da unidade de produção da D'licia



Fonte: Biscoito Caseiro D'licia

A organização desta planta, conforme a figura 8, ocorreu quando o filho da proprietária passou a trabalhar na empresa. O caráter familiar da empresa foi definido de duas formas: a Ângela cabia a responsabilidade da produção e ao Alexandre, a parte administrativa e comercial. Após a entrada de Alexandre na responsabilidade administrativa, a empresa começou a investir em profissionalização dos funcionários, contratando consultorias, em parceria com o SENAI e SEBRAE (ENTREVISTA COM O GERENTE

ADMINISTRATIVO,10/11/2018). De acordo com o Gerente Administrativo, foi na padaria modelo do SENAI, que a fábrica começou a se especializar para aumentar a capacidade de produção e no SEBRAE houve o auxílio para organização da empresa.

A D'Lícia tem implantado mais recentemente, o Programa de Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), que atende a Norma Internacional *IFS Global Market Food* (D'LÍCIA). Por outro lado, experiência de Alexandre na engenharia, fez com que houvesse criação ou readaptação de máquinas para aumentar a produtividade de biscoitos e diminuir o tempo de trabalho. Foi assim, que o engenheiro criou uma máquina de sistema pneumático para produção de massas que não são pastosas. A construção da máquina, partiu da necessidade de aumentar a produtividade e diversidade de biscoitos. Em 1999, se produzia quatro receitas, hoje, além da máquina desenvolvida por Alexandre, existem mais três, que funcionando diariamente chegam a produzir dez biscoitos diferentes, entre eles: biscoito acebolado, alho, bacon, batata doce, beijo caboclo, lolita, manteiga e queijo, palito, quero mais e queijo. Até novembro de 2018, mês da entrevista, a empresa produzia 250 pacotes de biscoitos por dia.

Figura 9-Produção de biscoitos D'licia



Fonte: Google (2017)

Com o crescimento e atuação da D'Lícia nas principais redes de supermercados de Penedo e Maceió, seus produtos começaram a se expandir para fora de Alagoas, primeiramente com a produção chegando a Aracajú, e posteriormente a Recife e Salvador. Hoje, a empresa possui mais de 700 pontos de venda, atuando em varejistas de capital internacional e nacional, como foi visto no quadro 21. A logística para distribuição foi organizada para que um caminhão

fizesse entregas a todos os clientes quinzenalmente: Primeiro o caminhão vai de Penedo para Aracajú, na terça desta mesma semana, vai a Salvador; ao retornar a Penedo na sexta-feira, carrega mercadorias e na outra semana, entrega em Maceió, e na quarta-feira, em Recife.

Essa logística é possível pela organização da mão de obra na empresa, que também facilita a organização, comercialização e produção. Atualmente, conta-se com 39 empregados, sendo 25 na produção, 4 no administrativo e 8 na revenda e Alexandre, que se responsabiliza por toda organização interna e externa da empresa. Além de Ângela, que apesar de não atuar diretamente na produção, é quem continua a escolher a matéria prima e fazer análise de qualidade para que a receita do biscoito continue a mesma.

A administração da empresa é totalmente informatizada, existem programas de controle de estoque, controle financeiro, emissão de pedidos e notas fiscais personalizados, desenvolvidos especificamente para empresa. Foi desenvolvida na empresa, uma planilha orçamentária que controla as contas e o caixa. Existem ainda programas de geração de cobrança bancária (boleto), pagamento de funcionários e fornecedores. Assim, alguns de seus clientes já fazem pedido via internet, onde o comprador da loja digita o pedido e este aparece em tela com atendimento 24 horas (BISCOITOS CASEIROS D'LÍCIA, 2018).

Apesar do caráter familiar que a empresa possui, houve incentivos fiscais que contribuíram com seu crescimento, como os 20% de inserção fiscal do PRODESIN. Todavia, na entrevista realizada havia desânimos em relação aos incentivos do estado de Alagoas e motivação para mudar as estruturas da empresa para o estado de Sergipe. Este, que também é mercado consumidor dos produtos e demonstrava mais incentivos, como isenções fiscais mais baixas que as de Alagoas.

A empresa D'licia cresceu a partir da atuação familiar, na produção, organização, criação e readaptação, buscando atender mercados de Alagoas, até alcançar os mercados regionais. O objetivo da empresa é expandir seus negócios para outros estados do Brasil, além de países da África e toda América do Sul. No entanto, embora o crescimento tenha sido sentido nos anos 2000, fazendo com que a empresa viesse atuar fora do estado, segundo o Gerente administrativo, desde 2014 vêm ocorrendo uma queda de 5% no faturamento. Hoje o faturamento da empresa, é de 2,5 milhões por ano.

Levando em consideração o número de funcionários a empresa é classificada como de pequeno porte. Mas acaba se destacando pela atuação nas principais redes de supermercados, com preços que não são exclusivos para o mercado de classes mais baixas. Isto, garante uma atuação semelhante à das grandes empresas, que atingem não só as grandes redes de Alagoas, mas de estados vizinhos.

4.2.2 Cooperativa Pindorama

A Cooperativa Pindorama, é uma experiência agroindustrial, com 33 mil hectares de terra e está localizada no município de Coruripe, ao Sul da mesorregião Leste de Alagoas, mas suas áreas de produção se expandem até o município de Feliz Deserto e Penedo, localizados na mesma mesorregião. A colonização da Pindorama, ocorreu através da Companhia Progresso Rural (CPR), uma empresa particular, encarregada, juntamente com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) de desenvolver colônias agrícolas em diversas partes do Brasil. No caso de Alagoas, os três municípios anteriormente citados, em especial, Coruripe, foram beneficiados com esse modelo de cooperativa. (ALMEIDA, 2006).

Figura 10-Localização da Cooperativa Pindorama



Fonte: LIMA (2011, p. 70)

A formação da Pindorama foi possível, diante da existência de uma faixa de terra, ao Sul do estado, entre os Rios São Francisco, Coruripe e Piauí, que primeiramente pertencia ao Barão de Penedo e, posteriormente, passou a ser de domínio da família Coutinho. Em 1952, a Companhia de Melhoramento Marituba, comprou uma grande faixa de terra e passou a plantar farinha de araruta, café e coco, mas não houve êxito, assim a área ficou restrita ao desmatamento e aproveitamento de madeiras. No ano seguinte, houve a compra dessas áreas pela CPR, que foi financiada pela Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), e em 1954, o projeto de colonização da Pindorama, foi iniciado (LIMA C. 2011, p. 77).

De acordo com o *site*⁷⁵ da empresa, a Cooperativa Pindorama, teve início com a chegada do suíço-francês, René Bertholet, em 1953, membro do Plano Nacional de Colonização. Segundo Almeida (2006), René Bertholet chegou ao Brasil em 1949, com a tarefa de organizar uma colônia de agricultores, com 500 famílias de origem Austríaca e com apoio de entidades suíças na cidade de Guarapuava (PR). Além disso, Bertholet, trazia ideias socialistas e o desejo de construir uma nova organização de sociedade. Veja:

Ele era um militante de esquerda, foi quadro político da Liga Socialista Internacional da década de 1930, tendo forte vínculo com o movimento sindical alemão e lutando a favor dos judeus contra o poder de Hitler. Devido às suas posições políticas, foi preso, exilado e expulso da Alemanha (ALMEIDA, 2006, p. 45).

De acordo com autora, por conta do seu passado militante, houve articulações políticas, nacionais e internacionais que favoreceram esse modelo de organização. Por outro lado, de acordo com Carvalho (2005), houve outros fatores importantes que estão relacionados ao papel do Governo Federal, que, visava enfrentar o problema agrário, utilizando terras devolutas ou de baixo preço. O estado de Alagoas, por possuir terras disponíveis na parte Sul do Leste, acabou sendo beneficiada.

René Bertholet ficou impressionado com a intensidade do êxodo rural no estado, então, em 1956, após idealizar uma cooperativa que pudesse oferecer emprego e renda para as famílias da região, criou a Cooperativa Pindorama (COOPERATIVA PINDORAMA). Segundo Carvalho (2005), o que chama atenção na Pindorama, é fato de estar localizada em um estado, onde há uma das maiores concentrações de terras, renda e poder, com grandes plantações de cana-de-açúcar, mesmo assim, diversificou a produção agrícola e pecuária. De certa forma, esses fatores “humaniza e moderniza as relações sociais numa região onde a Abolição da escravidão ainda não tinha completado sete décadas quando a Cooperativa foi instalada” (p. 135).

Para Lima (2011) o surgimento da Pindorama, é resultado das políticas públicas de colonização de terras devolutas, associadas a terras abandonadas, pouco produtivas, de baixa fertilidade natural e de pouco interesse econômico para os produtores de cana-de-açúcar com a visão de organização cooperativa entre diversos trabalhadores associados. Apesar da forma de gestão que diminui desigualdades no campo, alguns elementos pertencentes a formação social

⁷⁵ COOPERATIVA PINDORAMA. **Unidades:** Industria de alimentos. Disponível em: <<http://www.cooperativapindorama.com.br/>>. Acesso em: 10/12/2019.

de Alagoas, apresentaram entraves a qualquer tipo de empreendimento progressista. Segundo Lemos (2006) *apud* Lima (2011, p. 78), fala-se, das perseguições feitas pelas oligarquias alagoanas, inclusive, o próprio projeto da CPR “foi pensado para não entrar em conflito com a produção de cana-de-açúcar”. Além disso, a Pindorama seguia o efeito inverso do que vinha sendo feito na época, ocupação de áreas de tabuleiros ao Sul do estado para o cultivo de cana-de-açúcar, dividindo terras e incentivando a diversificação produtiva. Por essa razão, a Pindorama é uma cooperativa comandada por pequenos produtores, onde todos os cooperados, além de fornecedores de matéria-prima, são donos do negócio e participam dos lucros.

A Pindorama se tornou um exemplo de gestão, e, entre 1965 e 1974, passou a investir na escolarização e formação técnica dos colonos, com apoio do Departamento de Assistência Agrícola da Alemanha, do Serviço de Desenvolvimento Alemão e da Fundação Friedrich Ebert. Essas instituições “assumiram a coordenação total da assistência técnica, pessoal e dos investimentos financeiros dirigidos à criação de infraestrutura da Cooperativa”. A justificativa da participação estrangeira, era o atraso educacional dos colonos, pois a região possuía uma alta taxa de analfabetismo, que dificultava o desenvolvimento das atividades da Pindorama (CARVALHO, 2005, p. 142).

A Pindorama, organizou uma estratégia de desenvolvimento coletivo em duas frentes. Primeiro buscou fornecer a seus associados infraestrutura e assistência necessárias para a elevação da produtividade e verticalização da produção de cana; e depois, investiu em outras atividades (sobretudo a fruticultura e a pecuária) para obter diversificação produtiva e diminuir a dependência da cana. Além disso, manteve a produção de subsistência nos lotes, como “elemento importante de segurança alimentar das famílias” (ROCHA; SILVA, 2014, p. 99).

Atualmente, a empresa é uma das maiores do estado, vem gerando cerca de 1.800 postos de trabalho no campo e 300 empregos na indústria – desses, 100 só na usina e compete com grandes empresas, também alagoanas. A usina da Pindorama, foi inaugurada em 2003, pois passaram a diversificar ainda mais, as áreas de atuação da empresa, que passou a produzir açúcar, além de dar continuidade às produções de sucos, etanol e derivados do coco (PINDORAMA, 2019).

A Cooperativa Pindorama, está dividida em 6 unidades produtivas: A unidade de sucos, que produz diariamente, 40 mil litros de suco, um total de 40.000 caixas; a unidade produtiva de derivados do coco, com 12 mil litros de leite de coco, além de produzir, 1.200 kg de coco ralado e mais 2 mil litros de óleo de coco extravirgem; a unidade produtiva de refrescos em pó, que produz diariamente, cerca de 5.200 kg de refresco; a fábrica de laticínios, que produz diariamente mais de 20 mil litros de leite e 300 kg de manteiga, entregando ao fornecedor mais

220 mil pacotes; unidade produtiva de molho, com três tipos de molho diferentes (alho, pimenta e inglês), ela produz diariamente 3 mil litros de molhos, alcançando 5 mil pacotes mensalmente; e por fim, a unidade produtiva de balas comestíveis, que produz cerca de 7 mil kg de balas mastigáveis de diversos sabores. Além disso, a Pindorama, também atua na produção e comercialização de açúcar sendo corrente das empresas Coruripe e Caeté nas gôndolas das redes de supermercados de Maceió.

Segundo o Econodata (2019), o faturamento presumido da Pindorama, varia entre R\$ 700.000.001 a 4.000.000.000. Conforme a FIEA (2018), o número de funcionários da empresa é 1.250, o que coloca como empresa de grande porte. A diversificação produtiva, iniciada na metade do século passado, incentivou a participação da empresa nas mais diversas classes de produção alimentícia. Seus produtos foram identificados em quatro redes de supermercado, concorrendo com empresas de Alagoas e de outros estados.

4.2.3 Indústrias Reunidas Coringa LTDA

O Grupo Coringa tem origem na pequena produção mercantil, através de José Alexandre, um dos sócios majoritários⁷⁶ que, em 1950, adentrou no comércio de fumo em rolo. Com a expansão da cultura fumageira conseguiu acumular o suficiente para aumentar seus estabelecimentos industriais e garantir maior participação no mercado. Em 1969, comprou uma máquina semi-industrial construída por um mecânico Arapiraquense e construiu uma pequena fábrica de fumo no centro de Arapiraca. Inicialmente incorporou o total de dez pessoas como mão de obra. Três anos depois do período de comercialização e fabricação semi-industrial do fumo em corda, a empresa comprou uma máquina forrageira da marca Nogueira, modernizando e aumentando sua produtividade, logo em seguida, passou a se chamar INCONFORT.

Em 1975, percebendo a superprodução e queda na demanda pelo fumo em corda, José Alexandre, passou a investir no setor de fabricação de alimentos, adquirindo uma pequena fábrica semi-artesanal de torrefação de café, fabricação de colorau e farinha de milho. No mesmo ano, o Café Coringa e a INCONFORT foram unificadas dentro do mesmo grupo, passando a se chamar: Indústrias Reunidas Coringa LTDA, “pois contava-se a indústria do fumo, indústria do café, a indústria de farinha de milho e indústria de colorau”. Em 1989, com o aumento de suas produções, a empresa se mudou para um parque industrial com maior

⁷⁶ De acordo com o relatório detalhado do Econodata (2019), a empresa possui um quadro de 6 sócios: Adelmo De Oliveira Nunes Alberto Jose Dos Santos, Jose Alexandre Dos Santos Jose Alexandre Filho, José Livino De Oliveira Nunes Junior, Luís Jose Dos Santos e Marcelino Alexandre Jose Dos Santos

capacidade produtiva, permanecendo nele até os dias atuais (ENTREVISTA COM GERENTE COMERCIAL, 29/11/2018)⁷⁷.

Figura 11-Vista área do complexo industrial do Grupo Coringa em Arapiraca-AL



Fonte: Indústria Reunidas Coringa (2015). Foto cedida pela empresa.

Atualmente, os principais destinos da comercialização do Grupo Coringa⁷⁸, são as regiões Norte e Nordeste. As principais matérias-primas são compradas fora de Alagoas, o milho de Luís Eduardo Magalhães (BA) e do Mato Grosso; e o Café, é comprado de Minas Gerais. Pensando o aumento da demanda de seus produtos e diminuição de custo na obtenção da matéria-prima, em 2010 o Grupo Coringa construiu um amplo e moderno complexo industrial em Luís Eduardo Magalhaes, no oeste baiano⁷⁹.

⁷⁷ GERENTE COMERCIAL DO GRUPO CORINGA. **Entrevista concedida à Hinckley Wendell do Nascimento Mendes.** Arapiraca-AL: 29/11/2018. Entrevista.

⁷⁸ Os anos 2000, possibilitaram mudanças significativas para o Grupo Coringa, pois foi beneficiado pelas políticas sociais que possibilitaram o aumento do consumo dos alimentos produzidos pela empresa, sobretudo os de derivados do milho. Para Franceschini et al (2017), o Brasil vivenciou um aumento de renda significativo nos últimos anos, possibilitando as classes populares um aumento no consumo de bens não duráveis, principalmente alimentos regionais semiprocessados ou processados, chimarrão no sul, queijo em Minas Gerais, café no Sudeste, açafá no Norte, e derivados de produtos agrícolas (mandioca, milho, feijão de corda) no Nordeste. Esse é o caso do Grupo Coringa, com a produção de cuscuz e outros derivados do milho.

⁷⁹ Segundo Filho e Filho J. (2008, p. 02), essa mesorregião do estado da Bahia, passou por transformações socioespaciais a partir de 1940, com o processo de modernização da agricultura no Brasil, atingindo essa área até então conhecida como “além do São Francisco” pela distância e inexpressividade econômica em relação a capital da Bahia (Salvador).

Figura 12-Vista área do complexo industrial do Grupo Coringa em Luís Eduardo Magalhães

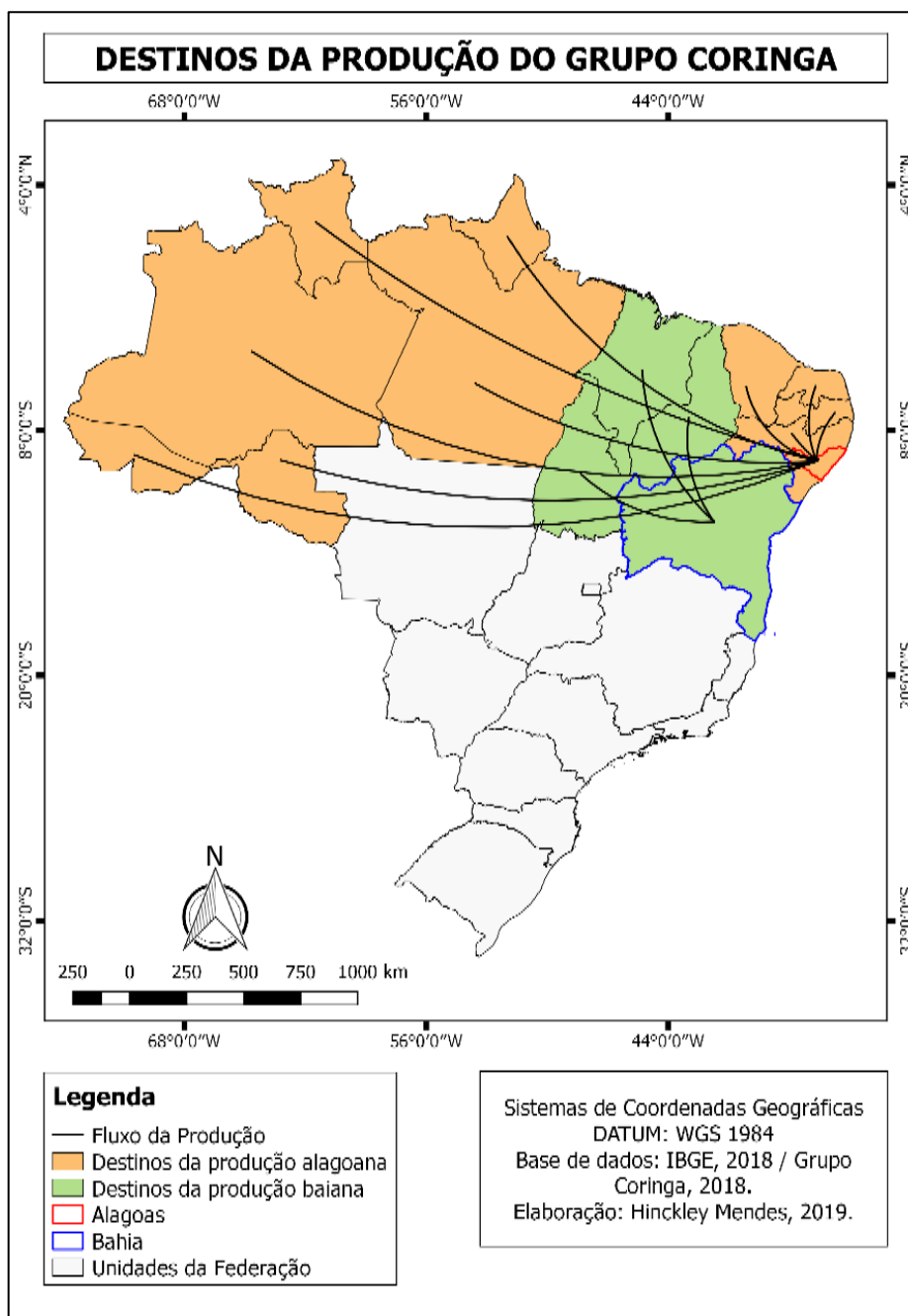


Fonte: Indústrias Reunidas Coringa (2015). Foto cedida pela empresa.

Segundo o Gerente Comercial, as razões da construção de uma filial em Luís Eduardo Magalhães, estava associada a diminuição de custos com transporte, preço e qualidade da matéria-prima e com modernização para envio da matéria-prima. No caso do cuscuz e outros derivados do milho, a fábrica do oeste baiano recebe o milho e envia para Arapiraca apenas o *gritz*⁸⁰. Quanto aos alimentos fabricados na filial, são destinados para as redes de supermercados da Bahia, Maranhão e Piauí. Veja o mapa 5 a seguir:

⁸⁰ Gritz de milho é consiste a moagem dos grãos de milho em grãos pequenos.

Mapa 5-Destinos dos produtos Coringa



Atualmente, a fábrica possui mix de produtos no setor de alimentos que vão desde produtos derivados do arroz, milho (cuscuz), café, condimentos, massas (mingau), além de sucos em pacote e leite de coco. Fora do setor de alimentos, a empresa produz embalagens de plástico para atender sua demanda e de fábricas da região. E continua atuando na produção e comercialização do fumo. No que tange ao total funcionários, a empresa possui, 900, só em Arapiraca, e 250, em Luís Eduardo Magalhães, pagando em média de 1 a 3 salários mínimos; ambas as empresas funcionam em três turnos.

De acordo com Econodata (2019), o faturamento anual presumido, varia entre R\$ 300.000.001 a 700.000.000, ela é a segunda maior empresa do setor de alimentos, perdendo apenas para Sococo. Levando em consideração, o número de funcionários e o faturamento presumido, podemos considerar a empresa como de grande porte.

De acordo com o SINTEGRA⁸¹, existem dois: a do PRODESIN e a Substituição Tributária - Instrução Normativa SEF nº 30/2007⁸². A empresa cresceu com apoio do Estado, diretamente, com os dois incentivos fiscais citados, e indiretamente, através da construção de infraestruturas viárias e políticas sociais, que fez crescer o mercado interno em Alagoas. A esses fatores, atribuem-se as combinações geográficas, que foram fundamentais para o Grupo Coringa. Vale ressaltar, que o Grupo Coringa não é um fator das combinações geográficas, mas cresceu em decorrência do desenvolvimento de três fatores das combinações.

Os fatores físicos com a estrutura morfológica da terra (solo, relevo, entre outros) em Arapiraca, a sua localização no Agreste⁸³ (área de transição entre Leste e Sertão), possibilitou o desenvolvimento da policultura. Como fator biológico, a combinações de fatores físicos resultam em maior possibilidade de desenvolvimento de diversas culturas agrícolas, sendo o fumo um dos produtos de maior expressão. Este com a interferência humana, passou a ser mais explorado e garantiu possibilidade de desenvolvimento de novos serviços, modificando a estrutura urbana e populacional de Arapiraca e do Agreste de Alagoas. O fumo fez crescer a economia de Arapiraca, mas isto, devido a convergência de fatores combinados que foram fortalecidos com a interferência humana, sobre as combinações físicas e biológicas. Assim, o Grupo Coringa iniciou nessa produção, permitindo acúmulo e investimento em outros setores, como de fabricação de alimentos, comuns ao consumo regional, o cuscuz.

Uma combinação geográfica ainda mais intensificada, é a que ocorreu em Luís Eduardo Magalhães-BA. Pois, nessa região o Agronegócio chegou e passou a utilizar de um solo não atrativo economicamente, modernizando a agricultura para atender os interesses de mercado. Deste modo, o Grupo Coringa escolheu exatamente o município em questão, para que o desenvolvimento de suas atividades ocorresse, não apenas pelo baixo custo de produção, mas pelos elementos tecnológicos e produtivos que garantiriam maior estabilidade da empresa, em

⁸¹ SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES INTERESTADUAIS COM MERCADORIAS E SERVIÇOS. Contribuinte: Indústrias Reunidas Coringa LTDA. Disponível em: < <http://www.sintegra.gov.br/>>. Acesso em: 17/12/2019.

⁸² Autoriza o pagamento do ICMS no prazo que especifica, nas aquisições interestaduais de mercadorias sujeitas à substituição tributária, quando oriundas de unidades federadas não signatárias de convênios ou protocolos ICMS (ALAGOAS/SEFAZ, 2007).

⁸³ Conforme aponta Melo (1980), o Agreste de Alagoas possui características mais subsumidas, dada a gradual cota pluviométrica que marcha do leste para o oeste.

comparação com fábrica de Arapiraca. O Grupo Coringa cresceu em um mercado ainda em gestação, com uma população inicialmente dedicada à lavoura fumageira e depois ao mercado de trabalho urbano, mas nos últimos 15 anos, ampliou sua participação de mercado.

De acordo com os dados do quadro 20, juntamente com a Sococo, a empresa atua em todas as redes de supermercados, fazendo parte da alimentação dos alagoanos, em especial os de baixa renda. Por esta razão a empresa se tornou uma das maiores do estado, além de continuar fazendo investimentos para ampliar sua produção e comercialização, mesmo em períodos de instabilidade econômica.

De todas as empresas em que se realizou entrevistas, o Grupo Coringa foi o único que informou não haver quedas na sua produção e na comercialização, mas isso pode ser explicado, pela alto consumo da alimentação de cuscuz na região Nordeste, pois o produto, além de fazer parte da cultura alimentar da região, possui baixo custo e atua em todas as redes de supermercados. Mesmo sendo o cuscuz, o principal produto atualmente, a empresa continua modernizando e ampliando seu mix de produtivo.

4.2.4 Indústria Pajuçara LTDA

No dia 10/04/2019 foi realizado uma entrevista com o Gerente de Produção⁸⁴ e sócio da Indústria Pajuçara. Nesse dia, foram obtidas informações a respeito da história, crescimento e atuação de mercado.

A história da Pajuçara tem início no século XX, com Milton Alves; este, nasceu em Caruaru, e entre 1949 e 1950, se mudou para Arapiraca. Com ofício de caminhoneiro, ele aprendeu a comercializar e com seus próprios recursos começou a fazer investimentos na área de atacado, aumentando seu patrimônio. Observando que Arapiraca tinha poucos hotéis, devido ao crescimento da economia do ciclo fumageiro, vendeu todos os pertences para montar um hotel que foi inaugurado em 1966. Dias antes da inauguração do hotel, Milton Alves sofreu um acidente de carro e os filhos deram prosseguimento ao empreendimento. Um ano depois, Milton Alves se recuperou e percebeu que os filhos tinham competência na administração. Foi a partir disso, que seu filho mais velho, Miro Alves, passou a transacionar com o pai outras atividades e investiu em churrascaria, lanchonetes, padarias, entre outros.

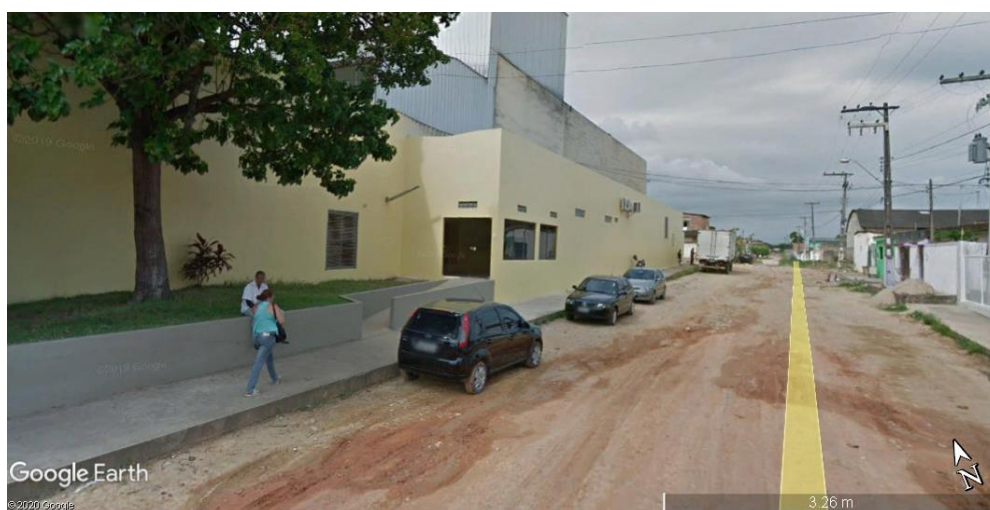
Durante esse período, Miro Alves foi contactado pelo primo que trabalhava como vendedor do café Pajuçara, que seu fundador, um cearense que montou essa torrefação de café,

⁸⁴ GERENTE DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA PAJUÇARA. **Entrevista concedida à Hinckley Wendell do Nascimento Mendes.** Arapiraca-AL: 10/04/2019. Entrevista.

decidiu voltar para o Ceará e vender a torrefação. Na época, ainda com 24 anos, chamou o pai para fazer sociedade e vender tudo que tinha em Arapiraca, para investir na torrefação de café de Maceió. Então, com o dinheiro das prioridades vendidas, comprou o café Pajuçara, e logo depois a fábrica de massas. Após adquirir a fábrica de massas, adquiriu em 1984, um equipamento de produção de biscoitos de uma empresa que havia fechado em Arapiraca. Entretanto, a fabricação de biscoito exigia maior dedicação, além do mercado ser mais difícil de atuar, visto que, havia uma grande concorrente nordestina, a empresa Pilar. Assim, a empresa só passou a atuar no ramo de biscoitos e bolachas quando comprou a marca AFA, em 2007, pois eles eram muito fortes na produção de biscoitos populares em saquinhos e a granel.

Incorporando o mercado que da AFA, a empresa passou a atender, principalmente, o mercado das classes C, D e E. Ainda que a empresa também atinja as classes A e B, estes não são seus principais consumidores. Para o Gerente de Produção, por conta do mercado nordestino, ser pequeno e de baixo poder aquisitivo, os produtos fabricados pela empresa, não são para atender classes mais altas, sendo desvantagem atuar em um mercado de produtos, que exijam um nível maior de refinamento. O objetivo, é fazer um produto barato que não seja uma coisa que qualquer um faça, senão, acaba concorrendo até mesmo com artesanais.

Figura 13-Unidade produtiva da Indústria Pajuçara



Fonte: Google Earth (2015)

Questionado se havia concorrência de seus produtos com empresas da região Sudeste, o Gerente de Produção afirmou que não há concorrência direta, pois os produtos que chegam de outras regiões são medianos e um pouco mais sofisticados, sendo destinados, justamente as classes A e B, que não é foco principal da Indústria Pajuçara. Como as empresas que chegam em Alagoas possuem uma infraestrutura que permitem elas atuarem nos mercados A e B de

todo Brasil, até em estados mais pobres, como Alagoas, é vantagem vender para “1%” da população. Mas para o Gerente de Produção, em relação a essas grandes empresas, uma pequena fábrica, como a Pajuçara, concorrendo por esse “1%” não é vantagem, pois o retorno é menor.

Há 20 anos, a empresa saiu do ramo de café e passou atuar só na fabricação de massas e biscoitos. Atualmente, existem cinco sócios: Miro, Marcone Alves (Irmão), a mãe com 50% das ações e os dois filhos de Miro (um que atua na administração e outro na produção). Destes, apenas três atuam na fábrica.

No que se refere a mão de obra, a empresa possui cerca de 160 funcionários, 104 só na fábrica, que funciona em três turnos e quatro turnos, no caso da fabricação de massas. Levando em consideração o número de funcionários a empresa é de médio porte. No entanto, por conta da atuação nas redes de supermercados de capital alagoano, onde há maior compra das populações de classes C, D e E, a empresa ganha destaque como uma das maiores desse setor no estado.

Figura 14-Área de produção da fábrica Pajuçara



Fonte: Indústria Pajuçara (2019). Foto do Instagram da empresa.

Mesmo sendo uma empresa de médio porte, levando em consideração as condições do estado, além de funcionar 24 horas por dia, ela possui estruturas modernas com três galpões e um setor administrativo e comercial, e suas máquinas são de origem italiana. Entre as linhas de produção da empresa encontram-se: as massas, macarrão espaguete, lámen, biscoitos de coco, biscoitos de polvilho e biscoitos wafer. Hoje a empresa atua nas principais redes de

supermercados alagoanas. Conforme é apresentado no quadro 20, a marca estava presente em seis redes, tanto nas de capital alagoano, como nas de capital externo.

Além de atuar em Alagoas, a empresa vem expandindo sua marca para outros estados da federação, na região Nordeste, atua no estado de Sergipe, e na região Norte, nos estados do Amapá e Amazonas. Neste último, o mercado foi adquirido porque a empresa AFA já fazia vendas, e assim, a Pajuçara acabou herdando o mercado. Entretanto, 50% do faturamento da empresa é adquirido no mercado alagoano, os demais 50%, é dividido entre os demais estados.

A empresa tem um faturamento anual de 4,5 a 5 milhões de reais, mas desde 2016, a empresa vem sentindo queda no faturamento. Pois, segundo o Gerente de Produção: “houve um encolhimento de 30% da Dilma pra cá, por conta do empobrecimento da população no Nordeste, que é muito dependente de programas sociais e que é de baixíssima renda”. Ainda de acordo com o Gerente de Produção, mesmo com incentivos fiscais do PRODESIN a empresa que possui mais mercado em Alagoas, acabou sentindo efeitos das crises políticas e econômicas e por não receber recentemente incentivos do governo do estado, tem interesse em mudar para Pernambuco devido aos maiores incentivos locacionais.

4.2.5 IVC Alimentos LTDA (Indústria Camarão)

Foi realizado duas entrevistas na Indústria Camarão, a primeira ocorreu no dia 27/11/2018 e a segunda no dia 11/07/2019, ambas foram realizadas com o Gerente de Produção da fábrica que está localizada no bairro Batingas, em Arapiraca (AL).

A história da Indústria Camarão iniciou por volta de 1949, quando o empreendedor João Araújo de Abreu, natural de Olho D'Água das Flores (AL), construiu em Arapiraca uma pequena fábrica de aguardentes, vinhos e cajuínas. A fábrica que utilizava como marca o nome “Camarão” adquiriu uma pequena fábrica de vinagres em Maceió e passou a fabricar o vinagre de condimentos à base de vinagre de álcool. Anos mais tarde, a produção de vinagre realizada na capital de Alagoas foi transferida para Arapiraca (ENTREVISTA COM O GERENTE DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA CAMARÃO, 27/11/2018)⁸⁵.

Durante o período de 1950 a 1960, a Indústria Camarão ampliou o seu mercado e se tornou uma das mais importantes fábricas de vinagres de Alagoas. É importante lembrar, que no mesmo período de transferência, Arapiraca estava crescendo devido ao ciclo fumageiro. Embora não haja dados que confirmem o motivo da mudança da empresa para Arapiraca, não

⁸⁵ GERENTE DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA CAMARÃO. Entrevista concedida à Hinckley Wendell do Nascimento Mendes. Arapiraca-AL: 27/11/2018. Entrevista.

se pode negar que as transformações ocorridas no município fizeram surgir e crescer empresas, a exemplo do Grupo Coringa.

Passados 40 anos desde a mudança para Arapiraca, a empresa fez pequenos investimentos. Em 1995, o Sr. João Maurício Araújo Tenório, neto do fundador da empresa, assumiu a gestão da marca, passando a fabricar os produtos da marca “Camarão”, com a parceria da empresa Komus Industrial do Brasil até maio de 2001. Em 29 de maio de 2001, a fábrica de vinagres Camarão foi adquirida pelo Grupo Zezinho Galdino.

De acordo com a entrevista com Gerente de Produção (10/07/2019)⁸⁶, Zezinho Galdino, iniciou suas atividades econômicas na comercialização do fumo, o que possibilitou a acumulação e a ampliação de seus negócios para o setor de transporte, que até 2001, era o principal ramo de atuação da família.

“Ele começou a transportar pessoas, em pau de arara, fazia dos sítios próximos para o centro de Arapiraca, posteriormente comprou um ônibus, até montar a Real Arapiraca⁸⁷, que é transporte coletivo urbano” (GERENTE DE PRODUÇÃO, 10/07/2019). Somente em 2001, o sr. Galdino passou a atuar no setor de alimentos, quando a Indústria Camarão foi comprada, em decorrência de uma dívida adquirida durante o ciclo fumageiro.

Aproveitando a oportunidade de resgatar uma marca tradicional do ramo alimentício e diversificar os seus negócios, o Grupo Zezinho Galdino comprou a marca “Camarão” da Komus Industrial. Inicialmente a marca foi transferida para a Indústria de Produtos Alimentícios Camarão Ltda. No entanto, dez anos depois, em 16 de maio de 2011, a marca passou para a recém-criada, IVC Alimentos Ltda., empresa também pertencente ao Grupo Zezinho Galdino.

⁸⁶ GERENTE DE PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA CAMARÃO. **Entrevista concedida à Hinckley Wendell do Nascimento Mendes.** Arapiraca-AL: 10/07/2019. Entrevista 2.

⁸⁷ Empresa de transporte alternativo que atua no mercado de transporte coletivo no Agreste alagoano há 30 anos, fica localizada no bairro Baixo Grande em Arapiraca e atualmente possui 140 funcionários. (REAL ARAPIRACA.

Figura 15-Unidade produtiva da Indústria Camarão em 2015



Fonte: Google Earth (2015)

A IVC Alimentos continuou usando o nome fantasia “Indústria Camarão”, mas iniciou o processo de modernização da fábrica com a ampliação de suas instalações físicas e a compra de modernos equipamentos para automação da produção e aumento do mix de produtos.

Figura 16-Área de produção da Indústria Camarão



Fonte: Indústria Camarão (2018)

A fábrica possui uma área de mais 200.000 m², contando com três galpões sendo um para fabricação de vinagres e fabricação das garra pet para o envase do vinagre e demais condimentos, uma área para armazenamento e transporte dos produtos, e uma área, que foi construída recentemente para fabricação da cerveja de nome DeLaCruz. Atualmente, a IVC alimentos possui como principal produto o vinagre de álcool, além disso, a empresa realiza

fabricação de condimentos e antepastos, produtos da linha gourmet, e, molhos para temperos, como o inglês, de pimenta e alho.

Com a mudança para IVC alimentos, a empresa passou a ser autossuficiente na produção de vinagres de álcool⁸⁸, que antes era fermentado de forma rústica e agora possui modernos equipamentos, fazendo com que a empresa, além de fazer vinagre de sua própria marca, também produza para terceiros. As modificações que ocorreram na empresa, possibilitaram a ampliação de sua produção adquirindo novas máquinas e equipamentos através de linhas de crédito da FINAME/BNDES, em 2013. O mais recente benefício conquistado foi o do BNB, em 2018. Estes, foram destinados à instalação da cervejaria ao lado da área de produção de vinagres e do Pub para consumo.

Figura 17-Construção da fábrica de cerveja DeLaCruz



Fonte: foto registrada pelo autor em trabalho de campo no dia 10 de julho de 2019.

A Camarão também possui o incentivo governamental do PRODESIN, por meio dele a empresa não paga ICMS na barreira de fiscalização estadual, “independente de qual estado venha a matéria-prima, tem uma barreira livre para a compra de qualquer estado”. Em Alagoas, o imposto sobre circulação de mercadorias, é de 17% a 18%, mas a empresa paga um percentual um pouco abaixo dos 17%, fazendo apuração de crédito e débitos. Isso incide na facilitação para compra de mercadorias voltadas para o processo de industrialização: matérias-primas,

⁸⁸ Além do vinagre de álcool, existem os vinagres saborizados de limão e maçã.

embalagens e insumos. Além disso, a Indústria Camarão tem redução na cobrança do IPI de qualquer matéria-prima (ENTREVISTA COM O GERENTE DE PRODUÇÃO, 10/07/2019).

Quanto as matérias-primas necessárias a produção de condimentos, elas são adquiridas nos seguintes locais: O cominho de pimenta fornecido por uma empresa de Arapiraca; a pimenta biquinho e malagueta, são compradas de cooperativas de agricultores de Viçosa (AL) e Capela (AL), ou podem ser compradas de Sergipe, quando os dois municípios não possuem o suficiente para atender a empresa. O molho de pimenta vem dos estados de São Paulo e Ceará; quanto ao alho, que é destinado ao molho e os antepastos, é importado da Argentina (ENTREVISTA COM O GERENTE DE PRODUÇÃO, 10/07/2019).

Em relação ao seu principal produto, o vinagre de álcool, sua principal matéria-prima, é comprada de uma transportadora chamada, Transalcohol, que já oferece o álcool de acordo com as demandas da Indústria Camarão. Essa empresa adquire o álcool tanto de Alagoas, como de Pernambuco ou de outros estados. A capacidade de produção da Camarão é de cerca de 210 mil litros, que é a capacidade máxima, mas a média anual da produção varia de 189 mil a 190 mil litros, que são destinados ao mercado consumidor de Alagoas, Pará, Bahia e Sergipe.

De acordo com o Gerente de Produção, o objetivo da empresa não é atender consumidores finais, e sim, produzir vinagres para outras marcas de empresas. Cerca de 40% da produção da Indústria Camarão atende empresas no estado do Pará: Belenzão, Princesa do Pará, Gama Lopes, Tio Beto, Campeão, Carlito, Milla, Sabor do Pará, Mestre Cuca, Asa Branca. Questionado o Gerente de Produção sobre como a Indústria Camarão alcançou o mercado do Pará, foi informado o seguinte:

Existem poucas fábricas de vinagre no Pará, mas são muito fortes na distribuição e existe muita demanda pelo vinagre de álcool. Já tentamos entrar com a marca Camarão, mas não deu muito certo, então entramos com outra marca da Camarão, a Estrela, mas também não deu certo. Então existia um trabalho de marca própria em algumas fábricas e quem fazia esse trabalho era a Berlu, aqui de Arapiraca. Porém, eles não conseguiram dá conta da demanda de empresas de marca própria lá no Pará. Assim, através de um representante (Diogo Ferraz), que é de lá do Pará e já conhecia a Berlu e o município de Arapiraca, procurou nossa empresa e passamos a realizar essa produção de vinagre para as empresas paraenses (GERENTE DE PRODUÇÃO, 10/07/2019).

Até 2013, a Camarão comprava as embalagens e só fazia o envase do vinagre, quando passou atender as empresas paraenses, houve um investimento para compra de máquinas que faziam garrafas e embalagens. Assim, em 2014, começaram a trabalhar com a linha de sopro e rotulagem, para envasamento dos produtos.

Os outros 60% da produção eram destinado as empresas alagoanas, 10% eram destinados a Tio Vieira, que atua nos mercados de Alagoas e Sergipe; 10% eram destinados a empresa Líder, que também atua no estado de Alagoas; e a empresa Camarão vendia para as redes de supermercados alagoanas, cerca de 40% do vinagre e de condimentos. No entanto, os condimentos não chegam a 5% de venda, o principal produto é o vinagre, pois os condimentos são feitos apenas para que haja um mix de produtos para ter espaço nas redes de supermercados alagoanas (ENTREVISTA COM GERENTE DE PRODUÇÃO, 10/07/2019).

Com a modernização da fábrica e aumento da linha de produção, surgiu necessidade de ampliação da mão de obra. É importante ressaltar, que a empresa possui caráter familiar, pois, quatro filhos de Galdino atuam como sócios na administração e comercialização da empresa. Hoje, a Indústria Camarão, conta com o total de 26 funcionários, divididos em três turnos, além dos sócios da empresa que atuam na parte administrativa e comercial da Camarão.

As modificações recentes permitiram que a empresa crescesse e expandissem suas atuações para fora do estado de Alagoas. De acordo com o Econodata (2019), a empresa, é considerada de pequeno porte, mas tanto a sua estrutura, como atuação de mercado, promove esta empresa, como de porte médio. Em relação ao faturamento da empresa, ele varia entre R\$ 360.001 a R\$ 4.800.000 por ano.

4.2.6 Indústria Alimentícia Popular LTDA

A Popular Alimentos é uma empresa que atua no ramo alimentício no Nordeste, principalmente, em Alagoas, Pernambuco e Sergipe. A história da Indústria Popular, tem início em Arapiraca nos anos 1970, mas a forma como foi organizada têm origem no estado de Pernambuco, como mostra o documentário Raízes de Arapiraca⁸⁹. O documentário conta um pouco da história do fundador da Doces Popular, em 1974, no Agreste alagoano.

Nascido em 18 de outubro de 1941, Sebastião Alves da Silva, ou Sebastião Doceiro, como é conhecido, nasceu em um povoado de Pernambuco, chamado Lagoa do Ouro. Filho de agricultores, Sebastião, teve 5 irmãos, mas todos morreram após o parto. Ainda com um ano de idade, os pais de Sebastião, mudaram-se para o município de Correntes (PE), onde começou a estudar e permaneceu até seus 11 anos, quando se mudou para o município de Bom Conselho (PE) (RAÍZES DE ARAPIRACA, 2018).

⁸⁹ **RAÍZES DE ARAPIRACA:** Sebastião Alves da Silva. Produção de Ricardo Pereira Melo. Arapiraca-AL: Raízes de Arapiraca, 2018. (40 min). Disponível em: <<http://www.raizesdearapiraca.com.br/sebastiao-alves-da-silva/>>. Acesso em: 19/11/2019.

Foi em Bom Conselho que Sebastião, ainda com 13 anos, começou a trabalhar com seu pai, vendendo lenha e carvão nas costas do jumento. Como seus pais eram muito pobres, durante a adolescência Sebastião comprou um pacote de doces de um vizinho seu, e então, passou a vender doces na escola durante o recreio. Em 1960, aos 19 anos, casou-se com sua prima e tiveram 12 filhos, mas somente 6 estão vivos. (RAIZES DE ARAPIRACA, 2018).

Após se mudar de Bom Conselho e passar um período em Lagoa de São José, próximo ao município de Palmeira dos Índios, a família de Sebastião mudou-se para Garanhuns (PE) e começou a vender quebra-queixo, que era feito por Sebastião e sua mãe, em frente as escolas do município. Quando seu quebra-queixo começou a ser mais vendido em Garanhuns, comprou uns jumentos e passou a pagar 18 adolescentes para trabalhar com ele e vender o produto nas proximidades, além de ter montado uma bomboniere que veio a falência anos depois (RAIZES DE ARAPIRACA, 2018).

Em 1971, mudou-se para Arapiraca, durante o ciclo fumageiro, e Sebastião começou a vender cocadas e quebra-queixo, aproveitando o crescimento da feira municipal, chegou a vender 400 pacotes de uma vez. Em 1975, já tinha um estabelecimento de fabricação de doces com aproximadamente 20 funcionários (RAIZES DE ARAPIRACA, 2018).

Segundo Firmino (2016, p. 252), a primeira fábrica da Popular Alimentos funcionava na residência de Sebastião, localizada na Rua São João, bairro Alto do Cruzeiro, zona urbana de Arapiraca. “Todo investimento financeiro para poder começar o que viria mais tarde ser a Popular Alimentos, deve-se a um capital próprio, certa quantia que ele possuía e que aos poucos empregava em seu negócio”. Ao aumentar as vendas, surgiu a necessidade de aumentar sua área produtiva, adquirindo novas máquinas (semiartesanaís adaptadas) e outros instrumentos para produção, “esse aumento levou a transferência da pequena fábrica para uma localidade mais afastada, bairro Arnon de Melo, na AL-220” (FIRMINO, 2016, p. 252).

Figura 18-Indústria Alimentícia Popular, em Arapiraca (AL)



Fonte: Google Earth (2017)

Em 1985, quando a mãe de Sebastião faleceu, os filhos investiram no desenvolvimento de novos produtos, no acesso a novos mercados e em uma nova postura para Indústria Alimentícia Popular LTDA. Ao longo dos anos, lançou no mercado as seguintes linhas de produtos: Doces Popular, PopCroc, Paçocroc, Betti, Maluquinho e Guarapop (POPULAR ALIMENTOS, 2019).

Em entrevista realizada com a gerente de recursos humanos⁹⁰ e com o Gerente de Produção⁹¹ foi abordado que inicialmente a produção de doces era artesanal e envolvia toda a família: primeiro a mãe e a esposa de Sebastião ajudavam, posteriormente os filhos, noras e genros que entravam na família. Assim como no início de suas atividades, a Popular Alimentos continua como empresa de caráter familiar, sendo que, todos os 6 filhos estão ligados a empresa, 2 são sócios diretores, 1 tem uma empresa que terceiriza produtos para Indústria Popular, os outros três estão atuando como funcionários da Indústria Popular e possuem empresas terceirizadas ligadas ao grupo.

Entre 1985 e 2000, a empresa ampliou a participação através da diversificação com um mix de produtos que contribuiu com seu crescimento. Em 1985, a empresa tinha 30 funcionários, 10 anos depois, a empresa já possuía mais de 50. Nos primeiros 15 anos, após os filhos assumirem a empresa, o mercado era restrito a cidades pequenas do estado de Alagoas, com exceção de Maceió e Arapiraca. Em 1995, a Popular Alimentos possuía duas kombis para

⁹⁰ GERENTE DE RECURSOS HUMANOS. **Entrevista concedida à Hinckley Wendell do Nascimento Mendes.** Limoeiro do Anadia (AL): 09/07/2019. Entrevista.

⁹¹ GERENTE DE PRODUÇÃO. **Entrevista concedida à Hinckley Wendell do Nascimento Mendes.** Limoeiro do Anadia (AL): 09/07/2019. Entrevista.

distribuir os produtos nas cidades de Maceió, Campo Alegre, Arapiraca, Feira Grande e Lagoa da Canoa.

“Em 1985, o principais produtos da Popular Alimentos era o lanche e a bananola. Dez anos depois, ele incluiu a goiabada, que é hoje um dos principais produtos da empresa. Por volta de 2002, entrou o salgadinho, deixando de ser chamada de Doces Popular para Indústria Alimentícia Popular” (ENTREVISTA COM O GERENTE DE PRODUÇÃO, 09/07/2019).

Com o crescimento da empresa, entre 2000 e 2001, a Indústria Alimentícia Popular mudou seu endereço para um galpão maior em Arapiraca. De acordo com a Gerente de Recursos Humanos (2019), em 2005, a empresa ultrapassou os 150 funcionários. Foi nesse mesmo período, de 2000 a 2005, que a empresa “deu uma alavancada e começou a se especializar no mercado, começou a olhar a parte empresarial de um jeito mais organizado”.

Aproveitando o crescimento do mercado consumidor, em 2010, a empresa comprou mais ou menos 15 máquinas para aumentar a produtividade. Além dessa compra, as máquinas existentes foram reformadas e as novas foram adaptadas para atender as necessidades da fábrica.

As nossas máquinas são relativamente simples para a gente (...) fazemos máquinas para produzir. Então por exemplo, nós temos hoje 5 máquinas de envase para goiabada, essas máquinas têm um diferencial pra gente, porque trabalha com envase por peso, até então não encontramos no mercado essa máquina, então nós adaptamos a máquina para produzir por aqui (ENTREVISTA COM O GERENTE DE PRODUÇÃO, 09/07/2019).

De acordo com a Gerente de recursos humanos (2019), a oficina funciona na empresa e as “máquinas são adaptadas pela oficina da empresa, que é organizada pelo terceiro filho de Sebastião, Expedito Carvalho, de 50 anos”. Expedito que tem apenas o ensino médio, participa da organização da empresa no setor industrial e o irmão mais velho, José Maria Carvalho, 56 anos, também com formação até o ensino médio, ficou responsável pela área comercial da empresa. Academicamente, nenhum dos dois tem formação na área, mas como já participam da gestão e produção da empresa desde criança, ambos conseguiram colocar a Indústria Popular Alimentos, como uma das maiores empresas de Arapiraca e de Alagoas, no setor de alimentos.

Diante da organização comercial e industrial que fez com que expandissem seus mercados, surgiu a necessidade de aumentar sua produção. Assim, em 2014, devido à falta de incentivo da Prefeitura de Arapiraca, a Indústria Alimentícia Popular transferiu, em 2014, suas atividades para o distrito industrial do município de Limoeiro de Anadia (há 20 km de distância de Arapiraca), localizado no povoado de Pé Leve. Segundo Firmino (2016), a Prefeitura de Limoeiro de Anadia doou um terreno de 45.580 m², contemplando parcialmente as atividades

da empresa, “uma vez que a produção tem tido grande crescimento nos últimos anos. Reflexo desse aumento é a abertura de duas filiais da empresa para distribuição de seus produtos, uma instalada em Garanhuns e outra na cidade de Própria (SE).” (FIRMINO, 2016, p. 253).

Figura 19-Vista aérea da Indústria Alimentícia Popular em Limoeiro de Anadia -AL



Fonte: Popular Alimentos (2018)

Quando a empresa mudou para Limoeiro de Anadia, deixando em Arapiraca apenas o setor administrativo, havia uma análise positiva do mercado. Arapiraca já estava com espaço limitado, pois como a empresa crescia desde 2005, “acreditava-se que isso continuaria, mas na transição para cá, deu-se uma queda na economia, então analisando a estrutura que foi instalada pensando no crescimento, estamos um pouco ociosos”. Em relação a 2014, a produção da empresa caiu 30%, não atendendo a expectativa que havia quando a empresa foi construída (ENTREVISTA COM O GERENTE DE PRODUÇÃO, 09/07/2019).

O projeto inicial da empresa era funcionar em três turnos, mas atualmente só trabalham em dois, pois com a crise econômica que afetou o país, desde 2015, a empresa não tem mais a mesma produção e venda que tinha, até se mudar para Limoeiro do Anadia. Nesse período, havia um total de 350 funcionários, sendo 100 da vila Pé Leve, pois era uma contrapartida da empresa para com o município. Houve parceria da empresa, prefeitura, SENAC e SEBRAE para treinar os moradores da vila que foram beneficiados com emprego (ENTREVISTA COM A GERENTE DE RECURSOS HUMANOS, 09/07/2019)

A empresa funciona em dois turnos: um das 06:00 às 14:00h e outro das 14:00h às 22:00; havia outro que funcionava de 22:00 às 06:00, mas como não houve crescimento das vendas, reduziu-se o número de funcionários para 250. Entretanto, não foi somente a queda comercial, o processo de automação também foi a opção adotada para melhorar o processo de produção, diminuindo custos da empresa. A empresa teve incentivos fiscais da Sudene para construção da empresa, mas quanto a melhoria no processo automotivo, foi realizado a partir da compra pelo cartão BNDES (ENTREVISTA COM O GERENTE DE PRODUÇÃO, 2019).

Dos 45.580 m², a empresa possui 9.237 m² construídos e conta com: um galpão para goiabada, outro para processamento de frutas, um para produção de pipoca e outro dois galpões para estoque de matéria-prima e de produtos acabados, além do refeitório da unidade industrial. A empresa emprega o total de 445 funcionários, sendo: 258, em Limoeiro de Anadia, dos quais, 240 trabalham na fábrica e 18 funcionários na administração, com sede em Arapiraca; 17 funcionários atuam na distribuidora de Propriá; 40 funcionários trabalhando no centro de distribuição em Garanhuns; e 130 funcionários são terceirizados no setor de logística. Essa estrutura atende aos estados da região Nordeste, e principalmente Alagoas, Pernambuco e Sergipe.

Atualmente, a Popular Alimentos possui sete linhas de produção: linha de salgados de milho; linha de pipoca; linha compartilhada de lanche e bananola; linha de cocada de leite e amendoim; linha de crocantes; linha de paçoca; linha bem compartilhada de lanchinho, de goiabinha e de cucks.

Figura 20-Área de produção do lanchinho e goiabinha



Fonte: Agência Alagoas (18 de outubro de 2019)

As principais matérias-primas utilizadas nas linhas de produção da fábrica são frutas, trigo, açúcar e leite. Das matérias-primas que são utilizadas, 50% da goiaba é adquirida de produtores rurais do Agreste alagoano e os outros 50% é de Petrolina (PE). A banana para fazer doces vem dos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, somente a banana para conservas é que vem do estado de Alagoas; segundo o Gerente de Produção (2019) “a banana alagoana possui muita água e não é interessante para fabricação de doces”. O amendoim vem do estado de São Paulo; e quanto ao milho para pipoca e salgadinho de milho, 60% vem do estado de Goiás e os outros 40% de Sergipe; o mamão para conservas de frutas, também é de Sergipe. Três matérias-primas são compradas em Alagoas, o açúcar, trigo e leite. Em relação ao açúcar, 100% é do estado, sendo comprado das empresas Coruripe, Caeté e Pindorama. O leite vem do semiárido alagoano que, é a principal bacia leiteira do estado. O trigo utilizado pela empresa, é da fábrica Sarandi, que está localizada em Maceió, no entanto, atualmente a empresa está fazendo testes com trigo da Bunge, localizada em Recife (PE).

O mercado consumidor da empresa, está concentrado na região Nordeste, que é o principal eixo de atuação. Contudo, o mix de produtos é vendido mais nos estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e parte da Bahia; já os estados do Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte apenas a goiabada é comercializada. De acordo com Gerente de Produção (09/07/2019), em junho de 2019, a empresa começou a enviar para o estado do Amazonas seu produtos, mas ainda é um mercado em experimento.

O principal mercado da Popular Alimentos são os pequenos varejos, 57% das vendas, tanto é, que seu mix de produtos estavam presentes apenas nas redes de supermercados alagoanos (*vide quadro 20*). Os outros 37% vai para redes atacadistas e somente 5%, para grandes redes de supermercados. Pela estrutura da empresa, número de funcionários e atuação regional, a empresa é considerada uma grande empresa, além disso, segundo a entrevista realizada com os dois gerentes, o faturamento da empresa chega à média de 5 milhões por ano.

4.2.7 Indústria de Laticínios Valedourado

No dia 10 de outubro de 2019, realizou-se uma entrevista com o Coordenador Administrativo⁹² da Valedourado⁹³. As informações acerca da fábrica foram obtidas baseadas

⁹² COORDERNADOR ADMINISTRATIVO. *Entrevista concedida à Hinckley Wendell do Nascimento Mendes*. Palmeira dos Índios-AL: 10/07/2019. Entrevista.

⁹³ Indústria de Laticínios Palmeira dos Índios S/A

na entrevista com o gerente administrativo, nos textos acadêmicos sobre a bacia leiteira do semiárido alagoano e nas informações presentes no *site*⁹⁴ da empresa.

Figura 21-Unidade Produtiva da Valedourado em Palmeira dos Índios-AL



Fonte: foto tirada pelo autor em trabalho de campo no dia 10 de outubro de 2019

A fundação da Valedourado teve início com a construção do laticínio de Ricardo de Souza Leão Sampaio, engenheiro civil, natural de Pernambuco, que transferiu sua unidade produtiva de produção de açúcar de Pernambuco para Alagoas, na década de 1970. E em 1987, passou a atuar no setor de laticínios, criando o Laticínio R.S. Um ano depois, em 1988, o a empresa muda de nome para Valedourado. Em 1989, a unidade fabril, chamada Indústria de Laticínios Palmeira Dos Índios S/A (ILPISA), que até os dias atuais é a matriz da empresa, foi comprada por Ricardo Sampaio (VALEDOURADO, 2003).

De acordo com Vasconcelos Jr. (2016), a empresa surgiu no período em que o Brasil vivenciava uma crise inflacionária e uma tentativa de garantir a importações para atender o mercado consumidor. Isto, foi sentido com mais força em Alagoas, após o acordo do usineiros⁹⁵, que prejudicou alguns setores, incluindo o de laticínios. Por outro lado, durante a crise econômica que o estado vivenciava, surgiu em 1985, a Indústria de Laticínios Palmeira dos Índios S/A (ILPISA), produzindo leite tipo C e queijo muçarela para o mercado consumidor de Alagoas e do Nordeste “formado sobretudo pela população de baixo poder aquisitivo” (VASCONCELOS JR, 2016, p. 125).

⁹⁴ VALEDOURADO. **História**. Palmeira dos Índios, 2003. Disponível em: <http://iogurte.valedourado.com.br:88/aempresa/historia.php>. Acesso em: 05/10/2019.

⁹⁵ Acordo que tomou como base a decisão do STF, na década de 1980, de ilegalidade na cobrança de impostos sobre os usineiros. Outro acordo foi realizado no próprio estado com Fernando Collor de Melo, então governador de Alagoas, que pagou em 120 parcelas, as cobranças de ICMS realizadas até 1985.

A crise dos usineiros contribuiu para que empresários do setor sucroalcooleiro pudessem investir em outros setores econômicos, como foi o caso de Ricardo Sampaio, que era proprietário da Usina Roçadinho e, em 1987, começou atuar no setor de laticínios através do Laticínio R.S, localizado no município de Major Isidoro. Em 1988, a empresa passou a se chamar Valedourado, trabalhando com pasteurização do leite tipo C. Um ano depois, “a acumulação de capital desse empresário, sobretudo associada a tradicional agroindústria sucroalcooleiro” fez com que fosse possível comprar a ILPISA, que até 1989, pertencia a José Amaral e hoje pertence a marca Valedourado (VASCONCELOS JR., 2016, p. 126).

De acordo com o Coordenador Administrativo (2019), a partir de 1994, a Valedourado aumentou seus investimentos no leite UHT (Longa vida) e ampliou seu mix produtivo. Em 1997, conseguiu a licença para ser a primeira empresa do Brasil a fazer envase de suco, da marca de bebidas americana, Tampico. Com intuito de expandir sua produção e sua atuação comercial para o Sul e Sudeste do Brasil, em 1999, foi adquirida a unidade fabril de Itapetinga-BA⁹⁶.

Figura 22-Empresa Valedourado em Itapetinga - BA



Fonte: Radar Itarantim (03 de janeiro de 2020)

O entrevistado não soube informar o ano, mas em 1999, já existia unidade produtiva de Governador Valadares-MG. Entretanto, “em meados de 2002, a Unidade de Governador

⁹⁶ De acordo com informações do jornal local da Itapetinga-BA, empresa cearense, Betânia Lácteos, maior fábrica de produtos derivados do leite no Nordeste, assumiu a fábrica da Valedourado. “De acordo com a atual gerência da Valedourado, a Betânia assume a fábrica nos próximos 3 meses como empresa terceirizada, período necessário para transição e documentação. Após esse período, a Betânia assume a fábrica em regime de arrendamento por 20 anos, com opção de compra após esse período” (RADAR ITARANTIM, 03 de janeiro de 2020).

Valadares transforma-se em um Centro de Captação de Leite para atender a demanda da Unidade de Itapetinga (BA)” (VALEDOURADO, 2003, sem página). A partir desses dez primeiros anos, a empresa conseguiu aumentar sua participação no mercado e se tornou presente, principalmente, nos estados das regiões Norte e Nordeste.

Aproveitando o crescimento econômico pelo qual o país passava no início do século, a empresa começou a exportar para América Central, África e Oriente Médio, mas isso só durou até 2008, uma vez que, posteriormente a empresa passou a encontrar dificuldades financeiras para atender as demandas internas e externas. No ano de 2010, a Valedourado adquiriu uma fábrica de chocolate em Salvador (BA) e comprou uma nova marca, a Limba, que era da Parmalat, líder em vendas de chocolate no estado. No ano de 2011, produziram os primeiros ovos de páscoa com a organização da empresa Valedourado. Nesse período, a empresa se dividia da seguinte forma:

Palmeira dos Índios, nós tínhamos a unidade fabril [de laticínios], em Itapetinga [de laticínios], unidade fabril, e em Salvador, ocorria a produção de chocolate. Nós também tínhamos os escritórios comerciais em: Recife, Salvador, Fortaleza e Maceió, que era o escritório central. Na metade de 2011, mudamos o escritório aqui para unidade de Palmeira dos Índios, até porque, tínhamos a intenção de reduzir custos, pois estávamos começando a entrar no cenário de crise nacional (ENTREVISTA COM O COORDENADOR ADMINISTRATIVO, 10/10/2019).

De acordo com o entrevistado, entre 2012 e 2013, a empresa enfrentou uma grande crise financeira que desregulamentou as atuações da firma, chegando a enfrentar um turbulento processo de recuperação judicial. Esse fato, foi somado a uma seca muito grande que houve no semiárido, afetando a bacia leiteira. Segundo Vasconcelos Jr (2016), durante esse período, a Valedourado “possuía uma dívida com produtores de leite, funcionários, bancos, associações e fornecedores que somava R\$ 293,8 milhões de reais” (p.193).

Diante desse cenário, a empresa fechou seus escritórios nas capitais nordestina e passou a concentrar suas atividades, somente em Palmeira dos Índios. A Valedourado retomou de forma tímida ao mercado em 2014, mas um ano depois, fechou a fábrica de chocolates em Salvador. “Em março de 2014, a empresa empregava cerca de 384 funcionários em Palmeira dos Índios, divididos em três turnos” (VASCONCELOS JR, 2016, p. 194).

Essas crises refletiram não somente na estrutura produtiva e comercial da empresa, mas também, na relação econômica com os produtores locais, pois, até 2017, a Valedourado possuía 307 funcionários diretos. Em outubro de 2019, após passar por uma nova reestruturação, o quadro foi reduzido, contando com uma média de 200 funcionários, 150 na fábrica e 50 no

administrativo. Além dos funcionários, 90% do leite utilizado na fábrica vem de Palmeira dos Índios e municípios circunvizinhos, sendo somente 10% do leite de municípios circunvizinhos de Pernambuco, mas o número de produtores que abastecia a empresa caiu de 300, em 2017, para uma média de 150 a 200, em 2019.

Os principais produtos da empresa são o leite UHT, leite fermentado, achocolatados, manteiga, coalhadas, leite condensado, creme de leite, iogurte e o suco valemix, que foi lançado em 2018. Como a empresa passou por uma crise que afetou sua venda no mercado e o principal produto, o leite UHT, ocorreu muitas oscilações de preço, pois a margem de lucro após essa crise, é baixa. Entretanto, o que acaba dando um suporte maior para empresa são os sucos, principalmente o tampico, iogurte e achocolatado (ENTREVISTA COM COORDENADOR ADMINISTRATIVO, 10/10/2019).

Segundo o Econodata (2019), o faturamento presumido da empresa é de R\$ 100.000.001 a 300.000.000 por ano. Levando em consideração o número de funcionários, que diminuiu após passar por esse processo de crise e reestruturação, ela deixou de ser uma empresa de grande porte e passou a ser de porte médio, pois houve uma redução de 33% no seu quadro. Apesar da crise pela qual passou, a empresa continua com mercados nos estados nordestinos, além de atuar no Amazonas, Pará, Acre e Minas Gerais. Entretanto, Alagoas, Bahia e Pernambuco são os estados que a Valedourado mais participa.

De acordo com o coordenador administrativo (2019), atualmente a empresa não tem interesse em expandir seu produtos para outros estados, pois o principal objetivo é se manter e estabilizar suas atuações no mercado atual.

4.2.8 Moinho de Trigo Indígena S.A - Motrisa⁹⁷

Em 25 de julho de 1934, foi fundado no município de Carazinho (RS), a empresa Aita Barleza & Cia, que foi precursora do Moinho Motrisa e Sarandi. No mesmo ano, a empresa iniciou a distribuição de produtos alimentícios para todo o Brasil, incluindo o Nordeste. Em 1952, a empresa passou atuar especificamente na moagem de trigo, inaugurando em Carazinho o moinho de trigo, com máquinas importadas da antiga República da Tchecoslováquia. Somente

⁹⁷ A empresa aceitou responder um questionário que foi enviado no dia 27 de outubro para o e-mail da empresa, porém, só algumas perguntas foram respondidas pela analista sênior de Marketing da Motrisa.

em 1956, a empresa passou a se chamar Moinhos de Trigo Indígena S/A – Motrisa (SARANDI ALIMENTOS⁹⁸, 2019⁹⁹).

A partir de 1960, a Motrisa deixou de atuar somente no âmbito regional e passou a expandir suas estruturas para outros estados do Brasil, com objetivo de atender as regiões Norte e Nordeste. Assim, em 1964, a Motrisa inaugurou o moinho na região Nordeste, nesse período havia uma disputa entre os estados de Sergipe, Pernambuco e Alagoas para saber qual deles receberiam a filial nordestina. Até que, Maceió, foi selecionada por conta da inexistência de moinhos no estado, facilidade de acesso aos meios de transporte marítimo e terrestre, além da utilização da embalagem, que seria 100% alagoana, uma vez que, tradicionalmente o estado já era produtor e industrializador de algodão. Para instalar o moinho, a empresa utilizou recursos próprio e financiamentos do BNB, que poderiam ser pagos em até 10 anos (MOTRISA, 1984, p. 36 e 37).

Figura 23-Moinho Motrisa em Maceió-AL



Fonte: Gazeta de Alagoas (07/01/2020)

Além do moinho de trigo, desde 2004, a empresa atua na fabricação de linhas de mistura para bolo. Em 2018, a Motrisa inaugurou uma nova unidade da empresa no município de Muricí (AL). Conforme o *site* da empresa Sarandi Alimentos (2020), neste início de ano, será

⁹⁸ SARANDI ALIMENTOS. A Empresa. Disponível em: <<http://sarandialimentos.com.br/>>. Acesso em: 27/03/2020.

⁹⁹ “O nome Sarandi, como não podia deixar de ser, é uma homenagem à cidade com este mesmo nome, no interior do Rio Grande do Sul, que sediou seu primeiro moinho de trigo em 1934” (MOTRISA, 1984, p. 30)

inaugurado a fábrica de pães congelados e misturas na unidade de Muricí, com capacidade de produzir 1.000 toneladas/mês.

Figura 24-Inauguração da Unidade de Murici-AL



Fonte: SEDETUR (17 dezembro 2018)

Ao longo deste trabalho, houve tentativas para realizar entrevistas com representantes da empresa, mas não foi possível. Algumas informações foram adquiridas no questionário enviado ao Gerente de Marketing da empresa.

Quadro 23-Informações do Moinho Motrisa/Maceió-AL

Número de funcionários	240	Administrativo – 38
		Fábrica – 176
		Comercial – 26
Porcentagem de funcionários alagoanos	51% a 70%	
Empresas terceirizadas	2	SAPORE – Refeitório/ CIEE - Aprendiz
Fez investimentos recentes na empresa?	Sim	Abriu nova unidade em Muricí

Fonte: Questionário Moinho Motrisa (recebido em 03/10/2019)

Além dessas perguntas, foi respondido que as produção de Alagoas são destinadas a todos os estados nordestinos. Segundo as respostas do questionário, os principais compradores do trigo de fábrica são as padarias. No entanto, não somente as padarias compram do trigo da empresa, conforme entrevistas com outras fábricas, pelo menos três fábricas de alimentos utilizam o trigo da Sarandi. Na pesquisa realizada nas redes de supermercado, encontrou-se marca em sete redes, que vendem em especial, o trigo e a massa de mistura de bolo.

Hoje a empresa é considerada de grande porte, pelo número de funcionários e sua estrutura e que vem avançando cada vez mais em atuação a nível nacional e regional. Em visita

recente ao *site* da empresa (2019), há informações de que a Motrisa, em 19 de dezembro de 2019, efetivou parceria com o Grupo JM de Goiás, que faturou em 2019, o equivalente a 210 milhões, no segmento de moagem de trigo e pães congelados. Também, há uma proposta de instalar duas novas unidades industriais para produção de massas e pães congelados (SARANDI ALIMENTOS, 2019). Segundo a Sarandi Alimentos (2019), a partir de agora, a Motrisa de Maceió, continuará atuando na fabricação de misturas para bolos e terá um centro de distribuição de produtos que atenderá os estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; quanto ao moinho de Aracajú, ele atenderá as demandas dos estados de Sergipe e Bahia.

4.3 INDÚSTRIA DE ALIMENTOS DE ALAGOAS E SAÍDA DO CIRCUITO INFERIOR PARA O SUPERIOR

De acordo com Rangel (2012, p. 133), ao estudarmos o comportamento econômico de um determinado grupo social e as transformações econômicas pelas quais passam, encontraremos também, mudanças na forma de organização da humanidade. Ou seja, “paralelamente, muda também a cultura, isto é, a ideia que o homem faz de si mesmo e do mundo em que vive.” Assim, é necessário estudar os fatos de modo a compreender todo o processo histórico e analisar de forma específica, sem deixar de relacionar materialmente e imaterialmente tudo que se apresenta e se relaciona no espaço.

O processo de desenvolvimento é complexo e altera toda vida social, isto inclui mudanças na distribuição da população, condições de trabalho e produção, distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação, quantidade e qualidade do capital necessário ao processo produtivo e as técnicas de produção. Estes últimos, contribuem com o aumento da produtividade, que é “causa e efeito primário do desenvolvimento econômico, que resulta da divisão social do trabalho” (RANGEL, 2012, p. 141). Entretanto, o aumento da produtividade, não é o suficiente para explicar o processo de desenvolvimento. Este é muito mais consequência de certas transformações operadas no modo de produção (RANGEL, 2012, p. 148).

Nesse sentido, o que possibilita condições para o aumento da produtividade e desenvolvimento econômico são as determinações geográficas e históricas, as quais o papel do Estado é fundamental, sem ignorar o crescimento populacional urbano e a reação do empresariado frente a essas determinações. É importante analisar nessa perspectiva, porque permite compreender a transição de empresas do circuito inferior para o superior. Ao observar a descrição das fábricas de alimentos alagoanas, é notável que seu crescimento foi possível a partir de mudanças no padrão de consumo, por meio da urbanização e das políticas de Estado,

sobretudo na história recente dos governos Lula e Dilma que promoveram elevação na renda dos trabalhadores em condições de miséria e pobreza. Por consequência, ampliou a demanda de produtos produzidos artesanalmente ou de pequenas fábricas, alterando em cadeia as condições sociais da população de Alagoas e da região Nordeste como um todo.

Há predomínio das fábricas de alimentos no circuito inferior na rede urbana de Alagoas, associado com a baixa renda da população (seja o PIB per capita, ou seja, IDHM) e predomínio das atividades agrícolas de baixas remunerações – em transição do plantation para a mecanização. Nestes termos, o pequeno proprietário informal em economia de baixa renda e urbanização recente é o ambiente da grande maioria das empresas informais, a exemplo das padarias, lanchonetes, soverterias, casas de farinhas etc. As informações obtidas na FIEA (2018) abstraem esse contingente, em virtude das empresas não regularizadas serem excluídas das planilhas de dados. Outro fator, consiste na formação de poupança do empresário, o que depende exclusivamente da auto exploração do indivíduo ou de sua da família, visto que a capacidade de financiamento do Estado está restrita seja aos interesses da classe dominante que determina as diretrizes do governo, seja a capacidade de estimular a formação de renda doméstica, ou os dois.

No entanto, através das obras estruturais do Estado e das políticas sociais de combate às desigualdades, houve possibilidade de acumulação do empresariado para investir na produção, além de um mercado consumidor que passou a ter poder de compra. A mudança nos padrões de organização das empresas tratadas nesta pesquisa, principalmente as entrevistadas, apontam elementos característicos do circuito superior. Pois ainda que a incorporação tecnológica de algumas fábricas varie, a sua entrada nas grandes redes de supermercados, gerou necessidade de aumento do mix de produtos, conseqüentemente, investimentos em melhorias produtivas. Vale ressaltar, que Santos (2008b) ao tratar das mudanças nos circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, observava em especial as metrópoles nacionais brasileiras. Estas, possuem ritmo de consumo bem diferente, em relação a urbanização da capital Maceió e dos demais municípios alagoanos. Todavia, dentro das condições e demandas do mercado regional, há elementos que apontam para saída de produções mais artesanais e entrada em produções mais modernas.

A estrutura urbana das cidades, vai definir o número de unidades industriais, sejam elas do circuito inferior ou superior, mas as atividades deste último, necessitam de infraestruturas locais maiores do que a do circuito inferior. No caso de Alagoas, é nas principais cidades urbanas, ou seja, as com maiores infraestruturas, maior quantidade de serviços e com maior PIB, que as fábricas com maior capacidade de atuação comercial e tecnológica atuam. Neste

caso, cita-se Maceió e Arapiraca, com o maior número de atividades de urbanas e com mais indústrias de alimentos de médio e grande porte. Segundo o IBGE (2008), Maceió é classificada como uma “Capital Regional A”¹⁰⁰, enquanto Arapiraca passou a ser classificada como “Capital Regional C”¹⁰¹. A primeira, é capital administrativa, cresceu em torno do porto. Já segunda, é regional e cresceu em função das atividades do ciclo fumageiro que fez sua economia despontar, na segunda metade do século XX.

Existe, é claro, cidades com nível de estrutura urbana inferior a Arapiraca e Maceió, que possuem fábricas circuito superior ou superior marginal, é o caso de Palmeira dos Índios, com a empresa Valedourado; Penedo, com a empresa D’lícia; e Limoeiro do Anadia com a Indústria Popular. No entanto, esses municípios não apresentam diversidade de fábricas. No caso da Valedourado, há um aproveitamento por conta da proximidade com a matéria-prima. Em relação a D’lícia, além de ser uma fábrica de biscoitos caseiros que surgiu em Penedo, a empresa ainda se encontra no circuito superior marginal, o que não permitiu mudança para uma estrutura maior fora da cidade, outro fator, é a facilidade de comercialização com seus principais mercados fora de Alagoas, Sergipe, Bahia e Pernambuco. No que se refere a Indústria Popular Alimentos, ela ainda continua com sede em Arapiraca, mas construiu nova unidade produtiva em uma área maior e com maiores incentivos da prefeitura de Limoeiro do Anadia, que fica apenas 20 km de Arapiraca.

A possibilidade de modernização ocorre quando o empresariado se sente motivado a realizar investimentos. A exemplo disso, Mamigonian (1965, p. 398) ao explicar o processo de industrialização em Blumenau (SC), aponta que no início os proprietários utilizam a sua força de trabalho de maneira intensiva, de modo a acumular o suficiente para ter possibilidades de aumentar a produção e utilizar mão de obra não familiar. Ao observar a história das empresas alagoanas, nota-se que a maior parte delas são de iniciativas locais e de caráter familiar, com utilização a priori da força de trabalho individual ou familiar. E só a partir do processo de acumulação, que as empresas ganham possibilidade de sair do circuito inferior. Leva-se em consideração as determinações históricas e econômicas, que possibilitaram o empresariado de realizar investimentos em suas fábricas.

Isso foi possível através das ações do Estado, a partir de 1930, que incentivou tanto o processo de urbanização, com a criação de infraestruturas para integração nacional e a partir

¹⁰⁰ “Capital Regional A, inclui as capitais estaduais, com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios”.

¹⁰¹ “Capital Regional C, tem influência semelhante a Capital Regional A, mas possuem diferenciação de porte e têm padrão de localização regionalizado” (IBGE, 2007, sem paginação).

dos anos 2000 – quando inseriu classes populares no consumo através de políticas sociais. Nesse sentido, as fábricas de alimentos são beneficiadas por ser um setor que produz bens que são consumidos pela população urbana e rural. Ainda que nem todas as empresas de médio e grande porte, possuam todos os elementos do circuito superior, pois não possuem igualmente a mesma capacidade produtiva, elas não fazem mais parte do circuito inferior, inclui-se, algumas empresas no circuito superior marginal.

Identifica-se no circuito superior marginal, a fábrica de Biscoito Caseiro D’licia¹⁰². Esta, mesmo atuando nas grandes redes de supermercados, não possui máquinas e equipamentos modernos, há adaptações de máquinas e o trabalho manual também é valorizado, como o teste de qualidade e a escolha de algumas matérias primas, feita pela proprietária. Isso aponta que, a empresa possui atuação em escala regional e permite que ela aumente a produtividade e saia do circuito inferior, mas não se encaixa como grande empresa por não possuir recursos suficientes para realizar altos investimentos. Por sua vez, as empresas alagoanas Grupo Coringa, Sococo, Indústria Pajuçara, Pindorama, Copra, Indústria Popular, Indústria Camarão e Fika-Frio, estão no circuito superior, mas com elementos de atividades “puras”, pois ainda que suas produções não sejam voltadas à exportação¹⁰³, elas se encaixam no padrão de uma indústria urbana moderna, com capacidade para abastecer a cidade e mercado regional e com investimentos tecnológicos modernos que aumentam a produtividade das fábricas.

As empresas analisadas nesta dissertação apresentam linhas de produção simples e sem considerar tecnologias ultra avançadas e processos produtivos complexos. Basicamente, a tecnologia está na automatização e informatização, seja na linha massas (biscoitos, bolachas, salgadinhos, massas de macarrão) que preparam e modelam as massas e dispõem e retiram dos fornos, seja na preparação e envase dos vinagres e dos temperos. Também, a qualificação da mão de obra, não requer investimento significativo, salvo, os engenheiros químicos ou de alimentos, que necessitam de formação universitária. Mesmo assim, sabe-se que só recentemente, este tipo de função foi incorporado ao processo produtivo, em virtude da

¹⁰² A identificação desta empresa dentro do circuito superior marginal, teve como base a entrevista e visita realizada no dia 10/11/2018. A respeito de outras empresas identificadas nas redes de supermercados, como Agroindustrial Vieira, Ducamp, Indústria de Laticínios Murici e Timbaúba Alimentos Orgânico, leva-se em consideração as informações sobre faturamento e número de funcionários, que foram obtidas na FIEA, Econodata e *site* das empresas, e como não foi possível verificar a estrutura dessas fábricas, a hipótese é de que atuam no circuito superior, mas como marginal, por conta de sua atuação comercial em escala regional.

¹⁰³ As empresas Bauducco e Sarandí se encaixam nesse perfil de indústria, pois não são do estado e se instalaram visando as vantagens locais. No caso das Usinas Coruripe e Caeté, embora sejam alagoanas, suas atuações são voltadas em maior parte para exportação, e por isso, não foram contabilizadas na análise, por produzir em maior parte açúcar VHP.

necessidade que estas empresas tiveram com melhorias nos processos ou diversificação da produção.

Das empresas entrevistadas, somente no Grupo Coringa foi encontrado departamentos com diretores e auxiliares definidos por área (financeiro, marketing, produção, vendas, de pessoal, transporte). As demais empresas tinham responsáveis por áreas administrativas e produtivas, mas o conjunto dos funcionários do escritório se revezavam para atender cada área. A fora isto, os trabalhadores da linha de produção, ou eram qualificados no próprio processo produtivo ou através de cursos do SENAI, que ajudavam no processo de produção e organização da Indústria, ou no SEBRAE, que auxiliava as micro e pequenas empresas a saírem das condições artesanais e se organizarem administrativamente e comercialmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base a importância da indústria de alimentos no seio de uma sociedade cujo processo de urbanização é recente, os dados apresentados sobre a indústria de alimentos em Alagoas consideraram três fatores interdependentes: Estado, mercado urbano e papel do empresariado. Desta forma, se observou que ao longo dos anos, as empresas de Alagoas se modernizaram graças inicialmente à poupança e aos investimentos dos empresários, posteriormente, os incentivos diretos e indiretos do Estado, e o crescimento populacional e a elevação da renda que configuraram o mercado urbano em Alagoas, principalmente das cidades de Maceió e Arapiraca. Isto permitiu aos empresários a acumulação local, seguida da condição que diversificassem sua produção e ampliassem suas atuações não só em Alagoas, mas, principalmente na região Nordeste.

Historicamente, a indústria de alimentos alagoana passou por modificações durante as quatro dualidades da economia brasileira. Em 1850, é identificada em pequenas unidades agrícolas que produziam alimentos nas classes de beneficiamento de arroz e farinha de mandioca. Além disso, já havia a existência dos engenhos de açúcar que a partir de 1870 entrou no processo de modernização, passando a fabricar açúcar por meio de usinas a vapor. Posteriormente, com a entrada do período Republicano, a partir de 1889, Maceió viu sua população aumentar e ganhar estruturas urbanas importantes. Essas obras facilitaram a entrada e saída para o exterior (através do oceano) e para as cidades do próprio estado, bem como capitais e cidades de outros estados (como Pernambuco, Sergipe, Bahia, Paraíba), através de ferrovias e ramais e, somente um século depois, as rodovias. Deste modo, cresce a indústria de alimentos aumentando o número de estabelecimentos, principalmente nas proximidades do porto, no bairro do Jaraguá, onde havia um comércio mais dinâmico, com casas de farinha, massas alimentícias e torrefação de café, além de serviços comerciais e administrativos.

Entretanto, foi a partir de 1930, quando se iniciou o projeto de integração nacional, que ocorreram transformações socioespaciais e fez crescer o mercado urbano de Maceió e Arapiraca. O desenvolvimento das infraestruturas em Alagoas – em particular, Maceió –, e a formação do mercado urbano, gerou condições para o surgimento de pequenas unidades industriais para atender esse mercado. Isto porque as usinas de açúcar destinam 18% da sua produção para o mercado interno. A partir da década de 1960, com apoio do Estado, houve a instalação da empresa gaúcha, Sarandi, para moer o trigo por ela importado e distribuir pela região Nordeste. A Sococo, surgiu na década de 1960, mas ganhou mais força a partir dos investimentos das usinas Seresta e Triunfo pós “acordo dos usineiros”. Outras, como a Indústria

Pajuçara e Fika Frio, utilizaram de recursos próprios, mas não deixaram de ser incentivadas indiretamente pelas modificações urbanas que fez crescer o consumo de seus produtos na capital e no estado de Alagoas.

No caso de Arapiraca, as modificações foram beneficiadas pelo papel do Estado, combinado com a pequena produção mercantil, sobretudo por conta do ciclo fumageiro que possibilitou crescimento do mercado urbano. Além disso, todas as empresas de Arapiraca tiveram ligação direta e indireta com este ciclo, no caso do Grupo Coringa e da Camarão, os seus proprietários atuaram no setor, mas antes que o ciclo viesse a passar por crise, fizeram investimento em outros setores, como alimentos, produção de embalagens e em meios de transporte. Empresas como a Popular Alimentos, que não atuou diretamente na produção do fumo, aumentou sua participação comercial aproveitando o crescimento do mercado urbano entre 1960 e 1980.

O processo de acumulação e investimento das empresas alagoanas de médio e grande porte, ocorreu entre 1970 e 1980, quando Alagoas aumenta sua população urbana. Durante a década de 1990, muitas empresas que não passaram por processos de modernizações acabaram por sentir impactos da entrada do neoliberalismo no Brasil, somente as de laticínios realizaram investimentos em mix produtivos, algumas delas, como é o caso da Valedourado, deve-se ao fato de seu proprietário ter sido beneficiado pelo “acordo dos usineiros”. As empresas que surgiram na década de 1990, não possuíam elevados capitais, a maior parte delas eram soverterias e lanchonetes. Outras com maior expressividade no mercado na atualidade, surgiram em caráter artesanal: D’lícia e Copra, mas seu crescimento e suas atuações fora do estado vieram ocorrer a partir dos anos 2000, em decorrência do aumento do mercado consumidor promovidos pelas políticas sociais do governo federal.

Na primeira década dos anos 2000, as fábricas de alimentos expandiram suas atuações para fora de Alagoas; dentre essas empresas, aquelas que constavam no registro da FIEA (2018) e que estavam presentes com seus produtos nas redes de supermercados de Maceió. Ainda que as microempresas representem maior número de unidades produtivas no estado, são as médias e grandes que possuem maior número de funcionários e maior atuação regional. E foi principalmente o Grupo Coringa, Sococo, Cooperativa Pindorama, Fika-Frio, Indústria Pajuçara, Indústria Popular e Valedourado, que cresceram ampliando as estruturas, construindo filiais, investindo em tecnologias e melhorando a capacidade de organização administrativa e comercial.

Essas modificações permitiram incorporação de elementos que definem as fábricas de alimentos alagoanas como parte do circuito superior da economia urbana ou do circuito superior

marginal. Elas, fazem parte da indústria urbana moderna com máquinas, equipamentos e organizações administrativas modernas. Nem todas as empresas, como é o caso da Indústria Camarão, são de grande porte pelo número de funcionários, mas nela são identificados elementos do circuito superior, como, por exemplo, o trabalho formal, a participação no mercado regional e os investimentos na produção com incorporação de máquinas e equipamentos modernos ou equipamentos adaptados à automação ou ao processamento fabril. Outra empresa, a D'Ílvia, identifica-se ampliação de sua participação no mercado regional e produtos que não são destinados às classes populares, porém, suas estruturas ainda não são puramente modernas, ainda necessita de atividades manuais no processo de produção devido a pequena escala de produção e a diversificação se concentrar no mesma base: biscoitos. Isto, a classifica como uma fábrica no circuito superior marginal.

Embora fábricas de alimentos como a Bauducco e Sarandi, possuam características e elementos impuros, não sendo de Alagoas e se aproveitando apenas dos incentivos e das vantagens locais, elas não são maioria. A maior parte das fábricas de alimentos que saíram do circuito inferior, possuem características e elementos das atividades puras. Não seria possível ocorrer migração do circuito inferior para o superior, se não fosse pelas políticas de Estado que garantiram transformações socioespaciais, levando o empresariado a realizar investimentos em tecnologias para aumentar a produtividade e atuação comercial.

Entre 2003 e 2015, o Brasil melhorava progressivamente os índices sociais e econômicos. Essas mudanças foram possíveis a partir das políticas sociais que ajudaram a reduzir a desigualdade presente entre as regiões brasileiras. O Nordeste, foi a região que mais se beneficiou, saiu das condições de vida muito baixas e passou a ter maior possibilidade de participação no mercado de trabalho e consumidor. Com isso, as fábricas de alimentos expandiram seus negócios. A exemplo do Grupo Coringa, que construiu uma filial em Luís Eduardo Magalhães (BA); Indústria Popular, que construiu uma moderna unidade produtiva em Limoeiro do Anadia (AL); a Indústria Pajuçara que incorporou a empresa AFA, em 2007; a Valedourado que montou uma filial na Bahia e outra em Minas Gerais; a Indústria Camarão que recebeu incentivos do BNDS para renovar suas máquinas e equipamentos, e construiu recentemente uma fábrica de cervejas; e a D'Ílvia, que além dos incentivos do Prodesin, recebeu apoio do SENAI e SEBRAE para organizar sua unidade produtiva. Sem contar empresas como Fika-Frio e Sococo, que ampliaram sua atuação no mercado regional e nacional, respectivamente.

Apesar do crescimento expressivo que ocorreu, entre 2003 e 2015, quando cresce a classe média brasileira e as classes C, D e E são incorporadas no consumo, os dias atuais não

apresentam o mesmo crescimento. Desde o final de 2015, a indústria de alimentos vem apresentado dificuldades econômicas. Pois, aproveitando o crescimento do mercado brasileiro, entre o final da primeira década e início da segunda década do século XXI, empresas alagoanas, como Popular, Camarão, D'licia e Pajuçara realizaram investimentos para ampliar sua produtividade, mas não foram obtidos os retornos esperados.

Com base nas entrevistas com os proprietários e representantes das empresas, aponta-se que o governo estadual não tem realizado uma política industrial de incentivo as unidades locais. Mesmo com a existência do Prodesin, não é somente a redução de impostos que contribui com o crescimento das empresas. A política de incentivo à indústria local deve levar em consideração, maior qualificação do mercado de trabalho e melhores incentivos a modernizações tecnológicas para que haja menor dependência das políticas sociais do governo federal, que muito contribuíram com as mudanças pela qual as empresas de alimentos alagoanas passaram. Mas a intensificação das crises econômicas recentes, tem prejudicado até mesmo as políticas sociais; com sucessivas reformas administrativas, previdenciárias e trabalhistas, o mercado consumidor alagoano enfraqueceu.

Diante das sucessivas crises políticas e econômicas que se instituíram no Brasil, o progresso pelo qual caminhava o País foi deixado de lado. Adotou-se políticas semelhantes às da década de 1990, que diminuíram o poder de compra da população, afetando as fábricas de produtos alimentícios, sobretudo as que fizeram investimentos pensando o período de crescimento (2003-2015). Com exceção do Grupo Coringa – que continua vendendo seu principal produto que é de baixo custo, o cuscuz –, as demais empresas vêm sofrendo queda no seu faturamento em decorrência da diminuição do consumo popular. Isto, é causa e efeito da crise política e econômica consolidada em maio de 2016.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ALAGOAS. **Área de produção do lanchinho e goiabinha**. 2019. fotografia. 7,07 cm x 22,78cm. Disponível em: < <http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/31353-al-tem-o-maior-indice-em-geracao-de-empregos-no-mes-de-setembro-desde-2013>>. Acesso em 02/01/2020.

ALAGOAS, Governo do Estado. **Perfil socioeconômico do estado de Alagoas**. Maceió: FIPLAN, 1987.

_____. O Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas - PRODESIN. **Lei N° 5671 De 01 de Fevereiro De 1995**/ atualizado em 08/03/2016.

_____. Secretaria de Estado da Fazenda. **Instrução Normativa SEF N° 30 DE 14/09/2007**, publicado em 17/09/2007.

_____. **Perfil Municipal: Arapiraca**. Ano 2014a, n 2 (2014a). Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2013. Disponível em: < <http://dados.al.gov.br/dataset/43ba0374-afb2-46f8-92f3-ed5f6fa45587/resource/0a745ff0-f4a0-4308-891e8a42d83d3bf1/download/municipalarapiraca2010.pdf>> . Acesso em 19/02/2019.

_____. **Perfil Municipal: Pão de Açúcar**. Ano 2014(b), n 2 (2014b). Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2013. Disponível em: < <http://dados.al.gov.br/dataset/perfil-municipal-2018/resource/5d74ba9f-33fc-4bb5-b173-0915321e5232>> . Acesso em 19/02/2019.

_____. **Perfil Municipal: Penedo**. Ano 2014(c), n 2 (2014c). Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2013. Disponível em: < <http://dados.al.gov.br/dataset/perfil-municipal-2018/resource/5d74ba9f-33fc-4bb5-b173-0915321e5232>> . Acesso em 19/02/2019.

_____. **Perfil Municipal: Palmeira dos Índios**. Ano 2014(d), n 2 (2014d). Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2013. Disponível em: < <http://dados.al.gov.br/dataset/perfil-municipal-2018/resource/5d74ba9f-33fc-4bb5-b173-0915321e5232>> . Acesso em 19/02/2019.

_____. **Perfil Municipal: Quebrangulo**. Ano 2014(e), n 2 (2014e). Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2013. Disponível em: < <http://dados.al.gov.br/dataset/perfil-municipal-2018/resource/5d74ba9f-33fc-4bb5-b173-0915321e5232>> . Acesso em 19/02/2019.

_____. **Perfil Municipal: Viçosa**. Ano 2014(f), n 2 (2014f). Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2013. Disponível em: < <http://dados.al.gov.br/dataset/perfil-municipal-2018/resource/5d74ba9f-33fc-4bb5-b173-0915321e5232>> . Acesso em 19/02/2019.

_____. **Perfil Municipal: Igaci**. Ano 2014(g), n 2 (2014g). Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2013. Disponível

em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/perfil-municipal-2018/resource/5d74ba9f-33fc-4bb5-b173-0915321e5232>> . Acesso em 19/02/2019.

AMARAL, Thomaz do. **Fala Dirigida a Assembleia Legislativa da Província da Alagoas**. Maceió, 01 de março de 1858. p. 22. Disponível em: <<http://www.luznogueira.com.br/noticiasluz2.php?c=126>>. Acesso em: 10/01/2019.

ALMEIDA, Roseny de. **Cooperativa e desenvolvimento territorial: o caso da Cooperativa Pindorama Alagoas**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1601>> acesso: 04/04/2019

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica do Nordeste**. 2ª edição. – São Paulo: Atlas, 1974.

_____. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5ª. Ed. - - São Paulo: Atlas, 1986.

_____. Os rios-do-açúcar do Nordeste Oriental: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. 2ª. Ed. Maceió: EDUFAL, 2010.

ANUÁRIO NORDESTINO. História, Estatística, Economia e Publicidade. Recife: Priore & CIA, 1952. p. 336 a 577

ANTONIL, André João. Cultura e opulência do Brasil. 3. Ed. – Belo Horizonte: Itatiaia, 1997. 239p.

BADIRUS, Ajibola Isau; ROMÃO, Viviane da Silva; SANTOS, Alexandre Felipe de Vasconcelos. **Ocupação de Maceió traçada desde o Porto de Jaraguá até o Plano Diretor**. 4º GeoAlagoas – Simpósio sobre as geotecnologias e geoinformação no Estado de Alagoas, 2017. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/335fcc77-1d45-4ad6-9542-c29330187507/resource/c945d837-cb98-4a08-b751-54be7d28c169/download/ocupacaodemaceiotracadadesdeoportodejaraguaateoplanodiretor.pdf>>. Acesso em: 29/09/2019.

BARBOSA, MARCOS. Na zona norte do Recife, uma sorveteria de sabores e memórias. **Brasil de Fato**, 09 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/08/09/na-zona-norte-do-recife-uma-sorveteria-de-sabores-e-memorias>>. Acesso em: 09/02/2020.

BASTOS, Eliana Teles; CONTINI, Elisio; GAQUES, José Garcia; LEONARDI, Renato Barros de Aguiar Evolução recente e tendências do agronegócio. **Revista Política Agrícola**, Ano XV – Nº 1 – Jan./Fev./Mar. 2006. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/62803/1/Evolucao-recente-e-tendencias-do-agronegocio.pdf>> Acesso em: 26/02/2020.

BISCOITOS CASEIROS D’LÍCIA. **A empresa**. Penedo-AL: D’lícia, 2018.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços: **Alagoas**. Disponível: <<http://www.mdic.gov.br/balanca/comex-vis/uf/output/html/al.html>>. Acesso em: 03/04/2019.

CABRAL, Luiz Antônio Palmeira. Planos de Desenvolvimento. de Alagoas. 1960/2000. Maceió: EDUAL/SEPLAN-AL/Fundação Manuel Lisboa, 2005. 177p.

CABRAL, Torquato; COSTA, Craveiro. **Indicador Geral do Estado**. Governo do Estado de Alagoas, Maceió, 2016.

CARVALHO, Cicero Péricles de. **Pindorama, a cooperativa como alternativa**. Maceió: EDUFAL, 2005.

_____. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira de Alagoas**. 3° ed. Maceió: EDUFAL, 2009, 111p.

_____. **Formação histórica de Alagoas**. 4. ed. Maceió-AL: EDUFAL, 2015.

_____. **Economia popular: Uma via de modernização para Alagoas**. 7°ed. Maceio: EDUFAL, 2016, 144p.

CASTRO, Antônio Barros de. **Sete ensaios sobre a economia Brasileira**. Vol 1. Rio de Janeiro: Forense, 1972. 2° ed. Vol II p. 103-162.

CASTRO, Armando Barros de. Características e significados da indústria de brasileira de alimentos. **Revista administração de empresas**. vol.17 no.6 São Paulo Nov./Dec. 1977

CBHSF- Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco. **Regiões Hidrográficas**. Disponível em: <<https://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/#regioes-hidrograficas>>. Acesso em: 22/01/2020.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico**. N° 179:3 mar-abr, 1964a. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1964_v22_n179_mar_abr.pdf>. Acesso em 27/03/2018.

CHOLLEY, André. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. **Boletim Geográfico**. N° 180:3 mai-jun, 1964b. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1964_v22_n180_maio_jun.pdf> Acesso em 28/03/2018.

CODEVASF. Projeto Amanhã em Arapiraca: **Cinturão Verde**. Brasília-DF, 2006. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/noticias/2005/20050707_02> . acesso em: 12/12/2018.

COELHO, Maria Alves do Socorro. **Revista brasileira de Geografia**. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Rio de Janeiro, v.54, n 1. p. 1-180, IBGE, jan./mar., 1992. ISSN: 0034-723X. Disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1992_v54_n1.pdf>. Acesso em: 10/10/2019.

CONCEIÇÃO, Maria Dias de Lima; Salete Barbosa Cavalcanti, Josefa. **Cooperativa e desenvolvimento territorial: o caso da Cooperativa Pindorama Alagoas**. 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9608>>. Acesso:04/02/2019

CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. **Revista Terra Livre**. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1992. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/about/contact> Acesso. 19/02/2019.

_____. **Principais rodovias em 1962**. Mapa. 1992. 9cm x 14cm.

COSTA, Craveiro. **Alagoas em 1931**. Maceio, 1931.

_____. **Maceió**. 2º ed. Maceió: SERGASA, 1981. 219p.

DANTAS, Manuel Pinto de Souza. **Relatório**. Província das Alagoas: Maceió, 24 de abril de 1860. Disponível em:< <http://www.luiznogueira.com.br/noticiasluiz2.php?c=126>> Acesso em: 30/05/2019.

DESCONHECIDO, Autor. Indústria de alimentos: perspectivas. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4,p. 78-84, abr. 1974. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/70042>>. Acesso em: 03/04/2019.

DIEGUES, Junior Manuel. **O Banguê das Alagoas: Traços da influência do sistema econômico do engenho da cana de açúcar na vida e na cultura regional**. 3º ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

D'LÍCIA. **Planta da unidade de produção da D'licia**. Planta. 2018. 15cm x 13cm

DUARTE, Aberlado. **Três Ensaio**s: do republicanismo nas Alagoas; episódios do contrabando de africano nas Alagoas; os jesuítas nas Alagoas. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1966.

ECONODTA. **Diretório de empresas Econodata**. Disponível em: < econodata.com.br/lista-empresas>. Acesso em: 12/07/2019.

EDGLEY, Roy. Materialismo Dialético. *In*: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. 2º ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2012, 705p.

EMBRAPA. Aspectos Econômicos da Produção e Utilização do Milho. **Circular Técnica**, ISSN 1679-1150, Sete Lagoas-MG, 2006. Disponível em: < http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/producaoutilmilho_000fghw1d5602wyiv80drauenaku42b6.pdf> acesso em: 29/04/2019.

_____. **Informações detalhada das empresas: Indústria Reunidas Coringa LTDA**. 18/07/2019;

_____. **Informações detalhada das empresas:** Sococo S.A Indústrias Alimentícias. 23/12/2019.

_____. **Relatório individual da empresa: Indústria Reunidas Doglobo LTDA.** Disponível em: <<https://www.econodata.com.br/lista-empresas/ALAGOAS/UNIAO-DOS-PALMARES/I/25032506000103-INDUSTRIA-REUNIDAS-DOGLOBO-LTDA>>. Acesso em: 09/02/2019.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS DE ALAGOAS. Maceió: Gazeta de Alagoas, 2012, págs. 196-213.

ESPINDOLA, CARLOS JOSÉ. **AS AGROINDÚSTRIAS DO OESTE CATARINENSE: O CASO SADIA** (Dissertação mestrado). Orientador: Armén Mamigonian. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

FAUSTO, Boris. **HISTÓRIA DO BRASIL:** História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. São Paulo: Edusp, 1996. Disponível em : <

[http://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%F4nia\).pdf](http://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%F4nia).pdf)> Acesso: 31/12/2018.

FERRARI, Onorina Fátima. A Organização Espacial do Agreste e do Sertão de Alagoas: A redefinição dos centros urbanos (dissertação-resumo). **Cadernos de Geociências**, IBGE. Rio de Janeiro, n°1, p.53, 1988.

FIRMINO, Paul Clivilan Santos. **Arapiraca/AL e Itabaiana/SE:** A feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro (dissertação). Orientador – Armen Mamigonian. São Paulo: USP, 2015. 316 p.

FREIRE, João Batista; RABELO, Raimundo Ricardo; SANTOS, Ana Lúcia Cruz dos;

SILVA, Bento Claudino da. **A cadeia produtiva orizícola do Baixo São Francisco:** antecedentes, situação atual, perspectivas e atuação de alguns componentes / Raimundo Ricardo Rabelo... [et al.]. – Brasília, DF: Embrapa, 2013. Disponível em:

<<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/982713/1/CartilhaBSF.pdf>> Acesso: 20/07/2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS. **Guia da Indústria de Alagoas**, Maceió: FIEA, 2013.

_____. **Guia da Indústria de Alagoas**, Maceió: FIEA, 2018.

_____. **Matriz Insumo Produto.**
Maceió: FIEA, 2014.

_____. **Trajatória da Indústria em Alagoas: 1850/2017.** Instituto Euvaldo Lodi.– 1.ed.– Maceió: FIEA, 2018. 171 p.: Il.

FIGUEREDO, José Bento da Cunha. **Fala Dirigida a Assembleia Legislativa da Província da Alagoas.** Maceió, 05 de maio de 1850. p. 36 a 39. Disponível em: <<http://www.luiznogueira.com.br/noticiasluiz2.php?c=126>>. Acesso em: 10/05/2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Qual a faixa de renda familiar das classes? **Centro de Políticas Sociais**, 2014. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/qual-faixa-de-renda-familiar-das-classes>> Acesso em: 05/12/2019.

GAZETA DE ALAGOAS. **Moinho Motrisa em Maceió – AL.** 2019. fotografia. 8cm x 12cm. Disponível em: <<https://d.gazetadealagoas.com.br/cidades/246479/apos-quase-seis-anos-moradores-ainda-esperam-indenizacoes>> . Acesso em 10/01/2020.

GAMA & CIA. **Anuário Commercial ilustrado de Alagoas.** Recife, Diário da manhã, 1929. P. 51 a 128

GOMES, Fábio Guedes. A inserção da economia alagoana na recente dinâmica de crescimento regional. **Revista de Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, vol. 4, n. 10, p. 151-186, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/repd/article/view/768>>. Acesso em: 15/11/2019.

GOOGLE. **Fábrica de Biscoitos D'licia em Penedo.** 2017. fotografia. 6cm x 11cm.

_____. **Produção de biscoitos D'licia.** 2017. fotografia. 7cm x 9cm.

GOOGLE EARTH. **Unidade produtiva da Indústria Camarão em 2015.** 2015. 1 fotografia. 7cm x 13cm.

_____. **Unidade produtiva da Indústria Pajuçara.** 2015. 1 fotografia. 7cm x 13cm.

_____. **Indústria Popular em Arapiraca.** 2017. 1 fotografia. 5cm x 12cm.

GUEDES, Zezito. **Arapiraca através do Tempo.** Maceió: Gráfica Mastergraphy Ltda, 1999

IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões.** Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acesso em: 18/07/2019.

_____. **Censo Demográfico de 1991.** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro IBGE, 1991. Disponível

em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n1_caracteristicas_populacao_domicilios_br.pdf> Acesso em: 20/02/2020.

_____. Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0, 2006. Comissão Nacional de Classificação. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://cnae.ibge.gov.br/images/concla/downloads/revisao2007/PropCNAE20/CNAE20_NotasExplicativas.pdf>. Acesso em: 04/04/2019.

_____. **Regiões de Influência das cidades**. 2007. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **Regiões de influência de Alagoas**. Mapa. 2008. 7cm x 14cm.

_____. **Demografia das empresas**: 2013. IBGE, Coordenação de Metodologia das Estatísticas de Empresas, Cadastros e Classificações. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94575.pdf>>. Acesso: 30/08/2019.

_____. **Censo Demográfico** (1872, 1910, 1930, 1940, 1960, 1950, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010). SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/CD/A/52/T/Q>>. Acesso em: 10/06/2019.

_____. **Pesquisa Industrial Anual** (1966 a 1969; 1973 a 1974; 1976 a 1979; 1981 a 1984; 1988 a 1990; 1992 a 1995; 1996 a 2007; 2007 a 2017). SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-empresa/tabelas/brasil/2017>>. Acesso em: 10/11/ 2019.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 20/07/2019.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 119p.

_____. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. **Agência IBGE Notícias**, 07/11/2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acesso em: 04/12/2019.

INDÚSTRIA CAMARÃO. **Área de produção da Indústria Camarão**. 2018. fotografia. 7cm x 13cm.

INDÚSTRIA PAJUÇARA. **Área de produção da fábrica Pajuçara**. 2019. fotografia. 9cm x 9cm.

INDÚSTRIA REUNIDAS CORINGA. **Vista área do complexo industrial do Grupo Coringa em Arapiraca-AL**. 2015. fotografia. 9cm x 11cm.

_____. **Vista área do complexo industrial do Grupo Coringa em Luís Eduardo Magalhães-BA**. 2015. fotografia. 9cm x 12cm.

LIMA, Ivan Fernandes. **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas**. Maceió: Sergasa, 1992, 139 p.

LIMA, I. F. **Mapa dos primeiros núcleos de povoamento de Alagoas**. Mapa. 1992. 7cm x 14cm.

LIMA, Araken Alves de. **A agroindústria canavieira alagoana: Da criação do IAA a desregulamentação na década de 1990**. Campinas: Unicamp, 2001.

LIRA, Fernando José de. **Formação da riqueza e da pobreza em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007. 320p.

MAMIGONIAN, Armen. A industrialização da América Latina: o caso Brasileiro, **Revista Orientação**. N°08. São Paulo: Instituto de Geografia/Departamento de Geografia FFLCH – USP, 1990.

_____. Kondratieff, ciclos médios e organização do espaço. **Revista Geosul**, V, 14, n. 28, Florianópolis, 1999, p. 152-157. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/15309>>. Acesso em: 10/01/2019.

_____. Teorias sobre a industrialização Brasileira e Latino Americana. IN: BECKER, B. K.; CHRISTOFOLETTI, A.; DAVIDOVICHE, Fany R.; GEIGER, Pedro P. **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. 2° ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC, 1998.

_____. A Escola Francesa de Geografia e o papel de A. Cholley. **Cadernos Geográficos**. N° 06. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC, 2003.

_____. O Nordeste e o Sudeste na divisão regional do Brasil. **Geografia Econômica – Anais de Geografia Econômica e Social**. Grupo de pesquisa/CNPq formação sócio-espacial: Mundo, Brasil e Regiões. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: Impressão do Departamento de Geociências, abril, 2009.

MAMIGONIAN, ARMEN. Estudos Geográficos das Indústrias em Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento e Coordenação da presidência da República, Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, v.27 n° 3, pp. 389-482, 1965. Disponível em: <<http://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/files/2017/04/Estudo-Geogr%C3%A1fico-das-Ind%C3%BAstrias-de-Blumenau-Armen-Mamigonian.pdf>>. Acesso: 06/03/2019.

MARX, Karl. **O Capital**: Cap. 24- A Chamada Acumulação Primitiva. Tradução de: SHIMIDT, Ronaldo Alves. 7° Edição resumida por Julian Borchardt. Editora: LTC. Brasil, 1982, p. 181-189.

MELO, Mário Lacerda. **Os Agrestes**: Estudo dos espaços Nordestinos do sistema Gado-Policultura de uso de recursos. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1980.

MOTRISA, Moinho de Trigo Indígena S.A. **Motrisa, 50 anos de lutas e vitórias (1934-1984)**. Porto Alegre-RS: Planejamento, Pesquisa e Redação Miriam T. D. Ruas, 1984.

OSÓRIO, Rafael. Desigualdade e Pobreza. In: CALIXTRE, André; VAZ, Fábio. **Nota Técnica**: PNAD 2014 - Breves análises. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4435>. Acesso em: 20/07/2019.

NARDI, Jean Baptiste. **Acabou-se o fumo**: Formação socioeconômica e espacial em Arapiraca- AL. Maceió: Q. Gráfica, 2010, 159 p.

POPULAR ALIMENTOS. **Indústria Alimentícia Popular em Arapiraca-AL**. 2018. fotografia. 9cm x 13cm.

PNUD. Radar IDHM: **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**: UFS e MU, 2010, PNUD, 2019. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/group/fb70802f-958a-44ad-a7cf-fa6fb24b7d3a>>. Acesso em> 02/08/2019.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. 96 p.

_____. **Crescimento do IDHM-Renda. no Brasil de 1991 a 2010**. Mapas. 5cm x 9cm.

QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. As centrais de abastecimento alimentar: agentes mistos dos circuitos da economia urbana. **Sociedade e Território**, Natal, v. 27, nº 1, p. 157-177 jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/4904>>. Acesso em: 21/12/2020.

RADAR ITARANTIM. **Empresa Valedourado em Itapetinga – BA**. 2020. Fotografia. 9cm x 12cm.

RANGEL, Ignácio. Características e perspectivas da integração das economias regionais. **Revista BNDE**, 1968.

_____. A História da Dualidade Brasileira. **Revista Brasileira de Economia Política**, Vol. 1 nº 04, out-dez, 1981, p. 5-34.

_____. **Economia**: Milagre e anti-milagre. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

_____. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro (1955). In: _____. **Obras reunidas**/Ignácio Rangel. v. I. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012, 2v. (1.508p.). pp. 129-202.)

Região: Betânia Lácteos assume a fábrica da Valedourado de Itapetinga, **Radar Itarantim**, 03 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.radaritarantim.com.br/regiao-betania-lacteos-assume-fabrica-da-valedourado-em-itapetinga/>> . Acesso: 10/01/2020.

REAL ARAPIRACA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://realarapiraca.com.br/quem-somos>> . Acesso: 11/10/2020.

ROCHA, Carolina da Cunha; SILVA, Sandro Pereira. Cooperativa Pindorama: um histórico de trabalho coletivo e desenvolvimento territorial. In: **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego. - V.1, n.0, (mar.1996) - Brasília: Ipea, 2014.

SANTOS, Ana Paula Teodoro dos. **A reestruturação do território da região fumageira de Alagoas**. 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n°54, AGB-SP, jun. 1977 b, p. 81-99.

_____. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980. 236p.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1° ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a. 176p.

_____. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SEDETUR – Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Turismo. **Inauguração da Unidade de Murici-AL**. 2019. fotografia. 7cm x 12cm. Disponível em:

<<http://www.sedetur.al.gov.br/noticia/item/2313-moinho-motriza-s-a-inaugura-nova-unidade-em-murici-al>>. Acesso em 10/01/2020.

SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão do Patrimônio. **Alagoas em Dados**. Maceió, 2014. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/group/fb70802f-958a-44ada7cf-fa6fb24b7d3a>> Acesso em: 30/07/2019.

SEPLAG/ATLAS ESCOLAR DE ALAGOAS. **Mapa sesmarias de 1600 a 1630**. Mapa. 2007. 9cm x 14cm.

SINDAÇUCAR, Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas - Sindaçúcar/ Unidades Produtoras.

SINTEGRA, Sistema Integrado de Informações Interestaduais de Mercadorias e Serviços. Contribuinte. CJPJ: 25.032.506/0001-03. Indústria Reunidas Doces União EIRELI. Disponível em: <<http://www.sintegra.gov.br/>>. Acesso em: 09/10/2020.

SILVA, Cincinato Pinto da. **Fala Dirigida ao Presidente da Província**. Maceió, 16 de abril de 1880. p. 65.

SILVA, Fernanda Cortez. **Mobilidade urbana em Maceió/AL: A bicicleta como meio de reforçar a escala humana da cidade** [Dissertação]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. 266p.

SILVA, Luciana Caetano. **O elo entre desigualdade regional e desigualdade social**. Maceió, AL: EDUFAL, 2019. 204 p.

SOUZA (a), Júlio César Oliveira de. Reestruturação urbana e interações espaciais em cidades médias: o exemplo de Arapiraca, Alagoas. Cascavel-PR: **Revista Geografia em Questão** – N. 02, V. 01, 2009 – p. 107-117 – ISSN: 1982 – 8942. Disponível em: < e

revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/download/3200/2523> acesso: 07/12/2018.

SHAW, William H. Materialismo Histórico. *In*: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento Marxista**. 2º ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2012, 705p.

TENÓRIO, Douglas Apratto. A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão. 2º edição – Maceió: EDUFAL, 2007. 284 p.

_____. **Metamorfose das oligarquias**. Maceió: EDUFAL, 2009. 124p.

VASCONCELOS JÚNIOR, Nadson Alexandre. **Organização espacial da Bacia Leiteira no Semiárido de Alagoas**. 2017. [226] f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

VIANA, Fernando Luiz E. **Caderno Setorial ETENE: INDÚSTRIA DE ALIMENTOS**. BNB/ETENE, ano 03, n°27, março, 2018. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/3063080/27_alimentos_03-2018.pdf/e5d58b7a-205b-9d2b-edd4-ff075ba2212f>. Acesso em: 02 de novembro de 2018.

WOOD, Ellen Meiksin. As origens agrárias do capitalismo. **Crítica Marxista**. São Paulo, 1998. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo66Artigo%202.pdf> Acesso em 08/08/2018.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Quadro 24-Fabricação de Produtos alimentícios C-10

GRUPO 10.1	ABATE E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE
<i>Classe</i>	<i>Subclasses</i>
10.11-2- Abate de reses, exceto suínos	<ul style="list-style-type: none"> - O abate de bovinos, ovinos, caprinos, bufalinos, equinos, asininos e muares em matadouros e frigoríficos; - A produção de carne verde, congelada e frigorificada de bovinos, ovinos, caprinos, bufalinos e equídeos, em carcaças ou em peças; - A preparação de produtos de carne e de conservas de carne e de subprodutos quando integrada ao abate.
10.12-1- Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	<ul style="list-style-type: none"> - O abate de suínos em matadouros e frigoríficos; - O abate de aves; - O abate de coelhos e outros pequenos animais; - A produção de carne de suínos verde, congelada e frigorificada, em carcaças ou em peças; - A preparação de produtos de carne e de conservas de carne de suínos e aves quando integrada ao abate.
10.13-9- Fabricação de produtos de carne	<ul style="list-style-type: none"> - A preparação de produtos de carne de reses e de aves quando não integrada ao abate; - A preparação de produtos de salsicharia e outros embutidos quando não integrada ao abate; - A preparação de carne seca, salgada e defumada quando não integrada ao abate; - A preparação de produtos de carne de coelhos e outros pequenos animais quando não integrada ao abate.
GRUPO 10.2	PRESERVAÇÃO DO PESCADO E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO PESCADO
<i>Classe</i>	<i>Matéria-prima/semimanufatura/manufatura.</i>
10.20-1- Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	<ul style="list-style-type: none"> - A preparação de peixes, crustáceos e moluscos (frigorificados, congelados, salgados, secos) e a fabricação de conservas do pescado, mesmo quando efetuada em barcos - Fábrica que não realizam a atividade de pesca; - A fabricação de farinhas do pescado para consumo humano ou alimentação animal - A fabricação de alimentos para animais à base de pescado.
GRUPO 10.3	FABRICAÇÃO DE CONSERVAS DE FRUTAS, LEGUMES E OUTROS VEGETAIS
<i>Classe</i>	<i>Matéria-prima/semimanufatura/manufatura.</i>
10.31-7- Fabricação de conservas de frutas	<ul style="list-style-type: none"> - A fabricação de conservas de frutas (frutas conservadas em álcool, secas, desidratadas, polpas conservadas, purês e semelhantes); - O beneficiamento da castanha-de-caju e castanha-do-pará; - A fabricação de frutas em calda (compotas); - A fabricação de doces em massa ou pasta e geleias; - A fabricação de concentrados de tomate (extratos, purês, polpas); - A fabricação de leite de coco - a fabricação de polpas de frutas.

10.32-5- Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais	<ul style="list-style-type: none"> - A fabricação de conservas de legumes e outros vegetais mediante congelamento, cozimento, imersão em azeite e vinagre - A fabricação de vegetais desidratados e liofilizados - A fabricação de farinha e sêmola de batata; - A fabricação de batatas fritas e aperitivos à base de batata.
10.33-3- Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes	<ul style="list-style-type: none"> - A fabricação de sucos concentrados de frutas, congelados ou não (sucos parcialmente desidratados, apresentando, no mínimo, concentração equivalente ao dobro da sua concentração natural, em grau Brix); - A fabricação de sucos integrais (sem adição de açúcar e na concentração natural); - A fabricação de sucos tropicais e prontos para beber; - A fabricação de néctares de frutas (adicionados de água e açúcar); - A fabricação de refrescos de frutas; - A fabricação de sucos mistos, sucos parcialmente desidratados, adoçados, reconstituídos, etc; - A fabricação de mosto de uva não fermentado; - A produção de água de coco.
GRUPO 10.4	FABRICAÇÃO DE ÓLEOS E GORDURAS VEGETAIS E ANIMAIS
<i>Classe</i>	<i>Matéria-prima/semimanufatura/manufatura.</i>
10.41-4- Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	<ul style="list-style-type: none"> - A fabricação de óleos vegetais em bruto, comestíveis ou não (óleos de soja, algodão, oliva, girassol, etc.); - A obtenção de tortas, farinhas e farelos de sementes oleaginosas e de subprodutos residuais da fabricação de óleos (p. ex.: línter de algodão).
10.42-2- Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	<ul style="list-style-type: none"> - A fabricação de óleos vegetais refinados, comestíveis ou não.
10.43-1- Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	<ul style="list-style-type: none"> - A fabricação de margarina e de outras gorduras vegetais, comestíveis ou não; - A fabricação de preparações à base de creme vegetal; - A fabricação de óleos não-comestíveis de origem animal; - A extração de óleos de peixe e de mamíferos marinhos.
SETOR 10.5	LATICÍNIO
<i>Classe</i>	<i>Matéria-prima/semimanufatura/manufatura.</i>
10.51-1- Preparação do leite	<ul style="list-style-type: none"> - As atividades de filtração, esterilização, pasteurização, homogeneização e resfriamento de leite; - O envasamento de leite, associado ao beneficiamento.
10.52-0- Fabricação de produtos do laticínio	<ul style="list-style-type: none"> - A produção de creme de leite, manteiga, coalhada, iogurtes, etc; - A produção de bebidas achocolatadas; - A produção de leite em pó, dietético, concentrado, maltado, aromatizado, gelificado, etc; - A produção de queijos, inclusive inacabados; - A produção de farinhas e sobremesas lácteas; - A fabricação de doce de leite.
10.53-8- Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	<ul style="list-style-type: none"> - A fabricação de sorvetes, picolés, bolos e tortas gelados, etc.

GRUPO 10.6	MOAGEM, FABRICAÇÃO DE PRODUTOS AMILÁCEOS E DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS
<i>Classe</i>	<i>Matéria-prima/semimanufatura/manufatura.</i>
10.61-9- Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	- O beneficiamento do arroz (arroz descascado, moído, branqueado, polido, parboilizado ou convertido); - A produção de farinha de arroz • A produção de flocos e outros produtos de arroz.
10.62-7- Moagem de trigo e fabricação de derivados	- O beneficiamento do trigo (moagem, produção de farinha de trigo - mesmo integral, sêmola, farelo de trigo, etc.); - A produção de farinhas e massas mescladas e preparadas para a fabricação de pães, bolos, biscoitos, etc.
10.63-5- Fabricação de farinha de mandioca e derivados	- A produção de farinha de mandioca; - A fabricação de raspa e farinha de raspa de mandioca e de outros derivados.
10.64-3- Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	-A fabricação de milho triturado (quirera); - A fabricação de farinhas cruas de milho (creme de milho, gritz de milho, etc.), canjica, farelo de milho, etc; - A fabricação de fubá de milho; - A fabricação de farinhas de milho termicamente tratadas ou alimentos à base de milho (pós, flocos como produtos pré-cozidos, etc.); A preparação de milho para pipoca.
10.65-1- Fabricação de amidos e féculas de vegetais e fabricação de óleos de milho	- A fabricação de amidos e féculas de vegetais: milho, arroz, trigo, mandioca, etc. - a fabricação de óleo de milho em bruto e refinado; - A fabricação de dextrose (açúcar de milho); - A fabricação de produtos elaborados a partir de amidos de vegetais: açúcares (glicose, maltose e inulina), glúten, tapioca, etc.
10.66-0- Fabricação de alimentos para animais	- A fabricação de rações e forragens balanceadas e de alimentos preparados para animais (bovinos, suínos, aves, coelhos, etc.); - A fabricação de alimentos preparados para gatos, cachorros e outros animais domésticos; - A obtenção de sal mineralizado.
10.69-4- Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	- A fabricação de farinhas de araruta, centeio, cevada, aveia, legumes secos, etc; - A fabricação de farinhas compostas, gérmen de cereais, etc; - A fabricação de aperitivos e alimentos para o café da manhã à base destes produtos.
GRUPO 10.7	FABRICAÇÃO E REFINO DE AÇÚCAR
<i>Classe</i>	<i>Matéria-prima/semimanufatura/manufatura.</i>
10.71-6- Fabricação de açúcar em bruto	- A fabricação de açúcar em bruto: açúcar VHP (Very High Polarization), cristal, demerara e mascavo; - A fabricação de derivados e subprodutos da fabricação de açúcar (rapadura, melado, melaço, etc.).
10.72-4 Fabricação de açúcar refinado	- A fabricação de açúcar moído e triturado, refinado e líquido.
GRUPO 10.8	TORREFAÇÃO E MOAGEM DE CAFÉ
<i>Classe</i>	<i>Matéria-prima/semimanufatura/manufatura.</i>
10.81-3- Torrefação e moagem de café	- A fabricação de café torrado em grãos; - A fabricação de café torrado e moído;

	- A fabricação de café descafeinado.
10.82-1- Fabricação de produtos à base de café	- A fabricação de café solúvel; - A fabricação de extratos e concentrados de café e de outras preparações à base de café.
GRUPO 10.9	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS
<i>Classe</i>	<i>Matéria-prima/semimanufatura/manufatura.</i>
10.91-1- Fabricação de produtos de panificação	- A fabricação de produtos de panificação industrial: pães e roscas, bolos, tortas, etc.; - A fabricação de farinha de rosca; - A fabricação de produtos de panificação congelados. 1091-1/02 Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria
10.92-9- r	- A fabricação de biscoitos e bolachas; - A fabricação de casquinhas para sorvetes e fôrmas para recheios, etc.
10.93-7- Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos	- A fabricação de pasta de cacau (massa) e de outros derivados do beneficiamento do cacau (cacau em pó, manteiga de cacau, chocolate amargo para uso industrial, torta de cacau, etc.); - A fabricação de bombons, chocolates e farinhas à base de chocolate; - A fabricação de balas, confeitos e semelhantes; - A fabricação de frutas cristalizadas.
10.94-5- Fabricação de massas alimentícias	- A fabricação de massas alimentícias secas (talharim, espaguete, etc.); - A fabricação de massas alimentícias preparadas, frescas, congeladas ou resfriadas (para lasanha, canelone, etc.), com ou sem recheio.
10.95-3- Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	- A preparação de especiarias e condimentos (canela, baunilha, colorífico, mostarda, sal preparado com alho, etc.); - A preparação de molhos de tomate, molhos em conserva, maionese, etc.; - A preparação de temperos diversos desidratados, congelados, liofilizados, em conserva, etc.
Preparação de produtos dietéticos, alimentos para crianças e outros alimentos conservados	- A preparação de alimentos conservados (feijoadas, enlatados, etc.); - A preparação de alimentos dietéticos e para crianças; - A preparação de alimentos para fins nutricionais.
10.96-1- Fabricação de alimentos e pratos prontos ¹⁰⁴	- A preparação de pratos prontos congelados à base de carnes, aves, peixes e vegetais; - A produção de pratos prontos congelados à base de massas (pizzas, lasanhas, etc.); - A fabricação de sobremesas prontas para consumo; - A fabricação de salgadinhos congelados.

¹⁰⁴ “Nota: Esta classe compreende a produção de pratos prontos ou refeições preparadas (i.e., preparados, temperados e cozidos) na forma congelada e embalados. Estes pratos são normalmente empacotados para venda.” (IBGE/CNAE, 2006, p.109)

10.99-6- Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	<ul style="list-style-type: none">-A fabricação de preparações salgadas para aperitivos;- A fabricação de pós para pudins, gelatinas, etc.;- A fabricação de vinagres;- A fabricação de adoçantes;- A fabricação de fermentos e leveduras;- A fabricação de produtos à base de soja;- A fabricação de sopas em estado líquido, em pó ou em tabletes;- A fabricação de produtos à base de misturas de mel, mesmo o mel artificial;- A preparação de produtos para infusão (chá, mate e outras ervas para infusão);- A fabricação de doces de matérias-primas diferentes de leite e de frutas;- A fabricação de leites e queijos de soja ou de outros substitutos vegetais do leite;- A produção de alimentos pré-preparados para restaurantes, lanchonetes e semelhantes - O beneficiamento de guaraná;- A fabricação de extratos e sucos de carnes, pescados, crustáceos e moluscos;- A fabricação de produtos alimentícios não especificados em outras classes.
---	---

Fonte: IBGE. Classificação Nacional de Atividades Econômicas (2006), versão 2.0. Elaborado pelo autor

APÊNDICE 2

Quadro 25-Trabalhos acadêmicos sobre a indústria de alimentos em Alagoas

Trabalho	Biblioteca Física e Virtual	Tipo	Área	Referência
Organização espacial da Bacia Leiteira no Semiárido de Alagoas	UFAL	Dissertação	Geografia	VASCONCELOS JÚNIOR, Nadson Alexandre. Organização espacial da Bacia Leiteira no Semiárido de Alagoas . 2017. [226] f. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017. Disponível em: < http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1666 >. Acesso em: 04/04/2019.
Alimentos ultra processados na dieta de crianças: introdução e fatores associados	UFAL	Dissertação	Nutrição	ARAÚJO, Alyne da Costa. Alimentos ultraprocessados na dieta de crianças: introdução e fatores associados . 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Faculdade de Nutrição, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. Disponível em: < http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/4848 >. Acesso em: 02/04/2019
Capacidade Antioxidante de Farinhas Alimentícias.	UFAL	Dissertação	Química e Biotecnologia	HERCULANO, Kelly Lopes. Capacidade antioxidante de farinhas alimentícias . 2014. 108 f. Dissertação (Mestrado em Química e Biotecnologia) – Instituto de Química e Biotecnologia, Programa de Pós-Graduação em Química e Biotecnologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014 Disponível em: < http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3017 >. Acesso: em 02/04/2019.
Bebidas açucaradas, alimentos processados e/ou ultra processados e sua relação com o perfil lipídico	UFAL	Dissertação	Nutrição	CARDOSO, Isadora Bianco. Bebidas açucaradas, alimentos processados e/ou ultrapassados e sua relação com o perfil lipídico . 2018. 68f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Faculdade de Nutrição, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: < http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3275 >. Acesso em: 02/04/2019.
Caracterização nutricional e utilização de resíduos da Indústria alimentícia na dieta de frangos de corte.	UFPE	Tese	Ciências Agrárias	LIRA, Rosa Cavalcante. Caracterização nutricional e utilização de resíduos da Indústria alimentícia na dieta de frangos de corte . 2018. 107 f. Tese (Concurso para Professor Titular Classe E) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018. Disponível em: < http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3163 > acesso em: 02/04/2019.
Determinação de amins biogênicas em queijo de coalho produzido no estado de Alagoas	UFAL	Dissertação	Nutrição	LIMA, Victor Vasconcelos Carnaúba. Determinação de amins biogênicas em queijo de coalho produzido no estado de Alagoas . 2019. 86 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Faculdade de Nutrição, Programa de Pós-Graduação em Nutrição, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. Disponível em: < http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/4846 > acesso em: 02/04/2019;
Estudo cinético de fermentação etanólica do hidrolisado de farinha de mandioca utilizando	UFAL	Dissertação	Engenharia Química	SANTOS, Renan Atanázio dos. Estudo cinético de fermentação etanólica do hidrolisado de farinha de mandioca utilizando complementação nutricional do mosto . 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) – Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química,

complementação nutricional do mosto				Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013. Disponível em: < http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1187 > acesso em: 02/04/2019.
Estudo da produção e do envelhecimento do vinagre de laranja lima	UFAL	Dissertação	Engenharia Química	ARAÚJO, Lucinei Tenório de. Estudo da produção e do envelhecimento do vinagre de Laranja Lima . 121f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) - Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012. Disponível em: < http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1183 >. Acesso em: 02/04/2019.
Tratamento de efluente da indústria de coco utilizando os processos de Fenton e eletroquímico	UFAL	Dissertação	Engenharia Química	GOMES, Lúcio de Moura. Tratamento de efluente da indústria de coco utilizando os processos de Fenton e eletroquímico . 2012. 71 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) - Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012. Disponível em:< http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1181 > Acesso em: 02/04/2019.
Utilização de resíduos agroindustriais para a produção de enzimas	UFAL	Dissertação	Engenharia Química	ARAÚJO, Micaela Lopes de. Utilização de resíduos agroindustriais para a produção de enzimas . 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) – Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013. Disponível em: < http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/1208 >. Acesso em: 02/04/2019.
Arapiraca/AL e Itabaiana/SE – A feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro	USP	Dissertação	Geografia	FIRMINO, Paul Clívilan Santos. Arapiraca/AL e Itabaiana/SE – A feira livre como gênese e desenvolvimento de dois centros regionais do interior do Nordeste brasileiro . Orientador: Armen Mamigonian. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23032016-133946/en.php >. Acesso em: 19/08/2019.
Organização espacial da Indústria Nordestina: o ceará e alagoas em um novo contexto	USP	Tese	Geografia	MORAIS, Odilon Máximo de. Organização espacial da indústria nordestina: o Ceará e Alagoas em um novo contexto . 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22042013-110834/pt-br.php > Acesso: 09/07/2018
Dinâmica industrial no território alagoano: apontamentos a partir das iniciativas locais do setor alimentício	ENAEG	Artigo	Geografia	MEDEIROS, Dhiego Antônio de; SILVA, Clevisson José da. Dinâmica Industrial no Território Alagoano: Apontamentos a partir das iniciativas locais do setor alimentício . Arapiraca: II Encontro Alagoano dos Estudantes de Geografia, 2018. Disponível em: < https://cageoms-uneal.wixsite.com/anais2enaeg >. Acesso: 02/04/2019
Cooperativa e desenvolvimento territorial: o caso da Cooperativa Pindorama Alagoas	UFPE	Tese	Ciências Sociais	CONCEIÇÃO, Maria Dias de Lima; Saleté Barbosa Cavalcanti, Josefa. Cooperativa e desenvolvimento territorial: o caso da Cooperativa Pindorama Alagoas . 2011. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: < https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9608 >. Acesso:04/02/2019

Gestão e participação na Cooperativa Pindorama	UFPE	Dissertação	Ciência Política	ALMEIDA, Roseny de. Cooperativa e desenvolvimento territorial : o caso da Cooperativa Pindorama Alagoas. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: < https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1601 > acesso: 04/04/2019
Pindorama, a Cooperativa como alternativa	UFAL	Livro	Economia	CARVALHO, Cicero Pércles. Pindorama, a cooperativa como alternativa. Maceió: EDUFAL, 2005.
Comunicação de Marketing: Um estudo de caso sobre a aplicação das ferramentas do Mix Promocional utilizadas pelo Grupo Coringa	UNEAL	Monografia	Administração	SILVA, Priscila Salustiano. Comunicação de Marketing : Um estudo de caso sobre a aplicação das ferramentas do Mix Promocional utilizadas pelo Grupo Coringa. Monografia (Graduação), Orientadora: Profa. Ma. Emanuelle Sáles de Oliveira Souza. Faculdade de Administração. Arapiraca: Universidade Federal de Alagoas, 2011.
Incentivos fiscais: Resultados obtidos no Grupo Coringa através do incentivo PRODESTIN Concedido pelo Governo do Estado de Alagoas	UNEAL	Monografia	Ciências Contábeis	ALVES, Thiago Figueiredo; SANTOS, José Eliton dos. Incentivos fiscais : Resultados obtidos no Grupo Coringa através do incentivo PRODESTIN Concedido pelo Governo do Estado de Alagoas. Monografia (Graduação). Faculdade de Ciências Contábeis. Arapiraca: Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, 2014.
De que forma pode afetar a produtividade? Um estudo de caso nas Indústrias Reunidas Coringa LTDA.	UNEAL	Monografia	Administração	SILVA, Edna Santana da. Clima Organizacional : De que forma pode afetar a produtividade? Um estudo de caso nas Indústrias Reunidas Coringa LTDA. Monografia (Graduação). Faculdade de Administração. Arapiraca: Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, 2015.

Organizado pelo autor.

APÊNDICE 3

Quadro 26-Panificações de Alagoas

Nome Fantasia	Município	Número de Empregados	Data de Abertura
Supermercado e Panificação Santo Antônio	Anadia	4	19/09/1997
Panificadora Pingo De Ouro	Arapiraca	6	03/08/1993
Conveniência Aqua Bol	Arapiraca	6	28/05/1992
Unicompra	Arapiraca	12	09/06/1997
Panificadora Silvânia	Arapiraca	12	19/08/2009
Ind e Com de Massas Trigo	Arapiraca	12	17/10/1995
Panificadora Brasília	Arapiraca	8	29/05/1984
Panificadora E Lanchonete Rio Branco	Arapiraca	20	22/03/1989
Passaky Paes	Arapiraca	6	28/07/1999
Panificação São José	Atalaia	3	02/10/1991
Panificação Pão Nosso	Atalaia	2	17/12/1996
Panificação Passos	Cajueiro	3	21/12/1994
Panificação Santa Clara	Campo Alegre	3	22/01/1997
Dias Massa Fina Padaria	Campo Alegre	4	13/09/1995
Panificação Ki Delícia	Campo Alegre	4	23/04/1996
Onofre Vieira Brandão	Chã Preta	2	23/01/1995
Panificadora Elinilza	Delmiro Gouveia	5	17/12/1993
Panificação Sabor Do Trigo	Delmiro Gouveia	8	06/08/1992
Panificadora São João	Feira Grande	2	05/07/1985
Panificação Novo Rio	Igaci	2	02/03/1995
Padaria São Domingos	Campestre	6	09/11/1990
Padaria São Jorge	Junqueiro	4	16/09/1981
Padaria São José	Junqueiro	2	30/09/1982
Panificação J S	Maceió	6	13/06/1997
Delícias da Massa	Maceió	2	27/07/2007
Panificação Pan Mel	Maceió	6	12/02/1993
Panificação Progresso	Maceió	2	08/08/2003
Panificação Virgem Dos Pobres	Maceió	10	26/07/1994
Panificação Bom Jesus	Maceió	12	26/04/1994
Panificação Encontro Do Sol	Maceió	12	19/07/1994
Panificação Bom Jesus	Maceió	10	25/10/1993
Panificação Moreira	Maceió	8	07/03/1994
Pães e Frios	Maceió	28	24/05/1991

Pão Gostoso II	Maceió	8	26/12/1994
Panificação Acauã	Maceió	10	12/06/1996
Panificação Bom Sucesso	Maceió	5	09/04/2015
Esquina Do Pão	Maceió	10	12/09/2014
Panificação Guararapes	Maceió	10	20/08/2004
Horto Pão e Complementos	Maceió	7	08/11/1996
Panificação Santa Terezinha	Maceió	6	17/01/1997
Panificação Almeida	Maceió	9	26/06/2015
Panificação Nossa SRA. de Lourdes	Maceió	5	21/10/1997
Panificação São Jorge	Maceió	10	16/08/1966
Panificação Nossa Senhora de Fátima	Maceió	12	12/11/1996
Panificação e Mercadinho Barros	Maceió	12	28/02/2000
Panificação Boa Vista	Maceió	8	07/06/1996
G.barbosa	Maceió	72	22/06/2006
Panificadora Estação dos Pães	Maceió	8	13/10/1997
Ponto Máximo Padaria	Maceió	10	02/06/1997
Ki massa	Maceió	12	21/03/1997
São Mercado Nair	Maceió	16	29/05/1995
Padaria São Luiz	Maceió	4	30/10/1995
Panificação Vitória	Maceió	2	13/08/2014
Panificação Mini Bompreço	Maceió	62	10/01/1973
Mercantil J S	Maceió	14	22/06/1988
Panificação Artemisia	Maceió	4	19/01/2012
Panificação Flôr do Mundau	Maceió	7	05/08/1996
Casa Do Pastel Korban	Maceió	63	12/08/1993
Panificação Nossa Senhora Aparecida	Maceió	8	18/07/1996
Panificação Santa Terezinha	Maceió	8	22/05/1996
Panificação Albuquerque II	Maceió	3	22/04/1991
Panificação Alimenta	Maceió	16	26/10/1990
Panificação Maravilha	Maceió	5	10/04/1973
Panificação Nossa Senhora De Lourdes	Maceió	10	11/09/1990
Híper Bompreço Farol	Maceió	13	30/01/1987
Bompreço	Maceió	69	12/11/1975
Panificação Jacarecica	Maceió	15	15/01/1990
Panificação São Judas Tadeu	Maceió	8	23/04/1980
Baguete Pães e Conveniência	Maceió	6	06/10/1999
Panificação São Sebastião	Maceió	5	12/12/1969
Panificação Brasília	Maceió	10	24/02/1989

Panificação Monte Sião	Maceió	10	02/06/2004
Panificação Pão Doce Pão	Maceió	5	24/01/2001
Panificação Santa Julia	Maceió	8	02/01/2002
Panificação Monte Castelo	Maceió	10	06/02/1987
Panificação Sagrada Família	Maceió	8	11/07/1984
Mercearia E Panificação Kipaozito	Maceió	10	04/02/1983
Panificação Alteza	Maceió	23	05/06/1970
Panificação Belo Horizonte	Maceió	10	30/08/2004
Panificação Café da Manhã	Maceió	16	19/07/1985
Panificação Flor do Bairro	Maceió	9	02/03/2010
Panificação Glória	Maceió	6	09/05/1986
Panificação Cabus	Maceió	5	16/07/2003
Panificação e Mercadinho Primavera	Maceió	8	10/12/2009
Bello Pane Delicatessen	Maceió	8	30/09/1983
Panificação Princesa	Maceió	5	22/07/1985
Panificação Mangabeira	Maceió	7	12/06/1992
Padaria Santa Rita	Maceió	2	12/02/1985
Panificação Albuquerque 1	Maceió	8	30/12/1980
Panificação Nossa Senhora Da Conceição	Maceió	8	22/06/1987
Panificação Divina Massa	Maceió	8	10/06/2009
Panificação São Luiz	Maceió	12	03/02/1986
Panificação Sete Coqueiro	Maceió	22	31/03/1999
Panificação Brasil	Maceió	12	13/02/1990
Panificação Veneza	Maceió	8	05/06/1987
Panificação Virgem Dos Pobres	Maceió	7	29/08/1986
Pastelaria Danúbio	Maceió	21	14/02/1986
Panificação Santo Eduardo	Maceió	3	19/06/1986
Panificação Chantilly	Maceió	14	04/06/1992
Panificação Lima Rocha	Maceió	8	30/06/2010
Panificação Alves 2	Maceió	1	26/04/1989
Panificação São Sebastião	Maceió	10	23/04/1976
Panificação Irmãos Albuquerque Ltda	Maceió	6	24/02/1986
Tentapão	Maceió	5	24/01/2008
Palato Parque	Maceió	80	26/11/1996
Panificação Maragogi	Maceió	3	13/07/1995
Panificação Nossa Senhora De Fatima	Maceió	6	03/05/1996
Panificadora e Mercadinho Souza Barros	Maceió	3	25/10/1983
Padaria e Pastelaria Txili?	Palmeira dos Índios	8	07/12/1988

Padaria Princesa	Palmeira dos Índios	5	29/10/1986
Panificação São José	Pilar	10	24/11/1977
Pingo de Mel	Porto Calvo	7	26/11/1992
Panificadora Central	Porto Calvo	2	02/02/1993
Panificação Santa Helena	Porto Calvo	3	30/12/1997
Panificação Glória	Porto Calvo	1	03/10/1985
Panificação Padre Cícero	Rio Largo	2	17/09/1992
Panificação Lais	Rio Largo	3	10/06/1997
Panificação Palmeira	Rio Largo	10	13/06/1988
Panificação Padre Cícero	São Luís do Quitunde	8	08/10/1997
Panificação Jane Célia	São Luís do Quitunde	9	09/03/1998
Panificação N. Senhora Da Conceição	São Luís do Quitunde	6	18/08/1998
Jarele	Jequiá da Praia	2	11/10/1988
Panificação Hevilayne	São Miguel dos Campos	4	17/01/1990
Panificação São Benedito	São Miguel dos Milagres	3	31/01/1984
Padaria e Mercenaria Padre Cícero	São Sebastião	2	27/10/1966
Padaria São João	São Sebastião	3	08/02/1985
Panificadora Primavera	Junqueiro	6	28/09/1984
Panificação Wanessa	União dos Palmares	15	29/09/1992
Panificação e Lanchonete Priscila	União dos Palmares	2	17/02/1992
Panificação Pão Nosso	União dos Palmares	2	12/08/1998
Panificação E Mercaria Vanessa	União dos Palmares	15	23/08/1990
Felipão Panificação e Conveniência	Maceió	4	20/02/1998
Panificação Pão Quente	Maceió	12	17/06/1996
Padaria Santa Margarida	Maceió	8	17/09/1987
Pão de Trigo	Maceió	16	20/05/1991
Panificação Dona Constância	Maceió	6	04/02/1999
Soberana Panificação e Conveniência	Maceió	14	26/08/1986
Panificação Trigo Mania	Maceió	10	10/08/2009
Mercadinho Ponto Certo	Maceió	120	19/12/2006
Panificação Alvorada	Maceió	8	08/01/1971
Panificação Santo Cristo	Maceió	8	28/08/1986
Panificação Menino Jesus de Praga	Maceió	12	04/05/1987
Panificação e Mercadinho Mocambo	Maceió	22	25/01/1999
El Shaday	Maceió	9	22/04/2010
Panificadora Primor	Maceió	8	17/12/1987
Panificadora Renascer	Arapiraca	4	17/08/2001
Panificação Multirão	Rio Largo	4	17/06/1998
Panificação e Mercaria Pão Quentinho	Rio Largo	2	28/05/1996

Padaria Pão de Mel	Palmeira dos Índios	5	22/12/1997
Panificadora Nossa Senhora Aparecida	Palmeira dos Índios	3	02/10/1998
Unicompra	Arapiraca	6	28/05/1992
Panificação E Mercearia Marilan	União dos Palmares	2	30/04/1998
Padaria Ideal	Anadia	5	01/08/1966
Panificação Santa Ana	Barra de São Miguel	3	12/11/1971
Panificação Flor da Barra	Barra de São Miguel	3	06/09/1989
Panificação Guimarães	Boca Da Mata	6	27/07/2009
Panificação Continental	Colônia Leopoldina	3	10/04/1997
Panificadora Olinda	Colônia De Leopoldina	9	10/09/1966
Panificação J P	Coruripe	2	18/02/1998
Panificadora Supermassa	Delmiro Gouveia	2	02/04/1997
Panificadora Ribeiro	Delmiro Gouveia	3	11/07/1990
Padaria São Benedito	Flexeiras	4	28/06/1988
Padaria Padre Cícero	Flexeiras	8	12/07/1983
Panificação Candeias	Flexeiras	6	20/03/1991
Panificação Pão de Mel	Ibateguara	3	03/03/1993
Panificação Dois Irmãos	Joaquim Gomes	3	02/12/1994
Panificação Estação dos Pães	Marechal Deodoro	9	03/11/1995
Panificação Veneza Ltda	Mata Grande	9	11/05/1984
Panificadora Santo Antônio	Olho D'água Do Casado	4	28/01/2010
Padaria Tei	Pão De Açúcar	4	08/07/1983
Panificação Bom Jesus	Passo De Camaragibe	4	15/06/1989
Panificação Elcana	Passo De Camaragibe	3	18/08/1995
Panificação Rocha	Piranhas	4	15/07/1994
Panificação Nova Vida	Porto De Pedras	2	14/08/2009
Panificação Santo Antônio Ltda	Santa Luzia Do Norte	2	06/08/1981
Panificação Leticia	São José Da Laje	4	15/10/1997
Panificação Tafnys	São José Da Laje	8	01/06/1990
Panificadora Xitroar	São José Da Tapera	3	26/02/1996
Panificação Senhor do Bonfim	Viçosa	8	18/01/1978
Panificação Limeira Neto	Ouro Branco	3	26/11/1992
Fábrica De Bolos São Gerônimo	Arapiraca	5	30/03/1998
Pecado da Gula	Arapiraca	8	18/04/2000
Estação Do Pão	Arapiraca	6	18/09/2000
Panificação São Paulo	São Miguel Dos Campos	4	23/05/1977
Padaria Três Irmãos	Roteiro	4	24/09/1998
Panificação Holanda	Teotônio Vilela	6	03/12/1996

Panificação São José	Coruripe	3	16/06/1999
Panificadora Pão Nosso	Coruripe	1	21/10/1999
Padaria Santos	Arapiraca	6	04/10/1999
Ki Barato	Penedo	8	05/11/1999
Panificadora Central	Porto Real do Colégio	3	22/06/1993
Kipaladar	Coite do Noia	6	08/04/1999
Panificação Padre Cícero	Paulo Jacinto	2	30/06/1987
Panificadora Medeiros	Olho D'agua do Casado	4	27/10/1999
Panificadora São Paulo	Piranhas	4	11/02/1998
Panificadora Delmiro Gouveia	Delmiro Gouveia	2	02/06/1998
Panificação Tropical	Porto Calvo	6	02/02/2001
Panificação Nossa Senhora Da Piedade	Porto de Pedras	3	17/02/1998
Panificação Carneiros	Colônia de Leopoldina	5	12/09/1966
Panfelix	Matriz de Camaragibe	15	18/06/2002
Panificação E Lanchonete Piravá	São Miguel dos Milagres	3	22/03/2001
Padaria Compre Bem	São Luiz do Quitunde	1	09/04/1970
Panificação Central	Boca da Mata	4	18/04/2001
Panificação E Merceria Paraíso	São Miguel dos Campos	4	17/07/2000
Panificação Castelo	União dos Palmares	6	04/08/1999
Panificação Santa Maria Madalena	Palmeira dos Índios	6	01/03/2000
Panificação Santa Quitéria	Palmeira dos Índios	3	10/10/2001
Panificadora Santo Antônio	Craíbas	2	28/09/2009
Panificadora Padre Cícero	Lagoa da Canoa	2	27/10/2010
Panificação Passos	Marechal Deodoro	4	19/02/1999
Panificação Continental	Rio Largo	8	10/05/2000
Panificação Continental	Rio Largo	7	31/01/1985
Padaria e Mercenaria São Pedro	Maceió	8	06/04/2000
Unicompra	Maceió	48	11/02/2000
Panificação e Lanchonete Croissant	Maceió	8	20/04/1999
Unicompra Supermercados	Maceió	24	13/09/2000
Panificação Industrial	Maceió	8	04/10/1982
Mix Pão	Maceió	10	17/07/1995
Panificação M. Senhora Auxiliadora	Maceió	12	09/03/2000
Panificação Liberdade	Maceió	8	30/09/1988
Panificação Central	Maceió	12	13/05/1999
Panificação Continental	Maceió	16	17/09/1999
Panificação Osman Loureiro	Maceió	10	29/05/2000
Panificação Salvador Lira	Maceió	8	10/08/1999
Panificação J. P.	Maceió	4	14/11/1997

Panificadora Bom Sucesso	Mata Grande	2	23/10/2002
Padaria Boa Massa	Mata Grande	4	03/11/2004
Panificação Capricho	São Miguel dos Campos	10	03/03/2005
Panificação 4 Irmãos	Campo Alegre	3	09/12/2004
Unicompra	Barra de São Miguel	8	11/10/2000
Panificação Paraíso Da Barra	Barra de São Miguel	4	29/11/2004
Leunam Pães E Conveniências	Matriz de Camaragibe	10	28/06/2001
Panificação Mine Carrefour	Maragogi	1	29/09/2003
Panificação E Conveniência Nayara	Barra de Santo Antônio	2	23/02/2001
Panificação Mota	Porto de Pedras	5	04/11/2009
Panificação Santa Quitéria	Santana do Ipanema	6	30/12/2003
Panificação São José	Paulo Jacinto	3	24/09/1999
Panificação Ideal	Capela	5	31/05/2004
Panificação Mangueiras	Viçosa	1	08/03/2004
Panificação Santo Antônio	Jacaré dos Homens	3	29/09/2003
Panificação Santa Mônica	Monteirópolis	2	02/10/2002
Panificação Sb Dos Santos	Monteirópolis	2	16/06/2004
Panificadora Santa Simone	Olho D'água das Flores	3	20/12/2000
Panificação Mila	União dos Palmares	5	13/08/2004
Panificação Dandhara	União dos Palmares	2	03/04/2003
Panificação Ki-Delícia	Ibateguara	2	06/03/1998
Panificação Continental	Messias	4	27/03/2003
Panificação Padre Cícero	Santana do Mundaú	2	05/03/2001
Panificação Santa Ana	Santana do Mundaú	3	02/08/1999
Panificadora E Mercaria Izabela	Delmiro Gouveia	6	21/09/2004
Panificadora	Delmiro Gouveia	3	15/09/2004
Panificadora Sabrina	Delmiro Gouveia	4	17/01/2011
Ponto Do Pão E Conveniência	Maceió	12	27/12/2001
Panificação Nossa Senhora Aparecida	Maceió	4	28/05/1996
Padaria Docica	Igreja Nova	1	05/10/2010
Casa Nova	Maceió	4	09/07/1996
Panificação Comunitária	Maceió	4	07/08/2013
Panificadora E Lanchonete Central	Limoeiro de Anadia	4	22/05/2001
Supermercado 15 De Novembro	Arapiraca	12	19/08/2015
Padaria Nossa Senhora Aparecida	Arapiraca	6	09/04/2013
Panificadora São Cristóvão	Girau do Ponciano	3	30/05/2000
Panificação Ítalo	Coqueiro Seco	1	23/09/2002
Panificação Marquesa Ltda	Maceió	9	21/03/1997

Tradicional Padaria E Pizzaria	Satuba	12	01/04/2005
Sabor Do Bolo	Maceió	3	11/05/1999
Padaria Extra	Maceió	10	23/06/2005
Panificação Vitória	Marechal Deodoro	1	06/04/1988
Mercadinho E Panificação Compre Sempre	Maceió	5	04/12/2008
Panificação Deodoro	Marechal Deodoro	3	18/10/2001
Panificação Pandoca	Maceió	3	12/11/2002
Cesta De Alimentos	Maceió	190	27/12/1984
Empório Do Pão	Maceió	6	30/12/2009
Padaria São Francisco	Maceió	3	02/04/1975
Panificação Nossa Senhora Da Piedade	Anadia	6	10/10/1997
G Barbosa	Maceió	7	22/06/2006
G Barbosa	Maceió	120	08/11/2006
Panificação Rainha Da Paz	Maceió	9	27/01/1975
Panificação Francesa	Maceió	16	23/08/2001
Panificação Nossa Senhora Da Piedade	Maceió	8	04/03/2004
Panificação Virgílio De Campos	Maceió	13	14/04/2003
Panificação Conveniência Popular	Maceió	9	06/06/2005
Panificação Mania De Pão	Maceió	1	02/10/1992
Panificação Alteza Ii	Maceió	27	31/12/1969
Palato Ponta Verde	Maceió	22	08/08/1989
Panificação Mikaelle	Maceió	8	26/09/1995
Trigally	Maceió	7	16/10/1995
Santa Lúcia, Alimentos	Maceió	8	29/04/2002
Panificação Saem	Maceió	3	17/05/2004
Panificação São Francisco	Maceió	2	27/01/1998
Panificação Ipiranga	Maceió	22	02/03/1990
Ki Delicia	Maragogi	1	04/09/1997
Alimentos Nordeste	Arapiraca	8	24/11/2000
Tania Maria Sales Padaria	Arapiraca	5	19/09/2001
Panificadora São Luiz	Arapiraca	12	05/02/2002
Panificadora Central	Arapiraca	4	13/02/2004
Panificadora Novo Milênio	Arapiraca	16	14/06/2004
Panificação Cacimbas II	Arapiraca	9	13/11/2006
Panificadora e Mercenária Raiane	Delmiro Gouveia	2	10/10/2007
Center Pães	Feira Grande	2	26/12/2003
Ademar Francisco Belo	Ibateguara	4	18/06/1982
Panificação Mungubeira	Jacuípe	5	19/07/2007

J J Dos Santos Panificação	Junqueiro	6	25/07/2007
Panificação Massa Fina	Maceió	12	03/04/1996
Pão Da Arte	Maceió	18	21/03/1997
Panificação Pão Nosso	Maceió	8	27/11/1998
J. Barbosa Nascimento	Maceió	23	07/12/1998
Palacio Dos Pães	Maceió	12	22/03/1999
Panificação Nossa Senhora Do Perpétuo Socorro	Maceió	7	08/10/1999
Panificação Almeida	Maceió	8	17/12/1999
Panificação Delfícia	Maceió	12	01/03/2002
Panificação J. Paulino	Maceió	6	13/06/2003
Panificação Industrial	Maceió	2	05/03/2004
Panificação Kyvia	Maceió	6	17/08/2004
Panificação Boa Esperança	Maceió	5	08/04/2005
Panificação São João	Maceió	3	26/09/2005
Panificação Reginaldo	Maceió	3	26/09/2005
A C De Araujo Filho Panificação	Maceió	1	11/04/2006
Panificação Roda Viva	Maceió	10	05/09/2006
Panificação Petrópolis	Maceió	8	08/02/2007
Família do Pão	São Miguel dos Milagres	6	19/06/2007
Ouro Branco Panificação	Maceió	8	26/07/2007
Panificação Dandrade	Maceió	6	24/09/2007
Panificação Vale Verde	Maceió	6	31/10/2007
Panificação Jaraguá	Maceió	16	19/01/1970
José Simplicil Gomes Filho - Me	Maceió	5	31/01/1983
Delícias De Maragogi	Maragogi	2	22/01/2008
Padaria Maragogi	Maragogi	1	05/03/2008
Indústria Alimentícia Maragogi	Maragogi	6	10/11/1986
Panificação Sagrada Família	Maribondo	3	17/02/1998
Panificacao E Mercadinho Bom Jesus	Matriz De Camaragibe	5	27/04/2006
Panificação São Vicente	Olho D'agua Das Flores	6	12/06/2006
Padaria Nossa Senhora Do Amparo	Palmeira dos Índios	2	22/05/2003
Panificação Menino Jesus	Palmeira dos Índios	3	14/09/2005
Padaria e Lanchonete Vieira	Palmeira dos Índios	2	16/02/2007
Panificadora João Vitor	Pão de Açúcar	3	05/11/2007
Panificadora Pão de Açúcar	Pão de Açúcar	5	13/11/2007
Panificação Big - Pão	Paripueira	6	18/10/2007
Panificação Pão de Mel	Pilar	5	07/07/2006
Panificação Jeová	Rio Largo	3	24/08/1998
Panificação Nossa Senhora da Penha	Rio Largo	5	05/05/2005

Panificação Mercadinho Marciano G	Roteiro	3	21/08/2007
Vn Pães	São Sebastião	2	22/11/2007
Padaria	Taquarana	3	20/12/2001
Panificação Oliveira	Teotônio Vilela	3	01/09/1997
Pão Gostoso	Teotônio Vilela	6	29/08/2007
Panificação JM Conveniencia E Sorveteria	Teotônio Vilela	20	24/06/1987
Panificação Brasil	União dos Palmares	3	14/08/2006
Paraibana	Arapiraca	6	25/02/2002
Mercadinho E Panificação	Maceió	10	10/09/1998
Panificadora São João	Arapiraca	3	19/10/2005
Panificadora Padre Cicero	Arapiraca	6	15/01/2008
Panificadora Tropical	Arapiraca	3	19/09/2007
Pão & Trigo	Arapiraca	8	18/01/1996
Bebidas E Refrigerantes Perere	Arapiraca	20	19/08/2005
Panificadora Nutripão	Arapiraca	12	15/08/1995
Panificação São José	Atalaia	4	19/02/2009
Panificação E Lanchonete Continental	Barra de Santo Antônio	2	23/07/2004
Panificação Flor da Barra	Barra de São Miguel	6	12/04/2005
C. J. Dos Santos Oliveira Panificação	Maceió	4	25/02/1999
Panificação Jesus De Nazaré	Maceió	6	04/08/1992
Casa do Pão	Maceió	27	09/02/1995
Panificação Boa Sorte	Maceió	8	24/01/2008
Panificação Sabor de Mel	Maceió	5	26/11/2004
Panificação Popular	Maceió	8	20/12/2002
Jatiuca Panificação e Conveniência	Maceió	10	02/04/2008
Panificação Santo Antônio	Maceió	8	25/08/2004
Panificação Aurora	Maceió	10	04/11/2003
Panificação Padre Cicero	Maceió	10	12/08/2004
Supermercado E Panificação São José	Maceió	12	02/08/1999
Panificação Padre Cicero	Maceió	14	11/06/2003
Panificação Patrícia	Maceió	8	03/11/2008
Panificação Sagrada Família	Maceió	8	08/05/2007
Delícias do Trigo	Maceió	6	26/04/2006
Panificadora Maravilha	Maravilha	4	10/08/2006
Panificação Dona Augusta	Marechal Deodoro	2	28/02/2005
Panificação Ki Delfícia	Maribondo	5	11/08/2000
Panificadora Santa Helena	Minador do Negrão	3	22/07/2008
Panificadora São Luiz	Palmeira dos Índios	2	23/02/2006
Panificação Imaculada Conceição	Porto Calvo	5	24/07/2006

Panificação São Luiz	Santana do Ipanema	4	28/11/2006
Panificação Novo Sabor	São Miguel dos Campos	5	26/08/1997
Panificação Continental	Satuba	2	04/12/2007
Panificadora Seara	Arapiraca	9	04/12/1998
Panificação	Coqueiro Seco	2	31/03/2010
Panificação Brasília	Olho D'água das Flores	5	08/09/2009
Panificação Sabor Do Pão	Murici	10	14/01/2010
Panificadora Santa Rita	Arapiraca	8	11/06/2010
Unicompra	Arapiraca	18	04/10/2006
Supermercado Unicompra	Arapiraca	12	07/11/2008
Master Supermercado	Arapiraca	14	15/01/1997
Panificadora Santa Luzia	Girau do Ponciano	13	13/01/2011
Pão Quentinho	São Sebastião	2	12/02/2009
Panificadora	Lagoa da Canoa	2	01/12/2009
Panificação e Lanchonete Kipão	Craíbas	2	15/07/2010
Panificação Medeiros	Santa Luzia do Norte	2	25/11/2009
Sorvlanche	Pilar	1	26/12/1994
Panificadora Bom Café	Delmiro Gouveia	6	11/12/1968
Panificação Isac	Delmiro Gouveia	3	07/01/1997
Panificadora Santo Antônio	Delmiro Gouveia	4	12/12/2008
Panificadora Santo Antônio	Arapiraca	3	25/06/1999
Panificadora Bom Gosto	Delmiro Gouveia	2	25/11/2009
Belos Pães	Maragogi	1	03/04/2007
Panificação Do Agreste	Maragogi	2	01/03/2010
Panificação Santa Fé	União dos Palmares	3	02/12/2008
Panificação Padre Cícero	União dos Palmares	2	26/08/2009
Panificação Jenielly	União dos Palmares	4	10/06/1997
Confeitaria Doce Sabor	Palmeira dos Índios	10	13/11/2007
Padaria E Lanchonete Veneza	Palmeira dos Índios	3	26/11/2010
Panificação Delícias Do Trigo	Palmeira dos Índios	4	21/08/1998
Panificadora Nunes	Palmeira dos Índios	3	13/05/2009
Casa Do Pão	Estrela de Alagoas	3	07/04/2008
Panificação	Major Isidório	3	31/01/2011
Panificação Grande Família	Quebrangulo	3	23/01/2012
Panificação E Mercadinho São Luiz	Cacimbinhas	2	30/11/2006
Fábrica De Biscoitos E Bolacha Quinou	Major Isidório	3	14/01/2011
Panificação Senhor Do Bomfim	Maribondo	2	16/03/2004
Padaria Santo Antônio	Major Isidório	4	15/07/2010
Panificação São José	Major Isidório	3	04/09/2006

Panificação Pão Nosso	Colônia Leopoldina	6	14/01/2010
Panificação São Lucas	Batalha	3	25/08/2004
Mercadinho E Panificadora Familiar	Senador Rui Palmeira	5	30/11/2004
Padaria E Lanchonete Ki Delícia	Senador Rui Palmeira	3	01/06/2010
Panificação Trigos	Novo Lino	7	09/02/2009
Panificação São Benedito	Flexeiras	3	12/04/2006
Panificadora Familiar	São Jose da Tapera	4	21/11/2007
Panificadora E Mercadinho Padre Cícero	São José da Tapera	3	19/08/2010
Panificadora E Lanchonete Barbosa	São José da Tapera	6	01/06/2010
Panificação Demezio	Feliz Deserto	2	05/05/2003
Panificadora Nossa Senhora De Fatima	Ouro Branco	4	05/02/1999
Panificação Nossa Senhora Aparecida	Ouro Branco	5	29/07/2009
Mercado E Padaria Vovô Vicente	Santana do Ipanema	4	12/09/2007
Supermercado Bem Barato	São Miguel dos Campos	3	07/10/2008
Panificação e Merceria Caeté	São Miguel dos Campos	3	22/08/2008
Supermercado Boattera	Rio Largo	2	28/05/2009
Panificação e Mercadinho Vieira	São Miguel dos Campos	3	05/08/2010
Panificação Ki Delícia	São Miguel dos Campos	8	26/02/1993
Panificação E Mercadinho Garça Torta	Maceió	2	07/07/2010
Panificação Nossa Senhora Aparecida	Maceió	9	24/10/2005
Panificação Labito Mania	Jequiá da Praia	3	18/07/2005
Panificação Bom Jesus Duas Irmãs	Campo Alegre	3	21/10/2010
Panificação Mercadinho Preço Bom	Campo Alegre	4	04/11/2009
Panificação Florêncio	Campo Alegre	4	11/03/2010
Gunga Supermercado	Roteiro	3	24/08/2009
Panificação Nossa Senhora Aparecida	Porto Real do Colégio	3	28/04/2011
Panificação Kara Mole	Piaçabuçu	3	01/03/2010
Supermar	Piaçabuçu	3	18/07/2008
Panificação Salgado	Penedo	5	12/07/2010
Panificação Penedense	Penedo	2	08/02/2011
Panificação Santo André	Penedo	3	23/04/2008
Super 15	Penedo	45	10/10/2007
Conveniência Santa Tereza	Penedo	6	29/08/1997
Panificação Nossa Senhora De Fátima	Penedo	7	14/05/2004
Mercadinho e Panificação Nova Vida	Penedo	4	01/01/1999
Panificação Altas Horas	Coruripe	1	09/05/2013
Panificação De Moraes	Maceió	2	14/01/2010
Panificação Nossa Senhora Aparecida	Coruripe	3	26/04/2004
Panificação Petrópolis	Maceió	16	11/02/1982

Panificação José De Alencar	Maceió	2	10/11/2010
Panificação Paraná	Maceió	8	26/09/2011
Supermercado São Domingos	Maceió	42	23/06/2009
Panificação Flores	Maceió	8	28/03/1990
Panificação Ideal	Maceió	6	10/12/2009
Panificação e Mercearia Da Paz	Maceió	10	09/12/2010
Panificação Nossa Senhora De Fátima	Maceió	8	19/12/1997
Panificação Central	Capela	2	11/03/2008
Panificação Central	Cajueiro	5	19/05/2010
Fábrica de Bolos Delícia	Maceió	13	16/03/2009
Panificação Dom Bosco	Maceió	2	31/03/2014
Panificação Alcione	Maceió	8	05/11/2010
Panificação Confiança	Maceió	10	12/09/2014
Padaria Renascer III	Arapiraca	15	19/09/2001
Panificação Marcelino Pão e Vinho	Maceió	8	14/05/2013
André Pão Integral	Maceió	10	07/02/2013
Via Pão	Maceió	13	11/05/2011
Panificação São Jorge	São José da Laje	2	23/09/2014
Panificação Leunam	Matriz de Camaragibe	3	07/07/2014
Palato Farol	Maceió	80	20/10/2008
Panificação E Lanchonete Sagrada Família	Olho D:Água das Flores	2	18/02/2015
Padaria Bom Jesus	Olho D:Água das Flores	6	03/05/2016
JP Panificadora	Jaramataia	3	11/03/2014
Panificadora Nogueira	Olivença	5	24/05/2012
Bolos & Festas	Maceió	6	11/02/2003
Panificação Capelense	Capela	1	17/02/2014
Panificação Massa Fina	Paulo Jacinto	2	21/12/2015
Padaria E Bomboniere Henrique	Chã Preta	2	10/02/2015
Panificação Nossa Senhora Da Conceição	Mar Vermelho	2	31/05/2012
Panificação Nossa Senhora Aparecida	Cajueiro	6	12/09/2008
Panificação Santa Edwiges	Cajueiro	2	09/04/2007
Padaria Do Lula	Viçosa	1	21/02/2013
Padaria Viçosa	Viçosa	5	05/07/2013
Panificadora Ponciano	Viçosa	5	25/05/2009
Panificação El Shadai	Viçosa	3	27/07/2015
Panificação Delícias Luxuosas	Viçosa	2	10/12/2015
Padaria E Pizzaria Aliança	Santana do Ipanema	4	08/01/2004
Bom Bolo	Santana do Ipanema	3	07/04/2015
Casa Do Bolo	Palmeira dos Índios	4	03/06/2013

Lanchonete E Panificação São Cristóvão	Palmeira dos Índios	2	28/08/2008
Panificação Reino De Deus	Palmeira dos Índios	1	11/11/2015
Panificação Elenir	Barra de Santo Antônio	1	25/02/2012
Panificação Maná	Barra de Santo Antônio	4	04/03/2011
Panificação Quero Mais	Barra de Santo Antônio		31/08/2011
Panificação Popular	Paripueira	2	09/02/2012
Panificação Modelo	Santa Luzia do Norte		05/02/2016
Panificação Paulista	Marechal Deodoro	3	23/03/1988
Supermercado Dia-Dia	Pilar	7	03/12/2013
Panificação Cristo Redentor	Pão de Açúcar	4	14/02/2012
Panificação Pão De Mel	Pão de Açúcar	3	27/04/2001
Panificadora e Lanchonete Barbosa	Poco das Trincheiras	3	25/09/2009
Delícias de Bolos	Maceió	11	03/04/2013
Panificação Nossa Senhora da Conceição	Maceió	2	19/01/1984
Pastelaria Danado de Bom	Maceió	2	07/01/2016
Panificação Imaculada Conceição de Maria	Maceió	4	19/05/2010
Dom Sabor	Maceió	7	14/05/1997
Manancial Padaria e Conveniência	Maceió	29	09/12/1996
Panetutti	Maceió	22	29/10/2012
Sabor da Vitoria	São José da Tapera	3	21/12/2015
Casa do Bolo	São José da Tapera	2	10/06/2014
Panificadora São Jose	São Jose da Tapera	3	08/05/2011
Casa do Bolo	São José da Tapera	3	20/05/2015
Panificação São Jose	Passos de Camaragibe	3	24/11/2014
Panificação Pão Nosso	Paripueira		10/12/2015
Severina A. de Oliveira - ME	Paripueira	3	03/02/2016
Panificadora Vitória	Paripueira	1	01/08/2013
Panificação Pão Nosso	São Luís do Quitunde	4	16/03/2015
Panificação Pão Nosso	São Luís do Quitunde	1	22/12/2008
Panificação Família do Pão	São Miguel dos Milagres	1	19/06/2007
Panificação Marquesa	Maragogi	6	01/10/1987
Panificadora Pão Nosso	Matriz de Camaragibe	4	04/06/2008
Panificação Pão Nosso	Paripueira	5	23/02/2015
Panificação e Mercearia Nossa Senhora Mãe dos Homens	Piaçabuçu	1	12/09/2012
Panificação Airton Santos	Igreja Nova	2	28/02/2014
Panificação Thiago	Feliz Deserto	2	06/12/2011
Lanchonete e Panificação Kital	Batalha	4	15/10/1998
Doce Caseiro Santo Antônio	Batalha		08/03/2016
Panificação "Que Sabor"	Batalha		20/12/2010

Padaria e Pizzaria Ponto Certo	Limoeiro de Anadia	3	25/07/2011
Biscoito Vip	Ouro Branco	5	25/05/2009
Celsa dos Anjos Santos	São José da Tapera	3	29/01/2016
Unicompra Supermercado	São Miguel dos Campos		04/10/2006
Panificação Pão de Mel	Murici	2	15/07/2015
Padaria Deus Acima de Tudo	Ibateguara	1	17/01/2013
Panificação Lajense	São José da Laje	1	13/11/2014
Hiper Pão	São José a Laje	10	01/02/2012
Panificadora Pão de Mel	União dos Palmares	7	26/09/2006
Panificação União	União dos Palmares	1	23/03/2015
Panificação do Romão	Maceió		17/05/2001
Casa do Pão	Arapiraca	5	04/03/2016
Panificação Jardim Paineiras	Arapiraca	6	20/05/2015
Padaria	Arapiraca	6	07/11/2014
Atos da Massa	Arapiraca	1	18/10/2002
Panificadora Santa Izabel	Arapiraca	4	12/11/2015
Panificação Nossa Senhora Aparecida	Arapiraca	5	01/12/2011
Delícias da Vovó Tina	Arapiraca	3	05/04/2005
Panificadora São Francisco	Santana do Ipanema	2	08/10/2004
Panificação Rodrigues	Canapi	8	06/01/2011
Panificação Milênio	Delmiro Gouveia	4	30/11/2016
Casa do Pão	Delmiro Gouveia	3	14/11/2001
Panificação Rafaely	Santana do Ipanema	4	08/10/2004
Jamile Ventura Bezerra de Queiroz	Delmiro Gouveia	8	18/08/2016

Fonte: FIEA (2018). Elaborado pelo autor.

ANEXOS

ANEXO 1**Roteiro de entrevista na Fábrica de Biscoitos Caseiros D'Ílícia**

- 1- Qual a quantidade de funcionários da empresa na atualidade?
- 2- Como está organizado a distribuição de funcionários?
Administrativo: _____
Fábrica: _____
Logística: _____
- 3- Existe setores terceirizados na firma ou todos os setores são controlados pela fábrica?
() Sim, existem setores terceirizados;
() Todos os setores são controlados pela fábrica;
- 4- Quais os principais destinos dos produtos? (*Pode marcar mais de um*)
() Alagoas
() Nordeste : Quais estados? _____
() Sul: Quais estados? _____
() Sudeste: Quais estados? _____
() Centro-Oeste: Quais estados? _____
() Norte: Quais estados? _____
- 5- A empresa vem buscando participar de novos mercados a nível regional ou nacional?
- 6- Quais os principais concorrentes da firma?
- 7- A empresa já recebeu incentivo governamental?
() Sim
() Não
- 8- Quais?
() Municipal
() Estadual/Prodesin
() Estadual/Outros
() Federal: BNDS, Banco do Nordeste, Sudene, Banco do Brasil, outros.
- 9- Fizeram investimento recentes na fábrica?
() Sim
() Não
- 10- Qual tipo? (*Pode marcar mais de um*)
() Maquinaria
() Estrutura
() Transporte
- 11- O investimento ocorreu:
() Poupança própria
() Incentivos Governamental Municipal
() Incentivos Governamental Estadual
() Incentivos Governamental Federal
- 12- Caso tenha sido por incentivo governamental, foram via?
() Banco do Nordeste
() BNDS

- Banco do Brasil
- Prodesin
- Outros

13- As produções da empresa ocorrem seguindo as determinações das redes de supermercados?

- Sim
- Não

14- A empresa faz Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) de novos produtos?

- Sim
- Não

15- Caso a resposta seja sim, quais os critérios para desenvolvimento de novos produtos?

- Determinações das redes de supermercados
- Determinações do mercado: Nacional ou Global
- Iniciativas próprias da empresa

16- Quais os aspectos positivos para empresa no mercado alagoano?

17- Quais as principais dificuldades que a empresa enfrenta no mercado alagoano?

ANEXO 2**Roteiro de entrevista Grupo Coringa**

Como iniciou o Grupo Coringa?

Vocês utilizaram esse jargão na propaganda da Coringa?

As maiores concorrentes de mercado são essas?

Sul e Sudeste não tem tanta venda?

Todos da segunda geração são filhos dos primeiros sócios?

Seu cargo é qual?

Algo importante que vocês valorizam, é o marketing traz a ideia de uma empresa Alagoana, como exemplo o jargão “É da terra, é da gente!”. Você pode explicar como surge essa propaganda?

Desde quando estão fabricando os produtos mesmo?

Mas como é consumo dos produtos Coringa na região do Oeste Baiano?

Você fala que a diversificação produtiva da coringa é que manteve a empresa viva. Sabendo que a empresa surgiu diante de um momento em que o município vivia um boom na produção e comercialização do fumo, como foi a sobrevivência da empresa diante da crise do Fumo que atingiu vários produtores e comerciantes?

Compra-se matéria-prima em Arapiraca?

Existiu algum tipo de incentivo governamental para o Grupo Coringa que contribuiu com o crescimento da Empresa?

O a matéria-prima que é da Bahia vem pra Arapiraca também?

E algumas coisas vocês já produzem lá para os Estados Próximos?

E o café de onde vem a matéria prima?

Vocês investem em suco também?

Quantos funcionários a empresa possui no geral?

Como você acha que o Coringa contribui com o crescimento da Indústria de Alimentos em Alagoas?

Vocês também têm uma certa contribuição a pesquisas realizadas pelas Universidades, não é?

Como é hoje a comercialização de vocês?

ANEXO 3**Primeira Entrevista com a Indústria Camarão**

Você poderia contar um pouco sobre a história da empresa?
Todas essas áreas são de produções da Indústria Camarão?
O Grupo Galdino começou com Fumo?
O que vocês produzem atualmente?
Como ocorre a cadeia de produção de vocês?
Quanto a compra de matérias-primas, elas são feitas em períodos sazonais, mas elas vêm de onde?
Mas a origem das matérias-primas necessárias é de alagoas?
O público alvo de vocês é exportação, mercado regional ou mercado local?
Mas seria a marca camarão vendendo lá?
Como foi que aconteceu essa entrada no Mercado Paraense?
No caso vocês produzem os produtos de forma terceirizada para outras marcas?
Qual o número de funcionários?
Existem projetos para atuar em outros Estados além dos que vocês atendem?
Como funciona a venda dos produtos de vocês aqui em Alagoas, é mais por meio de atacadista, venda direta ao consumidor ou em redes de supermercados?
Já existiu algum tipo de incentivo Governamental no Geral?
O que você acha que é a maior dificuldade para a permanência da empresa?
O que é importante para que Indústria de Alimentos continue a crescer?

ANEXO 4**Segunda entrevista com o Grupo Camarão**

Quem pensa nos mercados?
Como foi surgiu a ideia de diversificar os produtos? Foi uma determinação das redes?
Quais seriam esses produtos?
Mas ele fazia comércio ou era agricultor?
Ele é de Arapiraca?
Ele compra essa empresa em que ano?
E quais os incentivos vocês receberam?
Vocês têm linhas de créditos nas máquinas?
A primeira linha de créditos que vocês tiveram foi quando?
A primeira fábrica ficava em qual local?
Logo que ele saiu do fumo ele passou a trabalhar com transporte?
Mas ele ainda continua com fumo?
Mas ele chegou a entrar em decadência?
Quem é o Adelmo?
Ele tem quantos filhos?
Mas o Adelmo tem alguma formação?
O Adelmo que foi dando as diretrizes da empresa?
Flávio, você disse em entrevista anterior que boa parte da produção de vinagre é terceirizada para outras empresas, um dos maiores consumidores é o estado do Pará. Você pode explicar como ocorre esse processo de atuar como terceirizada e como foi a entrada de mercado no Pará?
Hoje vocês atuam assim só no Pará?
Quais são as marcas que vocês atendem no Pará?
Ela chegou a ir pra Bahia?
Atuam em todas as redes de supermercado do Estado?
Quanto é a porcentagem de produção e comercialização dos condimentos?
Por que vocês não deram continuidade na construção de máquinas?
Você nota diferença entre a fermentadora que foi feita aqui e a que foi comprada em São Paulo?
O custo é mais barato, se produzisse aqui?
Vocês estão trabalhando com cerveja agora?
Desde quando vocês a colocaram na Paraíba?
E por qual motivo vocês escolheram entrar no mercado da cerveja?
Vocês já estão trabalhando com envase?
Qual o nome da cerveja?
Quanto foi o investimento na fabricação de cerveja?
Os investimentos feitos para construção da empresa foi financiamento?
Qual a produção da cerveja?
Voltando a questão do vinagre, você chegou a dizer que o período de maior produção é a partir de agosto?
Mas tem algum problema quando acontece entressafra no período da cana-de-açúcar para vocês?
Eles vendem qual tipo de Álcool?
Quanto vocês produzem de vinagre?
Quanto as matérias-primas destinadas aos condimentos, aonde vocês compram?
Vocês têm quantos funcionários?
Divisão?
São quantos sócios?
Qual a média de salário dos funcionários?
A empresa funciona em quantos turnos?

ANEXO 5**Roteiro de entrevista Indústria Pajuçara**

História da empresa?

Origem do Proprietário?

Vocês têm a média de quantos produtos mais ou menos?

Todos os sócios, são responsáveis por um setor da fábricas?

Mas você é responsável pela fábrica?

Você se formou em Engenharia de Alimentos? Aonde você fez o curso?

Mas você trabalhava aqui antes de estudar?

Quando a gente, faz nas grandes redes varejistas, por exemplo, EXTRA, é mais difícil encontrar produtos, como a Pajuçara. O que você nos aponta sobre?

Quero te perguntar primeiro do ponto de vista do fornecimento:

A atuação da empresa é mais Alagoas:

Falta iniciativa dos trabalhadores?

Você acha que diante dessas políticas, as políticas de Estado em Alagoas favorecem uma competição muito maior, acirrada com vocês, frente a uma certa política protecionistas que tem nos estados que você citou. Isso se deve ao que?

Mas, teve uma política de privilégios aos usineiros, não é?

Pensando de acordo com a política de Estado, a gente tem um Estado que sua renda, fira em torno de 50%, de investimentos sociais (bolsa família, INSS) uma renda baixíssima. Como tu enxerga essas ações com a ausência de uma política de Estado?

Estou colocando isso, porque sabemos os montantes desse investimento, sabemos que a renda, é baixa. Como vocês está falando, tem que focar no mercado principal. Então qual a perspectiva que você tem, pelos cortes que estão querendo fazer na Previdência, na diminuição dos valores do Bolsa família, etc.?

A venda de vocês é mais nos mercadinhos?

Para atingir os pequenos Mercadinhos?

Quantos por cento que vocês vendem dos 50% de Alagoas para os Atacados e Mercadinhos?

E como vocês conseguiram esse mercado lá?

Recebeu incentivos Governamentais?

Qual o faturamento de vocês?

Sobre a Mão de obra?

ANEXO 6**Roteiro de entrevista com a Indústria Popular Alimentos****1- Quais os produtos da firma?**

a) **Qual o principal produto ou linha?**

b) **Início de cada produto:**

2- História da Empresa?

a) *Origem do/s proprietário/s?*

b) *Quando começaram as atividades da empresa?*

3- A partir de que ano a empresa começou a aumentar sua produtividade e comercialização?**4- Organização espacial da produção:**

a) *Matéria-Prima por produto:*

-Origem:

-Transporte:

-Armazenagem:

c) *Produção na fábrica:*

-Energia:

() Elétrica

() Gás

-Linhas de Produção?

-Qual a origem das máquinas e equipamentos?

-Tempo de utilização das máquinas e equipamentos?

-Qual a idade das máquinas e equipamentos?

-A empresa faz investimentos em novas tecnologias?

() Sim

() Não

- Quando foi o último investimentos?

c) *O que se faz com o excedente de matérias-primas?*

() Elaboração de novos produtos

() Armazenamento

d) *Sobre a quantidade de matéria-prima transformada em produto industrializado?*

() Apenas uma quantidade específica para oferta

() Produz para estoque

e) *O que se faz com o excedente de produtos transformados?*

() Estoque

() Destina-se ao mercado

5- Funcionamento da Mão de obra:

a) Tipo:

() Familiar

Administração _____

Produção _____

() Contratados pela própria empresa

() Terceirizada

Quais setores _____

b) *Caso seja por meio de contratos, o que é necessário para que ocorra o processo de contratação dos funcionários?*

() Nível mínimo de escolaridade

() Por especialidade em alguma atividade

c) Número Atual de Funcionários?

a) Administrativo? _____

b) Chão de fábrica? _____

c) Vendas _____

d) Transporte _____

e) Como funciona os turnos?

f) Tem trabalhadores temporários?

6- Mercado consumidor:

() Exportação

() Mercado interno

() Ambos

7- Quais os principais destinos do/s produto/s da firma:

() Mercado Estadual

() Mercado Regional (Nordeste)

() Norte e Nordeste

() Mercado Nacional

Destinos:

Estados: _____

Países: _____

8- Como ocorre a comercialização do pós-produção (pode ser mais de uma alternativa):

() Varejo

() Atacado

() Varejo/Atacado

- () A firma faz venda direta na fábrica
- () Vendedores contratados pela empresa
- () Proprietário é responsável pela produção e comercialização

9- Estrutura Financeira da firma

a) *Possui sócios acionistas? Quantos?*

b) *Fez ou faz empréstimos em bancos para realizar investimentos?*

() *Sim*

() *Não*

Quais(BNB,BB,BNDES) _____

c) *Faz-se investimentos anuais com objetivo de aumentar o lucro?*

() *Sim*

() *Não*

Qual o último?

10- Recebeu algum tipo de incentivo governamental?

() *Sim*

() *Não*

Se, sim

quais? _____

Se, for não, há interesses? Há possibilidades com o atual governo? _____

Se, sim, quais as vantagens desse incentivo? _____

11- Concorrência da empresa?

a) *Quais as empresas concorrentes?*

b) *Como busca competir no mercado? Quais estratégias?*

c) *Quais os principais problemas para participar do mercado?*

d) *Qual(ais) principal(ais) problemas enfrentados pela empresa?*

ANEXO 7**Roteiro de entrevista com a Valedourado**

Você poderia contar um pouco sobre quando começa a Valedourado?
E hoje você sente que a empresa está se recuperando?
Você acha que falta um incentivo direto, que leva vocês a terem dificuldade de competir?
Hoje quais são os principais concorrentes da empresa?
O agricultor determina o preço?
As empresas alagoanas são concorrentes de vocês? Batalha, Timbaúba?
Vocês produzem para outras empresas?
Dos produtos que surgiram em qual ano cada um surgiu?
No início dessa empresa, houve algum incentivo que tenha contribuído com a construção da empresa?
O primeiro proprietário continua como o único proprietário?
Os funcionários são de Palmeira dos Índios?
A maior parte da matéria-prima é de Alagoas?
Quais os Estados que vocês atuam?
Qual o Estado que mais vende?
São todos os produtos que vão para esses Estados?
Em Alagoas, quais as redes que vocês mais estão presentes?
Existe alguma determinação das redes para que vocês atuem?
A empresa recebeu ou recebe algum tipo de incentivo governamental?
Quais os principais objetivos que a empresa tem hoje?
E ampliar o mercado para outros Estados?

ANEXO 8

Questionário para empresa Sarandi

Origem da Empresa:

- 1- **Você poderia dissertar sobre a origem da empresa Sarandi?**
 - a) Aonde surgiu?
 - b) Quando surgiu?
 - c) Quem foi/foram os fundadores do Grupo?
 - d) Os proprietários atuavam em outras áreas antes de entrar no setor de alimentos?
() Sim () Não
 - e) Quando a empresa entrou em Alagoas?
 - f) Por que a empresa veio para Alagoas?
 - g) Recebeu algum tipo de incentivo governamental para vir ao estado de Alagoas?
() Sim () Não

Organização interna:

- 2- **Atualmente a empresa Sarandi/AL possui quantos funcionários?**
- 3- **Como estão divididos?**
 - a) Administrativo _____
 - b) Fábrica _____
 - c) Logística e comercial _____
- 4- **Existe algum setor terceirizado na empresa?**
() Sim () Não
- 5- **Qual/Quais?**
- 6- **Quantos funcionários terceirizados estão na empresa?**
- 7- **Qual o nível de escolaridade mínima para atual na empresa? (*pode marcar mais de um*)**
 - () Ensino Fundamental Incompleto
 - () Ensino Fundamental Completo
 - () Ensino Médio Incompleto
 - () Ensino Médio Completo
 - () Ensino Superior Completo
- 8- **Em média, quantos por cento dos funcionários são alagoanos?**
 - () 1% a 10%
 - () 11% a 30%
 - () 31% a 50%
 - () 51% a 70%
 - () 71% a 100%
- 9- **Existe dificuldade de encontrar em Alagoas, mão de obra que se encaixe no perfil da empresa?**
() Sim () Não () Apenas para atividades específicas da fábrica ou gerenciamento administrativo

Cadeia de produção**10- Quais linhas da empresa são fabricadas em Alagoas?**

- () Linha Doméstica
 () Linha Profissional
 () Linha Industrial
 () Todos

11- Qual a origem das matérias-primas utilizadas pela empresa de Alagoas?**12- Quais os destinos dos produtos fabricados em Alagoas? (Pode marcar mais de um)**

- () Somente Alagoas
 () Nordeste: Quais estados? _____
 () Norte: Quais estados? _____
 () Centro-Oeste: Quais estados? _____
 () Sudeste: Quais estados? _____
 () Sul: Quais estados? _____

13- A maior parte da produção é para (pode marcar mais de um):

- () Redes de supermercados alagoanas
 () Redes de supermercados nordestinas: Quais Estados? _____
 () Fábricas de alimentos alagoanas
 () Fábricas de alimentos nordestinas Quais Estados? _____

14- Qual a origem das máquinas e equipamentos?**Investimentos:****15- A empresa fez investimentos recentes para modernização?**

- () Sim () Não

16- Caso a resposta seja sim, foi por meio de que? (Pode marcar mais de um)

- () Incentivos Governamentais Estadual (Prodesin)
 () Incentivo Governamental BNDS
 () Incentivo Governamental Banco do Nordeste
 () Incentivo Governamental Banco do Brasil
 () Incentivo Governamental (OUTROS)
 () Poupança Própria

17- O incentivo foi para:

- () Aquisição ou melhorias das máquinas e equipamentos
 () Ampliação da área ou estrutura da empresa
 () Aquisição de outras áreas para empresa